



RELATÓRIO CONSOLIDADO 2023

Versão não conforme com ESEF

26.junho.2024

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

O presente documento constitui uma versão não oficial e não auditada do documento oficial de prestação de contas do Metropolitano de Lisboa, EPE, submetido no *site* da CMVM no dia 28 de Junho de 2024. Não obstante, corresponde a uma cópia fiel da referida informação financeira de prestação de contas, e que se encontra igualmente no *site* do Metropolitano de Lisboa com o nome "Relatório e Contas Anual 2023 - Versão não oficial - não auditada". Em caso de discrepância, prevalece a informação financeira oficial submetida à CMVM.

Assinatura Digital

Este relatório é assinado em formato digital.

O Conselho de Administração

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O Senhor Eng.º Vitor Domingues dos Santos exerceu funções como Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa no exercício a que se refere o presente documento, não tendo sido possível a respetiva assinatura na decorrência do seu falecimento no dia 22 de junho de 2024.

As demonstrações financeiras e seus Anexos são assinados em formato digital.

O Contabilista Certificado

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

ÍNDICE

NATUREZA DO RELATÓRIO.....	5
I. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	6
Mensagem do Presidente. Destaques do ano.....	6
Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa.....	9
II. ORGANIZAÇÃO.....	10
O ML e as suas Participadas.....	10
Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão.....	11
Propósito.....	11
Âmbito.....	11
Princípios de Gestão.....	11
Política de Gestão.....	11
Carta do Cliente.....	12
III. ANÁLISE DE CONTEXTO.....	13
Partes Interessadas.....	13
1. Análise Externa.....	15
Política.....	15
Económica.....	15
Social.....	16
Tecnológica.....	16
Ambiental.....	17
Legal.....	17
2. Análise Interna.....	18
Organização.....	18
Processos.....	18
Recursos Humanos.....	18
Recursos materiais.....	19
Recursos financeiros.....	19
Infraestrutura e Material Circulante.....	19
3. Riscos e Oportunidades.....	20
4. Estrutura de <i>Governance</i>	22
Modelo de governo.....	22
Estatuto remuneratório.....	22
Obrigações de <i>Governance</i>	23
5. Órgãos Sociais.....	24
Identificação dos Órgãos Sociais.....	24
Estrutura Organizacional.....	26
IV. ESTRATÉGIA.....	26
Objetivos Estratégicos.....	26
V. MODELO DE NEGÓCIO.....	28
1. Áreas de Negócio e Criação de Valor.....	28
Qualidade.....	28
2. Investimento e expansão da rede.....	29
Melhorar os níveis de serviço ao Cliente.....	29
Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente.....	29
Promover a sustentabilidade ambiental e energética.....	30
Sistema de controlo automático de comboios e novo material Circulante.....	30
Aquisição de Material Circulante (24 Unidades de Tração, com opção de mais 12).....	31
Sistemas e equipamentos.....	31
Sistemas de Informação.....	32
3. Conservação e manutenção da infraestrutura e material circulante.....	33
Desempenho operacional da infraestrutura principal.....	33
Desempenho operacional do material circulante.....	34
4. Oferta do serviço de transporte.....	35
5. Procura.....	36
Atividades Complementares.....	37
6. A atividade comercial.....	38
Metrocom, S.A.....	38
Ferconsult, S.A.....	39

TREM, A.C.E.....	41
TREM II, A.C.E.....	41
Ensitrans	42
VI. DESEMPENHO	42
Capital financeiro	42
Receitas Tarifárias e Complementares.....	42
Resultados	44
Rendimentos Operacionais	46
Gastos Operacionais.....	46
EBITDA.....	48
Gastos com Pessoal.....	49
Resultados Financeiros.....	49
Fluxos Financeiros	50
Atividades de Financiamento	51
Estrutura Patrimonial.....	51
Gestão de Risco Financeiro	53
Passivo Remunerado	53
Investimento.....	54
Capital intelectual	57
Capital humano.....	58
Trabalhadores.....	58
Segurança e saúde no trabalho.....	61
Capital social.....	62
Responsabilidade Social	62
Igualdade e não discriminação	62
Clientes.....	63
Segurança das instalações	69
Comunicação institucional.....	70
Participação em atividades de organismos nacionais e internacionais.....	71
Capital natural.....	72
VII. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	74
1. Objetivos de gestão e Plano de Atividades e Orçamento.....	74
a) Objetivos definidos pelo acionista	74
b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento	74
c) Investimento	75
d) Orçamento financeiro (carregado no SIGO/SOE).....	75
2. Gestão do risco financeiro	76
3. Limite de crescimento do endividamento	76
4. Prazo médio de pagamentos	76
5. Recomendações do acionista	76
6. Diligências para solucionar reservas emitidas na última CLC.....	77
7. Remunerações/honorários dos Órgãos Sociais e Auditor Externo.....	78
a) Órgãos Sociais.....	78
Conselho de Administração.....	78
Fiscalização.....	80
b) Auditor externo.....	81
8. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público.....	81
9. Despesas não documentadas ou confidenciais.....	82
10. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens.....	82
11. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade.....	82
12. Relatório anual sobre prevenção da corrupção e Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas.....	82
13. Contratação pública.....	83
14. Sistema Nacional de Compras Públicas	84
15. Eficiência Operacional e evolução dos gastos operacionais	84
16. Recursos Humanos e massa salarial.....	85
17. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	86
18. Auditorias conduzidas pelo tribunal de contas nos últimos três anos	86
19. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira	86
20. Divulgação de informação no sítio da internet do SEE.....	87
21. Quadro resumo – Cumprimento das orientações legais.....	88
VIII. SÍNTESE DE RESULTADOS.....	89

1. Eventos subsequentes	89
2. Perspetivas futuras.....	89
3. Proposta de aplicação de resultados.....	91
IX. Anexos	92
Declarações Finais	93
Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 CSC).....	94
Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 CSC)	95
Demonstrações Financeiras Individuais e Anexo.....	96
Demonstrações Financeiras Individuais	97
Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2023	101
Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexo.....	131
Demonstrações Financeiras Consolidadas	132
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2023	137
Demonstrações Orçamentais	182
1 - Orçamento e Plano Orçamental Plurianual.....	182
2 - Plano Plurianual de Investimentos	183
Demonstrações de relato individual.....	184
1 - Demonstração de desempenho orçamental - Receita.....	184
1 - Demonstração de desempenho orçamental - Despesa	185
2 - Demonstração de execução orçamental da receita.....	186
3 - Demonstração de execução orçamental da despesa.....	187
4 - Demonstração da execução plurianual de investimentos	188
Anexo às Demonstrações Orçamentais	189
1 - Alterações orçamentais da receita	189
2 - Alterações orçamentais da despesa.....	189
3 - Alterações ao plano plurianual de investimentos.....	190
4 - Operações de tesouraria.....	190
5 - Contratação administrativa.....	190
6 - Transferências e subsídios	191
Parecer do Conselho Fiscal às Contas Individuais e Consolidadas	192
Certificação Legal das Contas Individuais e Consolidadas	204
Relatório do Auditor Externo (Contas Individuais e Consolidadas).....	220
Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI	236
Análise de materialidade e limites do relatório.....	236
Indicadores GRI	237
1) Desempenho Económico	237
2) Desempenho ambiental.....	240
3) Desempenho social.....	245
4) Tabela de Indicadores GRI.....	251
Aprovação do Plano de Atividade e Orçamento – 2023.....	256
Índice de Quadros.....	257
Índice de Gráficos.....	259
Índice de Ilustrações	259

NATUREZA DO RELATÓRIO

O Relatório Consolidado engloba a informação financeira e não financeira do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, correspondente ao exercício de 2023.

O presente relatório foi elaborado dando cumprimento ao disposto nos artigos 66.º - “Relatório de Gestão”, 66º-A - “Anexo às contas” e 66º-B - “Demonstração não financeira” do Código das Sociedades Comerciais e tendo em conta as Diretrizes do IIRC – International Integrated Reporting Council (Conselho Internacional para o Relato Integrado), respeitantes à informação relativa à estratégia, gestão e desempenho dos principais vetores de negócio do grupo empresarial.

Pretende-se ainda, dar resposta às “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023”, emanadas no Ofício-Circular SAI_DGTF/2024/271, de 6 de fevereiro de 2024, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, bem como, melhorar a perceção de estratégia de negócio e de transferência de valor que os *stakeholders* têm relativamente à atividade desenvolvida pelo grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, enquadrando a mesma com os objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO), e justificando os principais desvios observados nesse período. Adicionalmente contém, ainda, informação relativa à governação, análise de contexto, estratégia, bem como a divulgação e o desempenho alcançado pelos diferentes capitais (financeiro, intelectual, humano, social e natural).

A informação apresentada no presente relatório evidencia o empenho e o rigor que o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., a Ferconsult, S.A., a Metrocom, S.A., o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. adotaram na implementação contínua de medidas e de procedimentos que potenciam a criação de valor e o reforço da qualidade do serviço prestado, potenciando a mobilidade sustentável, a descarbonização e a melhoria da qualidade de vida dos seus clientes e trabalhadores.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (International Accounting Standards and Interpretations), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), tal como adotadas na União Europeia (UE).

Nos termos do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários, os documentos que integram o presente Relatório e Contas foram preparados sob o Formato ESEF e em conformidade com as especificações previstas no Regulamento Delegado (UE) 2018/815 da Comissão, de 17 de Dezembro de 2018, e nos termos das alterações subsequentes, tendo igualmente em conta os *guidances* disponibilizados pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) através da versão atualizada do ESEF Reporting Manual.

A informação não financeira foi elaborada de acordo com as diretrizes do GRI Standards. De referir ainda que a informação não financeira do presente relatório não foi sujeita a qualquer verificação externa. No entanto, foi dado cumprimento ao ponto 6 do artigo 451.º do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que refere que “no caso de sociedades que estejam obrigadas a apresentar uma demonstração não financeira, nos termos do artigo 66.º-B ou do artigo 508.º-G, o revisor oficial de contas deve apenas atestar que a mesma ou o relatório separado foram apresentados.”.

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

Mensagem do Presidente. Destaques do ano

A todos os interessados.

Em 2023 o Metropolitano de Lisboa celebrou 75 anos de fundação da empresa. Foi um ano de retrospectiva, com um longo caminho já percorrido, sempre de olhos num futuro que antevemos positivo, expansivo e sustentável.

Neste documento, apresentamos o Relatório e Contas Consolidado de 2023 que refere, com detalhe e rigor, a atividade do Metropolitano de Lisboa (ML) e das suas empresas participadas: a Ferconsult, S.A., a Metrocom, S.A., o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E.. O ano de 2023 continuou a ser marcado pelo conflito armado na Europa com a invasão da Ucrânia pela Rússia, e no médio Oriente, pela guerra entre Israel e o Hamas, na faixa de Gaza.

Estes conflitos, cujo fim todos desejamos, estão a gerar impactos negativos em todos os setores da sociedade e surtos inflacionários pela carência generalizada de bens e serviços.

Apesar de todas estas realidades adversas, no ano de 2023, verificou-se uma recuperação na procura face ao exercício anterior de +21,1% no total das validações. Embora tenha superado o ano de 2022, a procura em 2023 não atingiu os valores de 2019, ano pré-pandemia, tendo alcançado somente 90,2% total de passageiros quando comparado com esse mesmo ano.

Não obstante ainda estarmos abaixo de 2019, o ano de 2023 consolidou a recuperação que se vem a verificar desde 2022. Das operações à sustentabilidade, das certificações à bilhética, das obras ao lançamento de novos projetos, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu a caminhada para consolidar o seu papel indispensável nos novos desafios da mobilidade da cidade de Lisboa.

O ano de 2023 foi também marcado pela Jornada Mundial da Juventude (JMJ), que decorreu entre os dias 31 de julho e 6 de agosto de 2023, um momento de especial relevância na atividade desta empresa. Nesse período, o Metropolitano de Lisboa reforçou a sua operação face ao aumento previsto da procura através do aumento da oferta, do reforço de trabalhadores e vigilantes nas estações, bem como da implementação de equipas de promotores e de voluntários para ações de apoio ao cliente.

Durante a JMJ, o Metropolitano de Lisboa registou um total de 4 milhões de viagens. Trata-se do maior número de viagens já havidas neste operador de transporte num período de sete dias consecutivos. Só no dia 4 de agosto, o Metropolitano de Lisboa contabilizou cerca de 740 mil viagens, situação inédita na história desta empresa.

O ano de 2023 foi, também, o ano de mais uma edição do Web Summit, a maior conferência de tecnologia e empreendedorismo do mundo. Durante a realização deste evento verificou-se, também, um acréscimo acentuado do número de passageiros no Metropolitano de Lisboa (+ 30,2%) comparativamente ao período homólogo do Web Summit 2022.

Em relação ao Plano de Recuperação dos Ativos e no âmbito do Plano Nacional para a Promoção da Acessibilidade, tendo em vista alcançar o princípio de “Acessibilidade e Mobilidade para Todos” o Metropolitano de Lisboa lançou diversos concursos em 2023 para a modernizações e/ou substituições de equipamentos, nomeadamente elevadores e escadas mecânicas em várias estações da sua rede, tendo os mesmos culminado com o desenvolvimento de diversos trabalhos de obra em várias estações.

As acessibilidades em geral, e os elevadores e as escadas mecânicas em particular, são uma matéria prioritária para o Metropolitano de Lisboa. É nesse sentido que a empresa tem vindo a adaptar e a modernizar as suas estações e equipamentos por forma a dar cumprimento ao princípio da Acessibilidade e Mobilidade para todos, programa este que está em curso e que visa a modernização dos equipamentos existentes no sentido de conferir acessibilidade plena em todas as estações do Metropolitano de Lisboa. Esta modernização tem como critério a antiguidade e o impacto dos equipamentos nos clientes, tendo o Metropolitano de Lisboa começado por modernizar os equipamentos mais obsoletos e aqueles que têm uma maior utilização face ao movimento da estação em causa. A rede do Metropolitano de Lisboa dispõe de 117 elevadores e 244 escadas mecânicas (neste último estão incluídos os tapetes mecânicos).

A 31 de dezembro de 2023, 43 das 56 estações da rede do Metropolitano de Lisboa possuem acessibilidade plena, ou seja, 77% das estações já permitem o acesso pleno a pessoas com mobilidade reduzida, através de elevadores entre o átrio de bilheteiras e a superfície, e entre o átrio e o cais, bem como escadas mecânicas e/ou tapetes rolantes.

Quanto ao material circulante, o Metropolitano de Lisboa aguarda a entrega da primeira de catorze unidades triplas que se encontram em produção em Valência (Espanha). A sua produção segue a bom ritmo. Adicionalmente, o Metropolitano de Lisboa lançou, em novembro de 2023, um Concurso Público Internacional, para a aquisição de mais 24 novas unidades triplas (72 carruagens), com opção de mais 12 (36 carruagens) tendo em vista o reforço do material circulante afeto à rede do Metropolitano de Lisboa. Nos EUA continua o fabrico da nova carruagem Esmeriladora para

substituir a existente de 1976, cuja entrega está prevista ocorrer ao longo de 2024, representando um investimento de cerca de 8 milhões de euros.

No âmbito da bilhética, o Metropolitano de Lisboa disponibilizou o serviço *online* para adesão ao Cartão Navegante personalizado e introduziu os pagamentos *contactless* nos validadores das estações. Com a disponibilização destes serviços, o ML simplifica a aquisição do título de transporte e promove uma melhor fluidez nas deslocações dos seus clientes, sistema que tem tido uma elevada utilização.

Durante o ano de 2023 prosseguiram as intervenções planeadas com vista à substituição do sistema de sinalização da linha Azul por um novo sistema de controlo de comboios Communications-Based Train Control (CBTC). Este novo sistema nas linhas Azul, Amarela e Verde, melhorará a regulação do tráfego com uma redução muito significativa da frequência das nossas circulações de comboios e, conseqüentemente, potenciará um aumento da qualidade do serviço prestado ao cliente. A aquisição deste novo sistema representa um salto qualitativo na operação, na programação e na gestão de toda a rede do ML.

No âmbito da construção da linha Circular, que prevê a ligação das linhas Amarela e Verde, os projetos desenvolvem-se em bom ritmo nos quatro lotes adjudicados. Na empreitada do Lote 1 a ligação entre Rato, Estrela e Santos já é uma realidade. De modo idêntico a empreitada do Lote 3, a integração dos viadutos no Campo Grande e a instalação da cobertura acústica, trabalhos também concluídos em 2023, desenvolveram-se dentro do previsto. As maiores dificuldades surgiram no Lote 2 (entre Santos e Cais do Sodré) pelas características próprias da empreitada.

Ainda em abril de 2023 foi assinado o contrato para a empreitada de projeto e construção dos acabamentos e sistemas (Lote 4). O contrato foi celebrado com a Zagope, Comsa, ACE, Agrupamento complementar de Empresas, pelo valor de € 69.933.000,00 (sessenta e nove milhões novecentos e trinta e três mil euros), acrescido de IVA.

A expansão da linha Vermelha entre S. Sebastião a Alcântara deu mais um passo na sua concretização. Em dezembro de 2023, o Metropolitano de Lisboa aprovou a adjudicação desta Empreitada de Conceção e Construção à Mota-Engil – Engenharia e Construção, S.A., e SPIE Batignolles Internacional – Sucursal em Portugal. Com este prolongamento, a rede do Metropolitano de Lisboa estender-se-á cerca de quatro novos quilómetros e contará com quatro novas estações: Campolide/Amoreiras, Campo de Ourique, Infante Santo e Alcântara, esta última fará a ligação à futura Linha Intermodal Sustentável (LIOS Ocidental), promovendo uma rápida ligação ao Concelho de Oeiras.

Em relação ao Metro Ligeiro de superfície Loures/Odivelas o projeto também tem vindo a evoluir de forma bastante positiva. Previsto no Plano de Recuperação e Resiliência, o projeto da linha Violeta para a empreitada de conceção e construção da infraestrutura ferroviária, bem como a aquisição de material circulante e do sistema de sinalização, prevê um investimento inicial de 527,3 milhões de euros. Deste valor, 390 milhões de euros são provenientes do PRR, na modalidade de empréstimo e 137,3 milhões de euros do Orçamento do Estado. O procedimento de concurso público internacional foi lançado em março de 2024, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos do regime fixado no Código dos Contratos Públicos e prevê a construção de um metro ligeiro de superfície com cerca de 11,5 quilómetros de rede e 17 estações. No concelho de Loures serão construídas nove estações que servirão as freguesias de Loures, Santo António dos Cavaleiros e Frielas, numa extensão de 6,4 km. No concelho de Odivelas serão construídas oito estações que servirão as freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival de Basto, Odivelas, Ramada e Caneças numa extensão total de 5,1 km.

No que respeita à Inovação e Desenvolvimento Sustentável, o Metropolitano de Lisboa continuou com a implementação de diversas medidas com vista à redução do CO₂ e à neutralidade carbónica, que já atingiu em 2023.

Ao nível da inovação deu-se continuidade à implementação das propostas selecionadas no programa interno de Ideias e Projetos – MetroGO bem como à continuidade dos protocolos, com vista ao desenvolvimento de iniciativas de inovação conjuntas com o Instituto Superior de Engenharia da Universidade de Lisboa (ISEL) e a Universidade de Aveiro (UA), Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) entre outras instituições.

Para racionalizar e reduzir o consumo de energia na rede, procedeu-se à renovação dos sistemas de iluminação, sendo que 57% das estações já dispõem de sistema de iluminação integral de tecnologia LED. Num futuro próximo prevê-se, igualmente, colocar em serviço uma central fotovoltaica no Parque de Material e Oficinas das Calvanas, com capacidade para produzir 2 MW de energia por ano, uma medida que permitirá reduzir a dependência dos nossos fornecedores de energia em 5%.

Uma das áreas que merece uma continuada atenção do ML tem a ver com a procura de rentabilização do seu património físico disperso por variados lugares de Lisboa. Durante o ano de 2023 continuámos com o novo executivo da Câmara Municipal de Lisboa as negociações relativas à aprovação do plano urbanístico para os terrenos do antigo Parque de Material e Oficinas de Sete Rios, que, infelizmente, ainda não tiveram uma conclusão.

No domínio do Risco e *Compliance*, em 2023, o ML reforçou mecanismos de promoção da ética empresarial. Consolidou-se o Sistema de Gestão de Risco e reforçou-se o Programa de *Compliance* do ML, com o aumento da transparência e do envolvimento de todos os trabalhadores.

Em 2023, foram aprovados e divulgados, nos termos legais, os Relatórios de avaliação anual e intercalar decorrentes da aplicação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), tendo sido remetidos para os órgãos competentes e encontrando-se disponíveis na intranet e site da Empresa.

Sendo a Cibersegurança um fator tão importante atualmente, o Metropolitano de Lisboa também procedeu ao incremento das condições de Cibersegurança e ao desenvolvimento de ações com vista à promoção da cultura de segurança da informação na empresa.

Em termos financeiros, o ML viu mantido, em 2023, o seu rating de longo prazo de BBB+ *investment grade*, com Outlook estável, relativamente ao ano de 2022.

Ao nível da gestão do capital humano realce-se a concretização de admissões para áreas de especial relevo na empresa, quer para reforço de equipas de várias direções, quer para substituição de quadros que entretanto atingem a idade de reforma. Estes processos surgem na sequência da autorização concedida pelo Governo, no âmbito do Plano de Atividades e Orçamento de 2023, para a contratação de 73 trabalhadores especialmente para as áreas das estações e manutenção. O preenchimento destas vagas permitiu a concretização de dois concursos internos para a formação de maquinistas, reforçando assim os planos de oferta.

As admissões para a área de manutenção permitiram o reforço das equipas para o cumprimento dos Planos de Manutenção e, simultaneamente, o rejuvenescimento dos quadros, reforçando o *know-how*.

Uma especial referência, também, ao lançamento do segundo Programa *Trainees* para a descoberta e eventual reforço de jovens quadros e o reforço dos compromissos com os temas de responsabilidade social com várias iniciativas de significativo impacto no Metropolitano de Lisboa.

Cumprir salientar a continuidade na valorização da importância da contratação coletiva, enquanto instrumento indispensável à promoção da paz social e à melhoria do bem-estar dos trabalhadores. Em 2023, o Metropolitano de Lisboa assinou acordos com as associações sindicais representativas dos trabalhadores do Acordo de Empresa para a generalidade dos trabalhadores e para o Acordo de Empresa dos Técnicos Superiores concluindo, assim, o Processo de Negociação Coletiva com a atualização das tabelas salariais (e cláusulas a ela indexadas) em 3%.

Durante o ano de 2023 o Metropolitano de Lisboa continuou a diligenciar junto do Estado a celebração de um Aditamento ao “Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte por Metropolitano de Passageiros”, datado de 23 de março de 2015 e com vigência até 01 de julho de 2024. O referido Aditamento foi outorgado em 27 de março de 2024, estando em curso a fiscalização prévia do mesmo pelo Tribunal de Contas.

No tocante às empresas participadas do Metropolitano de Lisboa, relativamente à Ferconsult, S.A. (empresa 100% detida pelo Metropolitano de Lisboa) a sua atividade, no decorrer de 2023, continuou focada no âmbito do encerramento dos projetos internacionais na Argélia.

No que respeita à Metrocom, S.A., empresa que explora os espaços comerciais existentes nas estações (e igualmente detida a 100% pelo Metropolitano de Lisboa), ao longo de 2023 a sua atividade foi afetada pelos impactos da subida da inflação e das taxas de juro e o conseqüente abrandamento da procura, resultando na redução da procura dos espaços comerciais e em pedidos antecipados, por parte de lojistas, de rescisões de contratos. O Volume de Negócios em 2023 manteve-se a níveis abaixo das expectativas, com uma redução de 2% face ao período homólogo de 2022 e inferior em 11,6% ao ano de 2019.

A atividade do TREM, ACE e TREM II, ACE (detidos a 90% pelo Metropolitano de Lisboa) centrou-se na gestão dos seus ativos e passivos, e nas obrigações daí decorrentes.

O Metropolitano de Lisboa contribui para a melhoria da mobilidade na área Metropolitano de Lisboa, fomenta a acessibilidade e a conectividade em transporte público, promove a redução dos tempos de deslocação, a descarbonização e a mobilidade sustentável e, desta forma, reafirma o seu esforço no sentido de continuar a seguir os melhores padrões de qualidade através da aposta em novas formas de fidelização e de captação de novos clientes.

Aos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, as palavras serão de reconhecido agradecimento pela forma profissional e empenho que sempre evidenciaram, disponibilizando-se, no quadro das respetivas competências, para garantir a atividade diária da empresa de forma a alcançar os objetivos referidos no presente relatório.

O nosso agradecimento a todos aqueles que colaboraram direta ou indiretamente com o Metropolitano de Lisboa e que contribuíram diariamente para fazer desta empresa uma empresa de referência no setor da mobilidade e na descarbonização.

Vitor Domingues dos Santos

Presidente do Conselho de Administração

Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

Quadro 1 – Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

INDICADORES DE ATIVIDADE	Un.	2023	2022	Var. 2023/2022	
				Abs	%
Indicadores de PROCURA ¹					
PT (Passageiros Transportados)	10 ³	165 874	136 726	29 149	21,3
PKT (Passageiros x km)	10 ³	876 126	711 833	164 294	23,1
Indicadores de OFERTA					
Ckm (Carruagens x km)	10 ³	28 971	27 965	1 005	3,6
LKO (Lugares x km)	10 ⁶	3 708	3 580	129	3,6
Qualidade de Serviço					
Regularidade	%	104,1	96,8	-	7,3 p.p.
Taxa de Ocupação	%	23,6	19,9	-	3,7 p.p.
INDICADORES DE RH					
Nº de efetivos a 31.Dez	Un.	1 581	1 575	6	0,4
Massa Salarial *	m€	67 913	64 064	3 849	6,0
Indemnizações por Rescisão	m€	0	0	0	-
ESTRUTURA ACIONISTA					
Total do Capital Social	M€	3 906,8	3 849,3	58	1,5
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL					
Ativo não corrente	M€	5 662,7	5 634,3	28	0,5
Ativo corrente	M€	240,9	216,6	24	11,2
Total Ativo	M€	5 903,7	5 850,9	53	0,9
Capital Próprio	M€	1 921,0	1 914,8	6	0,3
Passivo	M€	3 982,7	3 936,0	47	1,2
Total Capital Próprio e Passivo	M€	5 903,7	5 850,9	53	0,9
INVESTIMENTOS ¹					
Infraestruturas de Longa Duração	M€	84,2	44,2	40	90,4
Outros Investimentos	M€	5,8	5,9	(0)	(0,8)
Despesa de Investimento	M€	90,1	50,1	40	79,7
INDICADORES DE ESTRUTURA					
Passivo Remunerado	M€	3 302	3 293	9	0,3
Autonomia Financeira %	%	32,54	32,73	-	(0,2) p.p.
Solvabilidade %	%	48,23	48,65	-	(0,4) p.p.
INDICADORES FINANCEIROS					
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	19	21	(2)	(9,5)
Volume de Negócios Consolidado	M€	133,97	111,95	22	19,7
EBITDA Consolidado (corrigido) ² *	M€	(5,48)	(2,79)	(3)	(96,9)
Margem do EBITDA Consolidado (corrigido)	%	(4,09)	(2,49)	-	(1,6) p.p.
Rendimentos Operacionais Consolidados (corrigidos) ²	M€	136,65	124,40	12	9,8
Gastos Operacionais Consolidados (corrigidos) ²	M€	(142,14)	(127,18)	(15)	(11,8)
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais Consolidados (corrigidos)	%	(96,1)	(97,8)	-	1,7 p.p.

¹ A "Despesa de investimento" apenas considera o investimento líquido de TPE e de encargos financeiros.

² Valor corrigido de Provisões, Ajustamentos, Imparidades, Aumentos/reduções de justo valor, Subsídios ao investimento, Equivalência patrimonial/subsidiárias e outras rubricas non-cash.

* Valores reexpressos

II. ORGANIZAÇÃO

O ML e as suas Participadas

O Metropolitano de Lisboa presta serviços de transporte público de passageiros por metropolitano na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes em regime de concessão. Para o efeito desenvolve atividades conexas como sejam a operação, a promoção do Transporte Público (TP) e a manutenção da infraestrutura.

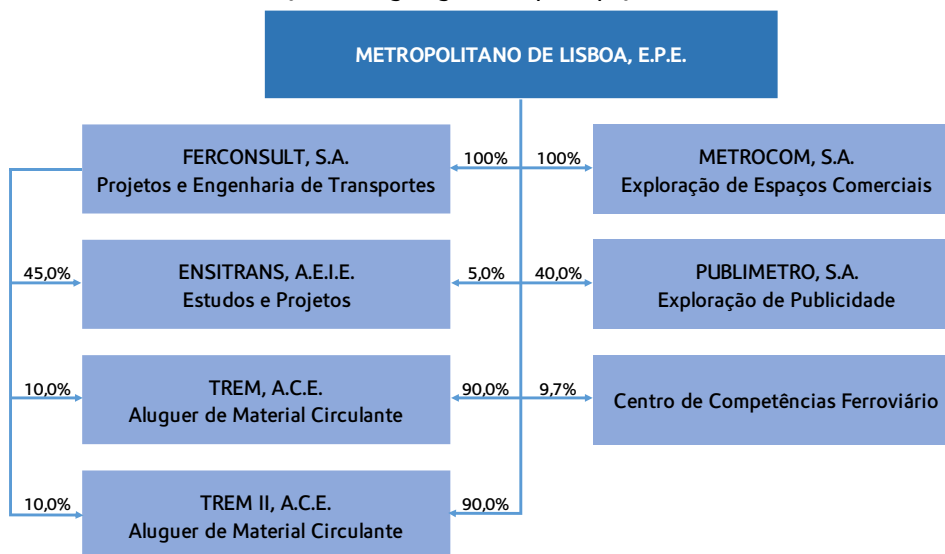
Explora ainda, de forma comercial, os espaços existentes na rede, através da cedência de espaços para lojas, máquinas de *vending* e outros, através da Metrocom, S.A. e venda de serviços de publicidade, através da Publimetro, S.A..

A participada Ferconsult S.A., detida a 100% pelo ML, assumiu-se como o principal parceiro do Metropolitano de Lisboa para o desenvolvimento da sua rede, designadamente na construção de novas linhas e a expansão das existentes. Na sequência da implementação do plano de reestruturação, no final de 2020, os trabalhadores desta entidade foram integrados no quadro de pessoal da empresa-mãe.

Através da nomeação do Conselho de Administração para o mandato 2022-2024 pelo Despacho n.º 9167/2022, dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Ambiente e da Ação Climática, de 13 de julho (D.R. 2ª série – n.º 144, de 27 de julho de 2022), o atual Conselho de Administração entrou em funções a 13 de julho de 2022.

Por Despacho n.º 8113/2023, de 8 de agosto, do Ministro do Ambiente e da Ação Climática e Secretário de Estado do Tesouro (DR 2.ª Série – n.º 153, de 8 de agosto de 2023), foi designada para o cargo de vogal do conselho de administração da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., para completar o mandato 2022-2024, a Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa, com efeitos a 10 de agosto de 2023.

Ilustração 1 – Organograma de participações sociais



Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma Entidade Pública Empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se por estatutos próprios e pela lei aplicável às empresas públicas.

A Ferconsult, S.A. e a Metrocom, S.A. são empresas detidas integralmente pelo Metropolitano de Lisboa.

O “Manual do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente”¹ foi aprovado pelo Conselho de Administração que autorizou incluir a referência da Certificação pela norma NP4475, a integração da Ferconsult e respetivo ajuste de processo.

O referido Manual é um documento onde são definidas as diretrizes do “Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente” do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa.

Em 2021² o Conselho de Administração deliberou aprovar a substituição da “Missão, Visão e Valores” para a adoção dos conceitos “Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão”, que a seguir se enunciam:

Propósito

Ser o eixo central da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Âmbito

Prestar um Serviço de transporte público de passageiros no modo metropolitano ou noutros sistemas de mobilidade em canal dedicado, onde se insere a gestão global da infraestrutura nomeadamente a conceção, a produção da construção e a exploração, incluindo a exploração de espaços comerciais, orientado para o cliente, em regime de concessão atribuída pelo Estado promovendo a mobilidade sustentável e visando a melhoria da qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

Princípios de Gestão

As decisões gestionárias tomadas pelo Metropolitano de Lisboa refletem os seguintes princípios de gestão:

- O superior interesse dos nossos clientes.
- As expectativas das diferentes partes interessadas construindo relações duradouras de confiança com os nossos trabalhadores, clientes, parceiros e comunidades.
- O desenvolvimento do negócio de forma socialmente responsável e sustentável articulando-se de forma estreita e concertada com os restantes operadores de transporte público.
- A promoção do transporte público e da mobilidade sustentável.
- O rigor, a transparência e o comportamento ético.
- A qualidade e segurança na prestação do serviço com recurso a soluções inovadoras, eficientes e criando valor nas áreas em que atuamos.

Política de Gestão

O Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente (SGQA) rege-se por um conjunto de pressupostos definidos pelo Conselho de Administração (CA) e baseados nos princípios gerais do ML:

- **A satisfação do cliente como objetivo central** – Concebendo e mantendo um serviço de transporte público de passageiros que dê resposta às expectativas e necessidades dos nossos clientes e demais partes interessadas.
- **Uma liderança empenhada e comprometida** – Garantindo o alinhamento organizacional aos diversos níveis, definindo uma estratégia e objetivos claros para a organização e acompanhando a consecução desses objetivos.
- **Responsabilidades partilhadas e claramente definidas** – Definindo responsabilidades claras aos vários níveis da organização e fornecendo os meios para que as responsabilidades possam ser assumidas.
- **O envolvimento e qualificação das trabalhadoras e dos trabalhadores** – Sensibilizando, qualificando e incentivando as trabalhadoras e os trabalhadores a participarem ativamente na melhoria dos processos, ao nível da sua eficiência, do seu desempenho ambiental e da mitigação dos riscos associados.
- **A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados** – Identificando os processos chave da cadeia de valor, e as suas interações, de forma a garantir a eficiência da gestão.

¹ Deliberação n.º 1625645, de 07 de abril de 2022.

² Deliberação n.º 1587859, de 16 de setembro de 2021.

- **A melhoria contínua do desempenho** – Através de um Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) dotado de mecanismos que permitem monitorizar a eficiência dos processos e o desempenho ambiental incluindo o desempenho energético, divulgar esses dados de forma transparente e identificar e implementar oportunidades de melhoria.
- **A tomada de decisões de forma sustentada** – Garantindo que existem dados que permitam que a tomada de decisões seja baseada em factos.
- **O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores** – Definindo níveis de serviço e boas práticas de qualidade e ambiente, e trabalhando conjuntamente com vista a garantir o seu cumprimento e melhoria contínua com vantagens para ambas as partes.
- **A gestão dos impactes ambientais** – Identificando e avaliando os aspetos e impactes ambientais, implementando medidas com vista a minimizar os aspetos ambientais significativos negativos, incluindo os consumos energéticos e maximizando os impactes ambientais positivos.
- **O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis** – Identificando os requisitos aplicáveis à Organização (legislação, normas e compromissos assumidos voluntariamente) e definindo medidas com vista a ser assegurado o seu cumprimento e a transposição célere para a organização de novos requisitos.
- **A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado** – Procurando em permanência conhecer as melhores práticas e as melhores soluções no mercado, verificar da sua aplicabilidade ao serviço prestado e implementá-las sempre que adequado.

Carta do Cliente

A. Declaração de Compromisso

O Metropolitano de Lisboa tem como principal objetivo melhorar continuamente a qualidade de serviço prestado, de modo a satisfazer as necessidades e responder às expectativas dos clientes, tendo como base uma gestão sustentável. A presente Declaração de Compromisso visa reforçar o diálogo entre a Empresa e os seus Clientes, contribuindo para o bem-estar social.

I. Oferta de serviço de transporte:

- Fornecer um serviço de qualidade e adequado às expectativas do cliente;
- Contribuir para o reforço da articulação intermodal;
- Implementar horários que correspondam eficazmente à procura existente.

II. Recursos humanos:

- Assegurar a qualidade dos recursos humanos para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando condições de conforto, qualidade e rigor.

III. Segurança:

- Promover e aplicar, em permanente colaboração com as forças de autoridade, as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte e na sua utilização, bem como garantir a segurança dos clientes;
- Manter os veículos em bom estado de conservação;
- Assegurar que os equipamentos ao dispor do cliente se encontram em perfeitas condições de funcionamento.

IV. Acessibilidades:

- Em colaboração com as entidades competentes assegurar a acessibilidade de todos os clientes mesmo daqueles cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida.

V. Regularidade:

- Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação perturbações do serviço.

VI. Sugestões e reclamações:

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações, fazer a sua análise, promover medidas de melhoria e providenciar em tempo útil a respetiva resposta;
- Avaliar periodicamente, através de inquérito específico, o nível de satisfação dos clientes.

VII. Informação e apoio ao cliente:

- Disponibilizar de uma forma perceptível e rigorosa, em espaços próprios e através dos diversos suportes de comunicação com o cliente, a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço;

- Dinamizar a rede de vendas disponibilizando diversas formas e meios para aquisição dos títulos de transporte;
- Disponibilizar canais e espaços próprios que permitam ao cliente resolver situações anómalas ou que pela sua especificidade necessitem de uma análise especializada.

VIII. Ambiente

- Cumprir os requisitos legais quanto a emissões poluentes, contribuindo para a proteção do meio ambiente;
- Promover e disponibilizar meios que facilitem ao cliente as boas práticas de proteção do ambiente.

IX. Limpeza e conservação:

- Garantir que as estações, os veículos e os equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza.

B. Deveres do Cliente

A colaboração dos clientes é fundamental para atingir os índices de qualidade propostos. Neste sentido, a utilização do ML deve ser efetuada respeitando regras simples, que permitirão uma melhor qualidade do serviço prestado, com benefícios para todos. Assim, os clientes devem:

- Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo aos agentes ao serviço da empresa sempre que for solicitado;
- Validar sempre o título de transporte, se não o fizer, o cliente incorre em transgressão (Lei n.º 28/2006, de 4 de julho, com alterações introduzidas pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro);
- Não fumar nas instalações e no interior dos veículos, se o fizer, o cliente incorre em infração prevista e punida por lei (Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto art.º 4 n.º1 alínea u);
- Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais (Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro, Portaria n.º 968/2009, de 26 de agosto e Portaria n.º 422/2004, de 24 de abril), bicicletas e outros objetos particulares, que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
- Utilizar os equipamentos de forma adequada;
- Respeitar o sinal de fecho de portas e os avisos de segurança;
- Colaborar com os clientes prioritários e de mobilidade reduzida sempre que necessário e respeitar os lugares que lhes são destinados;
- Ajudar a manter os locais de espera e veículos limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo;
- Evitar produzir ruído que possa incomodar os outros passageiros;
- Alertar os agentes ao serviço da empresa para a existência de alguma situação anómala ou perigosa.

Em síntese, o cliente deve comportar-se de um modo responsável e cumpridor, seja em relação a outros clientes, ou aos agentes ao serviço da empresa, respeitando sempre as indicações que estes transmitam.

III. ANÁLISE DE CONTEXTO

Partes Interessadas

Para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e Metrocom, S.A., tanto no presente como no futuro, as partes interessadas são todos os grupos identificados em concordância com as orientações da *AA1000 Stakeholder Engagement*, cuja qualidade de vida possa ser afetada pelas atividades desenvolvidas.

Para o efeito, e para além da inclusão de todos aqueles com que estas empresas têm relações contratuais ou regulamentares (clientes; trabalhadores e reformados; fornecedores; Tutela; organismos e associações a que o ML aderiu voluntariamente), foi efetuada uma análise do impacto da atividade das mesmas de forma a identificar outro tipo de dependências ou relações.

Ilustração 2 - Os stakeholders do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa



Para as diversas partes interessadas foram identificadas as obrigações de conformidade e os documentos que as traduzem, bem como a forma de auscultação.

Quadro 2 - Alinhamento dos stakeholders com as formas de auscultação

	OBRIGAÇÕES DE CONFORMIDADE (Tipo de documentação)	FORMAS DE AUSCULTAÇÃO /COMUNICAÇÃO
CLIENTES	Carta do Cliente NP 4475 – Transporte público de passageiros – Rede de Metro – Características e fornecimento do serviço	Inquérito de Satisfação do Cliente (ISC) Reclamações Site da Empresa
TUTELA	Contrato de concessão (<i>Aditamento submetido ao Tribunal de Contas para obtenção de visto prévio</i>)	Reuniões Correio eletrónico Plataformas do Setor do Estado
ENTIDADES REGULADORAS, DE SUPERVISÃO E DE INSPEÇÃO	Legislação e outros requisitos legais aplicáveis em vigor ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade – Requisitos	Auditorias Reportes de informação financeira e não financeira
TRABALHADORES	Contrato de Trabalho Acordos de Empresa: AE II (Licenciados e Bacharéis) e AEI (Trabalhadores não licenciados)	Portal da Empresa Correio eletrónico Questionário de Satisfação dos Trabalhadores (Estudo de Clima da Empresa)
FORNECEDORES	Contratos	Avaliação de Fornecedores SaphetyGov
COMUNIDADE	ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização ISO 50001 – Sistema de Gestão de Energia – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização (<i>em fase de implementação</i>)	Site do ML Reclamações ambientais
OUTROS OPERADORES DE TRANSPORTE	Decisões documentadas tomadas na TML	Reuniões Correio eletrónico
ORGANISMOS, ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES	Estatutos, Protocolos ou Cartas de Compromisso (adesão voluntária do ML)	Correio eletrónico
LOJISTAS DO ESPAÇO ML	Acordos de cedência de espaços	Inquérito de Satisfação aos lojistas Auditorias internas

1. Análise Externa

A análise anual ao contexto externo, elaborada no presente Relatório Consolidado, é efetuada de acordo com a metodologia PESTAL, utilizando, para o efeito, uma análise com base nos seguintes vetores:

Política

No quadro de uma maioria absoluta, o XXIII Governo Constitucional da República Portuguesa fez aprovar na Assembleia da República a proposta de Orçamento de Estado para 2023 (OE2023), publicada a 30 de dezembro de 2022 em Diário da República. O OE2023 materializou a contínua aposta no setor das infraestruturas, nomeadamente nos transportes coletivos e mobilidade sustentável.

A segunda metade do ano ficou marcada pela instabilidade política a nível internacional, assente na guerra entre Ucrânia e Rússia, e ainda o conflito Israel-Hamas, no médio oriente, um polo regional de instabilidade com repercussões geopolíticas a nível global. De relevar ainda a dinâmica de forças de vários blocos de nações, com a entrada da Finlândia e Suécia na NATO, bem como a deriva oriental da Rússia, a nível económico, com o comércio entre China e a Federação Russa a aumentar em 26,3% em 2023. Este quadro de grande instabilidade a nível internacional, potencialmente disruptivo da atividade económica, pode contribuir para uma retração do investimento dada a incerteza que se vive no atual quadro. Antevê-se também uma política industrial comum à EU orientada para um maior investimento no setor da defesa.

Em novembro de 2023, o Governo em funções apresentou a sua demissão, aceite pelo Presidente da República, que, posteriormente, dissolveu o Parlamento e convocou eleições para dia 10 de Março de 2024.

Económica

Em 2023, a economia nacional cresceu 2,3%, indicando que a subida de 0,8% do PIB no quarto trimestre do ano, face ao anterior, permitiu que o país escapasse à chamada recessão técnica. A procura interna teve um contributo positivo para a variação anual do PIB, apesar do ano ter ficado marcado pela desaceleração do consumo privado, associado à alta de preços, e do investimento. Em termos nominais, o PIB aumentou 9,7%, atingindo cerca de 265,7 mil milhões de euros. Com base neste resultado, 2023 é o segundo ano consecutivo em que o PIB cresce acima da zona Euro e o sexto desde 2016.

Quadro 3 – Variação do PIB face ao período homólogo

Variação do PIB face ao período homólogo (%)					
2023	1ºT 2023	2ºT 2023	3ºT 2023	4ºT 2023	2022
2,3%	2,5%	2,6%	1,9%	2,2%	6,7%

Fonte: INE

As exportações observaram um crescimento homólogo real de 4,2%, atingindo um peso no PIB de 47,4% (30,5% em bens e 16,9% em serviços). Em 2023 o aumento das exportações totais foi de 4 milhões de euros.

Em 2023, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 4,3%, taxa inferior à registada no conjunto do ano 2022 (7,8%). De acordo com o INE, a taxa de variação homóloga do IPC total evidencia a trajetória de descida verificada ao longo do ano, destacando-se os meses de abril e maio, que registaram abrandamentos de 1,7 p.p.. A desaceleração do IPC verificada na maioria das categorias de produtos reflete o efeito associado ao aumento de preços em 2022, a diminuição dos preços no setor da energia e a isenção do IVA aplicada a alguns bens alimentares essenciais a partir de maio. Por conseguinte, os custos de construção voltaram a aumentar mas a um ritmo menos acelerado, face ao verificado nos dois últimos anos. Este abrandamento é explicado pela queda dos preços dos materiais, numa altura em que os custos da mão-de-obra continuam a aumentar. Neste contexto e depois de dez subidas, o BCE, pela segunda vez, decide no final de 2023 não mexer nas taxas de juro apesar de a inflação começar a dar sinais de abrandamento.

Por outro lado, a baixa execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) verificada em 2023 enfrenta desafios devido à reduzida capacidade de implementação, podendo comprometer os investimentos e ações planeadas de impulsionamento da economia e da promoção do desenvolvimento social.

Quadro 4 – Total de Dormidas

	Total de Dormidas (10 ³)				
	2023	2022	2019	Var (%) 2023/2019	Var (%) 2023/2022
Nacional	77.151,1	69.571,3	70.159,0	10,0%	10,9%
AM Lisboa	20.256,1	17.996,7	18.639,1	8,7%	12,6%

Fonte: INE

O sector do turismo continua a mostrar bons resultados. Até dezembro de 2023, registou um total de 77,2 milhões de dormidas e 30,0 milhões de hóspedes, o que representa um aumento respetivo de 10,7% e 14,9%, face ao período homólogo de 2022. Já os proveitos totais do sector turístico foram de 5,7 mil milhões de euros para o mesmo período, superior em 20,4% na comparação homóloga.

Os sólidos desempenhos nas finanças públicas e no crescimento económico tiveram impacto positivo na avaliação das agências de *rating* quanto à notação e perspetiva da dívida portuguesa de longo prazo. Assim, a Standard & Poor's (S&P) subiu o *rating* de Portugal de 'BBB+' para 'A-', passando a perspetiva para 'estável'. Esta decisão coloca Portugal com a notação de risco nos patamares "A" em todas as quatro principais agências de *rating* (S&P, Moody's, Fitch e DBRS), pela primeira vez em 13 anos.

Social

No quadro social, o ano de 2023 foi marcado por alguma agitação derivada da crise inflacionista que atingiu a UE. Com efeito, a política monetária restritiva aplicada pelo BCE no sentido de controlar a inflação, resultou num aumento generalizado dos bens de consumo e a consequente perda de poder de compra da população. Apesar das políticas orçamentais do governo de apoio às famílias mais desfavorecidas, facto é que a população sentiu uma perda de rendimento, agravada também pelo aumento dos encargos financeiros, no caso de pessoas que possuam crédito à habitação com taxa de juro variável contratada.

Quadro 5 – Taxa de desemprego

	Taxa de Desemprego face ao período homólogo (%)					
	2023	1ºT 2023	2ºT 2023	3ºT 2023	4ºT 2023	2022
Nacional	6,5%	7,2%	6,1%	6,1%	6,6%	6,0%
AM Lisboa	6,8%	7,3%	7,0%	6,1%	6,7%	7,2%

Fonte: INE

Apesar do aumento generalizado do custo de vida, o desemprego manteve-se baixo, verificando-se contudo um aumento de 0,5 p.p. na taxa de desemprego a nível nacional.

No setor da habitação ficou clara a existência de uma grave crise que, contudo, segue a tendência verificada em outros grandes polos urbanos europeus. Segundo o *Financial Times*, fatores como o país atrair cada vez mais estrangeiros, o Alojamento Local (AL) ter crescido quase sem limitações, em linha com as estatísticas do Eurostat que revelam que Portugal é o país da Europa onde é maior a percentagem de dormidas em AL, são alguns dos fatores que contribuíram para a falta de oferta na habitação em Lisboa, onde a construção tem também sido escassa.

Quadro 6 – Proporção da população empregada em teletrabalho

Proporção da População Empregada em Teletrabalho (%)	
2023	2022
17,8%	17,0%

Fonte: INE

Relativamente aos padrões sociais a nível laboral, e confirmando a tendência que vinha sendo afirmada desde a pandemia, a proporção da população empregada em teletrabalho cifrou-se, no conjunto do ano de 2023, em 17,8%, registando um aumento de 0,8 p.p. face ao período homólogo. Em 2023, o ML ainda não atingiu os níveis de passageiros transportados pré-pandemia, levando a crer que um dos fatores se prenda com a fixação de novos locais de trabalho em casa dos trabalhadores.

Tecnológica

As novas tecnologias têm provocado uma verdadeira disrupção nos diversos modelos de negócio. Vivemos numa era marcada por avanços tecnológicos rápidos e constantes, pelo que a transformação digital tem revolucionado diversos setores de atividade e a mobilidade urbana não é exceção.

Uma dessas tecnologias é a IoT que permite a interconexão de dispositivos e veículos inteligentes, possibilitando a recolha de dados em tempo real. Os dados recolhidos permitem entender os padrões do tráfego, identificar congestionamentos e otimizar rotas de transporte público, sendo um dos objetivos mais importantes para a empresa, conhecer em detalhe os seus clientes e tendências do mercado. Outra tecnologia-chave é a Inteligência artificial (IA) que, através de algoritmos, permite analisar grandes volumes de dados (*Big Data*) por forma a melhorar a previsibilidade do transporte e a personalizar serviços de mobilidade que respondam às necessidades individuais. Além disso, a utilização de aplicativos móveis e de plataformas partilhadas está a revolucionar o modo como as pessoas acedem ao transporte e que se traduz numa série de benefícios para as cidades e seus habitantes, reduzindo o tráfego e as emissões de GEE. De acordo com o inquérito à utilização de tecnologias de informação e da comunicação nas empresas

realizado pelo INE mostra que apenas 7,9% das empresas portuguesas utiliza tecnologia de IA em 2023, mais 0,7 p.p. que em 2021. Contudo, esta proporção aumenta com o escalão de pessoal ao serviço para os 35,4% nas empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço.

No campo tecnológico, Portugal continua a investir em inovação e pesquisa, com destaque para o desenvolvimento de soluções digitais e a criação de um ecossistema mais favorável às *startups*. Em 2023, registou-se um aumento na adoção de tecnologias sustentáveis, visando a redução da pegada de carbono, pelo que Portugal aposta em novas tecnologias energéticas (como o hidrogénio) para acelerar a transição energética. Neste sentido, para uma descarbonização mais rápida é urgente reforçar a utilização de energias renováveis e o hidrogénio verde tem vindo a ganhar relevância neste processo.

A digitalização de processos por seu turno permite às empresas automatizar tarefas, reduzir erros e aumentar a eficiência. Por outro lado, as tecnologias sem contacto, como os pagamentos por aproximação, têm-se mostrado muito úteis, já que ajudam a reduzir a necessidade de contacto físico e, conseqüentemente, a propagação de doenças. Além disso, podem melhorar as experiências dos clientes.

A cibersegurança exige uma abordagem proactiva e em camadas para garantir a proteção adequada contra ameaças cibernéticas em constante evolução. O “Relatório Cibersegurança em Portugal – tema Sociedade 2023” lançado recentemente refere que o aumento da exposição ao ciberespaço e o crescimento das ações de sensibilização em cibersegurança em Portugal são algumas das conclusões deste relatório da CNCS. A proteção de dados pessoais e informações sensíveis tornam-se cada vez mais importantes, exigindo soluções e estratégias de segurança avançadas. Neste contexto, as empresas e organizações que investirem em tecnologias e medidas de segurança robustas estarão melhor preparadas para enfrentarem os desafios no futuro.

Ambiental

As alterações climáticas representam um dos maiores desafios para a humanidade no século XXI. O aumento do custo dos recursos naturais é consequência direta das alterações climáticas e de fenómenos extremos, como inundações, secas, ondas de calor (aumento da temperatura), ciclones tropicais e incêndios florestais, que se tornaram mais frequentes. O ano de 2023 bateu todos os recordes climáticos (calor dos oceanos, subida do nível do mar, perda de gelo marinho na Antártida e recuo dos glaciares), sobretudo entre junho e outubro, ficando marcado como o ano de fenómenos extremos e o mais quente de sempre.

Para enfrentar os desafios das alterações climáticas é fundamental que haja um esforço em adotar medidas de mitigação, como a redução das emissões de gases de efeito estufa, e de adaptação, como o fortalecimento da resiliência das comunidades.

A saúde pública é outra das áreas afetadas pelas alterações climáticas, com a qualidade do ar a piorar devido à poluição, e novas doenças que vão surgindo em resultado das condições climáticas extremas. Neste sentido, é fundamental que sejam implementadas medidas sustentáveis, como a promoção da mobilidade sustentável e a preservação dos ecossistemas naturais, de modo a ser possível enfrentar os desafios das alterações climáticas, protegendo o planeta das gerações futuras.

O ML acompanhou, na fase de elaboração, o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML), o qual sintetiza os riscos, atuais e futuros, promovendo a criação de condições para reduzir a vulnerabilidade climática da AML, identificando zonas críticas e medidas de mitigação. O ano de 2023 acabou tal como começou, com cheias nos municípios de Lisboa, aguardando-se que a construção dos túneis de drenagem, no futuro, ajudem a mitigar os impactos deste fenómeno. Perante estas condições meteorológicas, algumas estações de Metro sofrem constrangimentos com impacto no funcionamento do serviço, no entanto, para fazer face aos impactos diretos destes fenómenos, o ML possui uma estrutura resiliente.

Legal

A evolução dos requisitos legais aplicáveis ao grupo de empresas do ML, quer da legislação nacional, quer da comunitária, tem vindo a tornar-se mais exigente com as novas obrigações de reporte, especialmente, no que diz respeito à sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Com a crescente preocupação no meio ambiente, as compras ecológicas tornam-se cada vez mais uma prioridade para as organizações que procuram encontrar formas de reduzir o seu impacto ambiental e promover a sustentabilidade.

Desde 1 de janeiro de 2022 que as empresas devem começar a divulgar informação em concordância com a taxonomia da UE, dando cumprimento aos requisitos divulgados ao abrigo da Diretiva de Informação Não Financeira (NFRD) e do Regulamento da Taxonomia. Neste sentido, os participantes do mercado que estão abrangidos pela NFRD têm que divulgar informação sobre os seus esforços na adaptação e mitigação das alterações climáticas relativamente às atividades económicas específicas de acordo com as regras da taxonomia. Pelo que, é importante que as organizações estejam preparadas para enfrentar novos desafios e que estejam atentas às mudanças.

A existência de um contrato de concessão adequado, mesmo que exigente, permite que a empresa melhore a sua eficiência e a qualidade do serviço. Por outro lado, a sua revisão, atualmente em curso, poderá trazer possíveis mudanças e melhorias para a qualidade do serviço público prestado.

Por outro lado, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), em vigor desde maio de 2018, continua a ser uma preocupação para as empresas, que exige a nomeação de um *Data Protection Officer* (DPO) que seja responsável por garantir que a empresa cumpra as regulamentações de privacidade e proteja os dados dos seus clientes. Neste sentido, o ML, desde 2018, passou a dispor de um DPO, o qual tem vindo a introduzir todas as alterações necessárias para garantir o cumprimento cabal da legislação em vigor.

2. Análise Interna

A par da análise ao contexto externo é elaborada também uma análise ao contexto interno da organização. Esta análise é feita para os seguintes vetores:

Organização

A estabilidade da estrutura organizativa representada, desde abril de 2017, no organograma do ML (ver Ilustração 5 – Organograma do Metropolitano de Lisboa, na página 26), tem procurado fomentar o bom funcionamento e crescimento do negócio.

No entanto, mesmo com uma organização relativamente estável, as carências de comunicação existentes podem comprometer todo o sistema, pelo que é essencial investir em canais de comunicação eficazes, incentivando ao diálogo e à colaboração entre trabalhadores de modo a promover um ambiente de trabalho inclusivo e participativo.

Atualmente, o ML encontra-se numa fase de expansão da sua rede e melhoria dos serviços, destacando-se os grandes investimentos em curso com a Linha Circular, os projetos de sinalização e aquisição de novo material circulante, o prolongamento da linha Vermelha a Alcântara e a ligação dos concelhos de Odivelas e Loures com a construção do Metro Ligeiro de Superfície (MLS). Neste contexto, o Governo em julho de 2022, através do Ministro das Finanças e do Ministro do Ambiente e da Ação Climática nomeou um novo Conselho de Administração para o mandato 2022-2024³. Em agosto de 2023, o Governo nomeou um novo vogal para o Conselho de Administração para completar o mandato em vigor.⁴

O ML, durante a fase de pandemia, viu-se obrigado a adaptar rapidamente a organização do trabalho às exigências do Governo. Desde então, tem promovido o teletrabalho na empresa ao implementar experiências piloto em algumas áreas. O ano de 2023 ficou marcado pelo alargamento pleno do teletrabalho à generalidade das áreas da empresa, entrando em vigor a 1 de abril o novo “Regulamento da atividade em regime de teletrabalho”.

Processos

Os processos de trabalho e a forma como são desenvolvidas as atividades no Metropolitano de Lisboa encontram-se definidos e documentados, entre outros, nos Manuais de Processo.

Dada a estabilidade da atividade do Metro, a experiência já existente e a prática de ter processos sempre baseados nas melhores práticas (nacionais e internacionais), sustentadas pelo conhecimento e o acompanhamento por via do *benchmarking* de organizações internacionais, como a UITP, a ALAMYS ou o COMET, leva a que os processos de trabalho sejam, na sua grande maioria, eficazes e eficientes.

A continuidade dada ao projeto de implementação de uma cultura de inovação tem tentado, paulatinamente, melhorar as metodologias seguidas por alguns processos, abrindo a empresa ao exterior e implementando novos métodos de trabalho.

O ML, desde 2021, dá continuidade à certificação do seu serviço de transporte público de passageiros pela NP 4475:2020, encontrando-se claramente definidos os requisitos a cumprir para que o serviço ao cliente seja considerado de qualidade, obrigando o ML a monitorizar permanentemente esses mesmos requisitos.

Recursos Humanos

Em 2023 deu-se continuidade, assim, ao processo iniciado em 2018 de recrutamento de novos elementos para as áreas comercial e de manutenção, mas também de técnicos superiores para outras áreas chave da empresa. No total foram celebradas 49 admissões, que possibilitaram um saldo positivo face às 42 saídas registadas, 75% das quais por reforma.

³ Despacho n.º 9167/2022, de 27 de julho (Diário da República n.º 144/2022, Série II de 2022-07-27, páginas 96-99)

⁴ Despacho n.º 8113/2023, de 8 de agosto (Diário da República n.º 153/2023, Série II de 2023-08-08, páginas 47-48)

O efetivo da Empresa é caracterizado pela elevada idade média dos trabalhadores, situação transversal às diferentes categorias profissionais, mas, particularmente crítica em áreas com competências específicas associadas à operação da empresa. A sua resolução continua a assentar numa estratégia de recrutamento de novos trabalhadores para os próximos 5 a 10 anos, com o objetivo de reforçar e rejuvenescer o *know-how* especializado. Pretende-se possibilitar a transferência de conhecimentos e experiências profissionais ao mesmo tempo que se atua na atualização e a valorização das competências profissionais dos trabalhadores em geral, assente na aprendizagem de novas tecnologias presentes nos projetos em curso de modernização e expansão do ML.

Em 2023 foi lançada a terceira edição do programa de *trainees* para admissão de 10 (dez) recém-licenciados ou mestres de diferentes especialidades, para estágios com o período de um ano. À semelhança do ano anterior, para responder às necessidades da Empresa, foram contratados 7 (sete) dos 10 (dez) *trainees* do programa transato.

Apesar de ter diminuído cerca de 1% face ao ano anterior, o absentismo continua impactar de forma significativa a atividade da empresa. As ausências por doença representam 55,82% do total das ausências, sendo que a elevada faixa etária dos trabalhadores poderá ser umas das causas que influenciam negativamente este indicador.

Recursos materiais

A legislação em vigor, nomeadamente, o Código da Contratação Pública e a necessidade de autorização da tutela, através de Portarias de Extensão de Encargos para contratos plurianuais, bem como, o uso de critérios das compras ecológicas na busca pela procura do que é mais sustentável e ecologicamente correto, tornam os processos aquisitivos mais demorados do que o desejável.

Além disso, o aumento do salário mínimo (na contratação de mão-de-obra intensiva) e do custo das matérias-primas (incluindo a revisão de preços) em resultado das condições atuais do mercado, impactam diretamente nos custos das empresas que precisam de encontrar formas para equilibrar as despesas e garantir a sustentabilidade do negócio. Neste contexto, torna-se cada vez mais necessário elaborar um planeamento das faltas de materiais de modo a responder atempadamente às necessidades da empresa.

Em 2023 deu-se continuidade à aplicação das medidas especiais de contratação pública aprovadas em matéria de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, de execução do Programa de Estabilização Económica e Social e do Plano de Recuperação e Resiliência.

Recursos financeiros

Em 2023, relativamente às contas individuais do Metropolitano de Lisboa, o volume de negócios fixou-se nos 133,2 milhões de euros, registando um crescimento de 22,0 milhões de euros (19,8%), face a 2022. No PAO 2023 estimava-se um volume de negócios na ordem dos 106,3 milhões de euros, tendo esta estimativa sido superada em 27,0 milhões de euros (25,4%).

O EBITDA (corrigido) registou -5,9 milhões de euros, registando um decréscimo de 0,54 milhões de euros, quando comparado com 2022. No comparativo com a estimativa do PAO 2022, regista-se uma melhoria de 28,1 milhões de euros.

Em 2023, o grupo de empresas Metropolitano de Lisboa registou, nas suas contas consolidadas, um aumento do volume de negócios de 19,7% (22,0 milhões euros) face a 2022, resultante do aumento da procura.

O EBITDA (corrigido) do grupo ML, registou uma evolução negativa de 2,7 milhões de euros, correspondendo a 96,9% face a 2022. O Resultado Operacional situou-se em -22,9 milhões de euros, registando um decréscimo de 22,0 milhões de euros, decorrente da diminuição dos subsídios à exploração, diminuição de outros rendimentos, do aumento dos gastos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, outros gastos e diminuição do justo valor.

Infraestrutura e Material Circulante

A infraestrutura e o material circulante são elementos essenciais para o cumprimento da missão do Metropolitano de Lisboa, sendo a sua disponibilidade um fator crucial para a qualidade do serviço prestado.

O ano de 2023 foi caracterizado pela reposição das condições normais de operação anteriores à crise de saúde pública causada pela pandemia COVID-19, nomeadamente pela de reposição do contingente, a libertação de restrições de circulação de pessoas e a reposição dos *stocks* de materiais de manutenção.

2023 foi ainda caracterizado pela consolidação das condições normais de operação em todas as atividades de manutenção, repondo o cumprimento de planos de manutenção preventiva, recuperando atrasos ainda verificados e restabelecendo os planos de investimento e de reabilitação de material circulante e infraestruturas.

Não obstante o significativo esforço desenvolvido em projetos de reabilitação ou de reconversão da frota com imobilização prolongada, como são exemplo os contratos de *retrofit* de mecanismos de portas de passageiros ou a

reconversão de composições existentes para condução automatizada, foi possível manter adequados níveis de disponibilidade operacional da frota, particularmente relevante no período de ponta da manhã de dia útil, superando as necessidades decorrentes do plano da oferta.

Em 2023 a disponibilidade média da frota no período de ponta da manhã de dia útil registou 95,3 composições disponíveis para serviço público, para uma necessidade máxima diária de 88 composições, representando um aumento de 2,6% face ao período homólogo.

Ao nível da infraestrutura principal foram registados níveis de desempenho técnico estáveis ao longo de todo o ano de 2023.

A indisponibilidade mensal registou comportamento consistentemente inferior ao valor máximo estabelecido de 4 horas mensais acumuladas em toda a rede.

Também ao nível da fiabilidade da infraestrutura principal foi registado um valor médio de 135 horas entre falhas, acima dos objetivos de qualidade estabelecidos para estas infraestruturas.

3. Riscos e Oportunidades

Na sequência da análise ao contexto externo e interno é feita uma análise de riscos e oportunidades estratégicos que se encontram traduzidos na seguinte análise SWOT:

Ilustração 3 – Análise SWOT



O Metropolitano de Lisboa tem um Sistema de Gestão de Risco (SGR) consolidado com recurso a ferramentas informáticas desenvolvidas internamente (SAP e SAC⁵) e suportado num Manual de Risco⁶.

Em 2023, o Comité de Risco da Organização cumpriu as atribuições previstas no Regulamento, tendo reunido trimestralmente e alinhado o SGR com a estratégia da Empresa. Toda a informação foi registada no sistema de informação da Empresa através de relatórios trimestrais.

⁵ SAP Analytics Cloud.

⁶ Encontrando-se inserido no âmbito da certificação do Sistema de gestão de Qualidade e Ambiente, através do processo Auditoria Interna e Gestão de Risco.

De salientar que, ao longo do ano, foi promovida a cultura do risco, para além do contacto regular com os *risk owners*, através de ações de sensibilização sobre o SGR a toda a Comunidade de Trabalho.

Em 2023, os riscos TOP da Organização eram os seguintes⁷:

Ilustração 4 – Riscos TOP da organização



Cambial e commodities
Controlo de receita tarifária
Envolvente política, social e macroeconómica
Gestão da expansão da rede
Gestão de tesouraria
Fraude, corrupção e comportamentos não éticos
Gestão da dívida, crédito e financiamento
Inovação e modernização da rede
Processos judiciais
Segurança das TI

Para além da visão macro do SGR existem subsistemas de gestão de risco que se relacionam com este e que permitem uma monitorização mais detalhada dos riscos envolvidos, designadamente:

- Subsistema da expansão da rede do Metro relativo à linha circular (prolongamento entre a estação Rato e a estação Cais do Sodré, incluindo as novas ligações nos viadutos do Campo Grande), ligado ao risco macro de “Gestão da expansão da rede”;
- O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)⁸, ligado ao risco macro de “Fraude, corrupção e comportamentos não éticos”.

A este respeito, foi ainda implementado em 2023 um sistema de gestão de risco de fraude específico para os projetos de expansão financiados pelo PRR (linha vermelha e linha violeta), com a elaboração, aprovação e divulgação do manual e do relatório de avaliação de riscos, dando cumprimento aos aditamentos aos contratos de financiamento outorgados em final de setembro de 2023 e à Orientação Técnica 14/2023 da Estrutura de Missão Recuperar Portugal.

No exercício de 2023, o Gabinete de Auditoria Interna, Risco e *Compliance* (GAI) realizou várias auditorias com impacto na matriz de fraude, destacando-se as seguintes:

- Auditoria ao procedimento de devolução de cações prestadas ou equivalente (retenções de pagamentos) no âmbito de contratos celebrados;
- Auditoria ao circuito de registo de ocorrências;
- Auditoria aos serviços de vigilância, guardaria e portaria – Estação Parque (Linha azul).

Foram ainda efetuadas ações de acompanhamento (*follow-up*) à implementação de recomendações dos relatórios de auditoria aprovados pelo Conselho de Administração, com registo em relatórios trimestrais.

Considerando a amplitude dos projetos implementados na Empresa em 2023 relacionados com a promoção da ética e da integridade, todas as direções foram alvo de análises de riscos de corrupção, conforme indicado no quadro abaixo e monitorizado pelo *Compliance* no âmbito do n.º 3 do artigo 7.º do RGPC (Regime Geral de Prevenção da Corrupção, aprovado pelo DL 109-E/2021, de 9 de dezembro).

Quadro 7 – Análise de riscos à corrupção

	2023		2022	
	N.º	%	N.º	%
Unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	22	100,0%	23	100,0%
N.º de casos de corrupção identificados	1*	-	0	-

* Infração conexa com a corrupção, reportada ao MENAC, tendo sido aplicada a pena de despedimento com justa causa e elaborada a correspondente queixa-crime.

Em 2023, esta temática mereceu particular aposta no que respeita às campanhas de comunicação e ações de formação.

Com efeito, foram publicadas periodicamente notícias (através da *intranet*) sobre ética empresarial para toda a Comunidade de Trabalho e com o intuito de chegar aos restantes *stakeholders*, incluindo parceiros comerciais, foram

⁷ Atendendo ao caráter dinâmico do SGR o top de riscos teve duas alterações ao longo de 2023.

⁸ No PRR são identificadas as Áreas que podem estar sujeitas à prática de atos de corrupção, os principais riscos daí decorrentes, os controlos internos implementados que visam a mitigação e prevenção desses riscos, os respetivos impactos e a probabilidade de ocorrência.

divulgadas as políticas anticorrupção implementadas, incluindo o Código de Ética e de Conduta e a política de ofertas, através de *email* e da rede social *LinkedIn*.

Já no que respeita à formação, o ML promoveu ações que envolveram não só os seus Trabalhadores, incluindo chefias, mas também o Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal. Para o efeito, foram vários os formatos adotados, desde *webinars*, cursos de *e-learning* no SAP SF⁹ (*intranet*) e sessões presenciais aos novos trabalhadores da empresa.

Quadro 8 – Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção

	2023		2022	
	N.º	%	N.º	%
Membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	29	100,0%	(*) 26	89,7%
Colaboradores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	1 571	100,0%	1 538	100,0%
Parceiros de negócio aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	(*) 913	100,0%	1 201	100,0%
Membros do órgão de <i>governance</i> que receberam formação no combate à corrupção	28	96,6%	1	3,4%
Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção	786	50,0%	9	0,6%

(*) Coincide com o n.º total de fornecedores nacionais do ML com movimentos contabilísticos 2021-2022 e com *e-mail* associado.

4. Estrutura de *Governance*

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E., enquanto operador de transporte estruturante para a mobilidade da área metropolitana de Lisboa, pretende contribuir para o desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados. A estrutura de *governance* do Metropolitano de Lisboa desenvolve-se de forma integrada.

Modelo de governo

São órgãos sociais do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. o Conselho de Administração (CA), o Conselho Fiscal (CF), o Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) e o Conselho Consultivo (CC), nos termos dos Estatutos da Empresa.

Os membros do CA são nomeados por Resolução do Conselho de Ministros (RCM), sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes. O mandato dos membros do CA tem a duração de três anos e é renovável, até ao máximo de três renovações, e todos os membros são executivos.

A fiscalização é constituída por um CF e por um ROC ou uma SROC que não seja membro daquele órgão. O CF é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo um deles o Presidente.

Os membros do CF são nomeados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, por um período de três anos, renovável até ao máximo de três vezes.

O ROC tem um mandato com a duração de três anos, renovável por uma única vez. Decorrido o prazo mínimo de dois anos sobre o termo do prazo de renovação, pode voltar a ser designado o mesmo ROC.

A existência do CC está prevista, nos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. como opcional, sendo que não foi efetuada a sua nomeação.

Estatuto remuneratório

A remuneração dos administradores do Metropolitano de Lisboa resulta da classificação prevista na RCM n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.

O artigo 28º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro determina no seu ponto 1 que “A remuneração dos gestores públicos integra um vencimento mensal que não pode ultrapassar o vencimento mensal do primeiro-ministro”, acrescida de um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do respetivo vencimento, pago 12 vezes ao ano. Os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude de acumulação de funções.

Os membros executivos do CA auferem, ainda, as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;

⁹ SAP SuccessFactors

- b) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro);
- c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 euros.

O estatuto remuneratório dos elementos do CF, designado para o mandato 2023–2025, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 25 de outubro de 2023.

A remuneração anual ilíquida do ROC é a constante do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Metropolitano de Lisboa e o ROC em funções, nos termos e condições definidos por despacho conjunto dos Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 3 de outubro de 2023, a qual cumpre o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da Empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 58.º e 59.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Obrigações de *Governance*

Quadro 9 – Tabela de correspondência com a divulgação da informação não financeira

Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho	Capítulo / Seção	Página(s)
Art.º 3º (remetido para art.º 66º-B e 508º-G do CSC):		
A demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:		
a. Breve descrição do modelo empresarial do Grupo;	Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão Análise de Contexto Objetivos estratégicos	Pág.º 11 Pág.º 13 Pág.º 26
b. Descrição das políticas seguidas pelo Grupo em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados e os resultados dessas políticas;	PPRCIC Código de Ética e de Conduta	Pág.º 20, 82 Pág.º 83
c. Os resultados das políticas seguidas pelo Grupo;	Relatório de execução PPRCIC Políticas do Sistema de Gestão	Pág.º 20, 82 Pág.º 11
d. Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades do Grupo, como sejam as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa;	PPRCIC Relatório de execução do PPRCIC Relatório do Governo Societário	Pág.º 20, 82 Site ML Site ML
e. Descrição da política de diversidade aplicada em relação aos órgãos de administração e fiscalização, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política, a forma como foi aplicada e os resultados no exercício de referência;	Riscos e Oportunidades Carta de Responsabilidade Social	Pág.º 20 Pág.º 62
f. Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.	Indicadores de Atividade Riscos e Oportunidades Indicadores GRI	Pág.º 9 Pág.º 20 Pág.º 237
Alínea c), do n.º 1, do artigo 29.º-G, do Código dos Valores Mobiliários: Descrição da Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência.	Desempenho Social Indicadores GRI Relatório do Governo Societário	Pág.º 62 Pág.º 237 Site ML

Quadro 10 – Tabela de correspondência com setor público empresarial-

Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	Capítulo / Seção	Página(s)
Art.º 4º: <i>Setor público empresarial</i>		
1. A proporção de pessoas de cada sexo designadas para cada órgão de administração e de fiscalização de cada empresa não pode ser inferior a 33,3%, a partir de 1 de janeiro de 2018.	Identificação dos Órgãos Sociais Relatório do Governo Societário	Pág.ª 24 Site ML
2. Se os órgãos de administração integrarem administradores executivos e não executivos, o limiar deve ser cumprido relativamente a ambos.	Modelo de Governo Estatuto Remuneratório Relatório do Governo Societário	Pág.ª 22 Pág.ª 22 Site ML
3. O limiar definido no n.º 1 não se aplica aos mandatos em curso, sem prejuízo do disposto no n.º 5.	Relatório do Governo Societário	Site ML
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade, quando aplicável, apresentam propostas que permitam cumprir o limiar definido no n.º 1.	Modelo de Governo Relatório do Governo Societário	Pág.ª 22 Site ML
5. A renovação e a substituição no mandato obedecem ao limiar definido no n.º 1.	Modelo de Governo Relatório do Governo Societário	Pág.ª 22 Site ML

5. Órgãos Sociais

Identificação dos Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O atual Conselho de Administração, para o mandato 2022-2024, foi nomeado pelo Despacho 9167/2022 dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Ambiente e da Ação Climática, de 13 de julho (D.R. 2.ª Série – n.º 144, de 27 de julho de 2022), entrando em funções em 13 de julho de 2022.

Por Despacho n.º 8113/2023 de 8 de agosto de 2023, do Ministro do Ambiente e da Ação Climática e Secretário de Estado do Tesouro (DR 2.ª Série – n.º 153, de 8 de agosto de 2023), foi designada para o cargo de vogal do conselho de administração da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., para completar o mandato 2022-2024, a Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa, com efeitos a 10 de agosto de 2023.

Quadro 11 – Identificação, formação académica e pelouros dos membros do CA do grupo de empresas ML

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Formação Académica	Pelouros
2022-2024	Presidente	Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	PADE – AESE – Escola de Negócios MBA em Gestão Internacional – Universidade Católica Portuguesa Licenciatura em Engenharia Civil – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Secretaria Geral (SG) Direção de Clientes, Comercial e Marketing (DCL) Direção de Planeamento, Controlo e Gestão do Património (DPG) Gabinete de Auditoria Interna, Risco e Compliance (GAI)
2022-2024	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	- Doutoramento – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Mestrado – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Pós-Graduação – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães - Licenciatura em Engenharia Civil – Universidade de Coimbra, Fac. de Ciências e Tecnologia, Coimbra	Direção de Coordenação de Empreendimentos (DCE) Direção de Manutenção (DMT)
2022-2024	Vogal	Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica, ramo de Sistemas Industriais, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, complementada pelo Programa de Gestão Avançada para Executivos da Universidade Católica Portuguesa, especialização em Gestão Documental – INA – Instituto Nacional de Administração, Organização e Gestão da Qualidade – CEQUAL – Centro de Formação Profissional para a Qualidade.	Direção de Capital Humano (DCH) Direção Financeira (DFI) Direção de Operações (DOP) Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável (CIDS)
2022-2024	Vogal	Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	XX Curso de Pós-Graduação em Regulação Pública e Concorrência, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, CEDIPRE, 2021 Agregação à Ordem dos Advogados Portugueses, em 2004. Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2001.	Direção de Logística (DLO) Direção de Segurança e Vigilância (DSV) Direção de Tecnologias de Informação (DTI) Gabinete Jurídico e Contencioso (GJC)

CONSELHO FISCAL

A nomeação do Conselho Fiscal para o mandato 2023–2025, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 25 de outubro de 2023, entrando em funções na data da designação.

Quadro 12 – Identificação dos Membros do CF do Metropolitano de Lisboa (até 25/10/2023)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma ⁽¹⁾	Data
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEAMB	11/01/2017
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Cristina Maria Pereira Freire	DC SETF e SEAMB	11/01/2017
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017
2017-2019	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017

⁽¹⁾ De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de Janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ambiente.

O Conselho Fiscal manteve-se em funções após o triénio 2017–2019, até 25/10/2023.

Quadro 13 – Identificação dos Membros do CF do Metropolitano de Lisboa (após 25/10/2023)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma ⁽¹⁾	Data
2023-2025	Presidente	Dr. José Henrique Rodrigues Polaco	DC SETF e SEAMB	25/10/2023
2023-2025	Vogal Efetivo	Dr.ª Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEAMB	25/10/2023
2023-2025	Vogal Efetivo	Dr.ª Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho	DC SETF e SEAMB	25/10/2023
2023-2025	Vogal Suplente	Dr. Nelson Manuel Costa dos Santos	DC SETF e SEAMB	25/10/2023

⁽¹⁾ De acordo com o Despacho Conjunto de 25 de outubro de 2023 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e do senhor Secretário de Estado da Mobilidade Urbana.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A atual Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) decorreu da proposta apresentada pelo Conselho Fiscal ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, tendo sido nomeada para o triénio 2023–2025 pelo Despacho Conjunto do Secretária de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, em 3 de outubro de 2023, entrando em funções na data da assinatura do referido despacho.

Quadro 14 – Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa (até 3/10/2023)

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação	
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data
2019-2021	ROC Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada por: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	74	20161409	Despacho conjunto SE Tesouro e SE adjunto Mobilidade	15/10/2019
	ROC Suplente	Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada por: Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	585	20160240		
			23	20161381		
			1056	20160668		

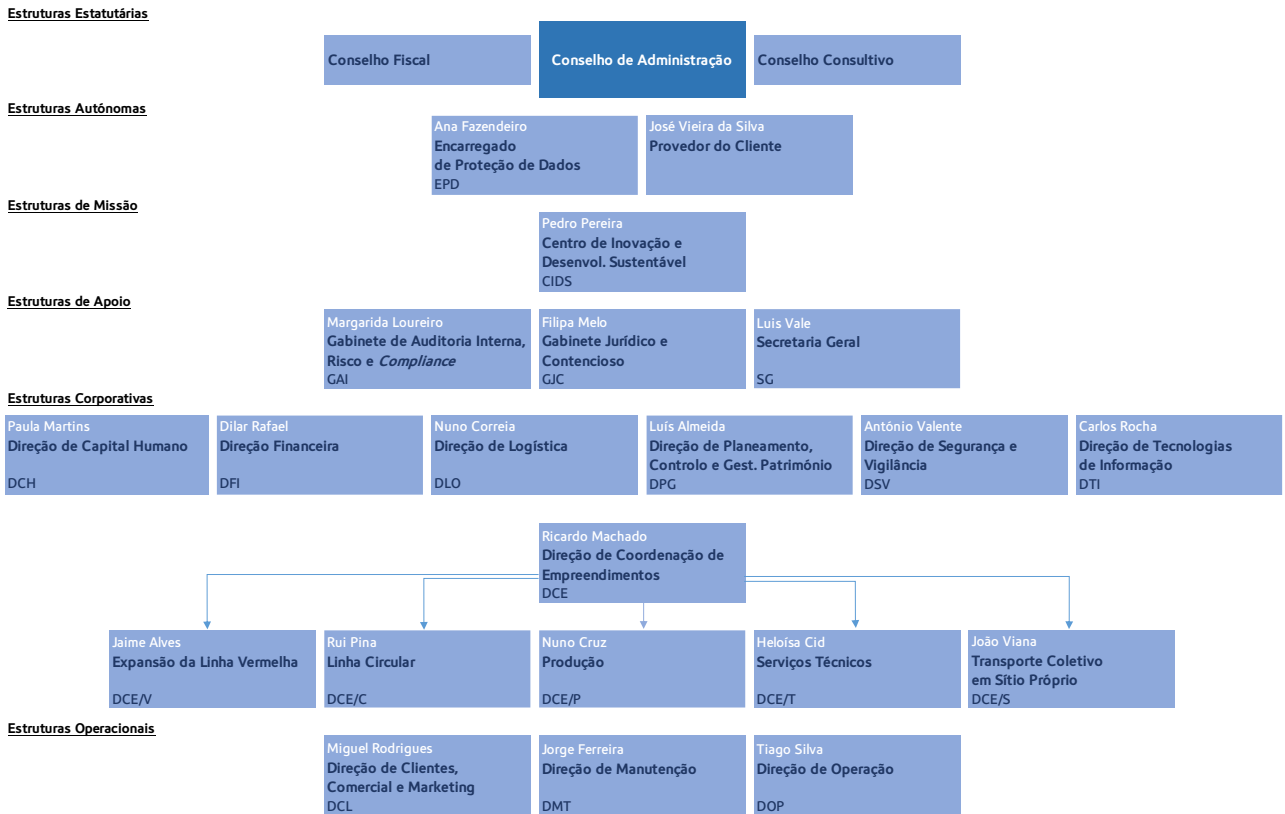
A sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., manteve-se em funções até à nomeação por despacho conjunto do Governo do novo ROC efetivo e ROC Suplente de 3/10/2023.

Quadro 15 – Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa (após 3/10/2023)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação	
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data
2023-2025	ROC Efetivo	João Cipriano & Associados, SROC, Lda. Dr. João Amaro Santos Cipriano	119	20161438	Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado da Mobilidade Urbana	03/10/2023
	ROC Suplente	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, SA	631	20160277		
		Dr. Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André	235	20161528		
			779	20160596		

Estrutura Organizacional

Ilustração 5 – Organograma do Metropolitano de Lisboa



IV. ESTRATÉGIA

Objetivos Estratégicos






O Metropolitano de Lisboa definiu os seguintes objetivos estratégicos que devem servir de orientação para toda a atividade desenvolvida pela empresa e empresas subsidiárias:

1. Promover e desenvolver a mobilidade urbana através da utilização do transporte público
2. Melhorar os níveis de serviço prestados ao Cliente
3. Reforço da vertente Inovação
4. Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente
5. Promover a sustentabilidade ambiental e energética
6. Assegurar o equilíbrio financeiro da empresa
7. Assegurar o bem-estar e motivação dos trabalhadores

Simultaneamente, e de acordo com compromisso público assumido, o Metropolitano de Lisboa, integra na sua estratégia 4 (quatro) dos ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU que se cruzam com os primeiros.

Ilustração 6 – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável assumidos pelo METRO



<p>1. Promover e desenvolver a mobilidade urbana através da utilização do transporte público</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria pontual da oferta, nomeadamente com horários e frequências adequados à procura; • Melhoria contínua da regularidade e fiabilidade do serviço prestado; • Procura e implementação de novas soluções que deem resposta a novas necessidades dos clientes.
<p>2. Melhorar os níveis de serviço prestados ao Cliente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de novos sistemas de pagamento do título de transporte facilitando e simplificando a sua utilização; • Melhoria das acessibilidades, aumentando o número de estações de plena acessibilidade; • Melhoria da limpeza de estações e comboios; • Melhoria e inovação nos sistemas de informação ao cliente; • Melhoria da qualidade da oferta e dos espaços comerciais existentes nas estações.
<p>3. Reforço da vertente Inovação</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço de uma estratégia de inovação, adotando metodologias características da inovação no desenho de novas soluções e na implementação de projetos, envolvendo toda a comunidade do ML; • Desenvolvimento de parcerias para a inovação com outras entidades, como fornecedores, universidades, centros tecnológicos, associações, entre outros, através da criação de parcerias em projetos de IDI, promovendo a criação de valor para todas as partes envolvidas; • Estabelecimento de metodologias sistemáticas de vigilância tecnológica, de <i>benchmarking</i> e de análise de tendências que assegure a existência de conhecimento atualizado sobre as melhores práticas e tendências no setor; • Promoção de uma cultura de inovação com dinâmicas de trabalho colaborativo.
<p>4. Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Linha Circular – Prolongamento Rato/Cais do Sodré; • Expansão da linha Vermelha – Prolongamento S. Sebastião/Alcântara; • Projeto de modernização do sistema de sinalização e do material circulante: linhas Azul, Amarela e Verde; • Metro Ligeiro de Superfície Loures/Odivelas; • Aquisição de máquina esmeriladora; • Remodelação da estação Cais do Sodré; • Plano de Promoção de Acessibilidade (PNPA); • Renovação de Sistema de Conforto (escadas mecânicas, tapetes rolantes e elevadores); • Renovação de sistema vídeo e comunicação + SADI nas carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99); • Beneficiação geral das portas das frotas ML95, ML97 e ML99; • Sistema de informação ao Cliente; • <i>Upgrade</i> tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90; • Torno rodas PMO III + sistema de medida automática de rodas; • Remodelação geral de máquinas automáticas de venda de títulos de transporte (MAVT) • Aquisição de 24 Unidades Triplas; • Instalação de uma Central Fotovoltaica nas vias de garagem do PMO II; • Remodelação da estação Marquês de Pombal.
<p>5. Promover a sustentabilidade ambiental</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição na totalidade das suas estações de sistemas tradicionais de iluminação por sistemas LED; • Implementação de uma central fotovoltaica nas instalações do PMO II; • Melhoria da eficiência energética através de alterações tecnológicas e comportamentais; • Redução do consumo de recursos naturais, nomeadamente eletricidade, gás, água e papel.
<p>6. Assegurar o equilíbrio financeiro da empresa</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Assinatura de aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público que clarifique a situação dos ativos ILD, a gestão dos ativos e a forma de remuneração do ML; • Resolução de situações de dívidas existentes; • Rentabilização dos ativos não operacionais, nomeadamente, do atual PMO I; • Procurar o aumento da receita tarifária e não tarifária.
<p>7. Assegurar o bem-estar e motivação dos trabalhadores</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço das competências, alinhamento e motivação por via da formação e da comunicação interna; • Reforço do quadro de pessoal e início da renovação dos quadros do ML; • Melhoria das condições de trabalho; • Implementação do plano para a igualdade de género.

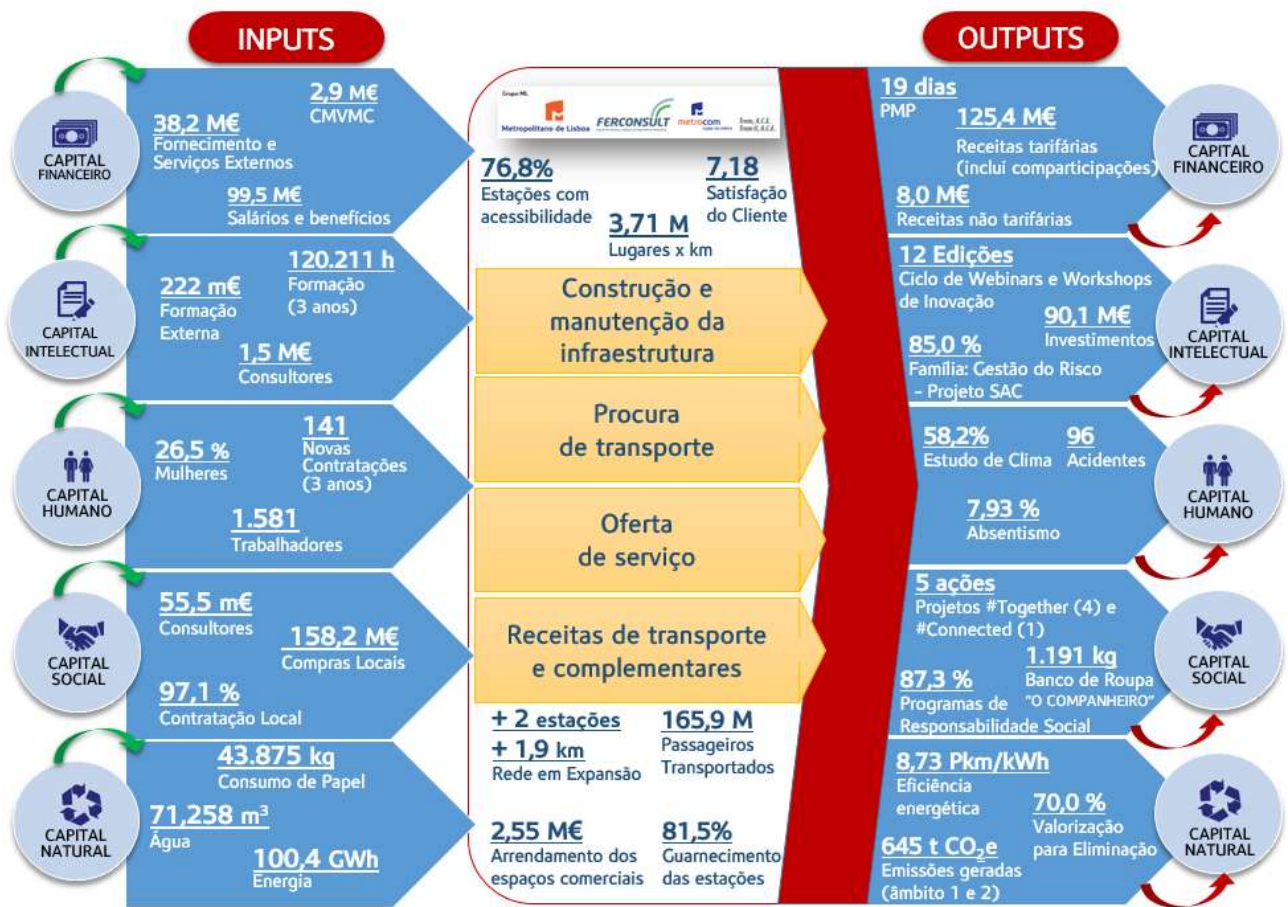
V. MODELO DE NEGÓCIO

1. Áreas de Negócio e Criação de Valor

O ML enquanto prestador de um serviço de transporte público de passageiros, tendo como eixo principal a satisfação do cliente, tem procurado desenvolver um serviço de excelência que permita melhorar a mobilidade na área metropolitana de Lisboa, bem como, proporcionar experiências que vão de encontro às diferentes exigências dos seus utilizadores.

A promoção da mobilidade sustentável é um fator essencial ao cumprimento das metas de descarbonização firmadas no programa Portugal 2030. As atividades complementares do ML e suas participadas, onde se insere a reabilitação e manutenção da infraestrutura, a expansão da rede e a exploração de espaços comerciais, são um motor indispensável ao alcance de um serviço de transporte único, que permita satisfazer as principais necessidades do cliente e garantir a sua fidelização, sendo este o meio de transporte mais relevante na prossecução dos objetivos estratégicos traçados para a mobilidade verde.

Ilustração 7 - Modelo de criação de valor do Grupo de Empresas Metro



Qualidade

Em 2021, o Metropolitano de Lisboa obteve a certificação da qualidade do serviço prestado ao cliente, pela Norma NP 4475 - Serviço Público de Transporte de Passageiros no modo metropolitano. Esta norma define um conjunto de requisitos qualitativos e quantitativos nas diversas dimensões do Serviço prestado ao cliente, passando o Metro a cumprir e a monitorizar esses requisitos. Atualmente o ML dispõe das certificações do Sistema de Gestão da Qualidade, do Sistema de Gestão Ambiental e do Transporte em modo metropolitano.

A melhoria contínua da qualidade do serviço prestado, por parte do ML, é um esforço constante e diário para com os seus clientes cada vez mais exigentes e que procuram um serviço de excelência. Pelo lado da organização é expectável e desejável que esse esforço seja valorizado e reconhecido. Em 2023 o resultado do inquérito de satisfação do cliente (ISC) atingiu os 7,18.

2. Investimento e expansão da rede

Melhorar os níveis de serviço ao Cliente

No âmbito das acessibilidades à rede, deram-se como concluídas as obras de instalação de ascensores nas Estações Entrecampos e Cidade Universitária em 2022. Os trabalhos de instalação de ascensores na estação Campo Grande iniciaram em junho com previsão de colocação ao serviço no início de 2024.

Encontram-se em fase de contratação dos trabalhos de instalação dos ascensores nas Estações Campo Pequeno e Picoas e das Estações Intendente e Martim Moniz, com previsão de entrada em funcionamento no segundo semestre de 2024.

Está previsto que em 2024 sejam lançados os procedimentos para as instalações dos ascensores, nas Estações Praça de Espanha, Anjos, Avenida, Jardim Zoológico, Laranjeiras e Alto dos Moinhos.

Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente

Linha Circular

Em curso as obras dos Lotes 1, 2 e 3 (previsão de conclusão do Lote 1 em maio de 2024, do Lote 2 em dezembro de 2024 e do Lote 3 em agosto de 2024). No final de 2023 iniciou-se fase de negociações com a Infraestruturas de Portugal (IP) para execução do desvio da Linha de Cascais e Interrupção da Operação da Estação CP do CS, do Lote 2.

Em setembro entrou em vigor o contrato do Lote 4 referente à execução dos acabamentos e sistemas da extensão entre as Estações Rato e Cais do Sodré (túneis e estações Estrela e Santos bem como do novo átrio de interface com a estação ferroviária), o qual se encontra na fase de elaboração do Anteprojecto.

Expansão da linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara

Em janeiro foi lançado o concurso público com publicidade internacional para a Empreitada de Conceção e Construção do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara do Metropolitano de Lisboa.

As propostas foram analisadas e realizadas audiências prévias em outubro/ novembro. Em dezembro foi adjudicada a proposta apresentada pelo Concorrente n.º 3 – Mota-Engil – Engenharia e Construção, S.A., e SPIE Batignolles Internacional – Sucursal, pelo preço contratual global de € 321.888.000, a executar no prazo global de 1.046 dias.

Linha Violeta: Linha de Metro Ligeiro entre o Hospital Beatriz Ângelo e o Infantado (Concelhos de Loures e Odivelas)

O Programa Preliminar foi concluído, no final de dezembro, com base nos princípios definidos no Programa Base revisto e com o traçado considerado no EIA, bem como as alterações realizadas ao traçado de AIA (Planalto da Caldeira, término do lado do Infantado, etc.) e os *dossiers* relativos a Ambiente e Traçados.

A Resolução de Conselho de Ministros 155/2023 aprovou despesa de investimento no valor de 527,3 milhões de euros.

Decorreram durante o mês de novembro e dezembro foram desenvolvidos trabalhos de caráter jurídico para consolidação da estrutura do processo de concurso. O lançamento do procedimento ocorreu em março de 2024.

Expansão da linha Amarela

Proseguiram os estudos de expansão da futura Linha Amarela a partir de Telheiras, com ligação ao Parque de Materiais e Oficinas situado na estrada da Pontinha, tendo sido estabelecidas diligências com diversos *stakeholders* para recolha e atualização de informação do território em causa e com vista à definição de metodologia de decisão que melhor sirva os clientes.

Remodelação de estações

Foi concluído o projeto de remodelação da Estação Colégio Militar, relativo à substituição dos tetos falsos e enviadas as peças para preparação do procedimento.

O projeto de Execução da Estação Cais de Sodré foi consolidado e preparados o Caderno de Encargos e o Programa de Concurso, que carecem de análise jurídica prévia, tendo sido solicitada Portaria de Extensão de Encargos.

Iniciaram-se os trabalhos relativos ao Projeto de Execução da remodelação da Estação Marquês do Pombal.

Renovação de escadas mecânicas

Foi concluída a substituição das escadas mecânicas nas Estações Baixa Chiado e Campo Grande e deu-se início aos trabalhos de substituição das escadas mecânicas na Estação Cidade Universitária. Decorreram os trabalhos de substituição dos elevadores das Estações Alameda e Baixa Chiado.

Foi adjudicada a empreitada de conceção/construção para a substituição dos tapetes rolantes da Estação Entrecampos. A adjudicação foi suspensa devido a processo de contestação judicial.

Desenvolveram-se trabalhos no âmbito da Elaboração dos Requisitos Técnicos e compilação das peças de projeto para a substituição de 30 escadas mecânicas (Estações Alameda, Odivelas, Oriente, Terreiro do Paço, Parque). Em março de 2024 foi publicada a Portaria de Extensão de Encargos 405/2024/2 que autoriza a despesa associada a esta empreitada.

Incrementar a segurança

Foram concluídas as substituições dos Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio para as estações Jardim Zoológico, Parque, e Campo Pequeno e no PMOII. Falta integração do SADI no SSIT.

Aumentar a resiliência

Durante o ano foram montadas e substituídas as ilhas de cais de manobra e passadiços metálicos nos ramais e terminos de Moscavide (ramal – troço 97) e S. Sebastião II (término – troço 85), respetivamente.

Promover a sustentabilidade ambiental e energética

Geração de energia

Projeto de Execução concluído para a instalação de uma central fotovoltaica no Parque de Materiais e Oficinas de Calvanas. Em fase de revisão de projeto.

Assegurar o bem-estar e a motivação dos trabalhadores

Foi dado início ao Projeto de Execução da remodelação do Piso 0 e zonas ajardinadas dos Pisos 1 e 2 do PMOIII. Em fase de contratação do Projeto de Execução da Remodelação da cozinha do PMOIII.

Sistema de controlo automático de comboios e novo material Circulante

Este projeto prevê o fornecimento de 14 novas unidades triplas (42 carruagens) e o fornecimento de um sistema de controlo automático de comboios para as linhas Azul, Amarela e Verde e instalação do mesmo em 70 composições da frota existente.

Estas novas aquisições representam um profundo salto qualitativo na operação, na programação e na gestão da rede do Metro.

A aquisição do novo material circulante proporcionará:

- A melhoria da oferta de comboios e serviços do ML;
- A supervisão técnica remota do comboio em linha.
- Sistemas de segurança e vídeo vigilância mais modernos;
- Maior conforto para os clientes e maior ergonomia para o maquinista;
- A melhoria da acessibilidade para clientes de mobilidade condicionada;
- Sistema de comunicação com os clientes com informação variável e flexível;

O sistema de controlo automático de comboios CBTC – *Computer Based Train Control* – irá permitir:

- A condução e supervisão automática do comboio em nível GoA2;
- A regulação automática do tráfego na linha;
- O controlo contínuo do movimento dos comboios, garantindo o seguro afastamento entre comboios e o cumprimento dos limites de velocidade em qualquer ponto da rede;
- A progressiva substituição do sistema de controlo de passagem de sinais proibitivos, instalado nos anos 70 e já obsoleto;
- Os registos técnicos e operacionais que facilitem o diagnóstico de avarias e análise de incidentes.

Este sistema, associado aos novos comboios, permitirá, igualmente, um aumento da frequência e da regularidade do serviço público de transporte prestado pelo Metropolitano de Lisboa, garantindo, de um modo mais eficaz a oferta de comboios, em frequências mais adaptados às necessidades do serviço público e com segurança acrescida.

O Metropolitano de Lisboa celebrou em fevereiro de 2020 o contrato para a aquisição de um novo sistema de sinalização ferroviária e a aquisição de novas unidades triplas ao Agrupamento Stadler Rail Valencia, S.A.U./ Siemens Mobility Unipessoal, Lda., pelo valor de 114,5 milhões de euros.

Em consequência de processo judicial por impugnação intentada por um concorrente foram, nos termos da lei, suspensos os efeitos da adjudicação do contrato, paralisando assim o processo de aquisição que já se encontrava em curso. O Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa julgou extinta a instância na sequência da desistência de queixa pelo que, submetido o processo para fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, o contrato obteve visto por esse tribunal em maio de 2021, impondo um atraso global de 308 dias na execução do contrato.

A de 31 de dezembro de 2023 o projeto apresentava uma execução física de 28%, genericamente caracterizada pelo desenvolvimento das especificações técnicas detalhadas e projetos de execução de material circulante e sistemas de sinalização, bem com a instalação de via de ensaios para comboios equipados com CBTC.

Aquisição de Material Circulante (24 Unidades de Tração, com opção de mais 12)

Na sequência da concretização do Plano de Expansão do ML, com o consequente aumento da oferta de transporte metropolitano na área de Lisboa, quer através do prolongamento da Linha Amarela e Verde — Rato — Cais do Sodré, quer através do prolongamento da Linha Vermelha entre a estação de São Sebastião até Alcântara, tornou-se necessário realizar um investimento em novo material circulante tendo em vista o necessário reforço da oferta, tal como efetuar a progressiva e atempada renovação da frota que se encontra próximo do fim de vida. Para esse efeito foi lançado procedimento público internacional em dezembro de 2023 para aquisição de 24 novas unidades, com um preço base de 138,0 milhões de euros.

Sistemas e equipamentos

No âmbito da manutenção, em 2023 foram desenvolvidos vários projetos de investimento que procuraram alcançar diversos objetivos estratégicos destacando os seguintes:

- a) Garantia da continuidade da operacionalidade das infraestruturas ou equipamentos por obsolescência dos atuais:
 - Aquisição de veículo esmerilador para manutenção de via;
 - Renovação do sistema de acionamento das portas de passageiros do material circulante do ML90;
 - Revisão geral das portas de passageiros do material circulante do ML95, ML97 e ML99;
 - Renovação de transformadores de 160kVA (30kV/400V), nas subestações Amadora Este, S. Apolónia e Alameda;
 - Substituição blocos autónomos em estações, galerias e instalações técnicas das linhas do Metropolitano de Lisboa;
 - Instalação de um torno de rodas em fossa e sistema de medição automático de rodas no PMOIII;
 - Remodelação de 11 Postos de Bombagem da Rede do Metropolitano de Lisboa;
 - Substituição das travessas de madeira das secções especiais de via do PMO2.
- b) Garantia da continuidade de serviços de manutenção das infraestruturas ou equipamentos ou de serviços de apoio essenciais às operações de manutenção:
 - Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede telefónica de revisão geral de 72 engates, (24 automáticos e 48 semipermanentes);
 - Aquisição de serviços de pintura das frentes das motoras e das portas das cabinas do material circulante;
 - Aquisição de serviços de instalação de Grupos de Baterias para Iluminação de Emergência e Baterias Alcalinas para as Subestações de Tração;
 - Aquisição de serviços de manutenção do Comando Centralizado de Energia e Unidades Remotas de Telecomando (URT) da Rede de Energia;
 - Aquisição de serviços de instalação de UPS (*Uninterrupted Power Supply*) e respetivos grupos de baterias de alimentação dos sistemas de sinalização da rede do metro;
 - Aquisição de serviços de soldadura aluminotérmica de carril na via-férrea;
 - Aquisição de serviços de gestão e operação da frota automóvel para transporte de equipas de piquete e de apoio à manutenção;
- c) Melhoria da eficiência energética das infraestruturas:
 - Renovação dos sistemas de iluminação das estações Terreiro do Paço, Carnide e Cais do Sodré, Pontinha e Baixa Chiado I e II com utilização de tecnologia LED.

Destes projetos relevam-se dois de importância estratégica para a manutenção e segurança dos ativos e para a qualidade do serviço público de transporte prestado pela Empresa: a aquisição de um novo veículo esmerilador para

manutenção de via e a renovação ou revisão geral dos sistemas de acionamento das portas de passageiros da atual frota de material circulante de exploração.

Aquisição de veículo esmerilador para manutenção de via

O projeto visa a aquisição de um novo veículo esmerilador de carril para substituição do veículo existente já obsoleto após 46 anos de funcionamento ininterrupto e com muito reduzida fiabilidade.

O novo veículo deverá permitir à Empresa a continuidade das tarefas de manutenção preventiva, garantindo a integridade, segurança e operacionalidade da infraestrutura de via-férrea, incluindo também a monitorização e registo digital dos parâmetros geométricos fundamentais permitindo a significativa melhoria do planeamento, execução e controlo de qualidade da manutenção da via-férrea.

O veículo foi adjudicado à Harsco Rail Europe GmbH por 8 milhões de euros e a execução do contrato teve início em 30 de abril de 2021. Em virtude das condições do mercado no pós pandemia, das consequências da guerra da Ucrânia, e das cadeias globais de fornecimento estarem a sofrer perturbações em resultado de escassez de matérias-primas a disponibilização do equipamento para início das operações de manutenção só deve ocorrer em 2024.

O projeto, à data de 31 de dezembro, apresentava uma execução física de 10%, genericamente caracterizada pelo desenvolvimento das especificações técnicas detalhadas.

Renovação ou revisão geral dos sistemas de acionamento das portas de passageiros de toda a frota de material circulante

Na prática dividido em dois contratos distintos, o projeto visa a reposição da fiabilidade do subsistema das portas passageiros, responsável pela maioria das falhas ocorridas nas composições.

Foi contratada a FAIVELEY TRANSPORT IBERICA, S.A., para substituição dos acionamentos pneumáticos por novos acionamentos elétricos de maior segurança e sensibilidade em 18 composições da série ML90, num total de 324 portas, em 24 meses, por um valor de 2,4 milhões de euros.

Para as restantes séries de material circulante, foi contratada a KNORR-BREMSE, ESPAÑA, S.A. para revisão geral dos atuais acionamentos, incluindo a substituição de materiais obsoletos ou desgastados em 93 composições, num total de 1674 portas, por um valor de 6 milhões de euros e com a duração de 36 meses.

Ambos os contratos incluem a reabilitação e pintura das folhas das portas.

No final de 2023, a frota contava já com 88 composições totalmente revistas.

Sistemas de Informação

Os principais projetos desenvolvidos em 2023, no que diz respeito ao processo dos Sistemas de Informação, foram os seguintes:

- **Renovação da Plataforma VPN**
Implementação da nova plataforma tecnológica fundamental para assegurar o regime de teletrabalho.
- **Auditoria de segurança aos SI**
Para aferição da segurança dos sistemas de informação do ML (expostos para a Internet e na rede interna) e implementação de medidas de mitigação de vulnerabilidades.
- **Unidades de marcação com tecnologia biométrica**
Implementação de um protótipo para validar a utilização da tecnologia biométrica no registo de assiduidade, utilização de QR Codes no registo de tarefas e preparação da infraestrutura tecnológica.
- **Integração entre a Plataforma de Compliance e de Contratação no sistema SAP**
Implementação de um mecanismo de interligação entre a Plataforma de Compliance e a Plataforma de Contratação satisfazendo a necessidade de criação de automatismos de reporte das obrigações sem prazo definido.
- **Projeto Autorizações SAP**
Otimização e implementação de funções de autorização no sistema SAP R/3 que contempla a diferenciação de perfis de autorização em todas as componentes, definidas de acordo com as regras *standard* da SAP. Este projeto corresponde à primeira etapa da implementação das autorizações SAP.
- **Portaria classificação de documentos no sistema SAP**
Implementação de um sistema integrado com o sistema de Gestão Documental que permite classificar fichas de acordo com a grelha de classificações definida pela GSG no âmbito da Portaria n.º 33/2023 de 23 de janeiro, para gestão arquivística.

- **Plataforma SAP BW/4HANA**
Em 2023 foram implementados mais indicadores na Plataforma BW/4HANA, como é o caso dos indicadores passageiros e de recursos humanos.
- **Implementação de melhorias no sistema Teleponto**
Implementação de melhorias na marcação de férias e implementação de regras para bônus de assiduidade de anos anteriores.
- **Implementação Teletrabalho**
Implementação de um sistema de registo de Teletrabalho no sistema Teleponto, planeamento por escala ou não escala, possibilidade de troca e anulação de dias planeados.
- **Implementação de um sistema de TV Corporate**
Implementação no refeitório e bar do edifício administrativo do PMOIII que permite a divulgação de informação institucional e corporativa, integração de canais de TV, de notícias e meteorologia.
- **Vendas online**
Implementação da requisição de cartão navegante através da loja *online* no site do ML e de um *middleware* de integração das vendas online, que integra as vendas de cartões navegante e todas as vendas que ocorram na loja online (*merchandising*).

No âmbito do sistema Plago foi implementado um conjunto de melhorias na plataforma Web e a funcionalidade “Bolsa de Trocas de Turnos”.

No sistema Portal salienta-se a implementação de diversos sistemas que permitiram obter melhorias na comunicação interna (aplicação de gestão de contactos internos e outra para contactos pessoais), no conhecimento interno (observatório biblioteca), no registo e consulta de informação (conforme exigência do RGPD) e na gestão do acervo fotográfico e audiovisual da Empresa.

Foram ainda iniciados projetos relevantes que só serão concluídos posteriormente. Nesta situação destaca-se o *Assessment* do sistema Gestão Documental, através da identificação e análise do sistema de Gestão documental a adaptar para substituir o atual sistema (SAP DMS). Realizou-se uma prospeção ao mercado, recolha de informação com outras empresas de transportes e a realização de um protótipo com o sistema “Open Text”.

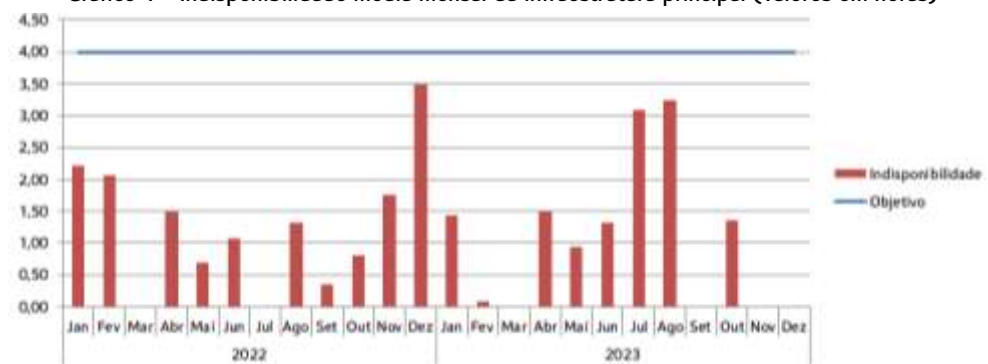
3. Conservação e manutenção da infraestrutura e material circulante

Desempenho operacional da infraestrutura principal

Foi genericamente possível manter a execução dos programas de manutenção programa e os projetos em curso de renovação ou reabilitação de sistemas ou equipamentos.

A indisponibilidade da infraestrutura principal registou valores relativamente estáveis em 2023, inferior ao valor máximo estabelecido de 4 horas mensais acumuladas em toda a rede.

Gráfico 1 - Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas)



A fiabilidade da infraestrutura principal manteve valores estabilizados acima do objetivo operacional em praticamente todo o ano de 2023.

Gráfico 2 – Fiabilidade da infraestrutura principal (média de 12 meses; valores em horas)



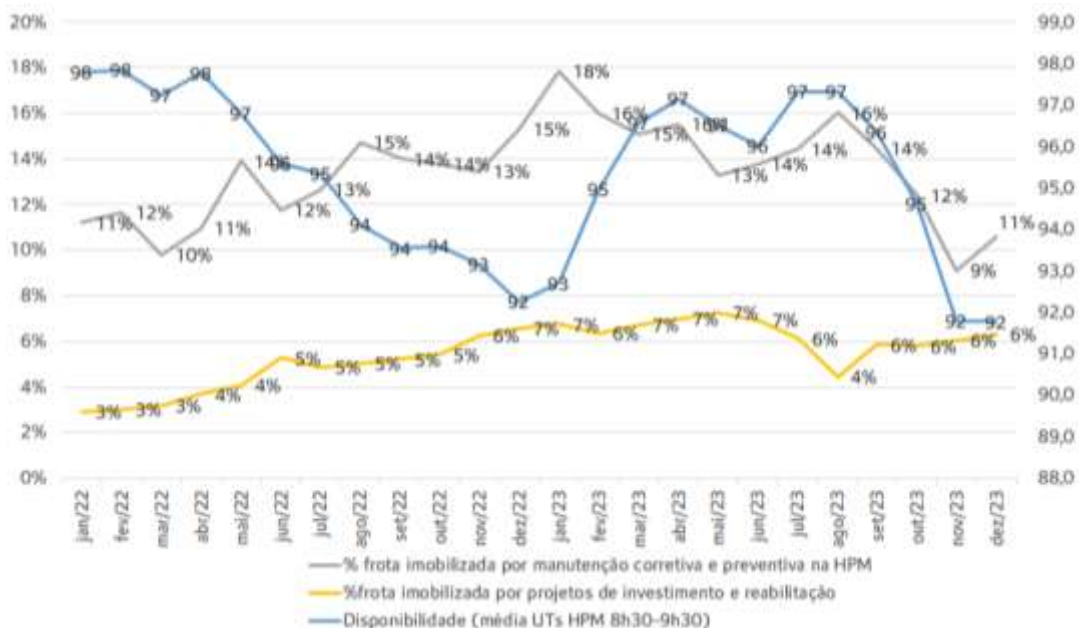
Desempenho operacional do material circulante

O ano de 2023 ficou caracterizado pela conclusão do programa de recuperação do plano de manutenção praticamente em todas as rotinas de manutenção programada, resultando numa condição de operacionalidade do material circulante de exploração que não se verificava há vários anos.

O esforço desenvolvido na recuperação dos planos de manutenção dos equipamentos, na reposição da operacionalidade de composições imobilizadas há longo tempo, bem como na implementação de programas de investimento na reabilitação ou renovação de portas de passageiros em todas as unidades da frota de material circulante, conduziu a uma disponibilidade operacional do material circulante na hora de ponta da manhã (HPM) dos dias úteis.

Demonstrado pelas figuras seguintes, com a recuperação do atraso histórico das rotinas de manutenção programada, foi possível dar início a intensos programas de reabilitação da frota, que implica imobilização prolongada da composição, com é exemplo a revisão geral de portas de passageiros em toda a frota, sem por isso comprometer a capacidade de cumprimento da oferta planeada.

Gráfico 3 – Ocupação na hora de ponta da manhã



Com valor crescente ao longo de todo o ano de 2023, em dezembro estavam em intervenção ao abrigo de contratos de investimento 6% da frota, correspondendo a 7 UT imobilizadas.

Apesar deste esforço de reabilitação da frota, ainda assim foi possível garantir ao longo de todo ao ano uma taxa de cobertura das necessidades de material circulante superior a 105% para execução de plano de oferta.

A série histórica da fiabilidade média do material circulante revela a tendência para o seu crescimento progressivo, sobretudo nas séries mais antigas, o ML90 e ML95, atualmente com mais de 20 anos de serviço.

Gráfico 4 – Taxa de cobertura das necessidades de material circulante



Gráfico 5 – Evolução de fiabilidade média



4. Oferta do serviço de transporte

De uma forma geral verificou-se um aumento da oferta produzida, seja face a 2022, seja face ao originalmente planeado para 2023, em resposta ao aumento da procura verificada.

Na linha Amarela verificou-se um aumento muito significativo do número de circulações produzidas face ao planeado, o que decorre da adaptação do plano de oferta planeado como consequência das obras de expansão e modernização da rede que estão em curso. As obras de expansão e modernização da rede, que afetaram mais significativamente as linhas Amarela e Verde, obrigaram à circulação de comboios de três carruagens, o que resulta, no caso da linha Amarela, num aumento inferior do número de lugares disponibilizados face ao aumento registado no número de circulações.

Quadro 16 – Evolução da oferta

Evolução da oferta (serviço público)	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio PAO		
				Abs.	%	Abs.	%	
Carruagens x km								
Linha Azul	10 ³	9 638	8 984	9 036	654	7,3	602	6,7
Linha Amarela	10 ³	7 048	7 015	6 512	33	0,5	536	8,2
Linha Verde	10 ³	5 679	5 738	5 410	(59)	(1,0)	269	5,0
Linha Vermelha	10 ³	6 605	6 228	6 250	377	6,1	356	5,7
Total	10³	28 971	27 965	27 207	1 005	3,6	1 763	6,5
Lugares x km								
Linha Azul	10 ³	1 233 676	1 149 913	1 156 569	83 763	7,3	77 106	6,7
Linha Amarela	10 ³	902 186	897 961	833 528	4 225	0,5	68 658	8,2
Linha Verde	10 ³	726 863	734 466	692 443	(7 603)	(1,0)	34 420	5,0
Linha Vermelha	10 ³	845 503	797 241	799 975	48 262	6,1	45 528	5,7
Total	10³	3 708 227	3 579 580	3 482 515	128 647	3,6	225 712	6,5
Circulações								
Linha Azul	n.º	119 155	116 551	121 084	2 604	2,2	(1 929)	(1,6)
Linha Amarela	n.º	149 690	120 357	126 353	29 333	24,4	23 337	18,5
Linha Verde	n.º	119 322	113 097	120 210	6 225	5,5	(888)	(0,7)
Linha Vermelha	n.º	111 042	107 087	112 019	3 955	3,7	(977)	(0,9)
Total	n.º	499 209	457 092	479 666	42 117	9,2	19 543	4,1

Quadro 17 – Taxa de realização da oferta

Taxa de Realização		2023	2022	Var. 2023/2022
Taxa de realização de lugares x km				
Linha Azul	%	106,67	100,29	6,38 p.p.
Linha Amarela	%	108,24	98,55	9,68 p.p.
Linha Verde	%	104,97	99,77	5,20 p.p.
Linha Vermelha	%	105,69	99,97	5,72 p.p.
Na rede	%	106,48	90,33	16,15 p.p.
Taxa de realização de circulações				
Linha Azul	%	98,41	95,23	3,18 p.p.
Linha Amarela	%	118,47	95,15	23,32 p.p.
Linha Verde	%	99,26	94,74	4,52 p.p.
Linha Vermelha	%	99,13	95,83	3,29 p.p.
Na rede	%	104,07	96,82	7,26 p.p.

5. Procura

Em 2023 verificou-se uma recuperação na procura face ao exercício anterior de mais 21,1% no total das validações e de mais 21,3% no total de passageiros (validações mais fraude). Embora tenha superado o ano de 2022, a procura de 2023 não atingiu os valores de 2019, correspondendo a 93,2% do total das validações e a 90,2% total de passageiros quando comparado com o ano de referência.

No âmbito das obras da Linha Circular e dos trabalhos de modernização do sistema de sinalização, no ano de 2023 realizaram-se várias intervenções com impacto para o serviço Metro e para o Cliente:

- Realização de um conjunto de intervenções planeadas com vista à substituição do sistema de sinalização da linha Azul por um novo sistema de controlo de comboios *Communications-Based Train Control* (CBTC) – encerramento do troço Carnide/Jardim Zoológico, dia 05 de fevereiro. No âmbito destas operações foi necessário o encerramento da linha Azul, de 7 a 10 de abril;
- Realização de trabalhos da Especialidade de Estabilidade, no âmbito da Linha Circular, relacionados com a integração dos dois novos viadutos construídos no Campo Grande com os viadutos já existentes o que levou ao encerramento de troços e estações das Linhas Amarela e Verde (5 a 26 de abril | 29 a 30 de abril | 2 de maio a 7 de julho);
- Instalação da cobertura acústica no novo viaduto do Campo Grande – encerramento da estação Telheiras, por curtos períodos horários e temporais, durante os fins-de-semana de 15 de setembro a 05 de novembro;
- Realização de trabalhos na via-férrea para integração da linha Circular com o novo sistema de sinalização, no âmbito da concretização do Plano de Expansão da Rede – encerramento das estações CG e QC e circulação da Linha Amarela por troços (18/19 e 25/26 Novembro)
- Finalização da instalação da cobertura acústica sobre o Viaduto do Campo Grande, no âmbito das obras da linha Circular com encerramento da estação Telheiras entre os dias 01 e 03 dezembro, inclusive, entre as 06h30 e as 13h00.

Para minorar o impacto no Cliente, o Metro, sempre que foi possível, procurou aumentar a oferta de comboios nas linhas onde ocorreram as intervenções, teve um serviço especial para a população de Telheiras e procurou, junto da Carris, o aumento da oferta deste operador nas carreiras que serviam as zonas onde ocorreram estas interrupções.

Todos estes constrangimentos levaram a que a recuperação não fosse total face a 2019.

O ano de 2023 também marcou o Metropolitano de Lisboa pela positiva, onde entre outros se destaca:

- A 28 de junho, introdução da tecnologia EMV nos canais de acesso, que permite viajar através da aproximação de um cartão bancário de débito ou crédito *contactless*, *smartphone* ou *smartwatch* (título próprio no valor de 1,65€, cuja receita reverte na íntegra para o ML). Desde a sua introdução, tem-se verificado uma adesão crescente por parte dos clientes;
- De 01 a 06 de agosto, Lisboa foi palco da Jornada Mundial da Juventude. O evento provocou um enorme movimento de massas ao longo dos dias, levando a que no dia 04 de agosto de 2023 fossem registadas 737.318 validações no Metropolitano de Lisboa, batendo assim o recorde de 693.931 validações, verificado em 12 de junho de 2019;

- De 13 a 16 de novembro, o Evento *Web Summit*, a maior conferência de tecnologia e empreendedorismo do mundo, esteve de regresso a Lisboa pela oitava vez. A sua realização teve lugar no Altice Arena e na Feira Internacional de Lisboa e durante a realização do evento verificaram-se 2.388.857 validações em toda a rede. Comparativamente ao *Web Summit* de 2022, verificaram-se mais 65.646 validações, o que representa um acréscimo de 30,2%.

Em resumo, a procura registou as seguintes variações:

- Face a 2022, verificou-se um acréscimo de 17,9% nos passageiros com título pago e de 21,3% nos passageiros totais;
- Face à estimativa inscrita no PAO, registou-se um acréscimo de 9,2% nos passageiros com título pago e de 9,4% nos passageiros totais;
- Face a 2019, ano Pré-Pandemia, verificou-se um decréscimo de 11,4% % nos passageiros com título pago e de 9,8% nos passageiros totais.

Quadro 18 - Evolução da Procura

Passageiros	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Títulos ocasionais	34 679 484	29 201 100	27 818 481	5 478 384	18,76	6 861 003	24,66
Bilhete Viagem Carris Metro	13 300 773	13 927 694	13 402 974	(626 921)	(4,50)	(102 201)	(0,76)
Zapping	10 856 057	10 182 680	9 926 248	673 377	6,61	929 809	9,37
EMV	1 835 949	0	0	1 835 949	-	1 835 949	-
Bilhete 24 Horas Carris/Metro	4 628 262	3 570 995	3 189 922	1 057 267	29,61	1 438 340	45,09
Bilhete 24 Horas Carris/Metro/TT	160 321	113 739	99 913	46 582	40,96	60 408	60,46
Bilhete 24 Horas Carris/Metro/CP	580 428	428 805	322 715	151 623	35,36	257 713	79,86
Outros	3 317 694	977 187	876 709	2 340 507	239,51	2 440 985	278,43
Passes	113 812 664	96 798 828	108 218 335	17 013 836	17,58	5 594 329	5,17
Navegante Metropolitano	85 554 557	70 724 371	77 426 562	14 830 186	20,97	8 127 995	10,50
Navegante Lisboa	18 217 873	16 583 542	19 597 341	1 634 331	9,86	(1 379 468)	(7,04)
Navegante Amadora	6 128	4 103	4 859	2 025	49,35	1 269	26,11
Navegante Odivelas	7 213	5 754	6 970	1 459	25,36	243	3,49
Navegante Metropolitano Família	3 507 598	2 851 233	3 186 810	656 365	23,02	320 788	10,07
Navegante Municipal Família	277 018	400 429	583 516	(123 411)	(30,82)	(306 498)	(52,53)
Navegante +65	4 421 358	4 098 460	4 557 166	322 898	7,88	(135 808)	(2,98)
Navegante Metropolitano Comb -65	80 693	54 881	59 193	25 812	47,03	21 500	36,32
Navegante Urbano	225 078	822 347	1 248 656	(597 269)	(72,63)	(1 023 578)	(81,97)
Navegante Rede	11 988	14 864	20 664	(2 876)	(19,35)	(8 676)	(41,99)
L/Operadores - Outros	1 285 755	1 070 184	1 324 881	215 571	20,14	(39 126)	(2,95)
Combinados	217 405	168 660	201 716	48 745	28,90	15 689	7,78
Total com títulos pagos	148 492 148	125 999 928	136 036 817	22 492 220	17,85	12 455 331	9,16
Gratuitos	13 292 744	7 641 820	11 571 247	5 650 924	73,95	1 721 497	14,88
Total de validações	161 784 892	133 641 748	147 608 064	28 143 144	21,06	14 176 828	9,60
Fraude	4 089 593	3 084 088	3 945 068	1 005 505	32,60	144 525	3,66
Total transportados	165 874 485	136 725 836	151 553 132	29 148 649	21,32	14 321 353	9,45
Percurso médio por passageiro	5,28	5,16	5,12	0	2,33	0	3,20
Passageiro x km transportados	876 126 315	711 832 577	775 684 558	164 293 737	23,08	100 441 757	12,95

Atividades Complementares

Relativamente aos Cartões Lisboa Viva/Navegante personalizado, no ano 2023, o Metropolitano de Lisboa personalizou cerca de 150,8 mil cartões, dos quais 70,8% foram urgentes. Face a ano transato a variação foi de -7,1% (menos 11,4 mil personalizações) e em relação a 2019 a variação foi de -30,5% (menos 66,1 mil personalizações).

Quadro 19 – Produção de cartões Lisboa Viva

	Produção cartões LV 2023	Metro
	Normal	36 539
10 dias	4_18	3 325
	Sub23	3 267
	Sub-Total	43 131
	Normal	91 196
Urgentes	4_18	5 906
	Sub23	9 603
	Sub-Total	106 705
Trabalhadores		959
TOTAL		150 795

Em 12 de outubro de 2020, foram instalados na estação Alameda dois quiosques para emissão de cartões Lisboa viva no momento (*Kiosks Viva*). Embora não sejam cartões produzidos pelo ML, uma parcela do valor pago pelo cliente representa receita do ML. Até ao final do ano foram produzidos um total de 22.109 cartões, nos dois *Kiosks Viva*, o que gerou uma receita para o Metropolitano de Lisboa de 86.214 euros.

Em março de 2023, o Metropolitano de Lisboa disponibilizou uma plataforma específica para a aquisição *online* do cartão Navegante, permitindo que o processo seja realizado sem a necessidade de deslocação dos clientes às estações. A receita gerada por este serviço foi de 18.262,50 euros.

6. A atividade comercial

Metrocom, S.A.

A Metrocom, S.A. explora, em regime de concessão em exclusividade, a promoção e a comercialização de lojas, vitrinas e espaços comerciais existentes ou a criar nas estações do ML, bem como nas demais instalações ou espaços sob a sua jurisdição, quer existentes quer futuros. Paralelamente, a empresa assegura a manutenção dos espaços das estações da rede do Metropolitano de Lisboa.

Quadro 20 – Metrocom – Indicadores de Atividade

INDICADORES DE ATIVIDADE	Un.	2023	2022	Var. 2023/2022	
				Abs	%
Atividade Comercial					
Volume de Negócios (Linha Azul)	m€	897	883	14,0	1,6
Volume de Negócios (Linha Amarela)	m€	956	966	(10,0)	(1,0)
Volume de Negócios (Linha Verde)	m€	185	208	(23,0)	(11,1)
Volume de Negócios (Linha Vermelha)	m€	514	547	(33,0)	(6,0)
INDICADORES DE RH					
Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012)	Un.	6	6	0,0	-
Número médio de efetivos	Un.	6	6	0,0	-
Massa Salarial	m€	196	186	9,9	5,3
ESTRUTURA ACIONISTA					
Total do Capital Social	m€	750	750	0	-
Cap. Social detido pelo METRO	%	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL					
Ativo não corrente	m€	423,9	486,0	(62,1)	(12,8)
Ativo corrente	m€	3 585,5	3 437,2	148,4	4,3
Total Ativo	m€	4 009,5	3 923,2	86,3	2,2
Capital Próprio	m€	3 454,9	3 339,7	115,2	3,5
Passivo	m€	554,6	583,5	(29,0)	(5,0)
Total Capital Próprio e Passivo	m€	4 009,5	3 923,2	86,3	2,2
INDICADORES DE ESTRUTURA					
Autonomia Financeira %	%	86,2	85,1	-	1,0 p.p.
Solvabilidade %	%	623,0	572,3	-	50,7 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS					
Volume de Negócios	m€	2 552,2	2 604,0	(51,8)	(2,0)
EBITDA (Corrigido)*	m€	207,9	236,9	(29,0)	(12,2)
Margem do EBITDA (Corrigido)	%	8,1	9,1	-	(1,0) p.p.
Rendimentos Operacionais (corrigidos)	m€	2 658,9	2 699,6	(40,7)	(1,5)
Gastos Operacionais (corrigidos)	m€	2 451,0	2 462,7	(11,7)	(0,5)
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (corrigidos)	%	108,48	109,62	-	(1,1) p.p.

* Valor corrigido de Imparidades e outras rubricas non-cash.

Se em anos anteriores a atividade da Metrocom tinha sido fortemente impactada pelos efeitos da pandemia, ao longo de 2023 foi afetada pelos impactos da subida da inflação e das taxas de juro e consequente abrandamento da procura. Daqui resultou uma redução da procura de espaços comerciais e um aumento de pedidos antecipados de rescisão por parte dos lojistas. A acrescer a estes impactos, a condicionante da subconcessão para a atividade terminar em 30 de junho de 2024 tem adiado a entrada de novos negócios. Espera-se que esta situação seja ultrapassada durante o segundo trimestre de 2024, permitindo que os contactos mantidos junto do mercado se consubstanciem numa renovação da oferta de serviços comerciais junto dos clientes do Metro, com impactos positivos na rentabilidade da empresa.

O Volume de Negócios (VN) manteve-se a níveis abaixo das expectativas, com o VN de 2023 a registar um valor inferior em 2% ao VN de 2022 e inferior em 11,6% ao VN de 2019, melhor ano de atividade.

Em termos globais, e apesar da entrada de novos lojistas, destaca-se o reduzido saldo positivo na ocupação de lojas físicas (+1), passando de 173 em dezembro de 2022 para 174 em dezembro de 2023, num total de 210 lojas.

Em termos de ocupação de espaço com carácter temporário, o período em análise fica marcado pelo aumento de *stands* temporários (+2), comparativamente com os resultados obtidos no anterior exercício, de 20 para 22 em dezembro de 2023.

O número de feiras manteve-se em 4, tal como o número de ATM na rede se manteve em 54 e o número de equipamentos de *vending* instalados na rede se mantiveram em 121 unidades.

Quadro 21 - EBITDA e Resultado Operacional da Metrocom

RUBRICAS	2023	2022	2023/2022	
			Abs	%
Prestação de Serviços	2.552.210	2.604.001	-51.791	-2,0%
Outros Rendimentos	106.664	95.582	11.082	11,6%
Total Rendimentos Operacionais [1]	2.658.874	2.699.583	-40.709	-1,5%
Fornecimentos e serviços externos	2.179.331	2.207.602	-28.271	-1,3%
Gastos com o pessoal	247.356	235.789	11.567	4,9%
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	0	27.756	-27.756	-100,0%
Outros gastos e perdas	24.323	19.327	4.996	25,9%
Gastos Operacionais (sem depreciações e amortizações) [2]	2.451.009	2.490.474	-39.464	-1,6%
EBITDA [3] = [1] - [2]	207.865	209.109	-1.245	-0,6%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização [4]	60.290	60.887	-596	-1,0%
Total Gastos Operacionais [5] = [2] + [4]	2.511.300	2.551.360	-40.061	-1,6%
Resultado Operacional [1] - [5]	147.574	148.223	-648	-0,4%

Quadro 22 - Faturação Metrocom

Ano	Faturação METROCOM	Valor entregue ao acionista (72% do VN)
		Un. m€
2022	2 572,1	1 851,9
2023	2 539,5	1 828,5

Ferconsult, S.A.

A Ferconsult, S.A. é uma empresa multidisciplinar e especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atuou nos mercados nacional e internacional desde 1991. A empresa tem como acionista único o ML.

Face ao acumulado de resultados deficitários que a Ferconsult vinha reunindo nos últimos anos, fruto de constrangimentos relacionados com questões de organização e gestão interna, designadamente a existência de uma estrutura de custos desajustada face aqueles que eram os proveitos, foi desenvolvido pelo Conselho de Administração um plano de reestruturação da empresa.

Concretizadas as medidas do Plano de Reorganização da Ferconsult apresentado em Dezembro de 2017 (N/ref.1262910, de 05/05/2017), e na sequência da análise da informação da UTAM n.º 4/2019, relativa à proposta de Fusão da Ferconsult com o Metropolitano de Lisboa, objeto do Despacho do Senhor SET n.º461/19-SET, foi reavaliada a sua atividade, e apresentada uma nova proposta, em setembro de 2019, de integração imediata dos trabalhadores da Ferconsult no ML, o que aconteceu no final de 2020, mantendo-se a empresa apenas como veículo instrumental que constitui parte integrante do ACE (Agrupamento Complementar de Empresas) dos TREM – Aluguer de Material Circulante.

Quadro 23 – Ferconsult – Indicadores de Atividade

INDICADORES DE ATIVIDADE	Un.	2023	2022	Var. 2023/2022	
				Abs	%
Atividade Comercial					
Volume de Negócios (Mercado Nacional)	m€	0,0	0,0	-	-
Volume de Negócios (Mercado Internacional)	m€	0,0	0,0	-	-
Indicadores de Produção					
Horas trabalhadas (Mercado Nacional)	%	0,0	0,0	-	0,0 pp.
Horas trabalhadas (Mercado Internacional)	%	0,0	0,0	-	0,0 pp.
INDICADORES DE RH					
Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012) ¹	Un.	0	0	-	-
Número médio de efetivos	Un.	0	0	-	-
Massa Salarial	m€	0,0	0,0	-	-
ESTRUTURA ACIONISTA					
Total do Capital Social	m€	5 295,3	5 295,3	-	-
Cap. Social detido pelo METRO	%	100	100	-	0,0 pp.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL					
Ativo não corrente	m€	117,8	0,0	117,8	-
Ativo corrente	m€	432,6	411,3	21,3	5,2
Total Ativo	m€	550,4	411,3	139,1	33,8
Capital Próprio	m€	(1 124,1)	(1 253,1)	129,0	(10,3)
Passivo	m€	1 674,5	1 664,4	10,1	0,6
Total Capital Próprio e Passivo	m€	550,4	411,3	139,1	33,8
INDICADORES DE ESTRUTURA					
Autonomia Financeira %	%	(204,2)	(304,7)	-	100,5 pp.
Solvabilidade %	%	(67,1)	(75,3)	-	8,2 pp.
INDICADORES FINANCEIROS					
Volume de Negócios	m€	0,0	0,0	-	-
EBITDA (corrigido)	m€	(19,4)	27,6	(47,0)	(170,3)
Margem do EBITDA (corrigido)	%	-	-	-	-
Rendimentos Operacionais (corrigidos) ²	m€	6,0	43,1	(37,1)	(86,1)
Gastos Operacionais (corrigidos) ²	m€	25,4	92,8	(67,4)	(72,6)
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (corrigidos)	%	23,62	46,48	-	(22,9) pp.

¹ Conforme alínea n.º 6 da RCM n.º 16/2012, são considerados os trabalhos colocados fora do território nacional e os prestadores de serviços com trabalho efetivo superior a 3 meses.

² Rendimentos e Gastos Operacionais corrigidos de provisões, imparidades e ganhos/perdas de subsidiárias.

Quadro 24 - EBITDA e Resultado Operacional da Ferconsult

RUBRICAS	2023	2022	2023/2022	
			Abs	%
Prestação de Serviços	0	0	0	-
Ganhos imputados a subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	512	0	512	-
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	170.532	0	170.532	-
Provisões (reduções)	0	0	0	-
Outros Rendimentos	6.000	43.979	-37.979	-86,4%
Total Rendimentos Operacionais [1]	177.044	43.979	133.064	302,6%
Fornecimentos e serviços externos	10.188	9.451	737	7,8%
Perdas imputadas a subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	0	1.152	-1.152	-100,0%
Gastos com o pessoal	0	0	0	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	0	0	0	-
Provisões (aumentos)	22.616	241.675	-219.059	-90,6%
Outros Gastos	15.230	4.007	11.223	280,1%
Gastos Operacionais (sem depreciações e amortizações) [2]	48.034	256.284	-208.251	-81,3%
EBITDA [3] = [1] - [2]	129.010	-212.305	341.315	-160,8%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização [4]	0	0	0	-
Total Gastos Operacionais [5] = [2] + [4]	48.034	256.284	-208.251	-81,3%
	129.010	-212.305	341.315	-160,8%

TREM, A.C.E.

O TREM – Aluguer de material Circulante, ACE (TREM) foi constituído em 02 de março de 2000, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venham a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

As relações contratuais estabelecidas em 2000 pelo TREM, nomeadamente o contrato de aluguer de carruagens celebrado com o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e o contrato de financiamento celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, S.A (CGD), o Banco Santander Totta, S.A. (BST) e o Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSNP) – que em maio de 2010 foi incorporado por fusão no BST, passando o BST a assumir todos os ativos e passivos do BSNP enquanto sociedade incorporada – foram mantidas sem qualquer alteração.

Em 2014 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8 dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

A 29 de Dezembro de 2014, o Agrupamento passa a ter a seguinte composição e estrutura:

- 1) Metropolitano de Lisboa, E.P.E. com a participação no capital de 90%
- 2) Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. com uma contribuição de 10%.

Quadro 25 – TREM Situação patrimonial em 31 de dezembro

Un.: €

Situação Patrimonial	2023	2022	Var. 2023/2022	
			V.Abs.	%
Total Ativo	38.758	45.996	(7.238)	-15,74%
Capital Próprio	(49.693.503)	(49.688.204)	(5.298)	0,01%
Passivo	49.732.260	49.734.200	(1.940)	0,00%
Total Capital Próprio e Passivo	38.758	45.996	(7.238)	-15,74%
Resultado Líquido	(5.298)	(3.212)	(2.086)	64,94%

TREM II, A.C.E.

O TREM II – Aluguer de material Circulante, ACE (TREM II) foi constituído em 21 de setembro de 2001, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venham a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

As relações contratuais estabelecidas entre 2001 e 2002 pelo TREM II, nomeadamente os contratos de aluguer de carruagens celebrados com o Metropolitano de Lisboa, EPE e os contratos de financiamento celebrados com a Caixa Geral de Depósitos, SA (CGD), o Caixa – Banco de Investimentos, SA (CaixaBI) e o Crédito Predial Português, SA, que em dezembro de 2004 alterou a denominação social para Banco Santander Totta, SA, foram mantidas sem qualquer alteração.

Em 2015 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8º dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

A 29 de dezembro de 2015, o Agrupamento passa a ter a seguinte composição e estrutura:

- 1) Metropolitano de Lisboa, E.P.E. com a participação no capital de 90%
- 2) Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. com uma contribuição de 10%.

Quadro 26 – TREM II Situação patrimonial em 31 de dezembro

Un.: €

Situação Patrimonial	2023	2022	Var. 2023/2022	
			V.Abs.	%
Total Ativo	56.673	67.841	(11.168)	-16,46%
Capital Próprio	(105.232.835)	(105.226.936)	(5.898)	0,01%
Passivo	105.289.508	105.294.777	(5.269)	-0,01%
Total Capital Próprio e Passivo	56.673	67.841	(11.168)	-16,46%
Resultado Líquido	(5.898)	2.040.092	2.034.194	-100,29%

Ensitrans

O Ensitrans, A.E.I.E (agrupamento europeu de interesse económico) é detido em 45% pela Ferconsult, S.A. e em 5% pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., sendo as restantes empresas participadas o Metro de Barcelona e a SENER (empresa de consultoria e projetos de engenharia). Embora já sem projetos ativos, o Ensitrans não pode dissolver a sociedade por ainda ter verbas a receber dos contratos celebrados com a EMA – *Entreprise du Métro d'Alger* (apesar da maioria dessas verbas em dívida ao Ensitrans pela EMA pertencerem à Ferconsult por trabalhos que desenvolveu).

VI. DESEMPENHO

Capital financeiro

Receitas Tarifárias e Complementares

Destacam-se alguns dos fatores que influenciaram as receitas tarifárias em 2023, nomeadamente:

- Aumento tarifário, no dia 01 de janeiro de 2023, de alguns Títulos Ocasiais (Zapping, Cartão Bancário, Bilhete 24 Horas CA/ML, Bilhete 24 Horas CA/ML/TT e Bilhete 24 Horas CA/ML/CP);
- Introdução da tecnologia EMV nos canais de acesso, em 28 de junho, que permite aos clientes do Metropolitano viajar, bastando para isso a aproximação de um cartão bancário de débito ou crédito *contactless*, *smartphone* ou *smartwatch*. O preço da viagem é de 1,65€;
- Realização da Jornada Mundial da Juventude em Lisboa, de 01 a 06 de agosto de 2023. Para este Evento foram criados títulos diários especiais de 4, 8, 9 e 16 dias, que abrangeram os transportes da Área Metropolitana de Lisboa. Na sequência da repartição pelos vários Operadores, a receita do Metropolitano foi de 2,95 milhões de euros;
- Acréscimo das quantidades vendidas de títulos ocasionais em 13,7% e de passes em 16,9%, na rede de vendas do Metropolitano de Lisboa, face ao ano transato. Comparativamente a 2019, verifica-se um decréscimo de 6,6% nas quantidades vendidas de títulos ocasionais e um acréscimo 4,6% nas quantidades vendidas de títulos ocasionais e de passes.

Assim, as receitas de Títulos Ocasiais e Passes de 2023 registaram as seguintes variações, tendo em consideração que a receita da JMJ foi considerada em Comparticipações:

- Comparando com 2022, verificou-se um acréscimo de 19,5% na receita de Títulos Ocasiais e Passes. Considerando as comparticipações/compensações 4-18/Sub23, Social+, Antigos Combatentes, Gratuidade Lisboa e JMJ, o acréscimo no total da receita foi de 21,0%;
- Comparando com a receita inscrita no PAO, verificou-se um acréscimo de 27,5% nos Títulos Ocasiais e Passes. Considerando a receita total, com as já referidas comparticipações, o acréscimo foi de 26,8%;

Para obviar o decréscimo da receita, pela alteração tarifária ocorrida em abril de 2019, (Regulamento nº 278-A/2019), a AML assegurou verbas a título de pagamento por conta. Em 2023, foram atribuídos ao Metropolitano de Lisboa os montantes de 4,9 milhões de euros em pagamentos por conta PART (AML).

Depois de considerados os valores dos Pagamentos por Conta PART, a variação da receita de 2023, face a 2022, ano em que ainda se verificaram pagamentos por conta no âmbito da pandemia, foi de 11,3%.

Quadro 27 - Receitas de títulos de transporte

Un: €

Receitas de títulos de transporte (sem IVA)	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Títulos ocasionais	47 262 202	39 039 876	36 741 390	8 222 327	21,1	10 520 812	28,6
Bilhete Viagem Carris Metro	19 354 303	18 049 132	17 203 875	1 305 170	7,2	2 150 427	12,5
Zapping	16 264 007	14 247 219	13 368 190	2 016 788	14,2	2 895 817	21,7
EMV	2 800 342	0	0	2 800 342	-	2 800 342	-
Bilhete 24 Horas Carris/Metro	5 215 548	4 140 148	3 881 440	1 075 400	26,0	1 334 108	34,4
Bilhete 24 Horas Carris/Metro/TT	200 879	154 038	146 847	46 841	30,4	54 032	36,8
Bilhete 24 Horas Carris/Metro/CP	604 074	465 340	394 944	138 734	29,8	209 130	53,0
Outros	2 823 050	1 983 999	1 746 095	839 051	42,3	1 076 955	61,7
Passes	59 496 038	50 319 167	46 962 674	9 176 871	18,2	12 533 364	26,7
Navegante Metropolitano	42 081 460	34 290 938	31 065 891	7 790 522	22,7	11 015 569	35,5
Navegante Lisboa	13 155 316	11 945 656	11 926 884	1 209 661	10,1	1 228 932	10,3
Navegante Amadora	15 826	12 176	9 574	3 649	30,0	6 252	65,3
Navegante Odivelas	31 331	24 747	30 576	6 583	26,6	754	2,5
Navegante Metropolitano Família	1 414 569	868 151	673 285	546 418	62,9	741 284	110,1
Navegante Municipal Família	148 487	187 472	190 471	(38 985)	(20,8)	(41 984)	(22,0)
Navegante +65	1 883 281	1 683 252	1 486 686	200 028	11,9	396 594	26,7
Navegante Metropolitano Comb -65	14 288	10 783	9 679	3 505	32,5	4 608	47,6
Outros Navegantes	107 698	112 097	59 160	(4 399)	(3,9)	48 538	82,0
Navegante Urbano	171 828	780 511	1 090 132	(608 682)	(78,0)	(918 304)	(84,2)
Navegante Rede	5 490	7 365	8 705	(1 876)	(25,5)	(3 215)	(36,9)
L/Operadores - Outros	351 419	287 945	287 049	63 474	22,0	64 370	22,4
Combinados	115 046	108 073	125 081	6 974	6,5	(10 035)	(8,0)
Total das receitas	106 758 241	89 359 042	83 704 064	17 399 198	19,5	23 054 176	27,5
Comparticipações 4-18 / sub23	2 593 454	2 593 454	2 209 322	0	0,0	384 132	17,4
Comparticipações Social+	912 091	912 091	912 091	0	0,0	0	0,0
Antigos Combatentes	1 686 569	1 295 642	772 981	390 927	30,2	913 588	118,2
Gratuidade CML	5 636 839	1 646 494	4 598 407	3 990 345	242,4	1 038 432	22,6
Pagamentos por Conta (AML)	4 867 366	7 848 238	6 671 068	(2 980 872)	(38,0)	(1 803 702)	(27,0)
Jornadas Mundiais da Juventude ¹	2 954 402	0	0	2 954 402	-	2 954 402	-
Total das participações	18 650 721	14 295 918	15 163 869	4 354 803	30,5	3 486 852	23,0
Total das receitas com participação	125 408 961	103 654 960	98 867 934	21 754 001	21,0	26 541 028	26,8
Pagamentos por Conta (COVID)	0	9 050 009	7 149 749	(9 050 009)	(100,0)	(7 149 749)	(100,0)
Total	125 408 961	112 704 969	106 017 682	12 703 992	11,3	19 391 279	18,3

¹ Em cumprimento do disposto no Despacho n.º 294/2023-SET, de 13 de julho, do Secretário de Estado do Tesouro

Gráfico 6 - Receitas de títulos de transporte

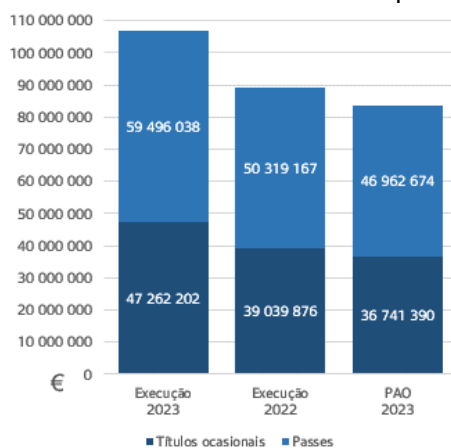
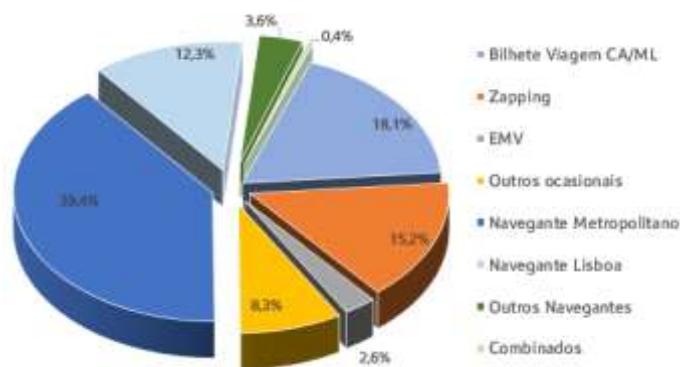


Gráfico 7 - Detalhe receitas de títulos de transporte



Relativamente à receita complementar, o ano de 2023 apresentou um acréscimo de 4,1%, face a 2022.

Nas receitas complementares tarifárias, destacam-se as obtidas com os Cartões Viva Viagem com um acréscimo de receita de 254,8 mil euros, face a 2022.

Nas receitas complementares não tarifárias, sublinha-se o incremento bastante significativo (116,2%) verificado nas receitas com filmagens, quando comparado com o ano anterior. Relativamente às Subconcessões, verifica-se uma variação negativa na da Metrocom (-1,3%) e na Publímetro uma variação positiva (5,2%) em relação a 2022.

Quadro 28 – Receitas complementares

Un: €

Receitas Complementares (sem IVA)	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Receitas Complementares Tarifárias	3 850 055	3 614 422	1 629 904	235 632	6,5	2 220 151	136,2
Taxa de Urgência	477 250	517 065	287 983	(39 815)	(7,7)	189 267	65,7
Cartões Viva Viagem	2 867 561	2 612 777	1 010 292	254 784	9,8	1 857 269	183,8
Fee de Personalização	347 079	342 553	272 925	4 527	1,3	74 154	27,2
Comissões	156 944	142 028	58 459	14 916	10,5	98 485	168,5
- Comissão venda Bilhete Viagem CA/ML	75 618	70 304	33 618	5 314	7,6	42 000	124,9
- Comissão venda Zapping	81 312	71 527	24 841	9 785	13,7	56 471	227,3
- Comissão venda títulos sem quota ML	14	197	0	(183)	(92,9)	14	-
Outras receitas complementares tarifárias	1 220	0	244	1 220	-	976	400,2
Receitas Complementares não Tarifárias	3 968 472	3 899 355	3 741 181	69 118	1,8	227 291	6,1
Património	376 239	426 571	394 362	(50 332)	(11,8)	(18 124)	(4,6)
Aluguer de Espaços	85 421	78 820	48 000	6 601	8,4	37 421	78,0
Aluguer de Fibras Ótica e Telecomunicações	290 818	347 751	346 362	(56 933)	(16,4)	(55 545)	(16,0)
Frota - Estações - Meios diversos	149 428	80 661	57 840	68 768	85,3	91 588	158,3
Filmagens	134 450	62 200	28 200	72 250	116,2	106 250	376,8
Diversos (Inserção PUB, Merchandising/Publicações, Roy.)	2 728	6 211	10 140	(3 482)	(56,1)	(7 412)	(73,1)
Serviço Especial	12 250	12 250	19 500		0,0	(7 250)	(37,2)
Outras Receitas	67 593	70 314	95 634	(2 720)	(3,9)	(28 041)	(29,3)
Subconcessões	3 375 212	3 321 810	3 193 345	53 403	1,6	181 867	5,7
Metrocom	1 828 458	1 851 923	2 069 541	(23 465)	(1,3)	(241 083)	(11,6)
Publimetro - MOP	1 546 754	1 469 887	1 123 804	76 867	5,2	422 950	37,6
Total das receitas complementares	7 818 527	7 513 777	5 371 085	304 750	4,1	2 447 442	45,6

Resultados

Em 2023, o ML apresenta uma variação positiva no Volume de Negócios no valor de 22,0 milhões de euros e um desvio positivo de 27,0 milhões de euros, em função do aumento da Procura, conforme detalhado no cap. *V MODELO DE NEGÓCIO*, ponto 5. *Procura*.

Os Rendimentos Operacionais registaram 137,8 milhões de euros, apresentando um decréscimo na ordem dos 9,0 milhões de euros, face ao período homólogo, embora se verifique um desvio positivo de 24,4 milhões de euros, face ao apresentado no PAO 2023-2025. O detalhe é apresentado em *Rendimentos Operacionais*, pág.^a 46.

No que respeita aos Gastos Operacionais, registaram-se 168,5 milhões de euros, apresentando um agravamento de 12,9 milhões de euros face ao período homólogo e de 6,7 milhões de euros em relação ao PAO. O detalhe é apresentado em *Gastos Operacionais*, pág.^a 46.

O Resultado Financeiro cifra-se nos 1,1 milhões de euros, com uma variação positiva de 19,1 milhões de euros e um desvio positivo de 255 mil euros. O detalhe é apresentado em *Resultados Financeiros*, pág.^a 49.

O Resultado Líquido registado em 31 de dezembro de 2023 fixou-se no valor negativo de 24,0 milhões de euros, apresentando uma evolução negativa de 2,9 milhões de euros, face ao período homólogo, mas que se apresenta menos negativo face à previsão do PAO em 18,0 milhões de euros.

A contribuir para este resultado, verificaram-se as principais variações:

- Aumento do Volume de Negócios: +22,0 milhões de euros;
- Decréscimo dos subsídios à Exploração: -10,1 milhões de euros;
- Perdas imputadas de subs., assoc. e emp. conjuntos: -1,8 milhões de euros;
- Aumento dos Gastos com Pessoal: +12,5 milhões de euros
- Justo Valor: -17,7 milhões de euros.

Quadro 29 – Resultados – Contas individuais

Resultados (valores em milhões de euros)	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Volume de Negócios	133,25	111,20	106,26	22,04	19,82	26,99	25,40
<i>Rendimento do Serviço Público*</i>	125,41	103,66	98,87	21,75	20,99	26,54	26,84
<i>Receitas não tarifárias</i>	7,84	7,55	7,39	0,29	3,84	0,45	6,12
Subsídios à Exploração	0,54	10,64	7,15	(10,10)	(94,97)	(6,61)	(92,51)
Outros rendimentos	11,02	31,30	7,80	(20,28)	(64,79)	3,23	41,37
Custo das Matérias Vendidas e das Matérias Consumidas	(2,86)	(2,70)	(4,32)	(0,16)	(6,00)	1,46	33,72
Fornecimentos e Serviços Externos	(38,00)	(37,32)	(51,77)	(0,68)	(1,84)	13,77	26,59
Gastos com Pessoal	(99,29)	(86,76)	(91,09)	(12,52)	(14,44)	(8,20)	(9,00)
Outros Gastos	(14,47)	(14,09)	(1,44)	(0,38)	(2,68)	(13,03)	(905,81)
EBITDA	(9,82)	12,27	(27,42)	(22,09)	(180,02)	17,60	64,19
EBITDA Corrigido **	(5,86)	(5,33)	(34,01)	(0,54)	(10,12)	28,14	82,76
Total de Rendimentos Operacionais	145,61	154,66	121,20	(9,05)	(5,85)	24,41	20,14
Total de Gastos Operacionais	168,53	155,62	161,83	12,91	8,29	6,70	4,14
Resultado Operacional	(22,92)	(0,97)	(40,63)	(21,96)	(2 273,30)	17,71	43,59
Resultado Financeiro	(1,06)	(20,15)	(1,32)	19,09	94,74	0,25	19,38
Resultado antes de Impostos	(23,98)	(21,12)	(41,95)	(2,86)	(13,56)	17,97	42,83
Resultado Líquido	(24,00)	(21,14)	(41,95)	(2,86)	(13,55)	17,95	42,79

* Inclui receita de venda de bilhetes, passes e compensações tarifárias.

** EBITDA corrigido (sem Equiv. Patrimonial/Subsidiárias, TPE, Imparidades, Provisões, Justo valor, Subsídios ao investimento e outras rubricas non-cash).

Em 2023, o grupo de empresas Metropolitano de Lisboa registou, nas suas contas consolidadas, um aumento do volume de negócios de 19,7% (+22,0 milhões euros) face a 2022, resultante do aumento da procura.

O EBITDA (corrigido) do grupo ML registou uma evolução negativa de 2,7 milhões de euros face a 2022. O Resultado Operacional situou-se nos -22,9 milhões de euros. A degradação dos resultados decorreu da diminuição dos subsídios à exploração, da diminuição de outros rendimentos, do aumento dos gastos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, outros gastos e diminuição do justo valor.

Quadro 30 – Resultados – Contas consolidadas e individuais do Grupo de Empresas Metro – 2023

Resultados (valores em milhares de euros)	Contas Consolidadas	Contas Individuais				
		ML	Ferconsult	Metrocom	TREM	TREM II
Volume de Negócios	133 966,19	133 248,69	-	2 552,21	-	-
EBITDA	848,12	(9 817,97)	129,01	207,86	(5,30)	(5,90)
EBITDA corrigido *	(5 484,24)	-	(19,40)	207,86	(5,30)	(5,90)
Rendimentos Operacionais	146 426,88	145 609,81	177,04	2 658,87	-	-
Gastos Operacionais	(169 312,13)	(168 530,62)	(48,03)	(2 511,30)	(5,30)	(5,90)
Resultado Operacional	(22 885,25)	(22 920,81)	129,01	147,57	(5,30)	(5,90)
Resultado Líquido	(24 002,04)	(23 999,58)	129,01	115,24	(5,30)	(5,90)

* Exclui efeitos de equivalência patrimonial/subsidiárias, TPE, imparidades, provisões, aumentos/reduções de justo valor, diferenças cambiais e subsídios ao investimento.

Quadro 31 – Resultados – Contas consolidadas

Resultados (valores em milhões de euros)	Contas Consolidadas		Variação 2023/2022	
	2023	2022	Abs.	%
Volume de Negócios	133,97	111,95	22,02	19,67
EBITDA	0,85	22,99	(22,14)	(96,31)
EBITDA corrigido *	(5,48)	(2,79)	(2,70)	(96,90)
Rendimentos Operacionais	146,43	155,58	(9,15)	(5,88)
Gastos Operacionais	(169,31)	(156,48)	(12,83)	(8,20)
Resultado Operacional	(22,89)	(0,91)	(21,98)	(2 428,74)
Resultado Líquido	(24,00)	(21,14)	(2,86)	(13,55)

* Exclui efeitos de equivalência patrimonial/subsidiárias, TPE, imparidades, provisões, aumentos/reduções de justo valor, diferenças cambiais e subsídios ao investimento.

EBITDA corrigido 2022: Valores reexpressos

Rendimentos Operacionais

Em 2023, o Volume de Negócios registou 133,3 milhões de euros, representando uma variação positiva 22,0 milhões de euros e um desvio positivo de 25,4 milhões de euros, com a Receita Tarifária a contribuir com 17,4 milhões de euros (dos quais 8,2 milhões de euros em Títulos Ocasionalmente e 9,2 milhões de euros em Passes), e as Compensações Tarifárias a contribuir com 4,4 milhões de euros, face a 2022.

As Receitas não tarifárias apresentaram uma ligeira variação positiva de 289 mil euros, com maior expressão na venda de Cartões (+215 mil euros) e na Exploração de Publicidade (+23 mil euros).

Os Subsídios à Exploração registaram um decréscimo de 10,1 milhões de euros. Em 2022 foram recebidos 9,1 milhões de euros de PART COVID, enquanto que em 2023 os subsídios à exploração, no valor de 535 mil euros, se referem essencialmente a PRR e Fundo Ambiental.

No que se refere aos Outros Rendimentos, a variação foi negativa, no valor de 31,1 milhões de euros, com especial incidência no Justo Valor de instrumentos financeiros, que apresentou um decréscimo de 17,7 milhões de euros, registando 1,3 milhões de euros (comparando com o valor de 19,0 milhões de euros em 2022) e nas Diferenças Cambiais associadas aos colaterais da Wells Fargo e Wilmington Trust, que em 2022 registaram 3,2 milhões de euros, mas 2023 a Diferença Cambial foi desfavorável em 1,9 milhões de euros. Em sentido positivo, o ML registou mais 723 mil euros em Indemnizações por danos causados, sendo o valor com maior expressão relativo indemnização de seguradora devida por sinistro com composição ocorrido em 2014.

Quadro 32 – Rendimentos Operacionais – Contas individuais

Rendimentos Operacionais (valores em milhões de euros)	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Vendas de Passes e Bilhetes	106,76	89,36	83,70	17,40	19,47	23,05	27,54
Compensação 4_18/sub_23/Social+ e Compensação PART (AML)	18,65	14,30	15,16	4,35	30,46	3,49	22,99
Receita Serviço público	125,41	103,66	98,87	21,75	20,99	26,54	26,84
Receitas não tarifárias	7,84	7,55	7,39	0,29	3,84	0,45	6,12
Volume de negócios	133,25	111,20	106,26	22,04	19,82	26,99	25,40
Subsídios à exploração	0,54	10,64	7,15	(10,10)	(94,97)	(6,61)	(92,51)
Trabalhos p/ Própria Empresa	6,42	6,12	5,93	0,30	4,90	0,50	8,38
Justo valor (aumentos)	1,34	19,02	0,00	(17,68)	(92,98)	1,34	-
Outros rendimentos	3,26	6,16	1,87	(2,89)	(47,02)	1,39	74,50
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (reversões)	0,80	1,51	0,00	(0,71)	(46,86)	0,80	-
Outros rendimentos	12,36	43,45	14,95	(31,09)	(71,55)	(2,59)	(17,30)
Total dos Rendimentos Operacionais	145,61	154,66	121,20	(9,05)	(5,85)	24,41	20,14

Quadro 33 – Rendimentos operacionais – Contas consolidadas

Rendimentos Operacionais (valores em milhões de euros)	Contas Consolidadas		Variação 2023/2022	
	2023	2022	Abs.	%
Vendas e serviços prestados	133,97	111,95	22,02	19,67
Subsídios à exploração	0,54	10,64	(10,10)	(94,97)
Ganhos Subsid., assoc. e emp. conjuntos	-	0,04	(0,04)	(100,00)
Trabalhos para a própria entidade	6,42	6,12	0,30	4,90
Aumentos de justo valor	1,34	19,02	(17,68)	(92,98)
Outros rendimentos	3,36	6,30	(2,93)	(46,60)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (reversões)	0,80	1,51	(0,71)	(46,86)
Total dos Rendimentos Operacionais	146,43	155,58	(9,15)	(5,88)

Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais totalizaram 168,5 milhões de euros, tendo incrementado 12,9 milhões de euros face a 2022 e 6,7 milhões de euros, face ao PAO.

As Perdas Imputadas a Subsidiárias registaram um aumento de 1,7 milhões de euros, essencialmente pela aplicação do método da equivalência patrimonial relativamente às subsidiárias TREM e TREMI.

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um acréscimo de 685 mil euros, apesar do decréscimo de 2,1 milhões de euros relativo ao término das rendas do *leasing* operacional do TREM II-2, em 2022, e de menos 964 mil euros em Trabalhos Especializados.

Verificaram-se aumentos de gastos mais expressivos nas rubricas de Publicidade/Propaganda (+136 mil euros), Vigilância e Segurança (+880 mil euros), Conservação e Reparações (+732 mil euros), Outros Juros – Despesas e Comissões (+163 mil euros), Energia (+742 mil euros), Seguros (+175 mil euros) e Serviços de Limpeza (+804 mil euros).

Nos Gastos com Pessoal o acréscimo de 12,5 milhões de euros, relativamente ao período homólogo e desvio de 8,2 milhões de euros, resulta essencialmente da dinâmica salarial e da contratação de novos trabalhadores, conforme detalhado em *III. ANÁLISE DE CONTEXTO, 2. Análise Interna, Recursos Humanos* e, abaixo, em *Gastos com Pessoal*.

Os Outros Gastos aumentaram 1,3 milhões de euros face a 2022 e apresentaram um desvio de 2,5 milhões de euros em relação ao PAO. O aumento deve-se, essencialmente, a Diferenças de Câmbio desfavoráveis, relativamente aos colaterais relativos a Wells Fargo e Wilmington Trust (diferença cambial desfavorável em 1,9 milhões de euros).

Os gastos relativos a COVID-19 ascenderam a 49 mil euros, tendo incidido sobre Fornecimentos e Serviços Externos, nomeadamente em serviços de limpezas.

Quadro 34 – Gastos Operacionais – Contas Individuais

Gastos Operacionais (valores em milhões de euros)	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Perdas imputadas subsidiárias	10,16	8,41	-	1,75	20,75	10,16	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2,86	2,70	4,32	0,16	6,00	(1,46)	(33,72)
Fornecimentos e serviços externos	38,00	37,32	51,77	0,68	1,84	(13,77)	(26,59)
Gastos com o pessoal	99,29	86,76	91,09	12,52	14,44	8,20	9,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas)	0,23	0,49	-	(0,26)	(52,57)	0,23	-
Provisões (aumentos)	0,55	1,92	-	(1,37)	(71,25)	0,55	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas)	-	1,00	-	(1,00)	(100,00)	-	-
Justo valor (redução)	-	-	0,44	-	-	(0,44)	(100,00)
Outros gastos	3,53	2,27	1,00	1,26	55,50	2,53	253,96
Gastos de Depreciação e Amortização	13,91	14,75	13,22	(0,84)	(5,70)	0,69	5,22
Total dos Gastos Operacionais	168,53	155,62	161,83	12,91	8,29	6,70	4,14

Quadro 35 – Gastos operacionais (COVID-19) – Contas Individuais

Gastos Operacionais (COVID-19) (valores em euros)	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	6.872,4	-	(6.872,4)	(100,0)	-	-
Fornecimentos e serviços externos	48.902,5	375.843,5	446.282,9	(326.941,1)	(87,0)	(397.380,4)	(89,0)
Gastos com o pessoal	-	58.269,3	-	(58.269,3)	(100,0)	-	-
Outros gastos	-	117,4	-	(117,4)	(100,0)	-	-
Total	48.902,5	441.102,6	446.282,9	(392.200,2)	(88,9)	(397.380,4)	(89,0)

Quadro 36 – Gastos Operacionais adicionais decorrentes da JMJ

Unid.: €	
Medidas	Aquisições de bens e serviços ¹
Adaptações no PMOII	8 318
Acréscimo de Apoio e Informação na rede	22 246
Acréscimo do consumo de Energia ²	100 822
Ajustamento da Oferta	1 726
Acréscimo de Manutenção	14 001
Acréscimo de Segurança	101 416
Acréscimo de Limpeza	16 527
Totais	265 056

¹ Gastos relativos às medidas tomadas assegurar a oferta no âmbito da JMJ, e em cumprimento do Despacho n.º 294/2023-SET, de 13 de julho, do Secretário de Estado do Tesouro

² Acréscimo obtido por comparação com o período de referência, 15 a 23 de Julho

Quadro 37 – Gastos operacionais – Contas consolidadas

Gastos Operacionais (valores em milhões de euros)	Contas Consolidadas		Variação 2023/2022	
	2023	2022	Abs.	%
Perdas imp. Subsid., assoc. e emp. conjuntos	(0,02)	-	(0,02)	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2,86)	(2,70)	(0,16)	(6,00)
Fornecimentos e serviços externos	(38,15)	(35,39)	(2,76)	(7,80)
Gastos com o pessoal	(99,53)	(87,00)	(12,54)	(14,41)
Imparidade de inventários (perdas)	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	(0,06)	(0,52)	0,46	88,17
Provisões (aumentos)	(0,58)	(2,17)	1,59	73,42
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas)	-	(1,00)	1,00	100,00
Reduções de justo valor	-	-	-	-
Outros gastos	(3,57)	(2,30)	(1,27)	(55,10)
Gastos de depreciação e de amortização	(24,54)	(25,41)	0,87	3,43
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas)	-	-	-	-
Total dos Gastos Operacionais	(169,31)	(156,48)	(12,83)	(8,20)

EBITDA

Quadro 38 – EBITDA corrigido – Contas individuais

EBITDA corrigido – Contas Individuais (valores milhões de euros)	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Variação 2023/2022		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
EBITDA DRN (valores em milhões de euros)	(9,8)	12,3	(27,4)	(22,1)	(180,0)	17,6	64,2
Equiv. Patrimonial / Subsidiárias	(10,16)	(8,41)	-	(1,75)	(20,75)	(10,16)	-
Trabalhos para a própria entidade	6,42	6,12	5,93	0,30	4,90	0,50	8,38
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(0,23)	(0,49)	-	0,26	52,57	(0,23)	-
Provisões (aumentos / reduções)	(0,55)	(1,92)	-	1,37	71,25	(0,55)	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	(1,00)	-	1,00	100,00	-	-
Aumentos / reduções de justo valor	1,34	19,02	(0,44)	(17,68)	(92,98)	1,78	402,48
Subsídios ao investimento	1,11	1,11	1,11	-	-	0,00	0,00
Ganhos em Inventários	0,10	0,14	-	(0,05)	(31,87)	0,10	-
Perdas em Inventários	(0,10)	(0,20)	-	0,10	49,08	(0,10)	-
Diferenças cambiais (Favoráveis)	0,00	3,23	-	(3,23)	(99,99)	0,00	-
Diferenças cambiais (Desfavoráveis)	(1,88)	(0,00)	(0,00)	(1,87)	(41 740,36)	(1,87)	(44 577,64)
EBITDA Corrigido	(5,86)	(5,33)	(34,01)	(0,54)	(10,12)	28,14	82,76

Quadro 39 – EBITDA corrigido – Contas consolidadas

EBITDA Corrigido – Consolidado (valores em milhões de euros)	Contas consolidadas		Variação 2023/2022	
	2023	2022	Abs.	%
EBITDA DRN – Consolidado	0,85	22,99	(22,14)	(96,31)
Equiv. Patrimonial / Subsidiárias	(0,02)	0,04	(0,06)	(155,74)
Trabalhos para a própria entidade	6,42	6,12	0,30	4,90
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	(0,06)	(0,52)	0,46	88,17
Provisões (aumentos)	(0,58)	(2,17)	1,59	73,42
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas)	-	(1,00)	1,00	100,00
Aumentos de justo valor	1,34	19,02	(17,68)	(92,98)
Subsídios ao investimento	1,11	1,11	-	-
Ganhos em Inventários	0,10	0,14	(0,05)	(31,87)
Perdas em Inventários	(0,10)	(0,20)	0,10	49,08
Diferenças cambiais (Favoráveis)	0,00	3,23	(3,23)	(99,99)
Diferenças cambiais (Desfavoráveis)	(1,88)	(0,00)	(1,87)	(41 740,71)
EBITDA Corrigido – Consolidado	(5,48)	(2,79)	(2,70)	(96,90)

Valores de 2022 reexpressos

Gastos com Pessoal

O valor de Gastos com Pessoal totalizou 99,3 milhões de euros, apresentando uma degradação quer na variação de 12,5 milhões de euros em comparação com 2022, quer no desvio de 8,2 milhões de euros em relação ao previsto no PAO.

O desvio deve-se a:

- Efeito do acordo para a melhoria do rendimento não previsto no PAO (Despachos de 15-12-2022 e 12-5-2023, SET e SEF): 2,26 milhões de euros;
- Efeito da JMJ não previsto no PAO (Despacho 294/2023 SET): 1,2 milhões de euros;
- Efeito do Absentismo, não orçamentado: 1,34 milhões de euros;
- Efeito das responsabilidades com pensões, não orçamentado: 2,76 milhões de euros;
- Outros efeitos não previsto no PAO: 1,17 milhões de euros, justificados essencialmente pela variação dos gastos com seguro de acidentes de trabalho e de saúde;
- Valorizações remuneratórias obrigatórias: 161 mil euros;
- Efeito da não contratação da totalidade dos trabalhadores previstos no PAO: -702 mil euros.

As remunerações totalizam 68,3 milhões de euros, produzindo uma variação de mais 6,2 milhões de euros e um desvio de mais 3,5 milhões de euros. Este aumento decorre da dinâmica salarial e do efeito das novas contratações (ano completo dos contratados em 2022 e parcial dos contratados em 2023)

As Responsabilidades com Pensões (Plano de Pensões) atingiram, também, um elevado acréscimo, apresentando uma variação de 3,9 milhões de euros, assim como um desvio de 2,8 milhões de euros.

Os outros gastos, que incluem rubricas como: encargos sobre remunerações, gastos de ação social, seguros e outros, também aumentaram, com variação de 2,4 milhões de euros e desvio de 1,9 milhões de euros.

Quadro 40 – Gastos com pessoal – Contas individuais

Gastos com Pessoal (valores em milhões de euros)	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Remunerações	68,31	62,06	64,79	6,24	10,06	3,52	5,43
Complemento de Pensões	12,59	11,92	10,23	0,67	5,65	2,36	23,11
Responsabilidades c/ Pensões	10,60	6,74	7,83	3,87	57,38	2,77	35,33
Anulação dos Complementos Pensões	(12,60)	(11,92)	(10,23)	(0,68)	(5,68)	(2,37)	(23,16)
Outros gastos	20,38	17,96	18,46	2,42	13,48	1,92	10,40
TOTAL	99,29	86,76	91,09	12,52	14,44	8,20	9,00

Quadro 41 – Gastos com pessoal adicionais decorrentes da JMJ

Gastos com pessoal – JMJ Unid.: €	Remunerações	Encargos	Total
Pessoal-Vencimentos	6 480	1 623	8 102
Ad Trabalho suplementar	293 965	73 610	367 575
Ad Subsídio trabalho nocturno	11 664	2 921	14 585
Ad Subsídio transporte	3 221	806	4 027
Ad Subsídio refeição	6 262	114	6 375
Ad Eventos especiais	518 433	0	518 433
Ad Feriados trabalhados	221 198	55 389	276 587
Total	1 061 222	134 462	1 195 684

Gastos relativos às medidas tomadas para disponibilidade máxima de recursos humanos, em cumprimento do Despacho n.º 294/2023-SET, de 13 de julho, do Secretário de Estado do Tesouro

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros totalizam 1,06 milhões de euros, apresentando uma variação favorável de 19,1 milhões euros em relação a 2022, devido à maturidade do derivado financeiro subjacente ao *leasing* operacional do TREM II-2.

Quadro 42 – Resultados financeiros – Contas individuais

Resultados financeiros (valores em milhares de euros)	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Juros suportados c/ financ. banc./DGTF	1,06	1,14	1,32	(0,08)	(7,31)	(0,25)	(19,38)
Juros a liquidar	-	19,01	-	(19,01)	(100,00)	-	-
Gastos financeiros de exploração	1,06	20,15	1,32	(19,09)	(94,74)	(0,25)	(19,38)

Fluxos Financeiros

Em 2023 a atividade operacional gerou um fluxo positivo de 8,2 milhões de euros, libertando verba para as atividades de investimento.

Foram recebidos 154,9 milhões de euros, repartidos por:

- Clientes (tarifário) 32,2 milhões de euros;
- Atividades acessórias 5,4 milhões de euros;
- Recebimentos AML 11,1 milhões de euros (antigos combatentes, gratuidade CML e PART);
- Compensações tarifárias 4,0 milhões de euros;
- Impostos 2,3 milhões de euros;

Os pagamentos totalizaram 146,8 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

- Fornecedores 51,4 milhões de euros;
- Pessoal - Processamento 95,2 milhões de euros;
- Outros pagamentos 0,2 milhões de euros.

A atividade de investimento também gerou fluxo positivo de 444 mil euros.

O ML recebeu, a título de subsídios ao investimento, 96,1 milhões de euros:

- Estado - Subs. Invest. 0,8 milhões de euros;
- Fundo Ambiental 53,9 milhões de euros;
- POSEUR 39,1 milhões de euros;
- PRR 2,3 milhões de euros.

Foram pagos 95,6 milhões de euros relativos a:

- Ativos fixos tangíveis 94,6 milhões de euros;
- Ativos intangíveis 1,0 milhão de euros.

A atividade de financiamento encerrou com saldo positivo de 14,1 milhões de euros.

O ML recebeu, a título de financiamento, 76,9 milhões de euros, distribuídos por:

Apoio Financeiro do Acionista

- Dotações de Capital 57,5 milhões de euros;
- Suprimentos 9,0 milhões de euros.

Reembolso de excesso de depósito colateral Wilmington Trust

- Stichting CBL Finance IV 10,4 milhões de euros

Os pagamentos de financiamentos totalizaram 52,5 milhões de euros:

- Juros 48,8 milhões de euros
- Contratos SWAP 1,2 milhões de euros
- Aval 2,4 milhões de euros
- Outros gastos 44 mil euros (comissões e outros)

Quadro 43 - Demonstração de fluxos de caixa - Contas individuais

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (valores em milhões de euros)	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Fluxo das Atividades Operacionais	8,17	11,07	(32,26)	(2,90)	(26,19)	40,43	(125,32)
Fluxo das Atividades Investimento	0,44	(33,54)	(60,11)	33,99	(101,32)	60,56	(100,74)
Fluxo das Atividades Financiamento	14,07	59,93	92,37	(45,85)	(76,51)	(78,30)	(84,76)
Varição de caixa e seus equivalentes	22,69	37,45	-	(14,76)	(39,42)	22,69	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	162,25	124,80	114,99	37,45	30,01	47,26	41,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período	184,94	162,25	114,99	22,69	13,98	69,94	60,82

Atividades de Financiamento

Recebimentos de financiamentos:

- Dotações de Capital 57,5 milhões de euros;
- Suprimentos 9,0 milhões de euros.

Pagamentos de financiamentos:

- Juros 48,8 milhões de euros
- Contratos SWAP 1,2 milhões de euros
- Aval 2,4 milhões de euros
- Outros gastos 44 mil euros (comissões e outros)

Quadro 44 – Atividades de financiamento – Contas individuais

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (valores em milhões de euros)	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Recebimentos respeitantes a:							
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	57,5	181,4	99,9	(123,9)	(68,3)	(42,4)	(42,4)
Empréstimos Bancários - DGTF	9,0	35,2	45,0	(26,2)	(74,4)	(36,0)	(79,9)
Financiamento	66,5	216,6	144,9	(150,1)	(69,3)	(78,3)	(54,1)
Pagamentos respeitantes a:							
Empréstimos Bancários	-	81,0	-	(81,0)	(100,0)	-	-
Juros e gastos similares	52,5	75,7	52,5	(23,2)	(30,7)	(0,0)	(0,1)
Pagamentos	52,5	156,7	52,5	(104,2)	(66,5)	(0,0)	(0,1)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	14,1	59,9	92,4	(45,9)	(76,5)	(78,3)	(84,8)

Estrutura Patrimonial

Ativo

O ML manteve o critério indicado pela Tutela, de apresentar no balanço os valores da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD), evidenciando o impacto do investimento realizado em infraestruturas por conta do Estado e as responsabilidades correspondentes.

O ativo total totaliza 5.903 milhões de euros, com uma variação de 53 milhões de euros e um desvio de -175 milhões de euros, contribuindo o investimento em curso, em Infraestruturas de Longa Duração, com um incremento de 57 milhões de euros, apresentando o ativo ML um decréscimo de 29 milhões de euros, no ativo não corrente, essencialmente pelo valor de depreciações/amortizações, participações financeiras (MEP) e outros ativos financeiros. No ativo corrente, salienta-se o incremento de 24 milhões de euros, por via do aumento das disponibilidades em caixa e depósitos bancários e outros créditos a receber.

Os desvios verificados devem-se, essencialmente, à não execução de investimento previsto para 2023.

Quadro 45 – Ativo total – Contas individuais

Ativo (valores em milhões de euros)	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Não corrente	5.426,7	5.369,3	5.567,6	57,4	1,1	(141,0)	(2,5)
Corrente	-	-	-	-	-	-	-
ILD	5.426,7	5.369,3	5.567,6	57,4	1,1	(141,0)	(2,5)
Não corrente	239,3	268,1	305,3	(28,9)	(10,8)	(66,0)	(21,6)
Corrente	237,2	213,1	205,1	24,2	11,3	32,2	15,7
ML	476,5	481,2	510,4	(4,7)	(1,0)	(33,9)	(6,6)
Ativo Total	5.903,2	5.850,5	6.078,0	52,7	0,9	(174,8)	(2,9)

Detalhe de variações e desvio no ativo:

Quadro 46 – Ativo – Variações/Desvios

Unidade: milhões de euros

ILD	Variação	Desvio	ML	Variação	Desvio
Ativo não corrente	57,38	-141,00	Ativo não corrente	-28,82	-65,90
- Ativos Fixos Tangíveis	3,30	-196,50	- Ativos Fixos Tangíveis	-8,06	-46,00
- Investimentos em Curso	87,42	114,20	- Propriedades de Investimentos	0,39	2,20
- Estado Conta a Receber	46,09	57,40	- Ativos intangíveis	0,03	0,80
- Recebimento Subsídio Investimento	-81,81	-112,30	- Participações financeiras – MEP	-10,25	-14,90
- Reconhecimento de perda por imparidade	0,00	0,00	- Outros ativos financeiros	-10,93	-8,00
- Justo valor instrumentos financeiros	2,37	-3,80			
			Ativo corrente	24,20	32,10
			- Inventários	0,60	-0,30
			- Clientes	-0,64	-1,60
			- Estado e outros entes públicos	-1,66	-21,40
			- Outros créditos a receber	2,64	-14,10
			- Diferimentos	0,57	-0,40
			- Caixa e Depósitos bancários	22,69	69,90

Passivo e Capital Próprio

O passivo total ascendeu a 3.956 milhões de euros, representando uma variação de 50 milhões de euros e um desvio de 98 milhões de euros.

O passivo integra o recebimento de suprimentos no valor de 9 milhões de euros (3,3 milhões de euros – ILD e 5,7 milhões de euros – ML).

As responsabilidades por benefícios pós-emprego (pensões) registaram um aumento de 25,4 milhões de euros e outras dívidas a pagar mais 7,8 milhões de euros.

No capital próprio, encontram-se integrados: dotação de capital (57,5 milhões de euros), resultados transitados (21,1 milhões de euros), subsídios ao investimento (3,4 milhões de euros) e perdas atuarias (27,4 milhões de euros).

Quadro 47 – Capital Próprio e Passivo – Contas individuais

Capital Próprio e Passivo (valores em milhões de euros)	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Capital próprio	1.947,3	1.944,6	2.219,8	2,7	0,1	(272,5)	(12,3)
Passivo Não corrente	1.136,6	1.544,9	1.186,0	(408,3)	(26,4)	(49,4)	(4,2)
Passivo Corrente	1.633,9	1.216,2	1.517,3	417,8	34,3	116,7	7,7
Passivo – ILD	2.770,6	2.761,1	2.703,3	9,5	0,3	67,3	2,5
Passivo Não corrente	355,3	367,9	364,9	(12,6)	(3,4)	(9,7)	(2,6)
Passivo Corrente	830,0	776,9	790,0	53,1	6,8	40,0	5,1
Passivo – ML	1.185,3	1.144,8	1.154,9	40,5	3,5	30,4	2,6
Passivo total	3.955,9	3.905,9	3.858,2	50,0	1,3	97,7	2,5
Total de capital próprio e passivo	5.903,2	5.850,5	6.078,0	52,7	0,9	(174,8)	(2,9)

Detalhe de variações/desvios no Capital Próprio e Passivo:

Quadro 48 – Capital Próprio e Passivo – Variações/desvios

Unidade: milhões de euros

	Variação	Desvio	ILD	Variação	Desvio	ML	Variação	Desvio
Capital Próprio	2,68	-272,51	Passivo não corrente	-408,29	-49,36	Passivo não corrente	-12,62	-9,66
- Capital subscrito	57,51	-104,43	- Provisões ILD	-0,96	-3,53	- Provisões	0,42	2,57
- Resultados transitados	-21,14	12,49	- Financiamentos obtidos ILD	-398,72	-20,45	- Financiamentos obtidos	-38,42	-8,07
- Ajustamentos/outras variações no CP	-30,80	-198,51	- Outros passivos financeiros ILD	-8,61	-25,38	- Derivados	0,00	-6,63
- Resultado líquido do período	-2,90	17,95				- Responsabilidades benef. pós-emprego	25,37	2,47
			Passivo Corrente	417,75	116,66	Passivo Corrente	45,58	18,05
			- Fornecedores	-0,24	-4,12	- Fornecedores	1,49	0,86
			- Financiamentos obtidos	402,07	96,69	- Estado e outros entes públicos	-0,01	-4,98
			- Outras dívidas a pagar	15,92	24,10	- Financiamentos obtidos	44,10	22,17
						- Outras dívidas a pagar	7,84	22,50
						- Diferimentos	-0,29	-0,50

Gestão de Risco Financeiro

O ML tem vindo a consolidar a sua estrutura de capitais através do permanente reforço promovido pelo acionista, com a conseqüente redução do endividamento.

Rating do Metropolitano de Lisboa

Quadro 49 - Rating do ML

Rating Metro	Standard & Poor's	
	Rating	Outlook
26 de fevereiro de 2024	BBB+	Positivo
05 de março de 2024	A-	Positivo

Passivo Remunerado

O passivo remunerado reflete o recebimento de suprimentos no valor de 9 milhões de euros (3,3 milhões de euros – ILD e 5,7 milhões de euros – ML).

O desvio de 137,6 milhões de euros deve-se à não execução da conversão de dívida vencida, afeta a ILD, por integração no ativo do Estado (Estado – Conta a receber).

Quadro 50 – Passivo Remunerado ML – Contas individuais

Passivo remunerado (Valores em milhares de euros)	Execução 2023	Execução 2022	PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	910,00	910,00	910,00	-	-	-	-
Outros de longo prazo / Tesouro	297,14	434,28	325,66	(137,14)	(31,58)	(28,52)	(8,76)
Shuldschein	-	300,00	-	(300,00)	(100,00)	-	-
Dívida de médio e longo prazo	1.207,14	1.644,28	1.235,66	(437,14)	(26,59)	(28,52)	(2,31)
Outros de curto prazo / Tesouro	1.795,16	1.648,99	1.657,57	146,17	8,86	137,58	8,30
Shuldschein	300,00	-	300,00	300,00	-	-	-
Dívida de curto prazo	2.095,16	1.648,99	1.957,57	446,17	27,06	137,58	7,03
Total	3.302,30	3.293,27	3.193,23	9,02	0,27	109,06	3,42

Quadro 51 – Passivo Remunerado (2022-2023) – Contas consolidadas

Passivo remunerado (Valores em milhões de euros)	2023	2022	Var. 2023/2022	
			Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	910,0	910,0	-	-
Outros de longo prazo / Tesouro	297,1	434,3	(137,1)	(31,6)
Shuldschein	-	300,0	(300,0)	(100,0)
Dívida de médio e longo prazo	1.207,1	1.644,3	(437,1)	(26,6)
Outros de curto prazo / Tesouro	1.795,2	1.649,0	146,2	8,9
Shuldschein	300,0	-	300,0	-
Dívida de curto prazo	2.095,2	1.649,0	446,2	27,1
Total	3.302,3	3.293,3	9,0	0,3

Investimento

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

Em 2023, a Formação Bruta de Capital Fixo registou um valor de 90,1 milhões de euros, compreendendo o montante de investimentos que foi capitalizado nas contas do Ativo Fixo do ML.

Quadro 52 – Despesa de Investimento 2023

Despesa de investimento 2023 (Unid.: €)	Formação Bruta de Capital Fixo Execução 2023	PAO 2023	Desvio		Investimentos a Custos Técnicos Execução 2023	Despesa de Investimento Execução 2023
			Abs.	%		
ML	5.817.360	47.666.815	-41.849.455	-87,8%	5.863.620	5.863.620
Edifícios e outras Construções	105.146	230.126	-124.980	-54,3%	107.545	107.545
Central Fotovoltaica PMO II	0	877.000	-877.000	-100,0%	0	0
Remodelação e Renovação de Instalações	33.579	1.053.480	-1.019.901	-96,8%	35.668	35.668
Posto de Comando Central	0	525.000	-525.000	-100,0%	0	0
Subestação de Tração - Jardim Zoológico	0	525.000	-525.000	-100,0%	0	0
Equipamento Básico	592.240	1.356.608	-764.368	-56,3%	592.844	592.844
Renovação de sistemas vídeo e comunicação + SADI nas carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99)	410.177	1.918.080	-1.507.903	-78,6%	410.177	410.177
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (Material Circulante)	-1.178.236	23.710.355	-24.888.591	-105,0%	-1.178.236	-1.178.236
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC)	-1.141.316	121.010	-1.262.326	-1043,2%	-1.141.316	-1.141.316
Modernização linha Vermelha (CBTC-Mat. Circulante)	0	600.000	-600.000	-100,0%	0	0
Prolongamento Rato / Cais do Sodré - Equipamento de Estação	522.919	0	522.919	-	563.569	563.569
Sistema de informação aos clientes nas estações	0	1.825.000	-1.825.000	-100,0%	0	0
Remodelação geral de MAVT	1.536.112	1.100.000	436.112	39,6%	1.536.112	1.536.112
Máquina esmeriladora	0	5.595.896	-5.595.896	-100,0%	0	0
Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90	360.193	1.408.818	-1.048.625	-74,4%	360.193	360.193
Beneficiação geral de portas das frotas ML95, ML97 e ML99	2.460.730	1.858.064	602.665	32,4%	2.461.246	2.461.246
Torno rodas PMO3 + Sistema de medida automática de rodas	444.772	1.210.015	-765.243	-63,2%	444.772	444.772
Substituição das travessas de pinho - PMO II	379.657	725.000	-345.343	-47,6%	379.657	379.657
Ferramentas e Utensílios	95.184	280.629	-185.445	-66,1%	95.184	95.184
Aplicações de Suporte ao Negócio, Hardware e Software	1.083.065	2.400.000	-1.316.935	-54,9%	1.083.065	1.083.065
Equipamento Administrativo	113.140	340.735	-227.595	-66,8%	113.140	113.140
Plano de Prevenção COVID	0	6.000	-6.000	-100,0%	0	0
ILD	84.241.229	162.830.471	-78.589.242	-48,3%	90.570.974,05	90.570.974
Remodelação da linha Azul	1.414.070	806.052	608.018	75,4%	1.438.214	1.438.214
Remodelação da linha Amarela	376.467	1.780.582	-1.404.116	-78,9%	383.906	383.906
Remodelação da linha Verde	57.225	473.349	-416.125	-87,9%	57.225	57.225
Remodelação da linha Vermelha	129.563	522.820	-393.257	-75,2%	134.647	134.647
Remodelação da Rede Global	109.600	1.968.373	-1.858.773	-94,4%	110.722	110.722
Remodelação de 11 postos de bombagem da rede ML	304.330	744.325	-439.994	-59,1%	304.330	304.330
Plano Nacional de Acessibilidades	1.124.294	5.891.107	-4.766.813	-80,9%	1.210.181	1.210.181
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	76.572.515	70.805.903	5.766.612	8,1%	82.525.027	82.525.027
Prolongamento S.Sebastião / Alcântara	506.996	55.100.000	-54.593.004	-99,1%	544.328	544.328
Metro Ligeiro de Superfície Loures / Odivelas	57.944	9.178.286	-9.120.342	-99,4%	62.448	62.448
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC)	694.639	5.801.559	-5.106.920	-88,0%	694.639	694.639
Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores)	2.683.395	2.368.486	314.909	13,3%	2.884.577	2.884.577
Remodelação estação Areiro	109.597	574.014	-464.417	-80,9%	113.184	113.184
Remodelação estação Arroios	150.381	105.000	45.381	43,2%	157.192	157.192
Remodelação estação Olivais	740	0	740	-	740	740
Remodelação estação Cais do Sodré	0	6.223.414	-6.223.414	-100,0%	0	0
Remodelação estação Colégio Militar	0	25.200	-25.200	-100,0%	0	0
Remodelação estação Marquês de Pombal	1.800	462.000	-460.200	-99,6%	1.940	1.940
Investimento por conta de terceiros	-52.327	0	-52.327	-	-52.327	-52.327
Investimento total	90.058.589	210.497.286	-120.438.697	-57,2%	96.434.594	96.434.594

O investimento apresentou um desvio negativo de 120,4 milhões de euros (-57,2%), com um grau de execução global de 42,8%. Dos 90,06 milhões de euros executados, o relativo a investimento ML representa 6,5% e o relativo a investimento ILD representa 93,5%.

Quadro 53 – Variação do Investimento 2023-2022

Investimento (Unid.: €)	2023	2022	Var. 2023/22	
			V.Abs	%
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	90.058.589	50.106.469	39.952.120	79,73%
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	96.434.594	56.172.015	40.262.579	71,68%
Despesa de investimento (DI) (inclui custos financeiros)	96.434.594	56.172.015	40.262.579	71,68%

Apresenta-se a justificação dos principais desvios verificados:

Edifícios e outras Construções

O desvio de execução relativo ao contrato ML 036/22 (instalações dos Postos de Carregamento de Veículos PMOII e PMOIII) e contrato ML 016/23 (SADI - Proposta Revisão do Projeto PMO II) tem como justificação os atrasos na contratação e na faturação no ano anterior, situação que se prolongou até 2023.

Central Fotovoltaica PMO II

Apesar de previsto no orçamento € 877 000 para a instalação de uma central fotovoltaica no PMOII a execução foi nula devido a atrasos na elaboração do projeto.

Remodelação e Renovação de Instalações

O desvio negativo de 1,02 milhões de euros deveu-se a atrasos relacionados com os projetos de execução, com o lançamento de procedimentos e sua posterior contratação.

Posto de Comando Central

O orçamento considerou 0,53 milhões de euros para a instalação do Posto de Comando Central mas devido a atrasos a nível estratégico e atrasos na elaboração dos projetos a execução foi nula.

Subestação de Tração – Jardim Zoológico

Previsto orçamento de 0,53 milhões de euros para a instalação de uma Subestação de Tração, na estação de metro do Jardim Zoológico, mas devido a atrasos na elaboração dos projetos o valor de execução foi zero.

Renovação de sistemas vídeo e comunicação + SADI nas carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99)

Desvio de menos 1,51 milhões de euros, relativo a atrasos na execução deste projeto.

Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (Material Circulante)

O desvio de menos 24,89 milhões de euros refere-se à regularização de adiantamentos.

Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC)

Desvio de menos 6,37 milhões de euros é devido a atraso na execução de investimento em *Communications-based Train Control*, em consequência de processo judicial por impugnação, intentada por um concorrente.

Modernização linha Vermelha (CBTC-Material Circulante)

Previstos 600 mil euros para a modernização do CBTC em 41 UT para o prolongamento da Linha S. Sebastião/ Alcântara, que não se concretizou devido a atrasos na contratação do procedimento global da extensão, alargando-se assim para as restantes aquisições de serviços e equipamentos.

Sistema de informação aos clientes nas estações

Desvio de menos 1,83 milhões de euros devido a demora na preparação do procedimento. O concurso foi lançado no final de agosto e o prazo para entrega de propostas terminou no final de 2023.

Máquina esmeriladora

Desvio de menos 5,60 milhões de euros. Em virtude das condições do mercado no pós pandemia, das consequências da guerra da Ucrânia e das cadeias globais de fornecimento estarem a sofrer perturbações em resultado de escassez de matérias-primas a disponibilização do equipamento para início das operações de manutenção só deve ocorrer em 2024.

Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90

Desvio de menos 1,05 milhões de euros, relativo a atrasos na execução deste projeto.

Aplicações de Suporte ao Negócio, Hardware e Software

Desvio de menos 1,32 milhões de euros, com especial incidência na aquisição de equipamento informático (*Hardware*), que foi abaixo do planeado.

Remodelação da Rede Global

Desvio negativo de 1,86 milhões de euros, para o qual contribuíram atrasos na execução das empreitadas como o contrato ML028/22 (Empreitada de Aquisição e Instalação do Sistema Automático de Detecção de Incêndio para as estações do Jardim Zoológico, Parque e Campo Pequeno) e o contrato ML 046/20 (Empreitada de Aquisição e Instalação do Sistema Automático de Detecção de Incêndio para as estações dos Anjos, Intendente, Cidade Universitária e Entre Campos), assim como a inferior execução na remodelação de subestações.

Plano Nacional de Acessibilidades

Foram previstos 5,89 milhões de euros, tendo sido apenas executados 1,12 milhões de euros. Para o desvio negativo de 4,77 milhões de euros contribuíram o facto de não terem sido lançados procedimentos (Instalação de Ascensores na Estação Praça de Espanha e de Picos e Campo Pequeno), a falta de conclusão de projetos e atrasos na execução das empreitadas como o contrato ML056/23 (Execução de Intervenções para a Garantia de Acessibilidades a Pessoas de Mobilidade Reduzida da Estação Campo Grande da Linha Amarela e Verde do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.).

Prolongamento Rato/ Cais do Sodré

Relativamente ao valor previsto, 70,81 milhões de euros, foram executados 77,10 milhões de euros. Apesar da execução acima da previsão para o ano de 2023, existiram razões que impediram um nível de realização ainda mais acentuado:

- No lote 1 verificaram-se alguns atrasos nomeadamente na escavação do troço T34 com repercussões para o desenvolvimento dos trabalhos subsequentes. Em várias extensões deste troço os solos eram bastante consistentes, mais que o previsto inicialmente, o que impossibilitou que fossem atingidos os rendimentos previstos e que implicou que viessem a ser tomadas medidas de recuperação como a utilização de substâncias expansivas.
- No lote 2 são várias as questões que tiveram implicações no normal desenvolvimentos dos trabalhos;
 - Arqueologia – achados arqueológicos em diversos locais, RSB, Av. D. Carlos e Troço T35 no Aterro da Boavista condicionaram o normal desenvolvimento das atividades até à retirada e classificação dos mesmos;
 - A necessidade de realocação de serviços do RSB do quartel de Santos, local do poço de ataque à estação de Santos, noutros locais da cidade de Lisboa, com as necessidades de alteração dos mesmos de modo a garantir o normal desenvolvimento dos serviços a realocar;
 - A alteração legal da classificação de solos que implicou a renegociação do transporte e disposição dos mesmos;
 - O rendimento que se verificou para as atividades de escavação ficou abaixo do expectável.
 - No lote 3 os trabalhos desenrolaram-se de acordo com o previsto.
 - No lote 4 verificaram-se atrasos decorrentes do facto de terem existido dois concursos em que não existiram propostas, o que levou a que a decisão de adjudicação por parte do ML ocorresse em 14/03/23. Em 21/03/23 um dos concorrentes apresentou uma reclamação com impugnação administrativa, indeferida em 17/04/23. O início do contrato, após visto do Tribunal de Contas, ocorreu em 05-09-23.
 - No referente ao Ajustamento de preços além do abrandamento na subida dos índices o fato da evolução dos trabalhos ser inferior ao previsto implica uma menor faturação mensal dos trabalhos executados e, conseqüentemente, um menor valor de revisão de preços face ao estimado para o ano em análise.

No que concerne às Expropriações, os atrasos verificados no desenvolvimento do lote 2 obrigou a prorrogar o período de expropriação para os edifícios existentes.

Prolongamento S. Sebastião / Alcântara

Desvio negativo de 54,62 milhões de euros, explicado essencialmente por:

- Não realização dos custos previstos com expropriações, na ordem de 34,6 milhões de euros (processo em curso tendo em conta os relatórios indemnizatórios apresentados).
- Atraso na finalização do concurso devido à necessidade de rever peças do procedimento e de responder às pronúncias apresentadas pelos concorrentes, com conseqüente atraso na assinatura do contrato com o adjudicatário. O facto dos trabalhos não se terem iniciado em 2023, cujo orçamento considerava como concluída a fase de conceção e uma parcela inicial da fase seguinte, refletiu num impacto na execução na ordem de 18,7 milhões de euros.

Metro Ligeiro de Superfície Loures / Odivelas

Desvio de -9,12 milhões de euros, devido a atrasos na finalização do concurso por necessidade de rever peças do procedimento, o que implicou que os trabalhos não tivessem início em 2023, cujo orçamento considerava como concluída a fase de Projeto de Execução. Previa-se, também, estar executada a verba para Expropriações.

Renovação de Sistemas de Conforto (Escadas mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores)

Previstos 2,37 milhões de euros tendo sido executados 2,68 milhões de euros. Para o desvio negativo contribuíram atrasos na execução das empreitadas como o contrato MLO41/23 (Empreitada de Substituição dos Ascensores 1, 2 e 3 da Estação Baixa Chiado das Linhas Azul e Verde do Metropolitano de Lisboa E.P.E.) e o contrato ML 103/22 (Empreitada de Modernização das Escadas Mecânicas nº 2, 4 e 6 no Acesso ao Largo Chiado e Substituição das Escadas Mecânicas nº 9 a 12 no Acesso à Rua do Crucifixo da Estação Baixa-Chiado – Linhas Azul e Verde do Metropolitano de Lisboa E.P.E.).

Remodelação estação Cais do Sodré

Previstos 6,22 milhões de euros para a Remodelação da estação Cais do Sodré, que não se concretizaram pelo facto do concurso público lançado em 08/11/2022, ao abrigo do qual foram apresentadas duas propostas, as quais foram excluídas, ter tido como resultado a decisão de não adjudicação e concomitante revogação da decisão de contratar. Em março de 2024 foi publicada nova Portaria de Extensão de Encargos (408/2024/2), que permitirá lançar novo procedimento em 2024, depois de efetuadas correções às especificações técnicas e ter sido alterado o preço base.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Apesar de terem sido considerados 600 mil euros em Investimentos Financeiros, relativos a aumento de capital da Ferconsult, este não se verificou. Apesar de se ter refletido na proposta de orçamento para 2023 o montante estimado não foi considerado pela DGO nem existiu autorização da Tutela para efetuar o referido aumento de capital.

O valor negativo apresentado no quadro de execução deve-se à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, desagregando-se da seguinte forma:

- Metrocom: 115,2 mil euros;
- Publímetro: -19,7 mil euros;
- TREM I: -3,34 milhões de euros;
- TREM II: -7,04 milhões de euros.

Quadro 54 - Investimentos Financeiros

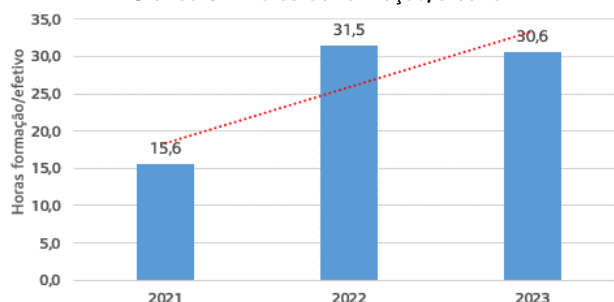
Investimento (Unid.: €)	Execução		PAO 2023	Var. 2023/2022		Desvio	
	2023	2022		Abs.	%	Abs.	%
Investimentos Financeiros	-10.285.982	45.590.952	600.000	-55.876.934	-123%	-10.885.982	-1814%

Capital intelectual

Em matéria de desenvolvimento do capital intelectual do Metropolitano de Lisboa, o ano de 2023 caracterizou-se pelo reforço da transição para um modelo digital de formação e da ligação com as universidades, nomeadamente no desenvolvimento de competências em gestão de projetos, essenciais na fase de modernização e expansão em que a Empresa se encontra. Destaque ainda para a continuidade no desenvolvimento de ações que visam potenciar a cultura de inovação na Empresa, incluindo o apoio ao desenvolvimento de estudos/teses do ensino superior.

Em 2023 foi possível manter o nível de formação alcançado no ano anterior, ainda que com uma redução de aproximadamente 1 hora de formação por efetivo médio, refletindo também a ligeira redução do número de ações realizadas (-0,76%) relativamente ao ano anterior.

Gráfico 8 - Horas de formação/efetivo



As soluções formativas desenvolvidas procuraram dar continuidade às linhas de orientação e tendências previstas no Plano de Formação 2021–2023, das quais salientamos:

- O Cliente como foco central;
- Promoção de uma cultura de inovação e de sustentabilidade ambiental;
- Desenvolvimento de competências de gestão de projetos, contribuindo para promover uma cultura e práticas de projeto;
- Envolvimento, motivação e qualificação dos trabalhadores, com o alargamento tendencial da formação a todos os trabalhadores, com prioridade a áreas e a populações estratégicas;
- Promoção do princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, designadamente no que respeita às oportunidades de qualificação.

No âmbito das linhas de orientação referidas, relevo para a Formação em Gestão de Projetos com os Programas de Gestão Digital Estratégica de Projetos e de Preparação para Certificação (*Project Management Professional Certification Program*), financiada no âmbito do PRR e desenvolvida em parceria com o ISCTE/INDEG.

Relevo ainda para a participação das mulheres nas ações de formação, representando 39% das horas totais de formação, muito acima da representatividade do género feminino no efetivo da Empresa.

Capital humano

O modelo de gestão do Capital Humano está ancorado nos mesmos princípios de sustentabilidade integrados na estratégia do negócio e focado na valorização do conhecimento. É entendimento do ML que são as pessoas que permitem a concretização do propósito da empresa de ser o operador de transporte público estruturante da mobilidade em Lisboa, pelo que as políticas de desenvolvimento são orientadas para a promoção de competências, para o reconhecimento do desempenho e para a manutenção de um bom ambiente e clima social.

É reconhecida a necessidade permanente de otimização e adequação equilibrada do capital humano às efetivas necessidades de uma organização eficiente no cumprimento da missão de serviço público que lhe está confiada e à necessidade de responder à evolução e aos desafios que se perspectivam para a mobilidade do futuro.

No âmbito da gestão do capital humano, em 2023 destacou-se:

- Os acordos com as associações sindicais representativas dos trabalhadores do AE I e do AE II, em sede de negociação coletiva, para atualização das tabelas salariais em 3%, mantendo o empenho demonstrado na valorização da importância da contratação coletiva, enquanto instrumento indispensável à promoção da paz social e à melhoria do bem-estar dos trabalhadores;
- O reforço do quadro de pessoal com vista a assegurar a oferta e a qualidade de serviço, com especial relevo para as contratações para as estações, de técnicos de várias especialidades para a área da manutenção e de Técnicos Superiores para reforço do *know-how* instalado, nomeadamente nas áreas de Comunicação, Controlo de Gestão, Engenharias, Direito e Capital Humano;
- O reforço da transição da formação para o formato *online*, com aumento da oferta de conteúdos formativos, mantendo o foco na valorização do conhecimento e na melhoria das qualificações e competências dos trabalhadores, em especial no desenvolvimento de competências técnicas e de liderança, em linha com o valor estratégico assumido para o Capital Humano. Relevo ainda para as iniciativas de promoção de uma cultura de inovação na empresa;
- A consolidação do regime de trabalho híbrido, combinando a componente de trabalho presencial com trabalho remoto, alargando este regime à generalidade das áreas da Empresa;
- A continuidade da intervenção junto da comunidade e contributo para causas solidárias, de acordo com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social assumidos na Carta de Responsabilidade Social;
- A adoção, promoção e divulgação consolidada de valores e práticas de acordo com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação.

Trabalhadores

Com a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o exercício de 2023, foram autorizadas 73 novas contratações. Estas autorizações permitiram dar continuidade à contratação de novos trabalhadores, especialmente para as áreas das estações e manutenção. O preenchimento destas vagas possibilitou a concretização de dois concursos internos para a formação de maquinistas, reforçando assim os planos de oferta. As admissões para a área de manutenção permitiram o reforço das equipas para o cumprimento dos Planos de Manutenção e, simultaneamente, o rejuvenescimento dos quadros, reforçando o *know-how*.

No total foram admitidos 49 trabalhadores, dos quais 3, a termos certo, conforme consta no quadro infra. Estas três contratações foram efetuadas no âmbito da execução do PRR, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho e do Despacho n.º 11 888-B/2021, de 25 de novembro, que procedeu à aprovação do respetivo contingente.

Quadro 55 – Efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

Efetivo por tipo de contrato	2023	2022	Var. 2023/2022
Contratos a termo	3	0	3
Contrato sem termo	1.578	1.575	3
TOTAL	1.581	1.575	6

O efetivo do Metropolitano de Lisboa, a 31 de Dezembro de 2023, era de 1.575 trabalhadores. Considerando o efetivo global do grupo de empresas onde se inclui a METROCOM, o total passa a 1.581 trabalhadores, dos quais 419 mulheres e 1.162 homens, a que corresponde uma representação de 26% de mulheres e 74% de homens.

A estrutura do efetivo é composta maioritariamente por trabalhadores do sexo masculino, verificando-se que a expressividade de homens é superior em todas as carreiras profissionais, apesar de menos evidente na área comercial. Esta representação reflete-se igualmente nos cargos de estrutura com a expressividade de mulheres a situar-se aqui nos 34,91%.

Quadro 56 – Dados do efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, por género

	2023		TOTAL	2022		TOTAL
	Mulheres	Homens		Mulheres	Homens	
Efetivo global (n.º)	419	1.162	1.581	413	1.162	1.575
Peso do efetivo global (%)	26	74	100	26	74	100
Idade média (anos)	47,8	49,4	48,6	47,7	49,19	48,4
Antiguidade média (anos)	19,6	23,2	21,4	19,49	22,94	21,2

Em 2023, o número de Cargos Direção reduziu-se para 22 elementos por motivos de reforma de um Diretor. Relativamente aos Órgãos Sociais, são agora compostos por 7, com a nomeação de mais um Vogal do Conselho de Administração.

Quadro 57 – N.º total de recursos humanos

N.º total de RH (OS+Cargos direção+Trabalhadores)	2023	2022	PAO 2022	Var. 2023/2022		Desvio PAO 2022	
				Abs.	%	Abs.	%
N.º Órgãos Sociais (OS)	7	6	6	1	16,7%	1	16,7%
N.º de Cargos de Direção s/ OS	22	23	21	-1	-4,3%	1	4,8%
N.º de trabalhadores s/ OS e s/ Cargos de Direção	1.552	1.546	1.560	6	0,4%	-8	-0,5%
TOTAL	1.581	1.575	1.587	6	0,4%	-6	-0,4%

O efetivo caracteriza-se ainda por uma idade média elevada (48,9 anos), verificando-se que 55,5% do efetivo total está acima dos 50 anos idade. Analisando este indicador por género, verifica-se que os homens apresentam uma idade mais elevada face à média (49,4) quando comparados com as mulheres (47,8). Em áreas core para o negócio do grupo de empresas do ML, o envelhecimento dos trabalhadores é ainda mais significativo, apresentando idades médias superiores, que ultrapassam mesmo os 52 anos no caso dos maquinistas e na área da manutenção.

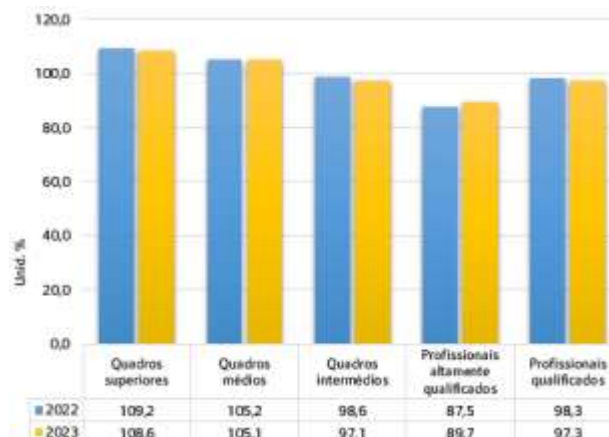


À semelhança da idade média, a antiguidade média do efetivo é elevada (21,4 anos), ainda que tenha diminuído ligeiramente por efeito da reposição de saídas ocorridas ao longo do ano. Mantém-se assim a necessidade da reposição do efetivo em áreas específicas de negócio e de rejuvenescimento do quadro que assegure a transferência de conhecimento e garanta a sustentabilidade a longo prazo.

Da análise dos salários base das mulheres face aos homens por nível de qualificação, destacam-se os rácios dos profissionais altamente qualificados, profissionais qualificados e quadros intermédios em que as mulheres têm um salário base mais elevado. Nos restantes níveis de qualificação, quadros superiores e quadros médios, os rácios indicam um salário superior para os homens.

Apesar das diferenças registadas entre salários de homens e mulheres, estas diferenciações resultam de critérios objetivos justificados na antiguidade e avaliação do desempenho, que influenciam o posicionamento e a progressão no nível de categoria profissional, não existindo qualquer diferença na atribuição do salário base de mulheres e homens.

Gráfico 10 – Rácio do salário base do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, entre Mulheres e Homens



Segurança e saúde no trabalho

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, o ano de 2023 caracterizou-se pela retoma plena da atividade focada na melhoria as condições de prestação de trabalho e para promoção das condições de saúde, bem como nos programas para prevenção dos acidentes e doenças profissionais e melhoria da qualidade de vida.

Todos os trabalhadores exercem as suas funções em condições de vigilância médica adequada, tendo sido realizados 93,37% dos exames periódicos previstos, uma melhoria de 1 pp face aos exames realizados no ano anterior.

No âmbito da prevenção, o grupo de empresas ML deu continuidade ao programa de sensibilização sobre segurança no trabalho com a realização do Ciclo de *Webinars* em Segurança do Trabalho, direcionado a todos os trabalhadores, reforçado com a divulgação periódica desta temática nos meios de comunicação da Empresa. Realce ainda para a continuidade do programa de formação em Gestão de Resíduos e o reforço muito significativo na formação nos novos regulamentos de segurança.

Quadro 58 – Acidentalidade do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

Acidentalidade	2023	2022	Variação 2023/2022	
			Abs.	Abs.
Acidentes de trabalho (n.º)	96	77	19	24,7%
Dias perdidos (n.º)	4.778	3.686	1.092	29,6%
Taxa de absentismo (%)	7,9	8,9	-	-1,0 p.p.

Em 2023, a nível da acidentalidade laboral, verificou-se um aumento significativo dos dias perdidos por acidente de trabalho comparativamente ao ano anterior (29,6%), consequência do aumento muito significativo do número de acidentes (24,7%).

Quadro 59 – Acidentalidade por género

Acidentalidade	2023			2022		
	Mulheres	Homens	TOTAL	Mulheres	Homens	TOTAL
Acidentes de trabalho (n.º)	13	83	96	13	64	77
Dias perdidos (n.º)	523	4.255	4.778	329	3.357	3.686

Na expressividade por género, a acidentalidade laboral reflete a predominância masculina da estrutura de efetivos do grupo de empresas do ML e a ausência de expressividade do género feminino em profissões de maior risco.

No que concerne à taxa de absentismo, registou-se uma diminuição de 1,0 p.p., refletindo a diminuição das horas de ausências por doença em 21%, em relação a 2022.

Quadro 60 – Taxa de absentismo

Absentismo	2023	2022	Variação 2023/2022	
			Abs.	Abs.
Taxa de absentismo (%)	7,93	8,92	-	-1,0 p.p.

Apesar da diminuição registada, as ausências por doença continuam a ser o motivo com maior expressão neste indicador, representando 55,82% do total horas de ausência em 2023, menos cerca de 1 p.p. do que no ano anterior.

Capital social

Responsabilidade Social

No ano de 2023 o Metropolitano de Lisboa manteve o compromisso com as partes interessadas, quer junto dos trabalhadores, suportando medidas tendentes à conciliação com a vida familiar e proteção da parentalidade, quer junto da comunidade e reforçando o seu contributo para causas solidárias.

De acordo com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social assumidos na Carta de Responsabilidade Social, o ML desenvolveu e apoiou várias iniciativas de solidariedade social e de ajuda a grupos carenciados ou de risco, destacando-se as seguintes iniciativas:

- Renovação do protocolo de colaboração com O “COMPANHEIRO” – IPSS que apoia a inclusão psicossocial de reclusos e ex-reclusos e suas famílias através do desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, para integração de ex-reclusos ou outros cidadãos em situação desfavorecida numa equipa de trabalho e participação em atividades de carácter oficial;
- Colaboração com o CASA – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, IPSS que presta apoio à população mais carenciada de Lisboa na realização do Almoço Solidário de Natal para Sem-Abrigo. Para além do transporte gratuito na rede e da tradicional refeição quente servida no refeitório, a Empresa ofereceu 118 kits agasalho, constituídos por um saco, gorro e manta, que resultaram da transformação de peças têxteis doadas ao longo do ano e enviadas para transformação através de uma parceria com uma *startup*, dando a antigas peças do vestuário outra aplicação e uma segunda vida melhorando as condições das pessoas em situação de sem abrigo.
- Continuidade do programa #Together, inspirado na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU, nomeadamente nas prioridades estratégicas definidas pelo Governo Português e pelo Metropolitano no âmbito desta agenda, a Educação, a Igualdade de Género, a Redução das Desigualdades, e a Sustentabilidade. Este programa traduziu-se no apoio efetivo à APPACDM da Ajuda, ao Movimento REFOOD, à Fundação AFID Diferença e à Associação CRESCER.
- Campanhas de recolha de alimentos no âmbito da iniciativa “Corrida por Bens”, onde a troca de dorsais gratuitos, foi possível recolher bens para ajudar o Banco do Bebê – Associação de Ajuda ao Recém-Nascido, o Lar Madre Teresa de Saldanha e a Fundação Obra do Ardina;
- Campanhas de angariação de vestuário e brinquedos no âmbito da iniciativa “Vista esta Causa”, a favor da Associação O COMPANHEIRO, que permitiu doar ao Banco de Roupas d’O Companheiro 1.191Kg de roupa e brinquedos;
- Parceiro na divulgação do movimento “Giving Tuesday” renovámos junto dos colaborador@s o apelo à solidariedade e à participação em causas sociais, o que permitiu recolher e doar à IPSS O “COMPANHEIRO” 169,5 kg de bens (têxteis de lar 73kgs, e loiça 96,5kgs), donativo complementado com 10 mantas de tamanho casal (240*280) resultantes do processo de transformação têxtil de peças de vestuário doadas, num projeto de economia circular promovido em parceria com uma *startup*;
- Apoio ao ASE – Lar de Idosos da Assistência Social Evangélica no âmbito da Iniciativa “Caixinha dos Desejos”, com o apadrinhamento dos desejos e confortando o Natal dos seus residentes.
- Colaboração com a Kanimambo – Associação de Apoio ao Albinismo, uma associação sem fins lucrativos, que acumula o estatuto de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), com vista à recolha de protetores solares e óculos para as Pessoas com albinismo no distrito da Gorongosa, em Moçambique.
- Colaboração com a União Zoófila para a reutilização dos produtos de saúde do posto médico e dos medicamentos, fora de prazo, doados pelos trabalhadores, o tratamento de cães e gatos que abrigam nas suas instalações, vítimas de abandono e maus tratos.

Igualdade e não discriminação

O grupo de empresas Metropolitano de Lisboa assumiu um compromisso para com o Desenvolvimento Sustentável, integrando na sua estratégia quatro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ODS5 – Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.
- ODS9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- ODS13 – Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
- ODS16 – Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes. (<https://www.metrolisboa.pt/institucional/conhecer/sustentabilidade/>)

Neste sentido, em convergência com a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018–2030 (ENIND) – Portugal Mais Igual, o Metropolitano promoveu valores e práticas de acordo com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação, salientando-se:

- Enquanto associada do BCS (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), o ML integra o conjunto das grandes empresas preocupadas com as temáticas da sustentabilidade e empenhadas numa abordagem comprometida com os direitos humanos, tornando-se signatária do Guia do CEO sobre Direitos Humanos;
- Ainda no âmbito da participação no BCS (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), o ML subscreveu a Carta de Princípios do BCS Portugal comprometendo-se, desta forma, com a Agenda 2030 das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Enquanto membro da “Union Internationale des Transports Publics (UITP), o METROPOLITANO aderiu em 2021 à declaração sobre igualdade de oportunidades para mulheres e homens no setor dos transportes públicos/“Women in Transport-EU Platform for Change”, identificando boas práticas de Igualdade entre géneros, seguidas no ML, para integração na plataforma coordenada pela UITP “Women un Trasport-EU Platform for Change”;
- Enquanto membro do iGen-Fórum Organizações para a Igualdade, o METROPOLITANO manteve a associação à CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego na divulgação de campanhas nacionais de sensibilização em matérias como a violência doméstica, igualdade salarial, igualdade e não discriminação, reafirmando a importância de relevar a igualdade de oportunidades no desempenho de diferentes papéis, junto do maior número possível de trabalhadores;
- O METROPOLITANO é umas das organizações subscritoras do Pacto contra a Violência Doméstica (PAC), desde 2020, sendo a violência um dos eixos de trabalho da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação – Portugal + Igual (ENIND). Em 2023, o METROPOLITANO renovou a subscrição deste pacto, reafirmando-se como entidade parceira com vista ao desenvolvimento de práticas organizacionais de prevenção e resposta à violência contra as mulheres e a violência doméstica e dar suporte às práticas de responsabilidade social no que respeita ao apoio a vítimas de violência doméstica e de tráfico de seres humanos.
- Ainda no âmbito da Igualdade, o METROPOLITANO inclui no Manual de Acolhimento um capítulo destinado ao tema da iGen e não discriminação, num compromisso claro com a promoção da igualdade profissional e com o fim de todos os processos discriminatórios de género no trabalho;
- O Metropolitano de Lisboa obriga-se à promoção de uma política remuneratória transparente, assente na avaliação das componentes dos postos de trabalho e com base em critérios objetivos. Simultaneamente, repudia a desvantagem generalizada e estrutural das mulheres no mercado de trabalho em matéria de remunerações assente num contexto mais abrangente de desigualdades entre os géneros.
- Ainda em 2023, nos termos do n.º 1, do artigo 7.º, da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, em articulação com o Despacho Normativo n.º 23-A/2021, o Metropolitano remeteu à CITE – Comissão para Igualdade no Trabalho e Emprego, o Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens para 2024.

Clientes

O ano de 2023 foi marcada pela entrada de 36 novos Agentes de Tráfego para as estações, o que permitiu não só renovar, mas também rejuvenescer a idade média dos trabalhadores que prestam apoio ao cliente nas estações. A disponibilidade, amabilidade e conhecimento de línguas foram fatores determinantes no processo de seleção.

Dando cumprimento a legislação em vigor, em 2023 manteve-se ativo o Programa de Desfibrilhação Automática Externa (PDAE) do Metropolitano de Lisboa, em 30 estações, reiniciando um novo ciclo de revalidação das certificações dos Operacionais de DAE, habilitados a operarem os equipamentos, desde 2018.

Ainda neste âmbito, procedeu-se em finais de 2023, ao lançamento de procedimento tendo em vista a alocação de 40 novos equipamentos de DAE (Desfibrilhação Automática Externa), a colocar nas estações e instalações do ML, no início de 2024.

No âmbito da atividade de fiscalização procedeu-se em 2023 ao desenvolvimento do projeto de desmaterialização dos autos de fiscalização e disponibilização de novas formas de pagamento, prevendo-se a entrada em funcionamento das novas funcionalidades no decurso de 2024.

Atividades a destacar no âmbito da melhoria do serviço:

- Estação Campo Grande: melhoria das acessibilidades
Projeto para a substituição de doze escadas mecânicas e instalação de quatro novos elevadores;
- Estação Alameda: melhoria das acessibilidades
Projeto de modernização dos cinco elevadores da estação Alameda (linhas Verde e Vermelha);

- Trabalhos de melhoramento na estação Jardim Zoológico
Trabalhos de reabilitação e tratamento de infiltração iniciado em outubro;
- Estação Cidade Universitária: melhoria das acessibilidades
Projeto de modernização das escadas rolantes, iniciado em outubro;
- Estação Baixa-chiado: melhoria das acessibilidades
Iniciado em outubro o processo de modernização dos três elevadores da estação Baixa-Chiado (linhas Azul e Verde);
- Estação Praça de Espanha: melhoria das acessibilidades
Iniciado em novembro o processo de modernização dos três elevadores dessa estação;
- Estações Campo Pequeno e Picoas: melhoria das acessibilidades
Iniciado em dezembro o processo de construção civil e de instalação de equipamentos necessários para a colocação em serviço de três elevadores em cada estação;
- Estação Picoas
A estrutura metálica do acesso Guimard/RATP, presente na estação Picoas, foi alvo de uma intervenção profunda, atendendo ao seu estado de degradação, o que obrigou à retirada temporária da mesma.

Provedor do Cliente

O Provedor do Cliente do Metropolitano de Lisboa, José Vieira da Silva, analisou e respondeu a 147 reclamações, promoveu diversas reuniões com serviços internos da Empresa de forma a inteirar-se dos constrangimentos do Metro que estejam na origem de diversas reclamações. Apresentou à empresa sugestões de melhoria de serviços.

Apoio ao Cliente e Marketing

- Instalação na estação Saldanha o Posto assistido temporário – cartão navegante®, para solicitar o cartão navegante® e os pedidos de renovação de perfil 4_18 e Sub23, procurando responder ao aumento de procura de pedidos para o cartão navegante® e para evitar a aglomeração de utilizadores nas estações do Metro, devido à elevada afluência de clientes nos meses de setembro e outubro, decorrentes do início do ano escolar;
- Abertura de 2 postos temporários de atendimento dedicados em exclusivo a cartões Lisboa viva/Navegante Personalizado Urgente, nas estações Jardim zoológico e Alameda. A adoção desta medida, implementada, nos meses de maior procura de cartões, nomeadamente Setembro e Outubro contribuiu para a redução de filas de espera nos postos permanentes de atendimento, prestando-se deste modo um serviço mais rápido e eficaz aos clientes;
- Prolongamento do serviço Metro na noite de Sto. António – o Metro manteve as linhas Verde e Azul abertas até as 03h;
- Acesso à rede móvel 5G na linha Vermelha, através da colaboração com o MEO, proporcionando uma cobertura dedicada ao longo dos túneis e nas estações de metro desta linha. Os utilizadores destas estações passam a poder realizar chamadas, *streaming*, partilhas, *downloads* e *uploads* com maior velocidade e fiabilidade, melhorando a forma como comunicam, trabalham e se entretêm durante as viagens. Este processo de modernização de infraestrutura tecnológica nas restantes linhas do Metro de Lisboa estará concluído até 2025;
- Realização de campanha nos meios digitais e em colaboração com a organização do evento Web Summit, com vista ao incentivo da compra antecipada do passe de transporte *Web Summit* (através do sistema de vouchers, disponível no site Metro);
- Lançamento da *newsletter* com as rubricas “Metro Acontece” e “Metro Informa”, com o objetivo de promover uma comunicação mais próxima e adaptada às necessidades dos clientes, abordando temas relevantes e em tempo oportuno;
- Lançamento da campanha de comunicação “Viajar no Metro com cartão bancário *contactless*” sobre o sistema *contactless* implementado nos validadores dos canais de acesso de todas as estações. Projeto conjunto do Metropolitano de Lisboa, em parceria com a Visa, Indra, Cybersource, Littlepay e Unicre, que permite a quem pretender viajar no Metro que o possa fazer simplesmente através da aproximação ao validador do cartão, do telemóvel ou do *smartwahtch*.

Jornada Mundial da Juventude

A edição de 2023 da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) realizou-se em Portugal entre os dias 1 e 6 de agosto de 2023, com os grandes eventos localizados na cidade de Lisboa (Parque Eduardo VII e Parque Tejo) e nos municípios de Loures (Parque Tejo) e Oeiras (Passeio Marítimo de Algés).

A Jornada Mundial da Juventude foi o maior evento alguma vez realizado em Portugal, contando com a presença de cerca de 1,5 milhões de participantes. Nos 75 anos de história do Metropolitano de Lisboa, a operação do Metropolitano “Jornada Mundial da Juventude 2023”, constituiu o maior desafio operacional alguma vez colocado.

Tendo em conta o número de pessoas que se iriam movimentar na cidade de Lisboa durante a JMJ, usando preferencialmente o metropolitano como meio de deslocação, o ML elegeu como princípio orientador das medidas a implementar, para dar resposta ao que seria a maior procura de sempre dos seus serviços num espaço de tempo tão reduzido, a “disponibilidade máxima possível dos seus recursos humanos, materiais e técnicos”.

Para assegurar este princípio no que concerne ao capital humano, foram implementadas várias medidas, das quais se destacam: não autorização de trocas nem marcações de férias para este período; suspensão de ações de formação; disponibilização a realização de trabalho suplementar, nos termos legal e convencionalmente previstos; majoração do valor hora durante o período da JMJ (Prémio JMJ); suspensões de deslocações à Medicina do Trabalho.

A oferta assentou num modelo de operação, no período compreendido entre os dias 29 de Julho e 6 de Agosto, de disponibilização do maior número de UT possível com circulação permanente com comboios de 6 carruagens e com um intervalos entre comboios constantes ao longo do dia, isto é, sem distinção entre horas de ponta, período noturno ou horário de fim-de-semana.

Nas estações tiveram destaque os seguintes pontos:

- Guarnecimento das estações com o maior número de agentes ML (AT e OC), assegurando no mínimo dois Agentes ML por estação;
- Reforço de vigilantes, nomeadamente 17 serviços extra (6 na linha azul, 3 na linha amarela, 3 na linha verde e 5 na linha vermelha);
- Reforço do apoio ao cliente nas estações: para além dos Agentes ML e Vigilantes assegurada a presença de Fiscais (em missão de apoio ao cliente), 20 Voluntários de áreas corporativas, 40 Promotores contratados a uma empresa externa e 14 AT recentemente admitidos na empresa e ainda em período de formação;
- Reforço dos piquetes de limpeza das estações, particularmente naquelas que se previa maior movimento;
- Reforço das equipas de manutenção das várias áreas da DMT, bem como das equipas da pequena manutenção/conservação da DCL
- Aumento das Unidades de Trocos nas estações, do stock de rolos de cartões Navegante ocasional e do stock de rolos de talões para MAVT e MSAVT;
- Adaptação do “Espaço bebé” da estação Alameda em espaço de prestação de primeiros socorros, guarnecido por um Enfermeiro do ML.

Além do serviço de transporte, o Metropolitano de Lisboa, solidário com a Jornada Mundial da Juventude, celebrou uma parceria com o Comité Organizador Paroquial do Alto do Lumiar, cedendo, no período de 29 de julho a 7 de agosto, um conjunto de instalações, para alojamento e pernoita de cerca de 500 peregrinos.

Entre os dias 31 de julho e 6 de agosto, o Metropolitano de Lisboa registou um total de 4 milhões de viagens. Trata-se do maior número de viagens no Metro num período de sete dias consecutivos. Só no dia 4 de agosto, o ML contabilizou 737.318 viagens, uma situação inédita na história da empresa.

Durante o evento as estações onde se registou maior concentração de pessoas foram as estações de correspondência entre as linhas, nomeadamente São Sebastião I e II, Saldanha I e II, Alameda I e II, Baixa-Chiado, e ainda a estação Caos do Sodré.

O transporte de peregrinos, que se efetuou de forma ordeira e sem incidentes, foi possível devido ao reforço de comboios, com mais de 15.600 circulações, tendo todo o evento sido monitorizado permanentemente entre o Metropolitano de Lisboa e todas as entidades envolvidas. Foi acionado um conjunto de medidas de segurança, tendo sido reforçado o apoio operacional nas suas estações com dezenas de voluntários (trabalhadores não operacionais) e promotores.

Por Protocolo celebrado entre a TML e os vários operadores da AML foram criados e produzidos pela TML os seguintes títulos de transporte, válidos em toda a área geográfica da área metropolitana de Lisboa, para todas as viagens nos operadores em que é válido o passe Navegante Metropolitano, tendo dias fixos predefinidos para a utilização.

Quadro 61 – Títulos criados para o evento JMJ

Validade	Codificação gráfica impressa no cartão	Data inicial de utilização	Data de final de utilização	Quantidade solicitada
16 dias	JMJ 16D XXXXXXXXX	23 de julho	7 de agosto	22 000
*9 dias A	JMJ 9D7 XXXXXXXXX	30 de julho	7 de agosto	12 500
*9 dias B	JMJ 9D8 XXXXXXXXX	31 de julho	8 de agosto	50 000
8 dias	JMJ 8D XXXXXXXXX	31 de julho	7 de agosto	242 500
4 dias	JMJ 4D XXXXXXXXX	4 de agosto	7 de agosto	112 000
				439 000

Para a coordenação e acompanhamento da prestação do serviço ML durante o período da Jornada foi criado um Gabinete de Crise tendo por atribuição “a antecipação de eventuais riscos que possam ocorrer e a identificação de uma resposta rápida em todas as situações, cuja gravidade e potencialidade de repercussão externa o recomendem, permitindo a implementação das ações que venham a ser determinadas”. O Gabinete de Crise funcionou em permanência das 06H00 às 02H00 entre os dias 31 de Julho e 6 de Agosto, sendo o seu guarnecimento assegurado através de uma escala pré definida.

Combate à fraude

Relativamente à atividade de fiscalização, o número de abordagens efetuadas em 2023 situou-se próximo das 260 mil, o que representa uma quebra de 16,4%, face aos valores das abordagens efetuadas em 2022.

Como principais motivos, referem-se períodos de baixa dos elementos que compõem as equipas de fiscalização, quer por motivos de saúde, quer por Acidentes de Trabalho.

De modo a mitigar o número de ocorrências indesejadas durante os atos de fiscalização, e um maior foco das equipas no apoio ao cliente e na efetiva atividade de fiscalização, o ML manteve em 2023, o acompanhamento das suas equipas por vigilantes.

Como reflexo do decréscimo dos níveis de abordagem, verificou-se uma redução do número de coimas emitidas (-6,4% do que em 2022), dando origem ao acréscimo da taxa de fraude que em 2023 se situou em 2,75%.

Relativamente aos pagamentos das coimas emitidas em 2023, manteve-se a tendência crescente de pagamento voluntário. O número de coimas pagas face ao total emitido foi de 44.3%. As coimas não pagas voluntariamente (3.983 em 2023) transitaram para a Autoridade Tributária, para cobrança coerciva.

Quadro 62 – Atividade de fiscalização

	Un.	2023	2022
Taxa de fraude detetada	%	2,75	2,45
Abordagens	n.º	260.112	311.350
Coimas Aplicadas	n.º	7.146	7.638
Coimas pagas ao ML	n.º	3.163	3.231
Coimas pagas ao ML a)	%	44,26	42,3
Valor pago ao ML b)	€	189.780	193.815

a) Pagamentos efetuados ao fiscal, por referência Multibanco ou no Posto de cobrança de coimas

b) Distribuição do valor: 30% para o ML, 60% para o Estado e 10% para o Serviço Público de Transportes

Outros indicadores de atividade

No exercício de 2023, há ainda a destacar alguns indicadores de atividade, relacionados com o serviço ao cliente:

Quadro 63 – Outros indicadores de atividade

Indicadores de Atividade	2023	2022
Índice de Satisfação do Cliente	7,18	7,42
Absentismo Operacional (média mensal)	% 6,4%	7,7%
Taxa de cumprimento do plano de guarnecimento das estações	% 81,5%	79,0%
Nível de serviço do Centro de Atendimento Telefónico	% 75,9%	81,2%
Número de chamadas atendidas	un. 39 239	41 976
Número de chamadas recebidas	un. 51 691	51 712
Site ML - n.º visitas (páginas visitadas)	un. 5 473 696	5 365 871
Reclamações	un. 7 014	4 978
Resposta no prazo de 30 dias (média mensal)	% 95,1%	94,7%
Fiscalização - n.º abordagens	un. 260 112	311 350
Fiscalização - Coimas	un. 7 146	7 638

COMUNICAÇÃO COMERCIAL E DE MARCA

Tendo como objetivo promover a notoriedade da marca Metro, fomentar a relação com o Cliente e promover a utilização do Metro foram realizadas várias ações e campanhas das quais se destacam as seguintes:

75 Aniversário da Empresa

O Metro desenvolveu várias atividades para assinalar o 75 aniversário de constituição da Empresa, das quais se destacam as seguintes:

Campanha “O Metro dá vida à cidade.”

Lançada, no dia 26 de janeiro, e com o objetivo de cativar novos clientes, a campanha foi baseada numa ode à cidade que ganha vida através das veias que distribuem as pessoas para todos os seus cantos, o Metro.

Com a assinatura ‘O Metro dá vida à cidade’ a narrativa distribui-se por vários meios e é protagonizada por 6 personagens diferentes, que representam muitos dos que escolhem o ML para se movimentarem em Lisboa. A campanha teve por base um manifesto que exprime bem a ligação intrínseca que existe entre o Metro e o dinamismo deste organismo de muitos organismos que é a cidade de Lisboa.

12 meses/12 ações

Programa cultural que se iniciou no dia 26 de janeiro e terminou em dezembro de 2023. Uma vez por mês, uma estação acolheu uma ação de âmbito cultural – música, teatro, dança, entre outras manifestações artísticas – envolvendo os clientes nesta celebração.

Exposição “O Metro dá vida à cidade”

Exibição de uma carruagem de metro na Praça do Comércio. Durante um mês, os lisboetas puderam visitar a carruagem expositiva intitulada “O Metro dá vida à cidade” e ficar a conhecer os projetos que a Empresa tem desenvolvido, bem como os Planos de Expansão e de Modernização para os próximos anos, sempre com o objetivo de contribuir para a melhoria da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, fomentando a acessibilidade e a conectividade do transporte público, promovendo a redução dos tempos de deslocação, a descarbonização e a mobilidade sustentável.

A carruagem de Metro esteve na Praça do Comércio de 28 de janeiro a 28 de fevereiro, todos os dias das 10h às 20h e a entrada foi livre.

O Metro dá vida às estações

No âmbito das ações de dinamização das estações existiram dois momentos em que o Metro procurou impactar positivamente a experiência de viagem dos seus clientes:

- *Flashmob* – No dia 20 de março foi celebrado o Dia Internacional da Felicidade com um *Flashmob* que alegrou quem passava pelas Estações Marquês de Pombal, S. Sebastião e Alameda.

- *VicenTuna* – A propósito do Dia Nacional do Estudante, assinalado a 24 de março, a *VicenTuna* – Tuna da Faculdade de Ciências de Lisboa, brindou os clientes com uma atuação cheia de ritmo e animação, na estação Marquês de Pombal.

AÇÕES E CAMPANHAS

Campanha Passe o cartão, não a carteira.

Visou alertar os clientes que ao validarem devem passar no validador apenas o cartão que querem utilizar, sob pena de criar dificuldades e/ou conflitos na validação do seu título de transporte. Esta sensibilização veio no seguimento da substituição e a modernização dos leitores de cartões dos canais de acesso, preparando a rede para as últimas tendências tecnológicas na área da bilhética.

Campanha informativa sobre Neutralidade Carbónica

O Metro atingiu a neutralidade carbónica das suas operações, um marco de elevada importância tendo em consideração os objetivos de desenvolvimento sustentável da empresa. Por esta ocasião, e com o objetivo de informar e captar clientes, foi desenvolvida uma campanha de vídeo que explica todas as ações que levaram a que o Metro se tornasse neutro em carbono das suas operações.

Campanha “Evite pagamentos a dobrar. Escolha o cartão que quer validar!”

Criação de um filme em formato tutorial para alertar os clientes em relação ao comportamento que devem adotar no momento da validação. É importante que se perceba que, antes do momento da validação, é necessário retirar o cartão a usar da sua carteira, evitando cobranças “indesejáveis”.

Foi ainda lembrado que deverão validar sempre o mesmo cartão na entrada e saída dos canais de acesso, evitando quaisquer dificuldades na transposição dos canais.

Benefícios do transporte público (campanha UITP)

A UITP lançou uma campanha com os 12 benefícios do transporte público. O Metro associou-se a esta campanha, através da divulgação, nos seus meios de informação, da segurança e sustentabilidade do transporte público.

Simulacros

Comunicação dos simulacros mensais realizados na rede de metro, com o objetivo de testar e avaliar os procedimentos de emergência constantes no Plano de Emergência Interno. Os simulacros contam a ajuda do Regimento Sapadores Bombeiros, do Bombeiros Voluntários, da Polícia Segurança Pública/Divisão de Segurança a Transportes Públicos e da Unidade Especial de Polícia.

Segurança

O Metro lançou, em parceria com o Comando Metropolitano da PSP, mais uma campanha dedicada ao tema “Segurança”, com a qual se pretendeu elucidar os clientes sobre comportamentos a adotar na utilização do metro e para a necessidade de se manterem seguros enquanto o utilizam.

Exposição “Pessoas à procura de uma vida digna”

O Metro acolheu nas suas estações esta exposição que tem como objetivo a sensibilização dos países de acolhimento para a compreensão do fenómeno das migrações, da autoria da Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo e o Movimento Democrático de Mulheres. Esta exposição esteve patente de fevereiro a março de 2023.

Carolina Deslandes no Metro

No âmbito da parceria estabelecida entre o Metro e a cantora Carolina Deslandes, a artista realizou um *showcase* na estação Alameda no dia 10 de março para promover o seu novo álbum “Caos”, junto dos clientes Metro. Na página de Instagram do Metro realizaram-se passatempos com a oferta de bilhetes para o seu espetáculo no Altice Arena, tendo como objetivo promover a utilização do Metro na deslocação para o espetáculo.

Exposição “Iguais na Diferença”

Projeto desenvolvido pelo Metro de Lisboa, em parceria com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM de Lisboa), inserido nas iniciativas de comemoração do 75.º Aniversário da Fundação do Metropolitano de Lisboa. Esta exposição, enquadrada no Programa de Responsabilidade Social da Empresa, teve como objetivo sensibilizar e gerar contributos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, mobilizando esforços coletivos para uma sociedade mais inclusiva e igualitária. A exposição esteve patente em algumas estações do Metro de fevereiro a maio de 2023.

Clube Metrox no Teatro Politeama

Ação de ativação do Clube Metrox, com a presença das mascotes, Metrox e Metrinha, no Dia Mundial do Teatro no Teatro Politeama, acolhendo as crianças que iam assistir à peça “Cinderela”.

Exposição Fundação Calouste Gulbenkian

Mostra itinerante nas estações, levada a cabo pela Fundação Calouste Gulbenkian, sob o tema “Arte e natureza”. Esta exposição pôde ser visitada em várias estações entre maio e outubro.

Move-te com o Clube Metrox

O Clube Metrox esteve presente na Semana Europeia da Mobilidade, no “Lisboa vive a rua.” As mascotes Metrox e Metrinha, em colaboração com os mais novos, exploraram as vantagens de usar o Metro e outros meios de transporte público que ajudam a manter a cidade mais limpa, verde e sustentável.

Dia Nacional da Sustentabilidade

Para comemorar o Dia Nacional da Sustentabilidade, que se assinala no dia 25 de setembro, o Metro exibiu a exposição “Sustentabilidade, a nossa Jornada” no Auditório da estação Alto dos Moinhos.

Nesta exposição os visitantes ficaram a conhecer o caminho para a sustentabilidade que tem vindo a ser percorrido pelo Metro, ao longo dos anos, através da apresentação de alguns indicadores relevantes de mobilidade, ambientais e sociais.

Exposição “As linhas continuam a crescer”

No âmbito da semana Europeia da Mobilidade, o Metro teve a exposição “As linhas continuam a crescer” de 19 a 30 de setembro, na estação Cais do Sodré, onde explorou a evolução da linhas e os planos futuros para o Metro de Lisboa.

Mobi.E

O Metro associou-se à Mobi.E, que lançou um concurso de fotografia nas suas redes sociais, desafiando as pessoas a tirarem fotos relacionadas com o tema Meio Ambiente/Natureza/Sustentabilidade.

Após a seleção das melhores fotos a Mobi.E preparou uma exposição que esteve presente na estação Baixa-Chiado de 11 a 29 de setembro de 2023.

Há música ao fundo do túnel 2023

A 3ª edição do “Há música ao fundo do túnel”, realizou-se dias 26 e 27 de outubro nas estações Cais do Sodré, Marquês de Pombal e São Sebastião. Foi uma iniciativa da Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental do Ministério da Saúde, que atua no âmbito da promoção da Saúde Mental, e que conta com o apoio do Metro desde o seu lançamento em 2021.

Faça o mundo circular

Mantendo a parceria com a To Be Green, *startup* ligada à Universidade do Minho, que atua na área da economia circular, o ML pretendeu dar continuidade ao trabalho desenvolvido de reciclagem de peças têxteis e de vestuário. Em julho foi lançada uma nova campanha de recolha de têxteis e roupa, podendo todos os que quiseram participar na campanha deixar os seus bens nos Espaços Cliente do Campo Grande e Marquês de Pombal, nos contentores próprios para o efeito.

Concerto-palestra VÁLVULA

O Metro associou-se ao Galeria de Arte Urbana para apresentação do espetáculo VÁLVULA, uma fascinante palestra-concerto que explora a história do Graffiti, num espaço único existente na estação de Metro Cais do Sodré.

75DH30: os 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos em exposição no Metro

O Metro de Lisboa em parceria com o Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental (UNRIC) e a Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, realizaram uma exposição pelos icónicos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A exposição esteve na estação Baixa-Chiado até ao dia 02 de janeiro de 2024, transitando posteriormente para as estações Aeroporto, Jardim Zoológico e Reboleira até março de 2024.

Natal do Metro

Estação Natal

Os clientes puderam entrar no mundo mágico do Natal enquanto exploraram a estação especialmente decorada no coração do Cais do Sodré. Um espaço dedicado inteiramente ao encanto natalício, onde as decorações festivas e as ações desenvolvidas criaram momentos memoráveis para toda a família.

O Clube Metrox abriu as portas da estação Natal a grupos de crianças de diversas escolas da área de influência da rede do Metro. Durante a semana, as escolas convidadas tiveram a oportunidade de assistir à peça teatral “Quem dá presentes de Natal ao Pai Natal”, uma história envolvente sobre partilha e tolerância, onde as crianças não foram apenas espectadoras, mas participaram ativamente, tornando-se parte integrante da narrativa. Este espetáculo contou com a presença das mascotes Metrox e Metrinha, que estiveram na estação Natal a espalhar a sua habitual simpatia entre as crianças convidadas.

Workshop "Natal e Robótica"

O Metro realizou um ciclo de *workshops* "Natal e Robótica", na estação Natal (Cais do Sodré), onde os clientes mais novos tiveram a oportunidade de mergulhar num universo de Natal onde semáforos, rotundas e diversos meios de transporte, incluindo o Metro, se transformaram em verdadeiras obras de arte interativas.

Vídeo de natal

No âmbito da promoção do transporte público e de incentivo à utilização do modo metro na época natalícia, foi desenvolvido um filme de caráter mais emocional, assente no racional de que o Metro de Lisboa vive no interior da cidade e dá-lhe vida, ao transportar as pessoas através das suas linhas, para as levar não só aos seus destinos físicos, mas também aquilo que é realmente importante para cada um nós.

Segurança das instalações

No exercício do ano de 2023, o Metropolitano de Lisboa continuou o plano de ação conjunta com o Regimento de Sapadores Bombeiros, Bombeiros Voluntários de Amadora e Odivelas, que permitiu a execução de exercícios semanais nas estações e de simulacros na rede.

Promoveu-se a renovação do plano de Segurança Interno, com medidas de autoproteção de acordo com modelo previamente discutido com a ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Na vertente da vigilância e tendo em conta as novas realidades securitárias, forem melhorados novos serviços com um maior enfoque à visibilidade e segurança das instalações. Estes serviços concretizaram-se com rondas duplas, durante um período mais alargado, e em circulação no interior dos comboios e nos cais das estações, com vista a melhorar os níveis do sentimento de segurança dos clientes e trabalhadores.

Ao nível securitário foi possível continuar com a Divisão de Segurança a Transportes Públicos da PSP uma melhor coordenação nas ações de segurança, de apoio à fiscalização e de preparação de planos de segurança dos principais eventos com impacto na rede.

Iniciou-se igualmente o projeto para renovação e melhoria das instalações da esquadra na estação marquês de Pombal de que se solicitou a realização do projeto.

Através da implementação das metodologias adequadas, o Metropolitano de Lisboa deu cumprimento ao requisito legal SCIE, que respeita à manutenção anual dos Extintores e da rede húmida de carretéis.

De realçar também o desenvolvimento dos trabalhos de instalação de novo sistema de supervisão da infraestrutura Técnica da rede (SSIT) e da renovação do sistema CITV (circuito interno de televisão), com a instalação de sistema de deteção de descida à via e intrusão no túnel em 17 estações.

Deu-se também continuação ao programa a 4 anos de atualização dos sistemas automáticos de deteção de incêndios nos edifícios e estações da rede.

Nas renovações das estações, e em novas construções, introduziu-se a utilização de sistemas de extinção de incêndio por sais minerais em ativos estratégicos da estação. Esta instalação já foi possível na renovação e alargamento da estação Arroios.

Colocado em serviço nas estações de duas linhas, sistema de mestragem de fechaduras com uso de chaves mecatrónicas. Este sistema permite melhorar o controlo de acesso às instalações das estações.

Iniciados procedimentos para renovação e melhoria dos sistemas de CITV nas carruagens e nos PMO, com utilização de analítica de análise de vídeo.

Com vista à entrada em exploração do sistema CBTC, foram revistos e aprovados os regulamentos de segurança de circulação de comboios e de sinalização, estando a decorrer formação dos mesmos para permitir a sua entrada em vigor.

Comunicação institucional

Ao longo de 2023 o Metropolitano de Lisboa marcou presença em diversos eventos e conferências do setor, para partilhar e apreender as novas tendências do mercado.

Foram organizadas cerimónias institucionais que contaram com a presença da Tutela, nomeadamente assinaturas de contratos, reabertura de novos espaços em estações, lançamento de novos produtos relacionados com a inovação do sistema de transportes e equipamentos e as comemorações do 75.º aniversário de fundação do Metropolitano de Lisboa, que se assinalaram ao longo de todo o ano 2023.

No âmbito das ações do 75.º aniversário do Metropolitano de Lisboa, foi efetuada uma parceria com a Orquestra Metropolitana de Lisboa para a realização de dois concertos e música clássica abertos ao público, tendo o primeiro concerto sido realizado em dezembro de 2023 na Basílica da Estrela e o próximo decorrerá em junho de 2024 no BBVA Tivoli.

Ainda no âmbito das comemorações do aniversário, encontram-se em fase de produção um vídeo documentário e um livro sobre a história desta empresa que se prevê estejam disponíveis no segundo semestre de 2024.

Os conteúdos do *microsite* sobre a expansão e modernização da rede do Metropolitano de Lisboa foram atualizados para possibilitar o acompanhamento da evolução das diferentes frentes de obra, dos projetos e estudos em análise, assim como os planos de comunicação relacionados com condicionamentos devido às obras e às ocupações temporárias de imóveis.

Este plano de comunicação específico para a expansão da rede do Metropolitano de Lisboa levou a um incremento dos contactos institucionais com órgãos autárquicos e com outros *stakeholders*, que continuarão a ser desenvolvidos até à conclusão das obras em curso e projetadas, como é o caso do prolongamento da linha Vermelha de S. Sebastião a Alcântara e o Metro Ligeiro de Superfície Loures/Odivelas que envolve as Câmaras Municipais de Loures e Odivelas e as respetivas Juntas de Freguesia das zonas de influência das futuras estações e outros projetos ainda em estudo.

O ano 2023 foi um ano marcado pela realização de visitas às obras da linha Circular com os principais *stakeholders* institucionais: Equipas do Fundo Ambiental e POSEUR, PRR, Câmaras Municipais, empresas de mobilidade, instituições da especialidade técnica e arqueológica, instituições de ensino superior, Comunicação Social, trabalhadores desta empresa, entre outras entidades relacionadas com este projeto de expansão. As visitas às obras da linha Circular permitiram um maior conhecimento sobre o desenvolvimento do projeto e o seu impacto na mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa.

Foi, igualmente, dada continuidade ao procedimento implementado em 2021 relativamente ao atendimento ao público de todas as matérias relacionadas com a expansão da rede, incluindo reclamações e sugestões e outras, tendo sido criados canais digitais (endereços de email para cada uma das empreitadas), telefónicos (números externos fixos e móveis) e presencial (criação do Posto de Atendimento “ML informa”, na Av. 24 de julho, esquina com a D. Carlos I), canais estes essenciais para manter os níveis adequados de informação neste domínio.

O “ML Informa”, disponibilizado ao público a 01 de setembro de 2023, é um posto de atendimento ao público presencial, localizado junto ao estaleiro das obras do Lote 2, dedicado ao esclarecimento de dúvidas e à partilha de informação sobre o Plano de Expansão da rede, em particular sobre o prolongamento das linhas Amarela e Verde, do Rato ao Cais do Sodré, e sobre o prolongamento da linha Vermelha, de São Sebastião a Alcântara.

Localizado no cruzamento da Avenida 24 de Julho com a Avenida D. Carlos I, o “ML Informa” funciona de segunda a sexta-feira, das 09h30 às 18h00 e disponibiliza informação sobre o Plano de Expansão da Rede atual e futura do Metropolitano de Lisboa, nomeadamente os novos trajetos, novas estações e acessos às mesmas, expropriações e ocupações temporárias, bem como informação atualizada sobre a evolução das obras em curso e as alterações temporárias na circulação rodoviária e pedonal necessárias para a concretização destes projetos.

Foram também desenvolvidas diversas ações de comunicação com o público em geral, *stakeholders* institucionais e imprensa para esclarecimento público dos projetos e obras de expansão em curso.

Relativamente aos contactos com a imprensa, é de destacar a participação do ML, em diversos programas televisivos de informação e de entretenimento, através de entrevistas e reportagens que proporcionaram uma imagem positiva da empresa.

A informação do ano de 2023 ficou marcada pela emissão especial comemorativa dos 75 anos do Metro de Lisboa conduzida pela Antena 1, pela disponibilização do passe da Web Summit, pelas obras de expansão de novas linhas do Metropolitano de Lisboa e pela parceria com a Visa, Indra, Cybersource, Littlepay e Unicre para disponibilizar pagamentos *contactless*.

Outros temas muito abordados durante o período analisado foram os constrangimentos causados nos serviços do Metropolitano de Lisboa devido a avarias, a suspensão das negociações sobre carreiras devido à crise política, com o aumento do número de queixas nos transportes públicos e com o aumento dos preços anunciado para 2024.

Online foi o meio privilegiado na divulgação de informação noticiosa sobre Metropolitano de Lisboa, ao representar 64% do volume de artigos veiculados e 11% do alcance potencial. As notícias de TV, apesar de serem em menor número relativamente ao meio *online*, foram responsáveis por 51% do alcance potencial, cerca de 629 MM de pessoas.

SIC Notícias (online e TV) foi a fonte com maior volume de artigos publicados ao longo do ano, seguidos da RTP 1 e RTP 3.

78% da totalidade dos artigos registados ao longo do período analisado revelaram sentimento positivo/neutro relativamente ao Metropolitano de Lisboa. Artigos com favorabilidade negativa representaram 22% da informação veiculada. A totalidade das notícias publicadas em 2023 representaram um ROI de 22.345.227 euros.

Cerca de 28% das notícias registadas no ano de 2023 sobre o Metropolitano de Lisboa foram relacionadas com a temática da Expansão das linhas, denotando sentimento positivo/neutro em 74% desses artigos e sentimento negativo em 26%.

Ainda a nível institucional, foram desenvolvidas todas as ações de comunicação relativas à divulgação das campanhas institucionais e de comercial e de marca que originaram os resultados mediáticos supra descritos.

Participação em atividades de organismos nacionais e internacionais

Em 2023, com o levantamento integral das restrições de viagem impostas pela Pandemia COVID-19, o ML retomou em pleno a sua presença em eventos e atividades de cariz internacional, tanto ao nível das entidades em que a Empresa se encontra filiada, como através da participação em eventos diversos ligados ao setor dos transportes.

Neste contexto, e no que se refere à UITP, o ML participou nas duas reuniões do *Policy Board*, o órgão de cúpula da Associação, março (*online*) e em junho (Barcelona). Este último encontro marcou, também, o término do mandato do Presidente do Conselho de Administração do ML enquanto Embaixador nacional na UITP.

Manteve-se, igualmente, uma participação ativa no Comité União Europeia da UITP, na qualidade de membro efetivo do órgão que representa os interesses dos operadores europeus e que exerce influência sobre o processo legislativo e decisório nas instituições comunitárias. Na última reunião no ano, a participação esteve a cargo da Vogal do Conselho de Administração, Dra. Sónia Páscoa, que passou a assumir a representação do ML neste órgão.

Destaca-se ainda a nomeação do ML, em maio, para a vice-presidência do recém-formado Comité de Investigação em Mobilidade (RIM) da UITP. Este comité, constituído por universidades, entidades académicas e agentes da indústria, visa promover a troca de conhecimentos sobre futuros desenvolvimentos no setor de transportes públicos e fortalecer os laços entre a pesquisa académica e a prática.

A representação da empresa no UITP Summit 2023, o Congresso Mundial e Exposição da Associação, em Barcelona, contou com uma delegação de 11 membros de diversas áreas da empresa. Além disso, o ML participou no Programa de Jovens Líderes da UITP, oferecendo a dois jovens profissionais a oportunidade de se familiarizarem com as diversas atividades da Associação em contexto internacional.

A participação do ML estendeu-se, ainda, a diversas reuniões presenciais e virtuais dos órgãos de governo e trabalho da UITP, da qual se destaca a presença na 100.ª Assembleia de Metros em Istambul, em dezembro.

O ML também marcou presença nas reuniões da Associação Latino-Americana de Metros e Subterrâneos (ALAMYS), com a Eng.ª Maria Helena Campos, Vogal do Conselho de Administração, assegurando a representação da empresa. Enquanto 2.ª Vogal do Comité de Direção da ALAMYS, participou no Comité de Direção e na 28.ª edição dos Comités Técnicos, em Barcelona.

Ainda em 2013, o envolvimento do ML nas atividades de benchmarking foi notório, sobretudo através do Grupo de Benchmarking de Metro Community of Metros (CoMET), tendo participado em diversas reuniões e workshops, com especial destaque para o Workshop sobre Communications-Based Train Control (CBTC), realizado em Nova Iorque, conjuntamente com o International Suburban Rail Benchmarking Group (ISBeRG).

Capital natural

Desde maio de 2022 que o ML tem zero emissões indiretas de gases com efeito de estufa (GEE), provenientes do fornecimento de energia elétrica exclusivamente por fontes renováveis verdes. Para compensar as emissões diretas de GEE emitidas pelos consumos de gás natural, combustíveis líquidos e fugas de gases fluorados o ML tem vindo a contribuir com ações de plantação de árvores em território nacional. Desta forma, o ML atinge a neutralidade carbónica das operações, concretizando um dos grandes objetivos de desenvolvimento sustentável da empresa e reforçando a sua contribuição para a descarbonização da economia a melhoria da mobilidade sustentável na Área Metropolitana da Lisboa.

O Metropolitano de Lisboa assume-se como ator relevante para a descarbonização da economia e contribuindo na minimização dos impactes ambientais. Nesse âmbito, e para além do esforço no sentido da transferência modal de meios de mobilidade mais poluentes para o ML, existe uma monitorização constante do desempenho ambiental da organização que implementou e certificou o Sistema de Gestão Ambiental pela NP EN ISO 14001 como referencial para o efeito.

Anualmente é feita uma análise dos impactes ambientais significativos, positivos e negativos, resultantes das atividades desenvolvidas pelo grupo de empresas ML, sendo estes:

Impactes ambientais significativos positivos:

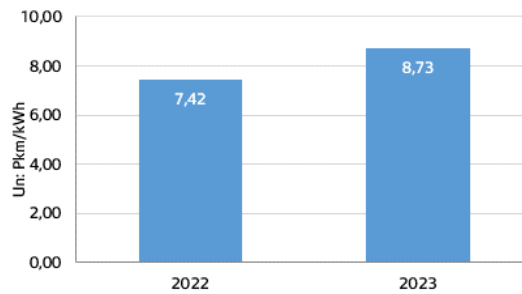
- Oferta de transporte público;
- Descongestionamento das vias públicas.

Impactes ambientais significativos negativos:

- Consumo de papel nas atividades administrativas;
- Consumo de energia elétrica na operação, manutenção e atividades administrativas;
- Consumo de gás natural;
- Consumo de combustíveis líquidos;
- Produção de resíduos não perigosos nas estações.

Os passageiros x km transportados por unidade de energia em 2023 registaram uma subida de 17,7%, em comparação com o ano anterior, fruto principalmente do crescimento da procura.

Gráfico 11 – Eficiência energética



Em 2020, e no âmbito da assunção do compromisso com “Lisboa – Capital Verde”, o Metropolitano de Lisboa elaborou um Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental que se propõe implementar até 2030, e cujas seguintes ações incidem ao nível da energia, água, papel, qualidade do ar e ruído, economia circular, comunicação e cidadania.

Assim, durante os últimos três anos de vigência do PISA 2030, das ações previstas, foram concluídas com sucesso as seguintes medidas:

- Aumento da quantidade de resíduos enviados para valorização;
- Instalação de sistemas de rega inteligentes nos PMO;
- Divulgação de eventos e metas definidas no âmbito de Lisboa Capital Verde através dos meios de divulgação do Metro;
- Informação sobre transportes multimodais no Site do Metro.

Apresentam-se de seguida os trabalhos realizados nas ações ao longo de 2023:

AÇÕES / PROJETOS	TRABALHOS REALIZADOS
Adoção do uso de água reutilizada para lavagens e rega nas estações e no PMO III	Foram estabelecidos contactos exploratórios com a Águas do Tejo e Atlântico para análise da viabilidade da medida.
Substituição integral da iluminação nas estações por tecnologia LED	A iluminação integral a LED está completa em 57% das estações de metro). O Plano da Manutenção prevê intervir seis estações/ano.
Instalação de central fotovoltaica no PMO II	Em fase final de elaboração do caderno de encargos para o lançamento do procedimento.
Melhoria da eficiência energética e redução do coeficiente de emissão da energia consumida por via de aquisição de energia mais limpa e de produção própria	Atingida a neutralidade carbónica
Alteração das regras de estacionamento dando prioridade aos veículos elétricos	Em estudo a distribuição equilibrada de marcação de lugares, atribuindo lugares específicos a veículos elétricos nos parques de estacionamento dos edifícios administrativos da empresa.
Garantia de um conjunto de lugares reservados para veículos elétricos	Os lugares para os veículos elétricos (visitantes e funcionários) serão marcados para o efeito. A área responsável está a estudar a distribuição equilibrada de marcação de lugares atribuindo lugares específicos destinados a veículos elétricos.
Promoção da aquisição de materiais e produtos sustentáveis através do uso de critérios ambientais no processo aquisitivo	Em fase de elaboração do Manual de Compras Ecológicas
Redução do consumo de papel, com a digitalização dos processos internos	Em 2022, com o fim do confinamento e do teletrabalho, tem-se vindo a verificar um aumento do consumo do papel face a 2021 (+24,9%). No entanto, quando comparado com 2019 a variação atinge os -27,9%.
Divulgação do presente compromisso pelas partes interessadas e do grau de implementação das ações definidas	A divulgação interna do PISA 2030 é feita aos trabalhadores pela intranet da empresa, bem como junto dos clientes através dos meios digitais e comunicado de imprensa.

VII. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de gestão e Plano de Atividades e Orçamento

(artigo 38.º do RJSPE e Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro)

a) Objetivos definidos pelo acionista

Quadro 64 – Objetivos de gestão

	ANO 2023		Grau de Execução	Observações/ Justificação desvios
	REAL	PAO		
Princípios Financeiros de Referência				
Eficiência Operacional (rácio dos gastos operacionais sobre volume de negócios)	99,89 %	100,5 %	-0,61 p.p.	Pág.ª 84
PRC				
Em 2023, devem ser iguais ou inferiores ao valor registado ou estimado para o ano de referência, conforme estabelecido para a avaliação da eficiência operacional, no caso dos seguintes gastos:				
a) Com pessoal, excluindo os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, bem como do efeito do absentismo;	91.662.433 €	89.459.294 €	102,5 %	Pág.ª 84
b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	1.966.750 €	3.526.931 €	55,8 %	Pág.ª 84
Investimento ¹				
Investimento ILD	84.241.229 €	162.830.471 €	51,7 %	Pág.ª 54
Investimento ML	5.817.360 €	48.266.815 €	12,2 %	Pág.ª 54
Total de Investimento	90.058.589 €	210.497.286 €	42,8 %	Pág.ª 54

¹ Os valores de investimento ILD e ML são líquidos de TPE e de Encargos financeiros.

b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento

Quadro 65 – Execução do Plano de Atividades e Orçamento

Indicadores	Executado 2023	PAO 2023	Desvio (+/-)	Observações / Medidas
Resultado Líquido	(23.999.579 €)	(41.947.462 €)	17.947.882 €	Resultados, pág.ª 44
EBITDA	(9.817.974 €)	(27.415.510 €)	17.597.536 €	EBITDA, pág.ª 48
Resultado Operacional ¹⁾ (EBIT)	(24.276.001 €)	(40.190.469 €)	15.914.467 €	Resultados, pág.ª 44
Volume de Negócios	133.248.691 €	106.255.262 €	26.993.429 €	Rendimentos Operacionais, pág.ª 46
Endividamento ²⁾	3.302.296.031 €	3.193.234.849 €	109.061.181 €	Passivo Remunerado, pág.ª 53
Dívida Financeira Líquida ³⁾ / EBITDA	-31.752 %	-11.228 %	-20.523 p.p.	Fluxos Financeiros, pág.ª 50
Disponibilidades ⁴⁾	184.936.697 €	114.994.903 €	69.941.794 €	

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Passivo remunerado

3) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

4) Caixa e Dep. Bancários, conforme Balanço

c) Investimento

Quadro 66 – Investimento

Plano de Investimento (Unid.: €)	PAO 2023	Executado 2023							Desvio (PAO vs Executado)	Observações /medidas
		Total	Fontes de financiamento				Outras			
			Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento de Estado	Endivid.	Fundos comunitários		PRR		
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	70.805.903	77.095.433	0	39.586.617	0	37.508.816	0	0	6.289.531	
Prolongamento S.Sebastião / Alcântara	55.100.000	506.996	0	0	0	0	506.996	0	-54.593.004	
Metro Ligeiro de Superfície Loures / Odivelas	9.178.286	57.944	0	0	0	0	57.944	0	-9.120.342	Pág.º 54
CBTC	6.522.569	694.639	0	694.639	0	0	0	0	-5.827.930	
Outros investimentos	68.890.528	11.703.577	4.670.062	7.033.515	0	0	0	0	-57.186.952	
Valor total do Investimento	210.497.286	90.058.589	4.670.062	47.314.771	0	37.508.816	564.940	0	-120.438.697	

d) Orçamento financeiro (carregado no SIGO/SOE)

Quadro 67 – Grau de execução do orçamento financeiro

Rubrica	Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação
R05.07 REM. CAPITAIS – RECEITAS GERAIS	459 €	458 €	99,8%	
R06.03 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.928.058 €	4.763.263 €	96,7%	
R06.05 ADMINISTRAÇÃO LOCAL	65.332 €	65.331 €	100,0%	
R06.09 UE-INSTITUIÇÕES-OUT. FUNDOS	51.870.694 €	985.449 €	1,9%	O desvio está relacionado com o atraso na obtenção favorável da Declaração de Impacto Ambiental (DIA), emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), para o lançamento do concurso internacional e posterior contratação para a empreitada da expansão da Linha vermelha que só aconteceu em dezembro de 2023. Foram executados estudos preliminares do Metro Ligeiro de Superfície (MLS).
R07.02 SERVIÇOS	106.843.218 €	136.351.207 €	127,6%	Esta variação positiva está relacionado com a recuperação do número passageiros e consequentemente, venda de títulos mensais mas também com a venda de títulos ocasionais e a implementação do pagamento por cartão bancário.
R07.03 EDIFÍCIOS – RENDAS	561.242 €	561.241 €	100,0%	
R08.01 OUTRAS	10.051.315 €	4.154.914 €	41,3%	Considerando a baixa execução nos projetos não houve lugar a reembolso de IVA
R09.03 EDIFÍCIOS	200.000 €	-	-	
R09.04 OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	-	-	-	
R10.03 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	53.850.000 €	53.850.000 €	100,0%	
R10.09 UNIÃO EUROPEIA	31.643.876 €	39.125.922 €	123,6%	O POSEUR alterou a percentagem de financiamento afeta ao projeto RA/CS que permitiu um aumento no reembolso da despesa apresentada acima do orçamentado.
R11.03 TÍT. MLP – ENTIDADES INTERNACIONAIS	10.415.131 €	10.415.130 €	100,0%	
R12.06 APOIO FINANCEIRO	48.415.476 €	9.024.285 €	18,6%	Foi aprovado dotação para défice operacional que se verificou não ser necessário dado a receita própria suportar esse défice
R12.07 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	92.996.408 €	57.511.019 €	61,8%	O desvio deve-se, essencialmente, pela variação favorável dos instrumentos financeiros (SWAP).
R15.01 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1.434 €	1.433 €	100,0%	
R16.01 SALDO GERÊNCIA	92.048.463 €	92.048.459 €	100,0%	
R17.02 OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	-	71.538.178 €	-	Registo das transferências do PRR, a transitarem para 2024, nos termos do art.º 8º do DL 53-B/2021, de 23 de junho – PRR.

Rubrica	Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação
D01.01 REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	58.622.591 €	61.101.371 €	104,2%	O aumento dos encargos com pessoal, resulta do impacto diferido das contratações e reclassificações de 2023, da aplicação dos acordos de empresa, nomeadamente no que se refere aos processos promocionais, da aplicação do aumento da massa salarial em 6,1%, conforme autorizado pela tutela.
D01.02 ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	5.547.084 €	5.512.094 €	99,4%	
D01.03 SEGURANÇA SOCIAL	27.643.667 €	28.442.181 €	102,9%	
D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	8.979.070 €	4.348.308 €	48,4%	O desvio está relacionado com a aplicação de cativação pela DGO em €4 228 229,00
D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	65.086.260 €	47.026.532 €	72,3%	O desvio está relacionado com a aplicação de cativação pela DGO em €18 186 948,00
D03.01 JUROS DIVIDA PÚBLICA	57.145.648 €	52.416.897 €	91,7%	O desvio deve-se, essencialmente, pela variação favorável dos instrumentos financeiros (SWAP).
D03.06 OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	154.702 €	43.894 €	28,4%	
D06.02 DIVERSAS	836.887 €	822.281 €	98,3%	
D07.01 INVESTIMENTOS	42.315.110 €	10.267.248 €	24,3%	O desvio está essencialmente relacionado com a falta de realização de investimentos não cofinanciados pela demora na aprovação de Portarias de Extensão de Encargos e processos de contratação pública demorados.
D07.03 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	145.511.624 €	85.458.326 €	58,7%	O desvio está relacionado com o atraso na obtenção favorável da Declaração de Impacto Ambiental (DIA), emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), para o lançamento do concurso internacional e posterior contratação para a empreitada da expansão da Linha vermelha que só aconteceu em dezembro de 2023. Foram executados estudos preliminares do Metro Ligeiro de Superfície (MLS). Assim como no projeto de Modernização da rede/CBTC a entrega de MC para testes ter sido prorrogada em 2023
D09.02 ATIVOS FINANCEIROS	-	93.441.829 €	-	Constituição de CEDIC – Despacho nº12553/2023
D10.06 EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	-	-	-	
D12.02 OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	-	21.004 €	-	

	ORÇ	REAL	
Total Receita	503.891.106 €	480.396.293 €	95,3%
Total Despesa	411.842.643 €	388.901.965 €	94,4%

2. Gestão do risco financeiro

Quadro 68 – Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados

Anos	2023	2022	2021	2020	2019
Encargos Financeiros (€)	52.460.791	75.697.764	141.972.295	206.705.313	218.372.006
Taxa Média de Financiamento (%)	2,69	2,56	3,93	5,61	5,44

3. Limite de crescimento do endividamento

Quadro 69 – Variação do endividamento

Variação do Endividamento (execução)	2023	2022	Variação 2023/2022	
	Valores (€)		Valor	%
Capital subscrito	3.906.805.655	3.849.294.636	57.511.019	1,5
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	3.302.296.031	3.293.271.746	9.024.285	0,3
Novos Investimentos no ano (com expressão material)	0	0	0	-
Variação do endividamento	0,93%			

4. Prazo médio de pagamentos

Quadro 70 – Prazo médio de pagamentos

PMP	2023	2022	Variação 2023/2022	
			Valor	%
Prazo (dias)	19	21	-2	-9,52

Quadro 71 – Dívidas vencidas

Dívidas Vencidas (valores em euros)	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	29.133	0	372	21.891	2.962
Aquisições de Capital	88.425	0	0	150.516	26.691
Total	117.558	0	372	172.407	29.653

Nota: Valores após 90 dias não reconciliáveis. Em processo de análise em 2024.

5. Recomendações do acionista

Com a última aprovação dos documentos de prestação de contas (2021), foi recomendado ao Conselho de Administração que diligencie pela:

- “Implementação de um Sistema que permita a obtenção e validação de forma automática das demonstrações orçamentais, em cumprimento do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, bem como da observação do cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental.”
- “Divulgação, de acordo com a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, no Anexo às demonstrações orçamentais do exercício de 2022 dos elementos informativos relativos à Contratação administrativa, em concreto a situação dos contratos e a Adjudicações por tipo de procedimento e à Transferência e subsídios de despesa e de receita.”

1.ª Recomendação

O ML tem projetado desenvolver através do seu ERP novas funcionalidades que permitam dar cumprimento aos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental.

No entanto, dada a complexidade técnica inerente, não é possível nesta data apresentar um prazo para que esta implementação esteja em pleno funcionamento.

Atualmente a elaboração das demonstrações orçamentais é realizada tendo por base a informação registada no ERP da empresa, a qual é extraída e tratada para dar cumprimento a todas as obrigações de reporte do ML. Assim, embora não disponha, ainda, de um sistema que permita a obtenção e validação automática das demonstrações orçamentais, a preparação das mesmas considera a informação reportada em SIGO e demais reportes na DGO *online*.

No apuramento da conta de gerência, a execução orçamental é apresentada por programa, entidade financiadora e rubricas de classificação económica, assim como todas as alterações orçamentais realizadas, que conduziram ao apuramento do saldo de gerência a transitar o que permite replicar o reportado às entidades externas nos quadros que compõem as demonstrações orçamentais.

2.º Recomendação

Tal como referido na 1.ª Recomendação, não estão ainda reunidas as condições técnicas para dar resposta a todas as divulgações previstas para o Anexo às demonstrações orçamentais, nomeadamente a situação dos contratos e adjudicações por tipo de procedimento.

Relativamente aos quadros 6.1- Transferências e subsídios – Despesa (não realizada pela empresa) e 6.2 – Transferências e subsídios – Receita, o ML passará a incluir informação pormenorizada.

6. Diligências para solucionar reservas emitidas na última CLC

- “Na sequência da “atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML”, através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa cujo prazo de vigência finda em 1 de julho de 2024. Este contrato compreende os direitos e obrigações inerentes à referida prestação de serviço público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outras eventuais consequências da celebração do contrato de concessão, não nos tendo sido possível obter informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.”
- “Conforme divulgado nas notas 4.2 e 6 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o ML continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas de balanço denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2022, o ativo não corrente compreende o montante de 5.369.302.753 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.180.829.583 euros), (ii) a derivados mensurados ao justo valor (586.759 euros) e a (iii) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.187.886.411 euros e correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos, derivados mensurados ao justo valor, provisões e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 2.761.095.729 euros, do qual 1.544.911.659 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo ML, relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço.”
- “Conforme divulgado na nota 16 do anexo, o balanço inclui em 31 de dezembro de 2022, na rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros”, o montante de 29.738.382 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas no passado pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à adequada mensuração daqueles ativos.”

1ª Diligência

Em 2023 continuaram a ser desenvolvidos os trabalhos de revisão e adaptação do contrato de concessão em vigor, com vista à celebração do respetivo aditamento que prorrogará o prazo de duração da concessão atribuída ao ML até 1 de julho de 2030.

Após o parecer prévio vinculativo por parte da AMT, foi publicada a RCM n.º 57-D/2024, de 21 de março, que autoriza a despesa relativa à compensação financeira a atribuir pelo Estado ao ML, no âmbito das obrigações de serviço público.

Em 27 de março de 2024, foi outorgado o Aditamento ao Contrato de Concessão, o qual foi submetido pelo Concedente a visto prévio do Tribunal de Contas, aguardando-se pela respetiva decisão.

Quando a formalização de todo este processo estiver concluída, o ML tem a expectativa de poder apresentar nas suas demonstrações financeiras as necessárias alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como de outras eventuais consequências decorrentes do cumprimento de obrigações de serviço público fixadas no referido Aditamento.

2ª Diligência

Na sequência do referido na 1ª Diligência, o ML entende que o Aditamento clarificará os termos e condições que regem o relacionamento entre o Estado Português e o ML no que respeita à posse e utilização das ILLD, permitindo desta forma que seja adotada uma política contabilística adequada à administração destas atividades de investimento.

3ª Diligência

Em 2023 foi possível obter desenvolvimentos em 2 dos 3 processos incluídos na rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros”:

- No processo com a Infraestruturas de Portugal (7,2 M €), referente à construção do Terminal Fluvial e do Interface do Cais do Sodré, foram efetuadas reuniões e trocada correspondência com vista à obtenção de um acerto final de contas, permanecendo ainda um montante (cerca de 1 M€) para o qual a IP tem vindo a solicitar esclarecimentos adicionais, não tendo sido possível até ao momento sanar esta divergência.
- No processo com a Águas do Tejo Atlântico (0,6 M€), referente à construção do “Sistema Elevatório e Câmara de Válvulas de Maré da Estação Fluvial do Terreiro do Paço”, foram encetados contactos entre as Administrações e trocada correspondência entre as áreas técnicas com vista ao respetivo fecho do protocolo. Recentemente foi enviada uma proposta pela AdTA, a qual se encontra em análise por parte do ML.
- No processo com a Transtejo (22,5 M€), referente à construção do Interface do Terreiro do Paço, o ML mantém o entendimento de que a respetiva resolução só será possível através de uma intervenção direta por parte do acionista Estado, à semelhança do que já ocorreu no passado.

7. Remunerações/honorários dos Órgãos Sociais e Auditor Externo

a) Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Quadro 72 – Remuneração mensal fixada – Estatuto do Gestor Público

Membro do CA	Remuneração mensal fixada – EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€) ⁽¹⁾	
			Vencimento mensal	Despesas de Representação
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	B	4.817,93	1.927,17
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	B	3.854,35	1.541,74
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	S	B	3.854,35	1.541,74
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	S	B	3.854,35	1.541,74

(1) Os valores de remuneração mensal bruta incluem a aplicação da redução de 5% do vencimento mensal íliquido dos gestores públicos executivos, conforme disposto no n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Quadro 73 – Identificação dos membros do Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos				N.º de mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e forma	
2022-2024	Presidente	Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	Despacho n.º 9167/2022	27/07/2022	Não	n.a.	D	-	3
2022-2024	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	Despacho n.º 9167/2022	27/07/2022	Não	n.a.	D	-	4
2022-2024	Vogal	Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	Despacho n.º 9167/2022	27/07/2022	Não	n.a.	D	-	1
2022-2024	Vogal	Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	Despacho n.º 8113/2023	25/07/2023	Não	n.a.	D	-	1

Quadro 74 – Acumulação de funções

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e forma
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	FERCONSULT	Presidente	Público	Ata AG n.º 72 de 31/05/2021
	METROCOM	Presidente	Público	Ata AG n.º 54 de 13/07/2020
	TREM A.C.E.	Presidente	Público	Ata AG n.º 34 de 29/04/2022
	TREM II A.C.E.	Presidente	Público	Ata AG n.º 31 de 29/04/2022
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	FERCONSULT	Administrador	Público	Ata AG n.º 72 de 31/05/2021
	METROCOM	Administrador	Público	Ata AG n.º 54 de 13/07/2020
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	METROCOM	Administrador	Público	Ata AG n.º 57 de 18/08/2022
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	FERCONSULT	Administrador	Público	Ata AG n.º 76 de 11/09/2023

Quadro 75 – Remuneração anual auferida

Membro do CA	Remuneração Anual Auferida – 2023 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	95.344,34	0,00	95.344,34	4.784,18	90.560,16
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	76.275,50	0,00	76.275,50	3.813,72	72.461,78
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	76.275,50	0,00	76.275,50	3.813,72	72.461,78
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	28.103,79	0,00	28.103,79	1.405,18	26.698,61
			275.999,13	13.816,80	262.182,33

Quadro 76 – Benefícios sociais

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	10,35	2.090,70	SS	22.230,71	757,31	0,00	Seguro acid. Trab.	1.071,12
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	10,35	2.090,70	CGA	17.209,66	757,31	0,00	Seguro acid. Trab.	862,28
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	10,35	2.235,60	SS	17.676,06	757,31	0,00	Seguro acid. Trab.	864,18
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	10,35	734,85	SS	6.539,62	298,77	0,00	Seguro acid. Trab.	337,31
		7.151,85		63.656,05	2.570,70	0,00		3.134,89

Quadro 77 – Encargos com viaturas

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída [S/N]	Celebração de contrato [S/N]	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (n.º)
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	S	48.327,55 €	AOV	2023	2026	769,92 €	9.239,04 €	29
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	S	40.288,77 €	AOV	2023	2026	678,99 €	8.147,88 €	31
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	S	S	48.127,97 €	AOV	2023	2026	755,19 €	9.062,28 €	30
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	S	S	42.072,00 €	AOV	2017	2024	445,10 €	5.341,20 €	6

Quadro 78 – Gastos anuais associados a deslocações em serviço

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	1.864,74	1.590,07	512,95	-	0,00	3.967,76
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	727,80	1.278,54	250,20	-	0,00	2.256,54
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	0,00	0,00	87,65	-	0,00	87,65
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	9.682,13	3.032,27	750,60	-	0,00	13.465,00
						19.776,95

Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato cessante

Quadro 79 – Identificação dos membros do Conselho Fiscal e estatuto remuneratório

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de mandatos
			Forma ⁽¹⁾	Data		
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1.419,75	2
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Cristina Maria Pereira Freire	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1.064,81	1
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	1.064,81	1
2017-2019	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	-	2

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de Janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

O Conselho Fiscal manteve-se em funções após o triénio 2017-2019, até 25/10/2023.

Quadro 80 – Remuneração anual auferida

Nome	Remuneração Anual auferida (bruta) €
Dr. José Carlos Pereira Nunes	16 006,49
Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	12 004,80
Dra. Cristina Maria Pereira Freire	12 004,80
Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	0,00

Conselho Fiscal nomeado em 25/10/2023

Quadro 81 – Identificação dos membros do Conselho Fiscal e estatuto remuneratório

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€) ⁽²⁾	N.º de mandatos
			Forma ⁽¹⁾	Data		
2023-2025	Presidente	Dr. José Henrique Rodrigues Polaco	DC SET e SEMB	25/10/2023	1.419,75	1
2023-2025	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SET e SEMB	25/10/2023	1.064,81	2
2023-2025	Vogal Efetivo	Dr.ª Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho	DC SET e SEMB	25/10/2023	1.064,81	1
2023-2025	Vogal Suplente	Dr. Nelson Manuel Costa dos Santos	DC SET e SEMB	25/10/2023	-	1

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 25 de outubro de 2023 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e do senhor Secretário de Estado da Mobilidade Urbana.

Quadro 82 – Remuneração anual auferida

Nome	Remuneração Anual auferida (bruta)
Dr. José Henrique Rodrigues Polaco	3.436,16
Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda *	14.907,29
Dr.ª Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho	2.577,11
Dr. Nelson Manuel Costa dos Santos	0,00

* Transita do anterior Conselho Fiscal

Revisor Oficial de Contas

Mandato cessante

Quadro 83 – Identificação do Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Data do contrato		
2019-2021	ROC Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda, representada por:	74	20161409	Despacho conjunto SE Tesouro e SE adjunto Mobilidade	15/10/2019	15/10/2019	5	5
		Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	585	20160240					
		Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda, representada por:	23	20161381					
	ROC Suplente	Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1056	20160668					

A sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda, manteve-se em funções até à nomeação por despacho conjunto do Governo do novo ROC efetivo e ROC Suplente.

Quadro 84 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2023 (€)		Valor Anual de Serviços Adicionais - 2023 (€)	
	Valor anual (€)	Identificação do serviço	Valor anual (€)	Identificação do Serviço
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC	22.800,00	Revisão Legal de Contas	0,00	-

Revisor Oficial de Contas nomeado em 3/10/2023

Quadro 85 – Identificação do Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Data do contrato		
2023-2025	ROC Efetivo	João Cipriano & Associados, SROC, Lda.	119	20161438	Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado da Mobilidade Urbana	03/10/2023	06/12/2023	1	1
		Dr. João Amaro Santos Cipriano	631	20160277					
	ROC Suplente	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, SA	235	20161528					
		Dr. Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André	779	20160596					

Quadro 86 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2023 (€)		Valor Anual de Serviços Adicionais – 2023 (€)	
	Valor anual (€)	Identificação do serviço	Valor anual (€)	Identificação do Serviço
João Cipriano & Associados, SROC, Lda.	4.583,34	Revisão Legal de Contas	0,00	-

b) Auditor externo

Quadro 87 – Identificação do Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA. representada por:	29	20161384	08/02/2021	3 anos	3	3
Dr. António José Correia de Pina Fonseca	949	20160566				

Quadro 88 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo

Nome do Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2023 (€)		Valor Anual de Serviços Adicionais – 2023 (€)	
	Valor anual (€)	Identificação do serviço	Valor anual (€)	Identificação do serviço
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA. representada por:	24.780,00	Serviços de auditoria às contas individuais e consolidadas do exercício de 2022	2.450,00	Honorários Auditoria Externa ML ESEF 2022

8. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Em 2023:

- Nos termos dos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, não houve lugar à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento pelos membros do Conselho de Administração, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- Não houve lugar a qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal;
- Valor de despesas associadas a comunicações:

Quadro 89 – Gastos com comunicações

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	80,00	192,35	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	80,00	101,75	
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	80,00	359,29	
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	80,00	431,05	
		1.084,44	

- d. Valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Quadro 90 – Gastos anuais associados a viaturas

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens e Parques	Total	
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	481,79 €	2.094,91 €	1.153,98 €	3.248,89 €	
Eng.º Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	385,44 €	2.531,74 €	2.093,54 €	4.625,28 €	
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	385,44 €	1.777,31	264,14	2.041,45 €	
Dr.º Sónia Alexandra Martins Páscoa	385,44 €	1.059,92 €	503,25 €	1.563,17 €	Agosto a Dezembro
				11.478,79 €	

9. Despesas não documentadas ou confidenciais

O ML cumpriu o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, Regime Jurídico do Sector Público Empresaria (RJSPE), e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), não tendo realizado despesas não documentadas ou confidenciais.

10. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O Metropolitano de Lisboa está comprometido com a promoção de uma política remuneratória transparente, assente na avaliação das componentes dos postos de trabalho e com base em critérios objetivos. Simultaneamente, repudia a desvantagem generalizada e estrutural das mulheres no mercado de trabalho em matéria de remunerações assente num contexto mais abrangente de desigualdades entre os géneros.

Assim, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, o Metropolitano de Lisboa, elaborou e divulgou internamente e disponibilizou no seu sítio o “Relatório sobre Remunerações por Género 2021”, visando diagnosticar e prevenir qualquer diferença remuneratória injustificada que se comprovasse existir na estrutura remuneratória da empresa e nas remunerações pagas a mulheres e a homens.

A elaboração deste relatório foi também uma medida de promoção da igualdade de género na empresa, de eliminação definitiva de qualquer forma de discriminação e para alcançar a plena igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

Neste Relatório o Metropolitano de Lisboa concluiu que não se verificam situações de discriminação salarial por motivos de género. Os critérios de retribuição são comuns a mulheres e a homens, e as diferenças de remuneração não constituem discriminação por se considerarem assentes em critérios objetivos, comuns a mulheres e a homens, nomeadamente, baseados no desenvolvimento de carreira, desempenho, produtividade, assiduidade ou antiguidade.

https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2022/04/MetropolitanoDeLisboa_RelatorioRemuneracoesPorGenero2021.pdf

11. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade

Plano de Ação para a Igualdade entre mulheres e homens – 2023

https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2022/12/Igualdade-de-genero_2023-vr.pdf

12. Relatório anual sobre prevenção da corrupção e Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas

O Relatório anual sobre prevenção de corrupção é uma das obrigações do Programa Cumprimento Normativo imposto pelo Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo DL n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

Em 2023, foram aprovados e divulgados, nos termos legais, os Relatórios de avaliação anual e intercalar decorrentes da aplicação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), tendo sido remetidos para os órgãos competentes e encontrando-se disponíveis na intranet e site da Empresa.

O Metropolitano de Lisboa reforçou a sua cultura de ética empresarial, cumprindo as obrigações previstas no RGPC e monitorizou as mesmas através do seu sistema de *Compliance*, cujo estado de implementação, a 31.12.2023, se elenca no quadro seguinte:

Quadro 91 – Obrigações RGPC

Obrigações RGPC	Artigo	Observações
Programa de Cumprimento Normativo (PCN)	5.º/1	
Nomeação do Responsável pelo Programa de Cumprimento normativo	5.º/2	Diretora do Gabinete de Auditoria Interna, Risco e <i>Compliance</i> (GAI)
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)	6.º/1	https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2020/10/PPRCIC_ML_FC_2020.pdf
Relatório de avaliação anual do PPR	6.º/4.b)	https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2024/05/Relatorio_plano_prevencao_riscos_2023.pdf
Relatório de avaliação intercalar do PPR	6.º/4.a)	https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2023/11/Prevencao_riscos_corrupcao_relatorio_intercalar_2023.pdf
Código de Ética e de Conduta	7.º	Reformulado de forma a incluir as previsões do RGPC. https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2022/07/codigo_etica_conduta_julho_2022.pdf
Canal de denúncia	8.º	Reformulado de forma a incluir as previsões do RGPC e da Lei n.º 93/2021, 18 de dezembro
Formação e comunicação		Formação: i. Curso de <i>e-learning</i> sobre ética e integridade/programa de cumprimento normativo disponível para toda a comunidade de trabalho desde 21.04.2023 – 452 trabalhadores concluíram o curso (dados de 31.12.2023) ii. Formação <i>Webinar</i> : 3 sessões em 15.02.2023, 15.03.2023 e 12.04.2023 (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Dirigentes e Técnicos Superiores e demais trabalhadores das áreas corporativas) – 345 trabalhadores do ML e Metrocom iii. Formação dada pelo GAI a 24 novos trabalhadores admitidos para a função de Agente de Tráfego (08.03.2023 e 05.07.2023), num total de 821 participações. Comunicação: Foram divulgadas internamente, via portal, várias notícias sobre a ética empresarial, visando a sensibilização dos trabalhadores para a prevenção da corrupção. Comunicação no <i>linkedin</i> e envio de email a todos os fornecedores – dia internacional contra a corrupção/quadra natalícia/ política de ofertas
Princípio da transparência administrativa	12.º	Separador próprio no <i>website</i> e <i>intranet</i> https://www.metrolisboa.pt/institucional/informar/reqime-geral-de-prevencao-da-corrupcao/

13. Contratação pública

Em 2023, o ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

O ML respeitou igualmente as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010.

A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de agosto, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, deu ainda cumprimento ao disposto no artigo 40.º da LOE 2023 (Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro), conjugado com artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 10/2023 de 8 de fevereiro, referente à comunicação da contratação de serviços jurídicos externos à JurisAPP.

Internamente, o ML cumpriu o previsto no Manual do Processo de Compras, tendo ainda sido tramitadas, de forma a promover maior transparência, as pequenas aquisições através de uma aplicação web desenvolvida para o efeito que assegura a confidencialidade das propostas até ao termo do prazo para a sua apresentação.

O ML dispõe de uma Plataforma de registo e gestão dos procedimentos de contratação. Esta plataforma permite o acompanhamento efetivo do estado e o registo das informações relevantes dos procedimentos de contratação tramitados pelo ML (excluindo as pequenas aquisições). Foi igualmente desenvolvido um relatório que permite a consulta e o reporte de indicadores de gestão e de cumprimento de obrigações desses procedimentos.

Para além do cumprimento das regras de contratação, procedeu-se ainda à elaboração e envio de relatórios estatísticos sobre esta matéria para as entidades competentes e outros relatórios de contratação no âmbito de auditorias.

Em 2023 foram celebrados cinco contratos com valor superior a 5.000.000€. Três destes contratos são para fornecimento de energia elétrica, aquisição de serviços de vigilância, guardaria e portaria para as instalações do Metropolitano que de acordo com al. c) do n.º 1 do art.º 47 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), estão isentos de fiscalização prévio do Tribunal de Contas.

Foram celebrados dois contratos de empreitada, referente à:

- i) Concessão e Construção dos Acabamentos e Sistemas no Âmbito da Concretização do Plano de Expansão – Prolongamento das Linhas Amarela e Verde – Extensão Rato-Cais do Sodré – Lote 4 do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e
- ii) Empreitada de Concessão e Construção do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., ambos sujeitos à fiscalização prévio do Tribunal de Contas de acordo com a da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

14. Sistema Nacional de Compras Públicas

Nesta matéria, desde 2010 que o Metropolitano de Lisboa implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010–2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

De referir que, no âmbito do novo modelo organizacional, a área de Gestão Corporativa responsável pela Logística passou a centralizar os procedimentos de contratação, procurando, sempre que possível, obter as melhores condições na aquisição de bens e serviços, procedendo à contratação com recurso à modalidade de agregação de entidades adjudicantes.

15. Eficiência Operacional e evolução dos gastos operacionais

Considerou-se o ano de 2019 para comparação da eficiência operacional, por registar superior volume de negócios (face a 2022), conforme *“Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023”*.

Comparando o rácio da eficiência operacional no ano de 2023 com 2019, regista-se uma variação de -1,57 pontos percentuais, cumprindo o determinado nas *“Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023”* e no artigo 133.º do DLEO 2023.

O volume de negócios registou um aumento de 14,5 milhões de euros e a estrutura de gastos (corrigidos) sofreu um acréscimo de 12,6 milhões de euros, com especial incidência na componente de gastos com pessoal, que incrementou 14,3 milhões de euros (excluídos os gastos com órgão sociais e a integração dos trabalhadores da Ferconsult), desde 2019.

Os FSE registam um acréscimo de 1,1 milhões de euros. Uma das principais causas tem origem no impacto do aumento dos produtos energéticos que registaram uma variação de 4,9 milhões de euros. O término das rendas relativas ao *leasing* operacional do TREM II-2, em 2022, permite uma redução de 2,1 milhões de euros. Os gastos com os Serviços de Limpeza incrementaram 1,5 milhões de euros, assim como os gastos com Segurança e Vigilância, que aumentaram idêntico montante.

Na componente de gastos com pessoal, em 2023 registou-se um aumento de 12,5% face ao ano anterior, refletindo a aplicação de uma política remuneratória na sequência do Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, respeitando a contratação coletiva e assegurando uma efetiva valorização nominal do ganho por trabalhador.

Realce ainda para o acréscimo de 34,1% das valorizações remuneratórias obrigatórias, decorrentes da aplicação dos Acordos de Empresa, nomeadamente pela aplicação dos sistemas de avaliação de desempenho e da atribuição de anuidades. Estas valorizações integram os efeitos e componentes remuneratórias consideradas no aumento anualizado de 6,08% da massa salarial global, autorizado pelo Governo.

A integração, no ML, dos trabalhadores afetos à empresa participada FERCONSULT representa um aumento de 2,2 milhões de euros, sendo este efeito expurgado, para efeitos de comparação.

A fundamentação do desvio verificado nos Gastos com pessoal, encontra-se detalhado em VI. DESEMPENHO, Gastos com Pessoal, pág.^a 49.

Quadro 92 – Eficiência operacional

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	Execução 2023	Orçamento 2023	Execução 2022	Execução 2019	Var. 2023/2022		Var. 2023/2019		Un.: €
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %	
(0) EBITDA (corrigido)	-5.864.679	-34.009.059	-5.325.751	-225.028	-538.929	10,1%	-5.639.652	2506,2%	
(1) CMVMC	2.861.925	4.318.099	2.699.970	3.596.083	161.955	6,0%	-734.158	-20,4%	
(2) FSE	38.003.510	51.772.365	37.318.592	36.878.739	684.918	1,8%	1.124.771	3,0%	
(3) Gastos com o pessoal	99.286.012	91.087.583	86.761.225	80.056.942	12.524.787	14,4%	19.229.070	24,0%	
i. Relativos aos órgãos sociais ^{a)}	403.263	333.248	339.567	327.914	63.695	18,8%	75.349	23,0%	
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais ^{a)}	0	0	0	0	0	-	0	-	
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento ^{a)}	2.263.141	0	0	0	2.263.141	-	2.263.141	-	
iv. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{a)}	1.456.136	1.295.041	1.085.890	1.173.821	370.246	34,1%	282.315	24,1%	
v. Efeito do absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão ^{a)}	1.344.920	0	1.919.562	1.169.735	-574.641	-29,9%	175.185	15,0%	
vi. Integração de trabalhadores da Ferconsult	2.156.119	1.915.286	1.943.658	0	212.461	10,9%	2.156.119	-	
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i a vi	91.662.433	87.544.008	81.472.547	77.385.473	10.189.886	12,5%	14.276.961	18,4%	
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais e/ou imposições legais ^{b)}	4.888.388	12.853.429	6.962.032	0	-2.073.643	-29,8%	4.888.388	-	
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	133.106.941	132.409.332	117.874.098	120.531.765	15.232.843	12,9%	12.575.176	10,4%	
(7) Volume de negócios (VN)	133.248.691	106.255.262	111.204.866	118.794.598	22.043.825	19,8%	14.454.093	12,2%	
Subsídios à exploração	535.446	7.149.749	10.639.940	516.729	-10.104.494	-95,0%	18.717	3,6%	
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0	-	0	-	
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais ^{b)}	0	25.059.879	0	0	0	-	0	-	
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (7)+(8)	133.248.691	131.315.141	111.204.866	118.794.598	22.043.825	19,8%	14.454.093	12,2%	
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	99,89%	100,83%	106,00%	101,46%	-6,10 p.p.	-	-1,57 p.p.	-	
i. Gastos com Deslocações e Alojamento	101.577	174.357	84.428	40.013	17.148	20,3%	61.564	153,9%	
ii. Gastos com Ajudas de custo	20.318	10.819	13.054	6.857	7.264	55,6%	13.461	196,3%	
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	353.606	422.753	383.320	292.344	-29.714	-7,8%	61.262	21,0%	
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	1.491.249	2.919.003	2.455.736	1.614.032	-964.487	-39,3%	-122.782	-7,6%	
(11) Total dos gastos = (i) + (ii) + (iii) + (iv.) cfr. Alínea c) n.º4 artigo 133.º do DLEO 2023	1.966.750	3.526.931	2.936.538	1.953.245	-969.788	-33,0%	13.505	0,7%	
N.º de viaturas	47	47	47	39	0	0,0%	8	20,5%	

a) Conforme disposto na alínea a) do n.º4 do artigo 133.º do DLEO 2023.

b) Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 133.º do DLEO 2023, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.

c) Os gastos com as viaturas incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Quadro 93 – Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais

Descrição	2023	2019	Variação 2023/2019	
			Valor	%
Energia elétrica	14.111.889	9.439.531	4.672.358	49,5%
Combustíveis	41.662	32.680	8.982	27,5%
Gás	344.269	137.221	207.048	150,9%
TOTAL	14.497.820	9.609.432	4.888.388	50,9%

16. Recursos Humanos e massa salarial

Quadro 94 – Recursos humanos

	Execução 2023	PAO 2023	Execução 2022	Var. 2023/2022	
				Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	7	6	6	1	16,7%
N.º Cargos de Direção (CD)	22	23	23	-1	-4,3%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1.553	1.686	1.546	7	0,5%
TOTAL	1.582	1.715	1.575	7	0,4%
N.º Trabalhadores / N.º CD	71	73	67	3	5,0%
Gastos com Pessoal / Total (OS+CD+T)	62.760 €	53.112 €	55.086 €	7.673 €	13,9%

Impacto nos Gastos com Pessoal decorrentes do aumento do efetivo face a 31/dez/2022: **339.085€**

Foram efetuadas 48 novas contratações¹⁰ e 1 reingresso:

- 29 Trabalhadores, conforme aprovação no Plano de Atividades e Orçamento;
- 3 Trabalhadores, ao abrigo do PRR;
- 16 Trabalhadores por contrapartida de saídas;

A variação da massa salarial cumpre com o estabelecido no n.º 3 do Despacho conjunto do Secretário de Estado das Finanças e Secretário de Estado do Tesouro, de 12 de maio de 2023, que permite um aumento anualizado da massa salarial global até 6,1%.

Quadro 95 – Taxa de atualização da massa salarial

Despachos de 15/12/2022 e 12/05/2023, SET e SEF

Taxa de atualização da massa salarial (2023-2022) 6,08%

Para que fosse comparável com 2023, e após se ter definido o critério de cálculo da massa salarial, verificou-se a necessidade de reexpressar o valor de 2022. Para este cálculo são considerados apenas os movimentos de processamento salarial em cada mês, não sendo considerado o efeito contabilístico das mensualizações.

17. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 96 – Disponibilidades no IGCP

IGCP	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
Disponibilidades	160.372.787	154.172.569	143.394.833	20.248.382
Aplicações financeiras	0	0	0	163.644.643
Total	160.372.787	154.172.569	143.394.833	183.893.026

Quadro 97 – Disponibilidades na Banca Comercial

Banca Comercial	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
Wilmington Trust	1.263.889	2.543.081	2.589.092	21.115.565
Wells Fargo	17.448	20.037	22.640	23.128.595
Banco Português de Investimento	4.062	4.062	4.062	987.727
Banco Santander Totta	1.400	1.483	2.311	25.002
Caixa Banco Investimento	21.533.964	21.533.964	21.533.964	7.462
Caixa Geral de Depósitos	33.664.694	22.536.677	22.536.677	2.232
Total	56.485.457	46.639.302	46.688.746	45.266.582
Juros auferidos	0	0	0	0

O documento 0293/2022, emitido pelo IGCP, exceciona o ML do cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE), para os anos de 2022 e 2023, somente nos valores inerentes às operações de financiamento contratualizados com a banca.

As disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP representaram 80,2% do total, contudo 44,2 milhões de euros dos 45,3 milhões de disponibilidades na Banca Comercial referem-se a depósitos colaterais constituídos no âmbito das operações americanas de *leasing* operacional de material circulante.

18. Auditorias conduzidas pelo tribunal de contas nos últimos três anos

N/A

19. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira

Vide páginas 13 e 236.

¹⁰ Anexo: Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento – 2023

20. Divulgação de informação no sítio da internet do SEE

Quadro 98 - Informação divulgada no site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data atualização	
Estatutos	S	set/2022	
Caraterização da Empresa	S	set/2022	
Função de tutela e acionista	S	jan/2020	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	set/2022	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	set/2022	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	set/2022	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	set/2022	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	set/2022	
Esforço Financeiro Público	S	set/2022	
Ficha Síntese	S	set/2022	
Informação Financeira histórica e atual	S	jul/2021	
Princípios de Bom Governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	set/2022	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	set/2022	
- Outras transações	S	set/2022	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	set/2022	
Económico	S	set/2022	
Social	S	set/2022	
Ambiental	S	set/2022	
- Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	S	set/2022	
- Código de ética	S	set/2022	

21. Quadro resumo – Cumprimento das orientações legais

Quadro 99 – Quadro resumo – Cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações Legais – 2023	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Objetivos de gestão			
Objetivos de gestão definidos para 2023			Pág.ª 74
Metas a atingir constantes no PAO 2023			
Investimento	N	Grau exec.: 42,8%	Pág.ª 54
Nível de endividamento	S	Var. endivid.: 0,93%	Pág.ª 76
Grau de execução do orçamento carregado em SIGO/SOE			
Receita:	S	95,3 %	Pág.ª 75
Despesa	S	94,4%	Pág.ª 75
Gestão do Risco Financeiro	S	2,69%	Pág.ª 76
Límites de Crescimento do Endividamento	S	0,93%	Pág.ª 76
Evolução do PMP a fornecedores	S	-2 dias	Pág.ª 76
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	122.838 €	Pág.ª 76
Recomendações do acionista na última prestação de contas	N	2	Pág.ª 76
Reservas emitidas na última CLC	N	3	Pág.ª 77
Remunerações/honorários			
CA – reduções remuneratórias vigentes em 2023	S	14.626 €	Pág.ª 79
EGP – artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S	-	Pág.ª 81
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	-	Pág.ª 81
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	-	Pág.ª 81
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	-	Pág.ª 82
Despesas não documentadas ou confidenciais – n.º 2 do art.º 16.º do RJSPE e art.º 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	-	Pág.ª 82
Promoção da igualdade entre mulheres e homens – n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	Link	Pág.ª 82
Elaboração de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	Link	Pág.ª 82
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela Empresa	S	-	Pág.ª 83
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S	-	Pág.ª 83
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	2	Pág.ª 83
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	-	Pág.ª 84
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	-1,57 p.p.	Pág.ª 84
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	183.893.026 €	Pág.ª 86
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	45.266.582 €	Pág.ª 86
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.	-	Pág.ª 86
Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.	-	Pág.ª 86
Elaboração do plano para a igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	Link	Pág.ª 82
Apresentação da demonstração não financeira	S	-	Pág.ª 13 e 236

VIII. SÍNTESE DE RESULTADOS

1. Eventos subsequentes

Sistema Tarifário na Área Metropolitana de Lisboa

No seguimento da publicação do Regulamento n.º 1362-C/2023, de 27 de dezembro de 2023, a realidade da repartição da receita tarifária alterou-se significativamente na AML a 1 de janeiro de 2024. A metodologia de compensação do sistema passa a consistir na atribuição de um valor de compensação por passe Navegante vendido, até que seja atingido o número máximo de passes Navegante a compensar anualmente. A nova metodologia de repartição possibilita a distribuição da receita gerada pela venda dos passes Navegante e a respetiva compensação tarifária, de acordo com a utilização mensal dos serviços de cada Operador, medida em passageiros quilómetros (Pass.km), isto é, o número de quilómetros que um determinado número de passageiros percorre em cada Operador de transporte público. Esta nova metodologia de cálculo, considerando a amostra de janeiro de 2024, poderá refletir uma considerável quebra de receita para o ML.

Rating do Metropolitano de Lisboa

A agência de notação financeira Standard & Poor's reviu em alta o *rating* do ML de BBB+ para A-, o qual fica alinhado com a revisão da notação atribuída à dívida da República Portuguesa.

Plano Político

Na sequência da dissolução da Assembleia da República, as eleições legislativas tiveram lugar no dia 10 de Março. A composição pós-eleitoral do Parlamento é marcada por bastante heterogeneidade, acompanhada também por uma perceptível possibilidade de instabilidade política. Antevê-se que as decisões estratégicas serão tomadas com especial prudência, não só dado o plano político, mas também o plano internacional, nomeadamente a influência dos polos de destabilização geopolíticos na economia.

O XXIV Governo Constitucional tomou posse no dia 2 de abril de 2024. A nível orgânico, importa destacar que a Secretaria de Estado da Mobilidade Urbana (tutela setorial do ML) transitou para a pasta do Ministério das Infraestruturas e Habitação.

Celebração do Aditamento ao Contrato de Concessão

A 27 de Março de 2024, o Estado, assumindo a posição de concedente e de autoridade de transportes competente, celebrou com o ML um Aditamento ao Contrato de Concessão em vigor, reconhecendo ser necessário prorrogar o prazo de duração da concessão atribuída ao ML, E. P. E., por mais seis anos, até 1 de julho de 2030, dada a necessidade da prossecução do interesse público, atentos os projetos e investimentos em curso no âmbito da concessão. Este Aditamento é o resultado de múltiplas interações que o ML estabeleceu com o concedente desde 2018, procurando clarificar a titularidade das infraestruturas ferroviárias, responder às recomendações do Tribunal de Contas, bem como às reservas das auditorias e certificações legais de contas da empresa. A criação de um mecanismo equilibrado de remuneração, que compensasse financeiramente o ML pelo cumprimento das obrigações de serviço público contratados, e um sistema rastreável de monitorização e acompanhamento dos indicadores do serviço figuraram como pontos necessários, de forma a cumprir os regulamentos do setor.

O Aditamento ao Contrato de Concessão produz efeitos a partir de dia 1 de julho de 2024, estando ainda dependente do visto prévio do Tribunal de Contas.

2. Perspetivas futuras

A estratégia de desenvolvimento do ML viu já frutos ao longo do ano de 2023 e deixa antever marcos importantes para o futuro próximo. Com efeito, são objetivos da empresa:

- Promover e desenvolver a mobilidade urbana através da utilização do transporte público;
- Melhorar os níveis de serviço prestados ao Cliente;
- Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente;
- Promover a sustentabilidade ambiental e energética;
- Assegurar o equilíbrio financeiro da empresa;
- Assegurar o bem-estar e motivação das trabalhadoras e dos trabalhadores.

O ML continuará comprometido na prossecução dos objetivos traçados, contando para isso com o empenho dos seus trabalhadores e *stakeholders*, pretendendo-se colocar na vanguarda da mobilidade urbana na AML, apostando numa forte interação com as autoridades competentes, operadores e clientes.

Importa assinalar a importância da celebração do Aditamento ao Contrato de Concessão, visto tratar-se de um marco de estabilidade para que a empresa possa desenvolver a sua estratégia, acrescentando-lhe o fator de estabilidade e previsibilidade, necessários para a execução dos projetos de investimento do ML.

O projeto da Linha Circular, que figura como o principal que o ML tem vindo a desenvolver nos últimos anos, decorre a bom ritmo, antevendo-se a conclusão para o ano de 2025. Já durante o ano de 2024, a 13 de março, a ligação entre a futura estação Santos e o novo túnel Rato/Santos tornou-se uma realidade com a demolição do tímpano que separava a nova estação Santos desse novo túnel. As estações Rato, Estrela e Santos já se encontram ligadas, marcando assim uma etapa histórica na construção da linha Circular. Este prolongamento, para além de servir áreas da cidade de Lisboa anteriormente não cobertas pelo Metropolitano de Lisboa, reforça, de uma forma expressiva, a oferta dos atuais e potenciais utilizadores de transporte coletivo que se deslocam entre Lisboa e Cascais, na margem Norte da Área Metropolitana de Lisboa, e entre Lisboa e Almada/Seixal/Montijo, por estes concelhos disporem de ligações diretas ferroviárias e fluviais ao Cais do Sodré.

Aliado ao projeto da Linha Circular, a modernização do sistema de sinalização impõe-se como um projeto essencial à melhoria do serviço de transporte público, que permitirá reduzir tempos de espera, aumentar a segurança e consequentemente a disponibilidade de material circulante em operação. Assim, espera-se também que a entrega da primeira UT para ensaios e testes ocorra ainda no 1.º semestre de 2024 e que, após conclusão dos referidos ensaios, estima-se a entrega faseada das restantes 13 UT entre o 2.º semestre de 2024 e 1.º trimestre de 2025.

Integrado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), importa destacar o Prolongamento da Linha Vermelha entre S. Sebastião e Alcântara, cujo contrato referente à execução da Empreitada de Conceção e Construção recebeu o visto prévio do Tribunal de Contas no 1.º trimestre de 2024. O contrato, assinado a 22 de dezembro de 2023, aguardou até 21/05/2024 pela decisão do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa quanto ao levantamento do efeito suspensivo automático decorrente da ação interposta por um dos concorrentes no concurso. O prolongamento da linha Vermelha a Alcântara irá servir zonas com forte atração e geração de viagens, com significativa densidade habitacional e de emprego, escolas, comércio e serviços, assim como alvo de grande reabilitação urbanística, como é exemplo a zona de Alcântara. Terá uma extensão de cerca de 4 km e quatro novas estações: Campolide/Amoreiras, Campo de Ourique, Infante Santo e Alcântara, esta última fará a ligação à futura Linha Intermodal Sustentável, promovendo a ligação ao Concelho de Oeiras (LIOS Ocidental).

A construção da Linha Violeta em Metro Ligeiro de Superfície (MLS), que ligará os Municípios de Loures e Odivelas deverá tornar-se uma realidade no 2.º semestre de 2026. O ML lançou, dia 15 de março de 2024, um concurso público internacional para contratação das seguintes componentes do empreendimento: conceção e construção da infraestrutura do Sistema de Metro Ligeiro e do reordenamento urbano envolvente, fornecimento de veículos tipo *LRV-Light Rail Vehicle* e prestação de serviços de manutenção da infraestrutura ferroviária e dos veículos. A Linha Violeta contará com um total de 17 estações e cerca de 11,5 km de extensão.

Em paralelo com os investimentos de expansão de rede, continuarão a ser desenvolvidos projetos para dotar todas as estações da rede com acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida, em linha com o Plano Nacional de Promoção de Acessibilidades (PNPA).

Dado o aumento da extensão da rede do ML em exploração, para que a empresa possa cumprir com as obrigações de serviço público contratadas e prestar o melhor serviço de qualidade aos seus clientes, o ML lançou dia 30 de novembro de 2023 um concurso público internacional para a aquisição de 24 novas unidades triplas (72 carruagens), com opção de mais 12 (36 carruagens) tendo em vista o reforço do material circulante. Assim, o ML estará pronto para responder ao aumento expectável da procura nos próximos anos, enquanto acautela a necessidade de vir a substituir material circulante que se encontra em fim de vida.

O ML continuará a sua política de investimentos de recuperação e substituição de ativos em fim de vida, como equipamentos oficinais (nova esmeriladora, novo torno), equipamentos de conforto das estações (escadas e elevadores), recuperação material circulante (renovação de portas e sistemas embarcados), e os mais variados sistemas da infraestrutura existente.

Torna-se necessário sublinhar ainda a necessidade de recursos humanos do ML, de forma a garantir a renovação geracional da empresa, a consolidação dos quadros e a viabilidade da operação e manutenção, e assim corresponder às exigências atuais dos projetos em curso e gestão das diversas fontes de financiamento. Por outro lado, ressalva-se a necessidade premente de adequar o funcionamento das áreas operacionais e corporativas às alterações estruturais, motivadas pelo crescimento, nos próximos anos, de saídas por reforma de técnicos especializados.

3. Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2023, o grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, apresentou resultados líquidos consolidados negativos de 24.002.041,23 euros (vinte e quatro milhões, dois mil e quarenta e um euros e vinte e três cêntimos), e resultados líquidos negativos nas contas individuais de 23.999.579,38 euros (vinte e três milhões, novecentos e noventa e nove mil, quinhentos e setenta e nove euros e trinta e oito cêntimos).

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado nas contas individuais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no valor de 23.999.579,38 euros (vinte e três milhões, novecentos e noventa e nove mil, quinhentos e setenta e nove euros e trinta e oito cêntimos), seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

Lisboa, 26 de junho de 2024

IX. Anexos

Declarações Finais

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

1. Para além dos factos acima referidos, e daqueles que, em maior detalhe, constam da documentação que acompanha as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2023, não tem conhecimento da ocorrência, após o termo do exercício, de outras situações que, pela sua especial relevância, mereçam ser destacadas;
2. Nos termos do artigo 228.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro), não existem dívidas em mora à Segurança Social;
3. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, não houve movimento de compras e vendas de ações próprias ou outras no corrente exercício;
4. Não ocorreram quaisquer negócios entre os administradores e a sociedade no período em análise.

O Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

Lisboa, 26 de junho de 2024

Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 CSC)

Cumprindo o disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração não eram, à data de 31 de dezembro de 2023, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

Lisboa, 26 de junho de 2024

Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 CSC)

Cumprindo o disposto no n.º5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Fiscal não eram, à data de 31 de dezembro de 2023, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho Fiscal

Dr. José Henrique Rodrigues Polaco

Dr.ª Margarida Carla Campos Freitas Taborda

Dr.ª Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho

Lisboa, 26 de junho de 2024

Demonstrações Financeiras Individuais e Anexo

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

		Unid. monetária (Euro)	
Rubricas	Notas	31 dezembro 2023	31 dezembro 2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	5.426.679.188	5.369.302.753
Ativos fixos tangíveis	6	100.907.217	108.965.796
Propriedades de investimento	7	14.799.783	14.414.687
Ativos intangíveis	8	2.337.121	2.303.973
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	76.870.533	87.156.515
Outros ativos financeiros	10	44.369.866	55.304.221
Total do ativo não corrente		5.665.963.708	5.637.447.945
Ativo corrente			
Inventários	11	10.381.802	9.811.593
Clientes	12	827.618	1.471.506
Estado e outros entes públicos	13	1.573.263	3.229.117
Outros créditos a receber	14	8.331.178	5.695.142
Diferimentos	15	31.180.625	30.607.962
Caixa e depósitos bancários	16	184.936.697	162.250.374
Total do ativo corrente		237.231.182	213.065.693
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		5.426.679.188	5.369.302.753
Total do ativo afeto à operação		476.515.703	481.210.885
TOTAL DO ATIVO		5.903.194.890	5.850.513.639
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	3.906.805.655	3.849.294.636
Reservas legais		21.597	21.597
Outras reservas		1.501.878	1.501.878
Resultados transitados	17	(1.984.842.365)	(1.963.706.965)
Excedentes de revalorização		37.234.076	37.234.076
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	17	10.597.455	41.396.395
		1.971.318.296	1.965.741.616
Resultado líquido do período		(23.999.579)	(21.135.400)
Total do capital próprio		1.947.318.717	1.944.606.216
Passivo			
Passivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	1.136.618.704	1.544.911.659
Provisões	18	4.272.501	3.848.358
Financiamentos obtidos	19	84.213.746	122.633.400
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	20	266.801.355	241.430.364
Total do passivo não corrente		1.491.906.306	1.912.823.780
Passivo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	1.633.936.175	1.216.184.071
Fornecedores	21	2.699.979	1.214.936
Estado e outros entes públicos	13	3.363.376	3.368.482
Financiamentos obtidos	19	744.676.065	700.579.038
Outras dívidas a pagar	22	74.780.092	66.935.990
Diferimentos	23	4.514.180	4.801.127
Total do passivo corrente		2.463.969.868	1.993.083.643
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		2.770.554.879	2.761.095.729
Total do passivo afeto à operação		1.185.321.294	1.144.811.693
Total do passivo		3.955.876.173	3.905.907.422
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		5.903.194.890	5.850.513.639

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
Período findo em 31 de dezembro de 2023

Unid. monetária (Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	24	133.248.691	111.204.866
Subsídios à exploração	25	535.446	10.639.940
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	26	(10.157.642)	(8.412.170)
Trabalhos para a própria entidade	5.1 e 6	6.423.680	6.123.475
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(2.861.925)	(2.699.970)
Fornecimentos e serviços externos	27	(38.003.510)	(37.318.592)
Gastos com o pessoal	28	(99.286.012)	(86.761.225)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	12 e 14	(231.586)	(488.306)
Provisões (aumentos / reduções)	18	(553.209)	(1.924.513)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	10	-	(1.000.000)
Aumentos / reduções de justo valor	4.11 e 10	1.335.902	19.018.278
Outros rendimentos	29	3.262.002	6.156.845
Outros gastos	30	(3.529.809)	(2.269.945)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(9.817.974)	12.268.684
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 a 8	(13.906.920)	(14.747.705)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	6 a 8	804.085	1.513.242
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(22.920.809)	(965.779)
Juros e gastos similares suportados	31	(1.060.382)	(20.151.301)
Resultado antes de impostos		(23.981.191)	(21.117.081)
Imposto sobre o rendimento do período	32	(18.388)	(18.319)
Resultado líquido do período		(23.999.579)	(21.135.400)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos
 Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos
 Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva
 Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
Unid. monetária (Euro)										
Posição em 1 de janeiro de 2022		3.667.903.891	21.597	1.501.878	(1.940.806.395)	37.234.076	18.104.175	(22.900.570)	1.761.058.651	1.761.058.651
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2021					(22.900.570)			22.900.570	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais							24.169.693		24.169.693	24.169.693
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							(877.473)		(877.473)	(877.473)
		-	-	-	(22.900.570)	-	23.292.220	22.900.570	23.292.220	23.292.220
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2022								(21.135.400)	(21.135.400)	(21.135.400)
Resultado integral								2.156.820	2.156.820	2.156.820
Operações com detentores de capital no período										
Subscrições de capital		181.390.745							181.390.745	181.390.745
		181.390.745	-	-	-	-	-	-	181.390.745	181.390.745
Posição em 31 de dezembro de 2022		<u>3.849.294.636</u>	<u>21.597</u>	<u>1.501.878</u>	<u>(1.963.706.965)</u>	<u>37.234.076</u>	<u>41.396.395</u>	<u>(21.135.400)</u>	<u>1.944.606.216</u>	<u>1.944.606.216</u>
Posição em 1 de janeiro de 2023		3.849.294.636	21.597	1.501.878	(1.963.706.965)	37.234.076	41.396.395	(21.135.400)	1.944.606.216	1.944.606.216
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2022	17				(21.135.400)			21.135.400	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	20						(27.367.419)		(27.367.419)	(27.367.419)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17						(3.431.520)		(3.431.520)	(3.431.520)
		-	-	-	(21.135.400)	-	(30.798.939)	21.135.400	(30.798.939)	(30.798.939)
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023								(23.999.579)	(23.999.579)	(23.999.579)
Resultado integral								(54.798.519)	(54.798.519)	(54.798.519)
Operações com detentores de capital no período										
Subscrições de capital	17	57.511.019							57.511.019	57.511.019
		57.511.019	-	-	-	-	-	-	57.511.019	57.511.019
Posição em 31 de dezembro de 2023		<u>3.906.805.655</u>	<u>21.597</u>	<u>1.501.878</u>	<u>(1.984.842.365)</u>	<u>37.234.076</u>	<u>10.597.455</u>	<u>(23.999.579)</u>	<u>1.947.318.717</u>	<u>1.947.318.717</u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2023

	Notas	2023	2022
Unid. monetária (Euro)			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		152.615.340	134.861.112
Pagamentos a fornecedores		(51.353.953)	(51.105.037)
Pagamentos ao pessoal		(95.155.861)	(86.890.138)
Caixa gerada pelas operações		6.105.526	(3.134.063)
Recebimentos do 'Apoio à reposição da oferta de transportes públicos'		-	20.103.300
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		2.269.943	2.677.838
Outros recebimentos / pagamentos		(207.781)	(8.581.072)
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		8.167.688	11.066.003
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	88.798
Subsídios ao investimento		96.075.730	72.597.018
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(94.586.681)	(103.843.181)
Ativos intangíveis		(1.044.928)	(1.386.595)
Investimentos financeiros		-	(1.000.000)
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		444.121	(33.543.960)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		9.024.285	35.197.631
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		57.511.019	181.390.745
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	(80.962.515)
Juros e gastos similares		(52.460.791)	(75.697.764)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		14.074.513	59.928.097
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		22.686.322	37.450.141
Caixa e seus equivalentes no início do período		162.250.374	124.800.233
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	184.936.697	162.250.374

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2023

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por “ML” ou “Empresa”) é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 26 de junho de 2024, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

O Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nestas demonstrações financeiras foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do ML em 31 de dezembro de 2023 e do seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, na sua redação atual, para além das presentes demonstrações financeiras individuais, a Empresa está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O ML não tem obrigatoriedade de aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), uma vez que de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 3º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo art.º 164º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, doravante DLEO, o subsistema da contabilidade financeira do SNC-AP não se aplica às entidades públicas reclassificadas (EPR) supervisionadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), sem prejuízo do cumprimento das disposições relativas ao Plano de Contas Central do Ministério das Finanças, atento o disposto no art.º 26º do DLEO, e à contabilidade orçamental, prevista na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

2.2. DERROGAÇÕES AO SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3. COMPARABILIDADE

A informação constante nas demonstrações financeiras é integralmente comparável com a do período anterior.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A Empresa efetuou a transição para as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) em 1 de janeiro de 2009, tendo as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF sido apresentadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

4.1. BASES DE MENSURAÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros, fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, e dado que essa revisão não ocorreu, a partir daquela data os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Setor Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos a ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei n.º 196/1980, de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011, a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos a ILD, pelo que o total do balanço da Empresa naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do Despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados a ILD no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As ILD do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de “Transporte de passageiros” e “Gestão de infraestruturas”;
- As despesas de investigação e desenvolvimento e de instalação afetas à atividade de ILD;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados.

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo;
- As provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.

Os gastos com a manutenção e reparação destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

4.3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados à data de balanço. Caso existam alterações às vidas úteis, as mesmas são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	
Material circulante de exploração	15 - 28
Material circulante de serviço	20
Outro equipamento básico	4 - 20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Ferramentas e utensílios	4 - 8
Outros ativos tangíveis	3 - 4

Os gastos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível, sendo depreciados integralmente até à data prevista da próxima manutenção. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que ocorrem.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, quando aplicável, e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados como outros rendimentos/gastos.

4.4. LOCAÇÕES

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e dedução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação igualmente numa base linear durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Propriedade industrial e outros direitos	3 - 10

4.6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Outros equipamentos	4 - 20

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

4.7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição ao valor do investimento financeiro.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha efetuado pagamentos a favor da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

4.8. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.9. GASTOS COM FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.10. INVENTÁRIOS

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

4.11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas por imparidade e (ii) justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados “ao custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

- a) Clientes e outros créditos a receber
Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.
- b) Caixa e depósitos bancários
Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.
- c) Fornecedores e outras dívidas a pagar
Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.
- d) Financiamentos obtidos
Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

Nesta categoria incluem-se os colaterais dados como garantia dos financiamentos, registados na rubrica do ativo ‘Outros ativos financeiros’.

De acordo com o descrito, os ativos e passivos financeiros foram classificados como segue:

Ativos financeiros	Notas	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não corrente					
Outros ativos financeiros	10	44 369 866	-	55 304 221	-
		44 369 866	-	55 304 221	-
Corrente					
Clientes	12	-	827 618	-	1 471 506
Estado e outros entes públicos	13	-	1 573 263	-	3 229 117
Outros créditos a receber	14	-	8 331 178	-	5 695 142
Caixa e depósitos bancários	16	-	184 936 697	-	162 250 374
		-	195 668 755	-	172 646 139
		44 369 866	195 668 755	55 304 221	172 646 139
Passivos financeiros					
Não corrente					
Financiamentos obtidos	19	-	84 213 746	-	122 633 400
		-	84 213 746	-	122 633 400
Corrente					
Fornecedores	21	-	2 699 979	-	1 214 936
Estado e outros entes públicos	12	-	3 363 376	-	3 368 482
Financiamentos obtidos	19	-	744 676 065	-	700 579 038
Outras dívidas a pagar	22	-	74 780 092	-	66 935 990
		-	825 519 513	-	772 098 445
		-	909 733 259	-	894 731 845

4.12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de 'Financiamentos obtidos'.

4.13. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

4.14. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.15. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de balanço e o gasto com pensões a registar no período.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- Pré-Reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2023. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro

coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do período em que são pagos.

4.16. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

O sistema tarifário em vigor na Área Metropolitana de Lisboa (AML) encontra-se definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, na sua redação atual, nele estando definidas as regras de cálculo das compensações financeiras devidas aos Operadores pelo cumprimento das obrigações de serviço público.

O Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, na sua redação atual, que estabelece a definição de procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19, manteve-se em vigor até 31 de dezembro de 2023.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e a imparidades e provisões não aceites fiscalmente, não sendo reconhecidos por não existir segurança razoável de que serão gerados lucros futuros.

Os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e a mais-valias fiscais com tributação diferida, não sendo reconhecidos por não haver expectativa que venha a ser gerado um exfluxo de recursos, em resultado do efeito fiscal relacionado com os subsídios ao investimento.

4.18. CLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

4.19. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	Cotação média		Cotação final	
		2023	31/12/2023	2022	31/12/2022
Estados Unidos da América	USD	1,08	1,11	1,05	1,07
Reino Unido	GBP	0,87	0,87	0,85	0,89

Fonte: Banco de Portugal

4.20. REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.21. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Empresa é desenvolvida em Portugal e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas estrangeiras.

b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas de forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez, sendo cobertas por financiamentos avalizados pelo Estado Português ou por este concedidos através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

c) Risco de taxa de juro

As receitas e “cash-flows” da Empresa são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades da Empresa e os eventuais financiamentos obtidos, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 29 de dezembro de 2023, resultaria num aumento de cerca de 4,8 milhões de euros e numa diminuição de aproximadamente 18,8 milhões de euros, respetivamente, no resultado antes de imposto e antes da afetação à rubrica de ILD.

4.22. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- a) Registo das atividades de investimento em ILD;
- b) Vidas úteis e análise de imparidade dos ativos fixos tangíveis;
- c) Perdas por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados;
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário;
- f) Constituição de provisões – análise das obrigações que resultem de acontecimentos passados e determinação da probabilidade e montante do exfluxo financeiro necessário para o respetivo pagamento.

4.23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5. INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, tendo a seguinte decomposição por rubricas de ativos e passivos:

	Notas	31-dez-2023	31-dez-2022
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1	3.355.620.894	3.265.196.740
Propriedades de investimento	5.2	1.804.209	1.804.209
Ativos intangíveis	5.3	7.724.548	7.431.955
Outros ativos financeiros	5.4	2.957.885	586.759
Conta a receber do Estado	5.5	3.226.923.229	3.180.829.583
Subsídios	5.6	(1.168.351.577)	(1.086.546.493)
		5.426.679.188	5.369.302.753
Total do ativo		5.426.679.188	5.369.302.753
Passivo não corrente			
Provisões	5.7	5.062.500	6.022.500
Financiamentos obtidos	5.8	1.122.926.137	1.521.650.426
Outros passivos financeiros	5.4	8.630.067	17.238.733
		1.136.618.704	1.544.911.659
Passivo corrente			
Financiamentos obtidos	5.8	1.418.111.905	1.016.040.706
Fornecedores	5.9	111.397	353.083
Outras dívidas a pagar	5.10	215.712.873	199.790.282
		1.633.936.175	1.216.184.071
Total do passivo		2.770.554.879	2.761.095.729
Total ILD líquido		2.656.124.308	2.608.207.024

5.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

31 de dezembro de 2023						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 675 222 631	469 081 327	99 046 302	9 030 278	3 265 891 592
Aquisições	-	1 418 548	354 138	87 370 216	9 715 221	98 858 123
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	748 765	779 628	(1 528 393)	(8 432 905)	(8 432 905)
Abates	-	-	(1 065)	-	-	(1 065)
Saldo final	13 511 055	2 677 389 944	470 214 028	184 888 125	10 312 594	3 356 315 746
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	694 852	-	-	-	694 852
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	694 852	-	-	-	694 852
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	13 511 055	2 676 695 092	470 214 028	184 888 125	10 312 594	3 355 620 894
31 de dezembro de 2022						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 672 787 632	462 141 178	47 042 320	20 247 455	3 215 729 639
Aquisições	-	662 832	783 597	59 937 585	(1 447)	61 382 567
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	1 772 167	6 161 435	(7 933 603)	(11 215 731)	(11 215 731)
Abates	-	-	(4 883)	-	-	(4 883)
Saldo final	13 511 055	2 675 222 631	469 081 327	99 046 302	9 030 278	3 265 891 592
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	817 725	-	-	-	817 725
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	(122 874)	-	-	-	(122 874)
Saldo final	-	694 852	-	-	-	694 852
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	13 511 055	2 674 527 779	469 081 327	99 046 302	9 030 278	3 265 196 740

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 87.370.216 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento da Linha Circular (79.501.294 euros) e à prossecução do projeto “Acessibilidade e Mobilidade para Todos” (1.190.738 euros).

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 9.715.221 euros, referem-se essencialmente à concessão de adiantamento no âmbito do empreendimento da Linha Circular (9.565.906 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 8.432.905 euros, referem-se essencialmente à regularização de adiantamentos concedidos no âmbito do empreendimento da Linha Circular (6.834.766 euros) e da Modernização dos Sistemas de Sinalização da rede em exploração (1.448.824 euros).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 6.308.640 euros e 5.967.890 euros, respetivamente.

5.2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2023					31 de dezembro de 2022				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Praça Marechal Humberto Delgado	1 804 209	-	-	1 804 209	7 545 202	1 804 209	-	-	1 804 209	7 545 202
	1 804 209			1 804 209	7 545 202	1 804 209			1 804 209	7 545 202

O ML optou por não solicitar avaliação em 2023 e 2022 para o PMO I de Sete Rios, localizado na Praça Marechal Humberto Delgado, pelo que o respetivo valor de mercado indicado se refere à avaliação efetuada com referência a 31 de dezembro de 2021.

5.3. ATIVO INTANGÍVEL

	31 de dezembro de 2023			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial		5 138 543	2 019 827	273 585
Aquisições		-	-	292 593
Transferências		-	-	-
Saldo final	5 138 543	2 019 827	566 178	7 724 548
Total do ativo intangível (ILD)	5 138 543	2 019 827	566 178	7 724 548

	31 de dezembro de 2022			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial		5 138 543	2 019 827	198 259
Aquisições		-	-	75 326
Transferências		-	-	-
Saldo final	5 138 543	2 019 827	273 585	7 431 955
Total do ativo intangível (ILD)	5 138 543	2 019 827	273 585	7 431 955

5.4. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos para fazer face aos investimentos em infraestruturas de longa duração. A discriminação por contrato de *swap* é a seguinte:

Outros ativos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2023	31-dez-2022
66#METLIS CGDBI Dez2026	CGDBI	04/12/2026	100 000 000	100 000 000	2 957 885	586 759
					2 957 885	586 759

Outros passivos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2023	31-dez-2022
52#METLIS BSN Jul2024	BSN	22/07/2024	100 000 000	100 000 000	1 721 537	4 692 373
58#METLIS ML Dez2026	ML	04/12/2026	30 000 000	30 000 000	3 465 053	6 107 266
59#METLIS CGD Dez2026	CGD	04/12/2026	30 000 000	30 000 000	3 443 478	6 439 094
					8 630 067	17 238 733

5.5. CONTA A RECEBER DO ESTADO

Esta rubrica inclui os gastos, deduzidos de eventuais rendimentos, associados às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, tendo a seguinte decomposição:

	31-dez-2023	31-dez-2022
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289 555 301	289 555 301
Juros, taxa de aval e imposto do selo	2 902 327 314	2 844 293 877
Gastos de emissão	20 230 150	20 230 150
Instrumentos financeiros derivados	5 672 182	16 651 974
Fornecimentos e serviços externos	2 563 836	2 563 836
Provisões	9 374 809	10 334 809
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	694 852	694 852
Alienação terreno	(3 495 216)	(3 495 216)
	3 226 923 229	3 180 829 583

Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF

Os encargos financeiros suportados com ILD que não foram passíveis de ser capitalizados até 31 de dezembro de 2008, encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Na transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de ILD seguindo o princípio descrito na Nota 4.2. Relativamente aos encargos financeiros incorridos entre 1995 e 2008, no montante de aproximadamente 1.017.000.000 euros, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. No que respeita aos encargos financeiros incorridos até 31 de dezembro de 1994, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros, correspondente ao saldo líquido entre as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009.

Fornecimentos e serviços externos

Na sequência de um processo que decorreu num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira ao Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com advogados relativos aos instrumentos financeiros derivados que se encontravam afetos à atividade de ILD, no montante global de 2.563.836 euros.

Alienação de terreno

Esta sub-rubrica inclui o rendimento registado com a transferência para o Estado Português, através de dação em cumprimento, da parcela de terreno integrada no Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

5.6. SUBSÍDIOS

	31-dez-2023	31-dez-2022
FEDER	(229 464 397)	(229 464 397)
PIDDAC	(186 239 717)	(185 439 717)
Fundo Coesão	(487 412 442)	(448 286 520)
Fundo Ambiental	(60 132 843)	(18 790 463)
PRR	(536 782)	-
Subsídios diversos	(204 565 396)	(204 565 396)
	(1 168 351 577)	(1 086 546 493)

5.7. PROVISÕES

Esta rubrica inclui os movimentos (constituição/utilização/reversão) com provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.

5.8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	Entidade financiadora	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
		Límite	Corrente	Não corrente	Total	Límite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000
Emissão Metro 2027	BNPP	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000
			-	910 000 000	910 000 000		-	910 000 000	910 000 000
Empréstimos bancários:									
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507 957 564	253 978 782	-	253 978 782	507 957 564	253 978 782	-	253 978 782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237 747 877	178 310 908	-	178 310 908	237 747 877	178 310 908	-	178 310 908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282 974 244	282 974 244	-	282 974 244	282 974 244	282 974 244	-	282 974 244
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17 158 204	17 158 204	-	17 158 204	17 158 204	14 298 503	2 859 701	17 158 204
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	262 008 399	218 340 332	43 668 066	262 008 399	262 008 399	174 672 266	87 336 133	262 008 399
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	108 328 053	72 218 702	36 109 351	108 328 053	108 328 053	54 164 026	54 164 026	108 328 053
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF (parte)	137 118 041	68 559 020	68 559 020	137 118 041	137 118 041	45 706 014	91 412 027	137 118 041
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF (parte)	71 615 776	23 871 925	47 743 850	71 615 776	71 615 776	11 935 963	59 679 813	71 615 776
Emp. LP 35,19 M EUR	DGTF (parte)	16 198 725	2 699 788	13 498 938	16 198 725	16 198 725	-	16 198 725	16 198 725
Suprimentos 9,02 M EUR	DGTF (parte)	3 346 911	-	3 346 911	3 346 911	-	-	-	-
			1 118 111 905	212 926 137	1 331 038 042		1 016 040 706	311 650 426	1 327 691 131
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300 000 000	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000
			300 000 000	-	300 000 000		-	300 000 000	300 000 000
Total de empréstimos obtidos			1 418 111 905	1 122 926 137	2 541 038 042		1 016 040 706	1 521 650 426	2 537 691 131

O empréstimo por obrigações “Metro 2025” foi contraído a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Frankfurt Stock Exchange.

O empréstimo por obrigações “Metro 2026” foi contraído a 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon e na Frankfurt Stock Exchange.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027” foi contraído a 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon e na Frankfurt Stock Exchange.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2020.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 154.513.049 euros, dos quais 137.118.041 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 100.855.699 euros, dos quais 71.615.776 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2023.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 35.197.630,96 euros, dos quais 16.198.725,21 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2024.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa contratou com a DGTF um suprimento no montante de 9.024.285 euros, dos quais 3.346.911,11 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2025.

Desde 30 de novembro de 2014, tem sido sucessivamente autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos contraídos com a DGTF acima enunciados, sem cobrança de juros, tendo a última moratória sido autorizada ao abrigo do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 102/2024-SET, de 20 de fevereiro, e do Despacho do Senhor Ministro das Finanças, de 23 de fevereiro de 2024, com diferimento para 31 de maio de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2025	99 211 499
2026	166 101 251
2027	438 046 576
2028 e seguintes	419 566 812
	1 122 926 137

Em 31 de dezembro de 2023, os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao *rating* da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, são os seguintes:

CONTRATO	Montante em dívida a 31-12-2023 (€)	DATA VENCIMENTO	NEGATIVE PLEDGE (SIM/NÃO)	PARI PASSU (SIM/NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM/NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM/NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS / IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300 000 000,00	20 de julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 110.000.000,00 7,30% Guaranteed Notes due 2025. Deutsche Bank AG / Dezembro 2010, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	110 000 000,00	23 de dezembro de 2025	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026. JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	4 de dezembro de 2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027. BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	7 de dezembro de 2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
TOTAL	1 210 000 000									

5.9. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito das obras de expansão e modernização/remodelação da rede.

5.10. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do período seguinte, bem como pela parte dos subsídios ao investimento recebidos ainda sem despesa executada.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

31 de dezembro de 2023

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	217 142 581	518 162 004	129 208	23 305 442	4 254 193	29 212 124	5 258 039	818 430 776
Aquisições	-	4 760	599 990	-	311 303	67 318	5 612 075	1 110 791	7 706 237
Alienações	-	-	-	-	(105)	-	-	-	(105)
Transferências	-	28 969	5 818 034	-	-	-	(5 847 002)	(2 854 387)	(2 854 387)
Abates	-	-	(1 799 542)	-	(13 466)	(508)	-	-	(1 813 516)
Saldo final	20 967 185	217 176 309	522 780 485	129 208	23 603 175	4 321 004	28 977 198	3 514 443	821 469 007
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(209 173 773)	(474 443 635)	(129 208)	(22 316 644)	(3 401 720)	-	-	(709 464 981)
Depreciações do período	-	(339 569)	(11 898 624)	-	(322 423)	(58 286)	-	-	(12 618 903)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	1 508 152	-	13 434	508	-	-	1 522 094
Saldo final	-	(209 513 342)	(484 834 108)	(129 208)	(22 625 633)	(3 459 499)	-	-	(720 561 789)
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	20 967 185	7 662 967	37 946 378	-	977 542	861 505	28 977 198	3 514 443	100 907 217

31 de dezembro de 2022

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	216 641 104	516 727 276	129 208	23 025 175	4 204 349	11 704 718	22 085 600	815 484 614
Aquisições	-	17 047	669 207	-	339 878	51 910	20 485 313	(7 285)	21 556 070
Alienações	-	-	-	-	(1 091)	-	-	-	(1 091)
Transferências	-	484 430	2 493 476	-	-	-	(2 977 906)	(16 820 276)	(16 820 276)
Abates	-	-	(1 727 955)	-	(58 520)	(2 066)	-	-	(1 788 541)
Saldo final	20 967 185	217 142 581	518 162 004	129 208	23 305 442	4 254 193	29 212 124	5 258 039	818 430 776
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(208 853 063)	(462 769 313)	(129 208)	(22 040 238)	(3 341 546)	-	-	(697 133 367)
Depreciações do período	-	(320 710)	(13 028 215)	-	(335 991)	(62 240)	-	-	(13 747 157)
Alienações	-	-	-	-	1 091	-	-	-	1 091
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	1 353 893	-	58 494	2 066	-	-	1 414 453
Saldo final	-	(209 173 773)	(474 443 635)	(129 208)	(22 316 644)	(3 401 720)	-	-	(709 464 981)
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	20 967 185	7 968 808	43 718 369	-	988 798	852 473	29 212 124	5 258 039	108 965 796

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 5.612.075 euros, referem-se essencialmente à intervenção nas portas do Material Circulante de exploração (2.820.923 euros) e à implementação do sistema EMV nos canais de acesso do sistema de bilhética (1.531.841 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 5.847.002 euros, referem-se essencialmente ao reconhecimento do investimento realizado na implementação do sistema EMV nos canais de acesso do sistema de bilhética (2.045.185 euros), na atualização do sistema central de bilhética (1.096.846 euros) e nas UT em que foi concluída a intervenção nas portas do Material Circulante de exploração (1.483.871 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 2.854.387 euros, referem-se essencialmente à regularização de adiantamentos concedidos no âmbito da Modernização dos Sistemas de Sinalização nos PMO (1.533.051 euros) e da aquisição de 14 Unidades Triplas (1.321.336 euros).

Os abates ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica “Equipamento básico”, no montante de 1.799.542 euros, referem-se essencialmente ao desreconhecimento dos elementos substituídos na intervenção nas portas do Material Circulante de exploração (1.667.989 euros).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 45.743 euros e 84.535 euros, respetivamente.

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2023					31 de dezembro de 2022				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22 134 855	10 870 240	68 493	11 196 122	12 079 700	22 098 320	10 428 163	872 578	10 797 579	11 308 800
Praça Marechal Humberto Delgado	22 309 373	18 705 712	-	3 603 661	93 297 798	22 309 373	18 692 265	-	3 617 108	93 297 798
	44 444 229	29 575 953	68 493	14 799 783	105 377 498	44 407 693	29 120 428	872 578	14 414 687	104 606 598

Os imóveis arrendados a terceiros detidos pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente. Conforme já referido na nota 5.2, o valor de mercado indicado em 2023 e 2022 para o PMO I de Sete Rios, localizado na Praça Marechal Humberto Delgado, refere-se à avaliação efetuada com referência a 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	580 441	130 502	442 078	7 862	579 911	142 489	441 978	(4 555)
Praça Marechal Humberto Delgado	-	123 581	13 447	(137 028)	-	129 655	13 447	(143 102)
	580 441	254 082	455 525	(129 166)	579 911	272 144	455 425	(147 658)

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Propriedade Industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total	Propriedade Industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo						
Saldo inicial	4 224 966	-	4 224 966	3 097 339	-	3 097 339
Aquisições	880 206	-	880 206	1 127 627	-	1 127 627
Transferências	-	-	-	-	-	-
Abates	(65 550)	-	(65 550)	-	-	-
Saldo final	5 039 622	-	5 039 622	4 224 966	-	4 224 966
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	(1 920 993)	-	(1 920 993)	(1 375 870)	-	(1 375 870)
Amortizações do período	(832 493)	-	(832 493)	(545 123)	-	(545 123)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Abates	50 985	-	50 985	-	-	-
Saldo final	(2 702 501)	-	(2 702 501)	(1 920 993)	-	(1 920 993)
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-
	2 337 121	-	2 337 121	2 303 973	-	2 303 973

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica “Propriedade industrial e outros direitos no montante de 880.206 euros, referem-se essencialmente à implementação de novas funcionalidades do sistema PLAGO (728.894 euros).

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

	31 de dezembro de 2023					
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
Subsidiárias						
Ferconsult	550.396	1.674.503	(1.124.108)	129.010	100%	- (a)
Metrocom	4.009.459	554.560	3.454.899	115.243	100%	3.454.899
TREM	38.758	49.732.260	(49.693.503)	(5.298)	90%	13.263.562 (b)
TREM II	56.673	105.289.508	(105.232.835)	(5.898)	90%	60.143.434 (c)
Associadas						
Publimetro	2.904.229	2.882.636	21.594	(49.145)	40%	8.638
Empreendimentos conjuntos						
Ensitrans	140.964	154.367	(13.403)	(13.403)	5%	- (a)
						76.870.533

31 de dezembro de 2022						
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
Subsidiárias						
Ferconsult	411.255	1.664.373	(1.253.118)	(233.750)	100%	-
Metrocom	3.923.171	583.515	3.339.656	118.369	100%	3.339.656
TREM	45.996	49.734.200	(49.688.204)	(3.212)	90%	23.645.129
TREM II	67.841	105.294.777	(105.226.936)	2.040.092	90%	60.143.434
Associadas						
Publimetro	3.272.136	3.201.397	70.739	98.926	40%	28.296
Empreendimentos conjuntos						
Ensitrans	153.044	167.584	(14.540)	(14.540)	5%	-
						87.156.515

Notas:

- (a) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo reconhecida na rubrica 'Provisões'.
- (b) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo, assumida a 100% na empresa-mãe, ajustada do reconhecimento de uma perda por imparidade de uma conta a receber de 50 M€ relativa ao reembolso pelo ML, enquanto fiador das obrigações do TREM, da última prestação do contrato de mútuo celebrado pelo ACE com entidades bancárias, e da uniformização das demonstrações financeiras do TREM com as políticas contabilísticas do Grupo, nomeadamente quanto à depreciação do material circulante registado no seu ativo pelo método das quotas constantes.
- (c) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo, assumida a 100% na empresa-mãe, ajustada do reconhecimento de uma perda por imparidade de uma conta a receber de 105 M€ relativa ao reembolso pelo ML, enquanto fiador das obrigações do TREM II, das últimas prestações dos contratos de mútuo (1.º e 2.º tranche) celebrados pelo ACE com entidades bancárias, e da uniformização das demonstrações financeiras do TREM II com as políticas contabilísticas do Grupo, nomeadamente quanto à depreciação do material circulante registado no seu ativo pelo método das quotas constantes.

10. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31-dez-2023	31-dez-2022
Bank of America Leasing & Capital, LCC - Colateral		
Saldo inicial	33.664.694	31.535.674
Desembolso	(10.415.130)	-
Variação justo valor	1.005.971	177.628
Diferenças cambiais	(1.126.940)	1.951.392
Saldo final	23.128.595	33.664.694
Wilmington Trust - Colateral		
Saldo inicial	21.533.964	20.677.410
Variação justo valor	329.931	(422.941)
Diferenças cambiais	(748.330)	1.279.495
Saldo final	21.115.565	21.533.964
Investimentos noutras empresas		
Saldo inicial	-	-
Participação de capital CCF	1.000.000	1.000.000
Perdas por imparidade	(1.000.000)	(1.000.000)
Saldo final	-	-
Fundo Compensação Trabalho		
Saldo inicial	105.564	5.489
Aumentos	20.143	100.111
Variação justo valor	-	(36)
Saldo final	125.707	105.564
Total	44.369.866	55.304.221

Em resultado das descidas do *rating* atribuído à Empresa, foi necessária a constituição de dois colaterais em 2009 e 2013, o primeiro a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC e o segundo a favor da Wilmington Trust.

Na sequência da constituição da Associação Centro de Competências Ferroviário (CCF), e conforme previsto na RCM n.º 99/2021, de 27 de julho, o ML efetuou em 2022 um investimento de 1 M€ referente à sua participação financeira nesta associação. Após análise, e tendo em conta o objeto e a natureza jurídica da associação, entende-se que existem baixas probabilidades do ML recuperar o investimento em causa, pelo que se procedeu ao reconhecimento de uma perda por imparidade pela totalidade do montante investido.

11. INVENTÁRIOS

	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Materiais	8 890 679	-	8 890 679	9 110 269	-	9 110 269
Ferramentas	24 234	-	24 234	34 592	-	34 592
Produtos de limpeza	114 019	-	114 019	102 024	-	102 024
Material de escritório	54 057	-	54 057	65 750	-	65 750
Combustíveis	28 242	-	28 242	25 157	-	25 157
Títulos transporte	376 986	-	376 986	182 495	-	182 495
Outros materiais	861 364	-	861 364	254 216	-	254 216
Artigos promocionais/publicações	32 222	-	32 222	37 089	-	37 089
	10 381 802	-	10 381 802	9 811 593	-	9 811 593

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2023	2022
Saldo inicial	9 811 593	9 771 398
Compras	4 057 137	2 906 112
Regularizações	(625 003)	(165 946)
Saldo final	10 381 802	9 811 593
	2 861 925	2 699 970

12. CLIENTES

	31-dez-2023	31-dez-2022
Publimetro	501 360	1 153 695
Ar Telecom	463 383	463 383
Associação de Turismo de Lisboa	159 784	127 731
Câmara Municipal de Lisboa	-	105 095
Outros	469 263	414 712
	1 593 790	2 264 615
Perdas por imparidade	(766 172)	(793 109)
	827 618	1 471 506
Perdas por imparidade clientes	31-dez-2023	31-dez-2022
Saldo inicial	(793 109)	(778 856)
Aumentos	(62 841)	(15 210)
Reversões	6 204	622
Utilizações	83 574	336
Saldo final	(766 172)	(793 109)

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	1 184 609	250	2 401 106	125
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	7 971	1 163 227	5 706	1 230 810
Imposto sobre o valor acrescentado	380 683	-	822 305	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1 691 699	-	1 635 039
Outros impostos	-	508 200	-	502 508
	1 573 263	3 363 376	3 229 117	3 368 482

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	31-dez-2023	31-dez-2022
TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	105 555 556	105 555 556
TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	50 000 000	50 000 000
Acréscimo de rendimentos	4 255 673	2 521 500
Receitas de tráfego	2 229 115	2 375 543
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	961 038	791 670
Pessoal	324 820	346 360
Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	333 296	333 296
Outros	1 245 780	194 506
	164 905 277	162 118 431
Perdas por imparidade	(156 574 100)	(156 423 289)
	8 331 178	5 695 142

Perdas por imparidade outros créditos a receber	31-dez-2023	31-dez-2022
Saldo inicial	(156 423 289)	(103 171 794)
Aumentos	(175 676)	(53 252 162)
Reversões	727	667
Utilizações	24 139	-
Saldo final	(156 574 100)	(156 423 289)

15. DIFERIMENTOS ATIVOS

	31-dez-2023	31-dez-2022
Trabalhos por conta de terceiros	<u>30 320 639</u>	<u>30 372 966</u>
Transtejo	22 529 809	22 529 809
Infraestruturas de Portugal	7 156 247	7 208 573
Águas do Tejo Atlântico	634 584	634 584
Outros	<u>1 494 570</u>	<u>869 580</u>
	31 815 209	31 242 545
Perdas por imparidade	(634 584)	(634 584)
	31 180 625	30 607 962

A sub-rubrica de ‘Trabalhos por conta de terceiros’ inclui os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do Setor Empresarial do Estado, encontrando-se o Conselho de Administração a promover diligências de forma a se proceder à regularização desta situação. De forma resumida:

- **Transtejo:** Na sequência do Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML foi incumbido de proceder ao estudo, conceção e construção do Interface do Terreiro do Paço. Os trabalhos foram efetuados mas não chegou a ser assinado qualquer protocolo com a Transtejo relativo às despesas incorridas e à metodologia de repartição adotada.
- **Infraestruturas de Portugal:** Na sequência do Despacho n.º 75-XII/92, de 17 de dezembro, e Ofício n.º 420 de 10/02/2000, do Secretário de Estado dos Transportes, o ML e a então REFER, E.P., celebraram em 29/09/2004, o Protocolo para a construção do Terminal Fluvial e do Interface do Cais do Sodré.
- **Águas do Tejo Atlântico:** Em setembro de 2009, com base no Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML e a então Simtejo assinaram um Protocolo enquadrando o ML como dono de obra da “construção da câmara de válvulas enterrada e da estação elevatória”.

16. CAIXA E EQUIVALENTES

	31-dez-2023	31-dez-2022
Caixa	20 888	24 048
Depósitos à ordem	21 271 165	107 226 327
Depósitos a prazo	163 644 643	55 000 000
Caixa e depósitos bancários	184 936 697	162 250 374

Em 29 de dezembro de 2023, na sequência do Despacho do Senhor Ministro das Finanças n.º 12553/2023, de 7 de dezembro, o IGCP, E.P.E. executou, nos termos do n.º 5 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho, uma operação de aplicação em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) das disponibilidades de tesouraria do ML no montante de cerca de 163,6 milhões de euros, com maturidade a 2 de janeiro de 2024.

17. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2023 o capital da Empresa, subscrito e realizado, ascendia a 3.906.805.655 euros, sendo detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram efetuados aumentos de capital no montante global de 57.511.019 euros.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados, o resultado líquido negativo do exercício de 2022, no montante de 21.135.399,74 euros, foi transferido para a rubrica 'Resultados transitados'.

A variação registada na rubrica 'Ajustamentos/outras variações no capital próprio' deve-se a: (i) reconhecimento de 2.310.185 euros relativos ao subsídio atribuído pelo Fundo Ambiental para o projeto «Modernização dos Sistemas de Sinalização – 1.ª Fase»; (ii) perdas atuariais nas responsabilidades com benefícios pós-emprego (Nota 20); e (iii) imputação de subsídios ao investimento (Nota 29).

18. PROVISÕES

	31 de dezembro de 2023				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	2 134 116	605 867	(95 742)	-	2 644 241
Cobertura de prejuízos					
Ferconsult	1 253 118	-	(129 010)	-	1 124 108
Publimetro	-	-	-	-	-
Ensitrans	727	670	-	(727)	670
Outras provisões	460 397	43 085	-	-	503 482
	3 848 358	649 622	(224 752)	(727)	4 272 501

	31 de dezembro de 2022				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	670 000	1 464 116	-	-	2 134 116
Cobertura de prejuízos					
Ferconsult	1 019 367	233 750	-	-	1 253 118
Publimetro	11 275	-	(11 275)	-	-
Ensitrans	599	727	-	(599)	727
Outras provisões	-	460 397	-	-	460 397
	1 701 241	2 158 990	(11 275)	(599)	3 848 358

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	Entidade financiadora	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
		Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários:									
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	105 974 436	52 987 218	-	52 987 218	105 974 436	52 987 218	-	52 987 218
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	410 833 969	308 125 476	-	308 125 476	410 833 969	308 125 476	-	308 125 476
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	129 885 756	129 885 756	-	129 885 756	129 885 756	129 885 756	-	129 885 756
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	15 426 066	15 426 066	-	15 426 066	15 426 066	12 855 055	2 571 011	15 426 066
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	159 965 533	133 304 611	26 660 922	159 965 533	159 965 533	106 643 689	53 321 844	159 965 533
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	23 556 727	15 704 485	7 852 242	23 556 727	23 556 727	11 778 364	11 778 364	23 556 727
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF (parte)	17 395 008	8 697 504	8 697 504	17 395 008	17 395 008	5 798 336	11 596 672	17 395 008
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF (parte)	29 239 923	9 746 641	19 493 282	29 239 923	29 239 923	4 873 321	24 366 603	29 239 923
Emp. LP 35,19 M EUR	DGTF (parte)	18 998 906	3 166 484	15 832 421	18 998 906	-	-	18 998 906	18 998 906
Suprimentos 49,3 M EUR	DGTF	49 300 000	49 300 000	-	49 300 000	49 300 000	49 300 000	-	49 300 000
Suprimentos 18,33 M EUR	DGTF	18 331 823	18 331 823	-	18 331 823	18 331 823	18 331 823	-	18 331 823
Suprimentos 9,02 M EUR	DGTF (parte)	5 677 374	-	5 677 374	5 677 374	-	-	-	-
Total de empréstimos obtidos			744 676 065	84 213 746	828 889 811		700 579 038	122 633 400	823 212 437

As informações adicionais relativas aos financiamentos contraídos com a DGTF encontram-se divulgadas na Nota 5.8.

O Conselho de Administração entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos reembolsáveis a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2025	41 526 016
2026	15 811 323
2027 e seguintes	26 876 407
	84 213 746

20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na Nota 4.15, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2023, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendia a 920 e 1.309, respetivamente (954 e 1.336 em 31 de dezembro de 2022).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas com base no tempo de serviço e no salário pensionável (última remuneração mensal auferida pelo trabalhador).

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não seriam abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	31-dez-2023	31-dez-2022
Trabalhadores ativos	128 481 182	106 219 984
Reformados	138 320 173	135 210 380
	266 801 355	241 430 364

O aumento verificado no total das Responsabilidades deve-se essencialmente ao incremento dos salários e das pensões, superior ao previsto para o respetivo ano.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2023 foi efetuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

	31-dez-2023	31-dez-2022
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV88/90	TV88/90
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	3,00%	3,00%
Taxa de Crescimento Salarial	3,00%	3,00%
Taxa de desconto	3,00%	3,00%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões foi a seguinte:

	31-dez-2023	31-dez-2022
Responsabilidades totais no início do período	241 430 364	270 784 682
Custos dos serviços correntes	3 496 482	3 803 255
Custo dos juros	7 106 369	2 933 979
Benefícios pagos no exercício	(12 599 279)	(11 921 859)
Perdas (ganhos) atuariais do exercício	27 367 419	(24 169 693)
Responsabilidades totais no fim do período	266 801 355	241 430 364

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2023, nos montantes de 3.496.482 euros e 7.106.369 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos com o pessoal”.

A evolução dos ganhos/perdas atuariais, reconhecidos na rubrica ‘Ajustamentos/outras variações no capital próprio’ nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31-dez-2023	31-dez-2022
Outras variações no capital próprio		
Saldo inicial	(21 245 545)	(45 415 238)
Ganho atuarial	-	24 169 693
Perda atuarial	(27 367 419)	-
Saldo final	(48 612 964)	(21 245 545)

Em 31 de dezembro de 2023, as perdas atuariais resultaram essencialmente do incremento dos salários e das pensões, superior ao previsto para o respetivo ano.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

21. FORNECEDORES

	31-dez-2023	31-dez-2022
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	843 070	395 537
Arcelormittal Espanha, S.A.	658 907	-
CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	332 546	-
TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT, S.A.	145 338	183 225
TK Elevadores Portugal, Unipessoal, Lda.	81 461	79 686
Eurest (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.	30 829	28 101
Wells Fargo	28 199	14 508
M.E.S.I. - Manutenção e Serviços Industriais, Lda.	22 680	34 555
Arrow Iberia Electronica, S.L.U.	20 743	-
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	20 635	9 464
Socomec Ibérica S.A. - Sucursal	20 258	-
J.L. Cancio Martins - Projectos De Estruturas, Lda.	12 825	12 825
Schmitt - Elevadores, Lda.	2 510	30 797
FUTRIMETAL -Industria e Comércio de Produtos Metálicos, S.A.	-	73 800
Efacec Energia - Máquinas e Equipamentos Eléctricos, S.A.	-	38 922
Epal - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	-	33 202
Tecnovia - Sociedade de Empreitadas S.A.	-	24 640
LIMPERSADO - Limpeza, Máquinas e Transportes, S.A.	-	14 600
GEOCONTROLE - Geotecnia e Estruturas de Fundação, S.A.	-	2 337
Outros	479 978	238 738
	2 699 979	1 214 936

22. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

	31-dez-2023	31-dez-2022
Acréscimo de gastos - Juros a liquidar	30 650 234	29 589 852
Subsídios - Fundo Ambiental	17 953 864	8 260 348
Acréscimo de gastos - Remunerações a liquidar	13 097 239	11 359 644
Títulos de transporte	2 586 753	2 541 311
Subsídios - Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)	2 371 696	5 512 000
Fornecedores de investimentos	1 665 031	5 430 312
Outros	6 455 276	4 242 522
	74 780 092	66 935 990

23. DIFERIMENTOS PASSIVOS

	31-dez-2023	31-dez-2022
Rendimentos a reconhecer - Protocolos	2 562 251	2 849 239
Rendimentos a reconhecer - Indemnizações Compensatórias	1 903 548	1 903 548
Rendimentos a reconhecer - Rendas	48 381	48 340
	4 514 180	4 801 127

24. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	2023	2022
Vendas	21 203	36 083
Prestação de serviços		
Bilhetes	47 262 202	39 039 876
Passes	59 496 038	50 319 213
Cartões	3 344 811	3 129 842
Personalização Lisboa Viva	347 782	342 553
Compensação tarifária AML	15 145 176	10 790 373
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	3 505 545	3 505 545
Espaços comerciais	1 828 458	1 851 923
Exploração publicidade	1 546 754	1 469 887
Outros	750 722	719 573
	133 248 691	111 204 866

25. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

	2023	2022
PRR - Metro Ligeiro de Superfície Loures-Odivelas	490 192	448 839
AEROSOLFD	35 273	35 273
PRR - Prolongamento da Linha Vermelha Alcântara	9 331	1 015 734
Fundo Ambiental - Prolongamento Rato/Cais do Sodré	650	31 365
AML - Apoio à reposição da oferta de transportes públicos	-	9 050 009
LIOS - Linha Intermodal Sustentável	-	33 156
PEES - Programa de Estabilização Económica e Social	-	24 267
Fundo Ambiental - Projeto Modernização Sistemas Sinalização (CBTC)	-	1 297
	535 446	10 639 940

26. GANHOS / PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

	2023	2022
Subsidiárias		
Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	129 010	(233 750)
Metrocom - Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	115 243	118 369
TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	(3 338 632)	(3 336 545)
TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	(7 042 935)	(4 996 945)
Associadas		
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	(19 658)	39 570
Empreendimentos conjuntos		
OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	-	(2 142)
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	(670)	(727)
	(10 157 642)	(8 412 170)

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2023	2022
Eletricidade	(14 111 889)	(13 369 724)
Rendas e alugueres	(313 989)	(2 408 656)
Conservação e reparação	(5 697 755)	(4 965 780)
Limpeza, higiene e conforto	(4 941 320)	(4 137 451)
Vigilância e segurança	(7 098 323)	(6 218 722)
Trabalhos especializados	(1 491 249)	(2 455 736)
Outros	(4 348 985)	(3 762 523)
	(38 003 510)	(37 318 592)

28. GASTOS COM O PESSOAL

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	(323 429)	(274 851)
Remunerações do pessoal	(67 981 718)	(61 787 339)
Benefícios pós-emprego	(10 597 615)	(6 736 393)
Encargos sobre remunerações	(15 481 235)	(14 224 292)
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	(1 679 965)	(1 287 438)
Gastos de ação social	(1 435 642)	(1 242 659)
Seguros de saúde	(1 196 358)	(901 095)
Outros gastos com o pessoal	(590 050)	(307 159)
	(99 286 012)	(86 761 225)

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa no exercício de 2023 foi de 1.571 (1.538 em 2022). O número de efetivos em 31 de dezembro de 2023 era de 1.575 (1.569 em 2022).

29. OUTROS RENDIMENTOS

	2023	2022
Subsídios ao investimento	1 112 335	1 112 335
Rendas de imóveis	594 584	594 030
Correções relativas a períodos anteriores	192 926	468 820
Cedência de energia	172 155	173 285
Diferenças de câmbio favoráveis	379	3 230 981
Outros	1 189 622	577 394
	3 262 002	6 156 845

A sub-rubrica 'Subsídios ao investimento' inclui a imputação dos subsídios FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1995 e 1997, os quais visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa nos protótipos dos PMO II e III e na série intercalar de 17 UT, série complementar 95 de 20 UT e PMO III. Estes rendimentos são imputados numa base sistemática de forma a balancear com os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis que lhes estão associados.

30. OUTROS GASTOS

	2023	2022
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1 876 395)	(4 485)
Impostos	(718 379)	(513 091)
Perdas em investimentos não financeiros	(307 080)	(378 971)
Perdas em inventários	(103 332)	(202 919)
Quotizações	(100 445)	(93 639)
Correções relativas a períodos anteriores	(51 237)	(970 185)
Outros	(372 941)	(106 657)
	(3 529 809)	(2 269 945)

31. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

	2023	2022
Juros financiamentos obtidos	(1 060 382)	(1 143 992)
Juros swaps	-	(18 926 093)
Outros juros	-	(81 216)
	(1 060 382)	(20 151 301)

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal. Esta regra aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso naquela data. Desta forma, os prejuízos fiscais dedutíveis do ML são os seguintes:

	2023		2022	
	Montante	Limite	Montante	Limite
Gerados em 2014	3.496.721	-	3.496.721	2028
Gerados em 2017	39.093.595	-	39.093.595	2024
Gerados em 2018	21.012.509	-	21.012.509	2025
Gerados em 2019	12.972.374	-	12.972.374	2026
Gerados em 2020	41.815.801	-	41.815.801	2034
Gerados em 2021	16.408.154	-	16.408.154	2035
Gerados em 2022	18.895.541	-		
	153.694.693		134.799.153	

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é a seguinte:

	2023	2022
Resultado antes de impostos	(23.981.191)	(21.117.081)
Diferenças permanentes	8.600.785	2.221.540
Resultado tributável	(15.380.406)	(18.895.541)
Prejuízos fiscais deduzidos	-	-
Matéria coletável	-	-
Taxa nominal de imposto	21%	21%
Coleta	-	-
Tributações autónomas	(18.388)	(18.319)
Imposto sobre o rendimento	(18.388)	(18.319)
Taxa efetiva de imposto	-	-

33. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

2023	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	-	2.159.927.854	-	-
Subsidiárias				
Ferconsult	333.296	-	-	-
Metrocom	-	-	1.842.572	(6.022)
TREM	-	269.490	-	-
TREM II	-	267.948	-	-
Associadas				
Publimetro	501.360	-	1.698.589	-
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	-	-	-	(353.439)

2022	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	-	2.150.903.569	-	-
Subsidiárias				
Ferconsult	333.296	-	-	-
Metrocom	-	-	1.865.938	(6.029)
TREM	-	269.490	-	-
TREM II	-	267.948	-	(2.044.107)
Associadas				
Publimetro	1.153.695	-	1.626.892	-
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	-	-	-	(291.210)

As transações registadas com o Conselho de Administração em 2023 e 2022 referem-se às respetivas remunerações, contribuições e benefícios não monetários, não tendo sido concedidos benefícios pós-emprego, de longo prazo, de cessação de emprego ou de remuneração em capital próprio.

34. GARANTIAS PRESTADAS

Entidade	Data Início	Beneficiário	31-dez-2023	31-dez-2022
			Montante	Montante
Banco BPI	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2ºJUÍZO	7.494	7.494
Banco BPI	11-05-2006	FINANÇAS 4ºBAIRRO FISCAL	95.482	95.482
Banco BPI	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA	7.661	7.661
Banco BPI	17-06-2014	PETROGAL	7.500	7.500
Banco BPI	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	438.047	438.047
			556.184	556.184

35. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2023 existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 6.145 euros, os quais se referem a processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede.

36. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pela sociedade de revisores oficiais de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, ascenderam a 27.383 euros.

37. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Em 27 de março de 2024, foi outorgado o Aditamento ao Contrato de Concessão, o qual foi submetido pelo Concedente a visto prévio do Tribunal de Contas. Em caso de decisão favorável, o ML irá apresentar nas suas demonstrações financeiras as necessárias alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como de outras eventuais consequências decorrentes do cumprimento de obrigações de serviço público fixadas no referido Aditamento, cujos efeitos não são possíveis de estimar à data de emissão deste relatório.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexo

Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

		Unid. monetária (Euro)	
Rubricas	Notas	31 dezembro 2023	31 dezembro 2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	5.426.679.188	5.369.302.753
Ativos fixos tangíveis	6	174.108.914	192.598.153
Ativos sob direito de uso	7	309.956	314.350
Propriedades de investimento	8	14.799.783	14.414.687
Ativos intangíveis	9	2.337.121	2.303.973
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	10	8.638	28.296
Outros ativos financeiros	11	44.487.665	55.304.221
Ativos por impostos diferidos		-	1.799
Total do ativo não corrente		5.662.731.263	5.634.268.232
Ativo corrente			
Inventários	12	10.381.802	9.811.593
Clientes	13	947.836	1.534.861
Estado e outros entes públicos	14	2.122.409	4.098.987
Outros créditos a receber	15	39.191.100	35.989.188
Caixa e depósitos bancários	16	188.294.440	165.186.156
Total do ativo corrente		240.937.587	216.620.785
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		5.426.679.188	5.369.302.753
Total do ativo afeto à operação		476.989.663	481.586.264
TOTAL DO ATIVO		5.903.668.850	5.850.889.017
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	3.906.805.655	3.849.294.636
Reservas legais		21.597	21.597
Outras reservas		1.501.878	1.501.878
Resultados transitados		(1.984.842.365)	(1.963.706.965)
Excedentes de revalorização		37.234.076	37.234.076
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	17	(15.731.346)	11.636.073
		1.944.989.495	1.935.981.294
Resultado líquido do período		(24.002.041)	(21.138.782)
Total do capital próprio		1.920.987.453	1.914.842.512
Passivo			
Passivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	1.136.618.704	1.544.911.659
Provisões	18	3.690.833	3.115.576
Financiamentos obtidos	19	84.213.746	122.633.400
Passivos de locação	7	70.661	121.225
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	20	266.801.355	241.430.364
Outros passivos financeiros	21	26.192.814	28.647.987
Total do passivo não corrente		1.517.588.113	1.940.860.210
Passivo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	1.633.936.175	1.216.184.071
Fornecedores	22	3.401.539	1.972.522
Estado e outros entes públicos	14	3.489.248	3.507.656
Financiamentos obtidos	19	744.676.065	700.579.038
Passivos de locação	7	241.756	196.508
Outras dívidas a pagar	23	79.348.501	72.746.501
Total do passivo corrente		2.465.093.284	1.995.186.296
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		2.770.554.879	2.761.095.729
Total do passivo afeto à operação		1.212.126.518	1.174.950.776
Total do passivo		3.982.681.397	3.936.046.505
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		5.903.668.850	5.850.889.017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

		Unid. monetária (Euro)	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	24	133.966.189	111.950.789
Subsídios à exploração	25	535.446	10.639.940
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	26	(19.817)	35.549
Trabalhos para a própria entidade	5.1 e 6	6.423.680	6.123.475
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2.861.925)	(2.699.970)
Fornecimentos e serviços externos	27	(38.153.303)	(35.392.629)
Gastos com o pessoal	28	(99.533.368)	(86.997.013)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13 e 15	(61.054)	(516.062)
Provisões (aumentos / reduções)	18	(575.826)	(2.166.188)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	11	-	(1.000.000)
Aumentos / reduções de justo valor	11 e 21	1.335.902	19.018.278
Outros rendimentos	29	3.361.577	6.295.402
Outros gastos	30	(3.569.379)	(2.301.269)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		848.123	22.990.302
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 a 9	(24.537.455)	(25.408.551)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	6 a 9	804.085	1.513.242
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(22.885.246)	(905.006)
Juros e gastos similares suportados	31	(1.065.282)	(20.159.006)
Resultado antes de impostos		(23.950.528)	(21.064.012)
Imposto sobre o rendimento do período	32	(49.714)	(74.771)
Imposto diferido		(1.799)	-
Resultado líquido do período		(24.002.041)	(21.138.782)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		(24.002.041)	(21.138.782)
Interesses que não controlam		-	-
		(24.002.041)	(21.138.782)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

										Unid. monetária (Euro)
	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2022		3.667.903.891	21.597	1.501.878	(1.940.806.395)	37.234.076	(12.533.620)	(22.901.284)	1.730.420.142	1.730.420.142
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2021					(22.901.284)			22.901.284	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais							24.169.693		24.169.693	24.169.693
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					715				715	715
		-	-	-	(22.900.570)	-	24.169.693	22.901.284	24.170.407	24.170.407
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2022								(21.138.782)	(21.138.782)	(21.138.782)
Resultado integral					(22.900.570)		24.169.693	1.762.502	3.031.625	3.031.625
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		181.390.745							181.390.745	181.390.745
		181.390.745	-	-	-	-	-	-	181.390.745	181.390.745
Posição em 31 de dezembro de 2022		3.849.294.636	21.597	1.501.878	(1.963.706.965)	37.234.076	11.636.073	(21.138.782)	1.914.842.512	1.914.842.512
Posição em 1 de janeiro de 2023		3.849.294.636	21.597	1.501.878	(1.963.706.965)	37.234.076	11.636.073	(21.138.782)	1.914.842.512	1.914.842.512
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2022					(21.138.782)			21.138.782	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	20						(27.367.419)		(27.367.419)	(27.367.419)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					3.382				3.382	3.382
		-	-	-	(21.135.400)	-	(27.367.419)	21.138.782	(27.364.037)	(27.364.037)
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023								(24.002.041)	(24.002.041)	(24.002.041)
Resultado integral					(21.135.400)		(27.367.419)	(2.863.259)	(51.366.078)	(51.366.078)
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital	17	57.511.019							57.511.019	57.511.019
		57.511.019	-	-	-	-	-	-	57.511.019	57.511.019
Posição em 31 de dezembro de 2023		3.906.805.655	21.597	1.501.878	(1.984.842.365)	37.234.076	(15.731.346)	(24.002.041)	1.920.987.453	1.920.987.453

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

		Unid. monetária (Euro)	
	Notas	2023	2022
Resultado líquido do período		(24.002.041)	(21.138.782)
Outro rendimento integral do período			
Plano de benefícios definidos – perdas atuariais	20	(27.367.419)	24.169.693
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		3.382	715
		(27.364.037)	24.170.407
Total do rendimento integral do período		(51.366.078)	3.031.625
Atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		(51.366.078)	3.031.625
Interesses que não controlam		-	-
		(51.366.078)	3.031.625

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unid. monetária (Euro)

	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		153.465.546	135.654.186
Pagamentos a fornecedores		(51.782.748)	(51.469.666)
Pagamentos ao pessoal		(95.414.035)	(87.109.163)
Caixa gerada pelas operações		6.268.762	(2.924.644)
Recebimentos do 'Apoio à reposição da oferta de transportes públicos'		-	20.103.300
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		3.036.000	2.963.621
Outros recebimentos / pagamentos		(715.096)	(9.206.583)
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		8.589.666	10.935.693
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	88.798
Subsídios ao investimento		96.075.730	72.597.018
Juros e rendimentos similares		-	12.184
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(94.586.681)	(103.853.461)
Ativos intangíveis		(1.044.928)	(1.386.595)
Investimentos financeiros		-	(1.000.000)
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		444.121	(33.542.056)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		9.024.285	35.197.631
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		57.511.019	181.390.745
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	(137.062.390)
Juros e gastos similares		(52.460.791)	(20.107.780)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		14.074.513	59.418.206
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		23.108.300	36.811.843
Efeito das diferenças de câmbio		(16)	2.918
Caixa e seus equivalentes no início do período		165.186.156	128.371.394
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	188.294.440	165.186.156

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2023

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por “ML” ou “Empresa”) é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

O ML é a empresa-mãe do Grupo Metropolitano de Lisboa (“Grupo”) formado pelo ML e suas subsidiárias (Nota 3.2).

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem a demonstração consolidada da posição financeira, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 26 de junho de 2024, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

O Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nestas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2023 e do seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023. Estas normas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Empresa e das suas subsidiárias (Nota 3.2), no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para a revalorização de certos ativos não correntes (propriedades de investimento) e de certos instrumentos financeiros, que se encontram registados pelo justo valor. O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras disponíveis sobre o futuro. Em resultado dessa avaliação concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo Grupo, no exercício de 2023, foram consistentes com os aplicados pelo Grupo na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos, exceto no que respeita às normas e interpretações cuja data de eficácia corresponde aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, da adoção das quais não resultaram impactes significativos no rendimento integral ou na posição financeira do Grupo.

3.1.1. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2036/2021	IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	maio 2017 e junho 2020	1-jan-2023
Regulamento n.º 357/2022	IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Divulgação de Políticas Contabilísticas (alterações) IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas (alterações)	fevereiro 2021	1-jan-2023
Regulamento n.º 1392/2022	IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações)	maio 2021	1-jan-2023
Regulamento n.º 1491/2022	IFRS 17 Contratos de seguro: Aplicação inicial da IFRS 17 Contratos de seguro e da IFRS 9 Instrumentos financeiros – informações comparativas (alterações)	dezembro 2021	1-jan-2023
Regulamento n.º 2468/2023	IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reforma Fiscal Internacional – Regras-Modelo do segundo pilar da OCDE (alterações)	maio 2021	1-jan-2023

O Grupo implementou as alterações acima, não tendo havido um impacte significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

3.1.2. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela UE mas sem aplicação efetiva ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023 e não aplicadas antecipadamente

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2822/2023	IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: i) Classificação de Passivos como correntes e não correntes (alterações); ii) Passivos Financeiros com Compromissos (covenants) (alterações)	janeiro e julho 2020, outubro 2022	1-jan-2024
Regulamento n.º 2579/2023	IFRS 16 Locações: Responsabilidade com locação resultante de uma venda e relocação ("sale and leaseback") (alterações)	setembro 2022	1-jan-2024

Estas alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024 e não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Não é expectável que estas alterações venham a ter um impacte significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3.1.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adotadas pela UE

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros - Divulgações: Requisitos adicionais para a divulgação de acordos de financiamento de fornecedores ("reverse factoring") (alterações)	maio 2023	1-jan-2024
IAS 21 Os Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio: i) Avaliação da permutabilidade de uma moeda (alterações); ii) Determinação da taxa de câmbio em situações de impermutabilidade duradoura (alterações)	agosto 2023	1-jan-2025

A Administração está a avaliar o impacte da adoção futura das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacte significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Participações financeiras em empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Os interesses nos ativos líquidos das subsidiárias que não pertencem ao Grupo (interesses que não controlam) são apresentados no capital próprio, separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe, na rubrica “Interesses sem controlo”. Os interesses sem controlo consistem na quantia desses interesses na data de aquisição e na proporção dos mesmos nas alterações no capital próprio das subsidiárias adquiridas após a data da sua aquisição.

O resultado líquido e cada um dos componentes do rendimento integral são atribuídos ao Grupo e aos interesses sem controlo na proporção da sua detenção (interesse de propriedade), mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo. As transações (incluindo as eventuais mais ou menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As alterações no interesse de propriedade do Grupo na subsidiária que não resulte numa perda de controlo são registadas como transações de capital próprio.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de referência destas demonstrações financeiras não existem entidades nesta situação.

As empresas que integram o perímetro de consolidação (método de consolidação integral), pela maioria dos direitos de voto, são as seguintes:

Empresa	Sede	% de capital detida	
		2023	2022
Empresa-mãe:			
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Lisboa	-	-
Subsidiárias:			
Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Metrocom - Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Lisboa	100,00%	100,00%

Empreendimentos conjuntos e associadas

O controlo conjunto de uma entidade resulta de uma forma particular de empreendimento conjunto, o qual se traduz na criação de uma entidade que, por via contratual, é conjuntamente controlada pelos vários empreendedores.

A classificação dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto e exigem a unanimidade das decisões.

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce uma influência significativa, presumida quando os direitos de votos sejam superiores a 20%, ou quando o Grupo tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem todavia exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As entidades que se qualificam como empreendimentos conjuntos e associadas são as seguintes:

Empresa	Sede	% de capital detida	
		2023	2022
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	40,00%
Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%	50,00%

No caso específico do Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pelo Grupo ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

3.3. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios

atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, e dado que essa revisão não ocorreu, a partir daquela data os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Setor Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu na demonstração consolidada da posição financeira os ativos e passivos afetos a ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei n.º 196/1980, de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011, a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos a ILD, pelo que o total na demonstração consolidada da posição financeira da Empresa naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do Despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados a ILD na demonstração consolidada da posição financeira da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados na demonstração consolidada da posição financeira nas rubricas de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As ILD do domínio público construídas pela Empresa sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas";
- As despesas de investigação e desenvolvimento e de instalação afetas à atividade de ILD;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados.

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo;
- As provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração consolidada dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o Sistema de Normalização Contabilística, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

3.4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Grupo espera incorrer.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados à data da posição financeira. Caso existam alterações às vidas úteis, as mesmas são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	
Material circulante de exploração	15 - 28
Material circulante de serviço	20
Outro equipamento básico	4 - 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 10

Os gastos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível, sendo depreciados integralmente até à data prevista da próxima manutenção. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que ocorrem.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, líquida de depreciações acumuladas, sendo reconhecidos em resultados no período em que ocorrem.

3.5. LOCAÇÕES

Em conformidade com a IFRS 16, o Grupo avalia se um contrato contém uma locação, isto é, se o contrato prevê o direito de controlar o uso de um ativo específico, por um período de tempo definido em troca de uma retribuição.

Contabilização nos locatários:

Ativos de locações

Na data de início da locação, o Grupo reconhece um ativo de locação pelo valor do seu custo o qual corresponde ao montante inicial do passivo da locação ajustado de quaisquer pagamentos entretanto efetuados e de quaisquer incentivos à locação recebidos e acrescido dos custos diretos adicionais incorridos e de uma estimativa de remover e/ou restaurar o ativo subjacente e/ou o local onde se situa. O direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear a partir da data de início até ao termo da locação. Adicionalmente, o ativo de locação é periodicamente reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação.

Passivos de locações

Na data de início da locação, o Grupo reconhece passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros da locação, os quais incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos, de pagamentos variáveis da locação, e valores que se esperam pagar a título de valor residual garantido. Os pagamentos de locação incluem ainda o preço de exercício de opções de compra ou renovação razoavelmente certas de serem exercidas pelo Grupo ou pagamentos de penalidades de rescisão de locações, se o prazo da locação refletir a opção do Grupo de rescindir o contrato.

No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação o Grupo usa a sua taxa incremental de financiamento se a taxa de juro implícita na locação não for facilmente determinável. Subsequentemente, o valor dos passivos de locação é incrementado pelo valor dos juros e diminuído pelos pagamentos de locação.

Nos contratos de locação em que o Grupo é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor e nos contratos de locação a curto prazo (12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuado através do acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

Contabilização nos locadores:

A contabilização nos locadores não é alterada com a IFRS 16. Deste modo, as locações são contabilizadas como locação financeira ou locação operacional nos termos da anterior IAS 17:

- Locação financeira: se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente;
- Locação operacional: se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente.

Aos locadores não é permitido o expediente prático de tratar a componente não-locação como uma locação.

Numa locação financeira, o locador reconhece um ativo financeiro ao custo amortizado na demonstração consolidada da posição financeira e reconhece na demonstração dos resultados o proveito dos respetivos juros.

Numa locação operacional, o locador reconhece como um rendimento de forma linear os recebimentos da locação.

O Grupo é locador apenas em locações operacionais.

3.6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Propriedade industrial e outros direitos	3 - 10

3.7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Outros equipamentos	4 - 20

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias

em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

3.8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição ao valor do investimento financeiro.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha efetuado pagamentos a favor da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

3.9. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso do Grupo se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na

demonstração consolidada dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.10. GASTOS COM FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.11. INVENTÁRIOS

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio ponderado.

3.12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas por imparidade e (ii) justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

(i) Custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados “ao custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;

- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

Nesta categoria incluem-se os colaterais dados como garantia dos financiamentos, registados na rubrica do ativo ‘Outros ativos financeiros’.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

Ativos Financeiros	Notas	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não correntes:					
Outros ativos financeiros	11	44 369 866	117 799	55 304 221	-
		44 369 866	117 799	55 304 221	-
Correntes:					
Clientes	13	-	947 836	-	1 534 861
Estado e outros entes públicos	14	-	2 122 409	-	4 098 987
Outros créditos a receber	15	-	39 191 100	-	35 989 188
Caixa e depósitos bancários	16	-	188 294 440	-	165 186 156
		-	230 555 785	-	206 809 192
		44 369 866	230 673 584	55 304 221	206 809 192
Passivos Financeiros					
Passivos Financeiros	Notas	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não correntes:					
Financiamentos obtidos	19	-	84 213 746	-	122 633 400
Outros passivos financeiros	21	-	26 192 814	-	28 647 987
		-	110 406 560	-	151 281 386
Correntes:					
Fornecedores	22	-	3 401 539	-	1 972 522
Estado e outros entes públicos	14	-	3 489 248	-	3 507 656
Financiamentos obtidos	19	-	744 676 065	-	700 579 038
Outros dívidas a pagar	23	-	79 348 501	-	72 746 501
		-	830 915 353	-	778 805 717
		-	941 321 913	-	930 087 104

3.13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de 'Financiamentos obtidos'.

3.14. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Grupo irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no passivo, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são registadas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração consolidada da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.16. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data na demonstração consolidada da posição financeira e o gasto com pensões a registar no período.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida na demonstração consolidada da posição financeira, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuarias e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuarias são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- Pré-Reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas na demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2023. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração consolidada dos resultados do período em que são pagos.

3.17. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

O sistema tarifário em vigor na Área Metropolitana de Lisboa (AML) encontra-se definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, na sua redação atual, nele estando definidas as regras de cálculo das compensações financeiras devidas aos Operadores pelo cumprimento das obrigações de serviço público.

O Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, na sua redação atual, que estabelece a definição de procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19, manteve-se em vigor até 31 de dezembro de 2023.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O Grupo não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados.

Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e a imparidades e provisões não aceites fiscalmente, não sendo reconhecidos por não existir segurança razoável de que serão gerados lucros futuros. Os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e a mais-valias fiscais com tributação diferida, não sendo reconhecidos por não haver expectativa que venha a ser gerado um exfluxo de recursos, em resultado do efeito fiscal relacionado com os subsídios ao investimento.

3.19. CLASSIFICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.20. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração consolidada dos resultados do período em que são geradas.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	Cotação média	Cotação final	Cotação média	Cotação final
		2023	31/12/2023	2022	31/12/2022
Estados Unidos da América	USD	1,08	1,11	1,05	1,07
Reino Unido	GBP	0,87	0,87	0,85	0,89
Brasil	BRL	5,40	5,36	5,44	5,64
Argélia	DZD	147,12	148,31	149,76	147,14

Fonte: Banco de Portugal / Exchange Rates UK

3.21. REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

O Grupo regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.22. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo é desenvolvida em Portugal e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar, na medida do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas numa forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez, sendo cobertas por financiamentos avalizados pelo Estado Português ou por estes concedidos através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

c) Risco de taxa de juro

As receitas e “cash-flows” do Grupo são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo e os eventuais financiamentos obtidos, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise de sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 29 de dezembro de 2023, resultaria num aumento de cerca de 4,8 milhões de euros e numa diminuição de aproximadamente 18,8 milhões de euros, respetivamente, no resultado antes de imposto e antes da afetação à rubrica de ILD.

3.23. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- a) Registo das atividades de investimento em ILD;
- b) Vidas úteis e análise de imparidade dos ativos fixos tangíveis;
- c) Perdas por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados;
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário;
- f) Constituição de provisões – análise das obrigações que resultem de acontecimentos passados e determinação da probabilidade e montante do exfluxo financeiro necessário para o respetivo pagamento.

3.24. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data de relato que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data de relato (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as divulgações exigidas pela IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Grupo Metropolitano de Lisboa identificou a área de negócio ‘Atividade de transporte de passageiros e gestão de infraestruturas’.

As informações sobre as outras áreas de negócio constam na categoria ‘Outros segmentos’.

As transações entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, seguindo as mesmas políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo no tratamento de transações com entidades não relacionadas.

A informação financeira por segmento de negócio do Grupo, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é a seguinte:

EXERCÍCIO 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Vendas e serviços prestados	131 419 979	2 546 210	133 966 189
Subsídios à exploração	535 446	-	535 446
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	(20 328)	512	(19 817)
Trabalhos para a própria entidade	6 423 680	-	6 423 680
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2 861 925)	-	(2 861 925)
Fornecimentos e serviços externos	(37 795 177)	(358 126)	(38 153 303)
Gastos com o pessoal	(99 286 012)	(247 356)	(99 533 368)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(231 586)	170 532	(61 054)
Provisões (aumentos / reduções)	(553 209)	(22 616)	(575 826)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-
Aumentos / reduções de justo valor	1 335 902	-	1 335 902
Outros rendimentos	3 248 142	113 436	3 361 577
Outros gastos	(3 529 809)	(39 570)	(3 569 379)
Resultados operacionais intersegmentos	(8 300 764)	8 300 764	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(9 615 662)	10 463 786	848 123
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(14 106 794)	(10 430 661)	(24 537 455)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	804 085	-	804 085
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(22 918 371)	33 125	(22 885 246)
Juros e gastos similares suportados	(1 065 282)	-	(1 065 282)
Resultado antes de impostos	(23 983 653)	33 125	(23 950 528)
Imposto sobre o rendimento do período	(18 388)	(31 326)	(49 714)
Imposto diferido	-	(1 799)	(1 799)
Resultado líquido do período	(24 002 041)	-	(24 002 041)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	(24 002 041)	-	(24 002 041)
Interesses que não controlam	-	-	-
	(24 002 041)	-	(24 002 041)

EXERCÍCIO 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Vendas e serviços prestados	109 352 788	2 598 000	111 950 789
Subsídios à exploração	10 639 940	-	10 639 940
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	36 702	(1 152)	35 549
Trabalhos para a própria entidade	6 123 475	-	6 123 475
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2 699 970)	-	(2 699 970)
Fornecimentos e serviços externos	(35 034 547)	(358 082)	(35 392 629)
Gastos com o pessoal	(86 761 225)	(235 789)	(86 997 013)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(488 306)	(27 756)	(516 062)
Provisões (aumentos / reduções)	(1 924 513)	(241 675)	(2 166 188)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(1 000 000)	-	(1 000 000)
Aumentos / reduções de justo valor	19 018 278	-	19 018 278
Outros rendimentos	6 142 985	152 417	6 295 402
Outros gastos	(2 269 945)	(31 324)	(2 301 269)
Resultados operacionais intersegmentos	(8 633 068)	8 633 068	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	12 502 594	10 487 708	22 990 302
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(14 977 294)	(10 431 257)	(25 408 551)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 513 242	-	1 513 242
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(961 458)	56 451	(905 006)
Juros e gastos similares suportados	(20 159 006)	-	(20 159 006)
Resultado antes de impostos	(21 120 463)	56 451	(21 064 012)
Imposto sobre o rendimento do período	(18 319)	(56 451)	(74 771)
Imposto diferido	-	-	-
Resultado líquido do período	(21 138 782)	-	(21 138 782)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	(21 138 782)	-	(21 138 782)
Interesses que não controlam	-	-	-
	(21 138 782)	-	(21 138 782)

31 DE DEZEMBRO DE 2023	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Ativos do segmento	5 826 309 654	77 359 196	5 903 668 850
Passivos do segmento	3 980 719 860	1 961 538	3 982 681 397

31 DE DEZEMBRO DE 2022	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Ativos do segmento	5 763 366 473	87 522 544	5 850 889 017
Passivos do segmento	3 933 082 587	2 963 918	3 936 046 505

5. INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, tendo a seguinte decomposição por rubricas de ativos e passivos:

	Notas	31-dez-2023	31-dez-2022
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1	3 355 620 894	3 265 196 740
Propriedades de investimento	5.2	1 804 209	1 804 209
Ativos intangíveis	5.3	7 724 548	7 431 955
Outros ativos financeiros	5.4	2 957 885	586 759
Conta a receber do Estado	5.5	3 226 923 229	3 180 829 583
Subsídios	5.6	(1 168 351 577)	(1 086 546 493)
		5 426 679 188	5 369 302 753
Total do ativo		5 426 679 188	5 369 302 753
Passivo não corrente			
Provisões	5.7	5 062 500	6 022 500
Financiamentos obtidos	5.8	1 122 926 137	1 521 650 426
Outros passivos financeiros	5.4	8 630 067	17 238 733
		1 136 618 704	1 544 911 659
Passivo corrente			
Financiamentos obtidos	5.8	1 418 111 905	1 016 040 706
Fornecedores	5.9	111 397	353 083
Outras dívidas a pagar	5.10	215 712 873	199 790 282
		1 633 936 175	1 216 184 071
Total do passivo		2 770 554 879	2 761 095 729
Total ILD líquido		2 656 124 308	2 608 207 024

5.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

31 de dezembro de 2023						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 675 222 631	469 081 327	99 046 302	9 030 278	3 265 891 592
Aquisições	-	1 418 548	354 138	87 370 216	9 715 221	98 858 123
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	748 765	779 628	(1 528 393)	(8 432 905)	(8 432 905)
Abates	-	-	(1 065)	-	-	(1 065)
Saldo final	13 511 055	2 677 389 944	470 214 028	184 888 125	10 312 594	3 356 315 746
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	694 852	-	-	-	694 852
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	694 852	-	-	-	694 852
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	13 511 055	2 676 695 092	470 214 028	184 888 125	10 312 594	3 355 620 894

31 de dezembro de 2022						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 672 787 632	462 141 178	47 042 320	20 247 455	3 215 729 639
Aquisições	-	662 832	783 597	59 937 585	(1 447)	61 382 567
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	1 772 167	6 161 435	(7 933 603)	(11 215 731)	(11 215 731)
Abates	-	-	(4 883)	-	-	(4 883)
Saldo final	13 511 055	2 675 222 631	469 081 327	99 046 302	9 030 278	3 265 891 592
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	817 725	-	-	-	817 725
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	(122 874)	-	-	-	(122 874)
Saldo final	-	694 852	-	-	-	694 852
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)	13 511 055	2 674 527 779	469 081 327	99 046 302	9 030 278	3 265 196 740

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 87.370.216 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento da Linha Circular (79.501.294 euros) e à prossecução do projeto “Acessibilidade e Mobilidade para Todos” (1.190.738 euros).

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 9.715.221 euros, referem-se essencialmente à concessão de adiantamento no âmbito do empreendimento da Linha Circular (9.565.906 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 8.432.905 euros, referem-se essencialmente à regularização de adiantamentos concedidos no âmbito do empreendimento da Linha Circular (6.834.766 euros) e da Modernização dos Sistemas de Sinalização da rede em exploração (1.448.824 euros).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 6.308.640 euros e 5.967.890 euros, respetivamente.

5.2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2023					31 de dezembro de 2022				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Praça Marechal Humberto Delgado	1 804 209	-	-	1 804 209	7 545 202	1 804 209	-	-	1 804 209	7 545 202
	1 804 209			1 804 209	7 545 202	1 804 209			1 804 209	7 545 202

O ML optou por não solicitar avaliação em 2023 e 2022 para o PMO I de Sete Rios, localizado na Praça Marechal Humberto Delgado, pelo que o respetivo valor de mercado indicado se refere à avaliação efetuada com referência a 31 de dezembro de 2021.

5.3. ATIVO INTANGÍVEL

	31 de dezembro de 2023			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	273 585	7 431 955
Aquisições	-	-	292 593	292 593
Transferências	-	-	-	-
Saldo final	5 138 543	2 019 827	566 178	7 724 548
Total do ativo intangível bruto (ILD)	5 138 543	2 019 827	566 178	7 724 548

	31 de dezembro de 2022			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	198 259	7 356 629
Aquisições	-	-	75 326	75 326
Transferências	-	-	-	-
Saldo final	5 138 543	2 019 827	273 585	7 431 955
Total do ativo intangível bruto (ILD)	5 138 543	2 019 827	273 585	7 431 955

5.4. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos para fazer face aos investimentos em infraestruturas de longa duração. A discriminação por contrato de *swap* é a seguinte:

Outros ativos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2023	31-dez-2022
66#METLIS CGDBI Dez2026	CGDBI	04/12/2026	100 000 000	100 000 000	2 957 885	586 759
					2 957 885	586 759

Outros passivos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2023	31-dez-2022
52#METLIS BSN Jul2024	BSN	22/07/2024	100 000 000	100 000 000	1 721 537	4 692 373
58#METLIS ML Dez2026	ML	04/12/2026	30 000 000	30 000 000	3 465 053	6 107 266
59#METLIS CGD Dez2026	CGD	04/12/2026	30 000 000	30 000 000	3 443 478	6 439 094
					8 630 067	17 238 733

5.5. CONTA A RECEBER DO ESTADO

Esta rubrica inclui os gastos, deduzidos de eventuais rendimentos, associados às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, tendo a seguinte decomposição:

	31-dez-2023	31-dez-2022
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289 555 301	289 555 301
Juros, taxa de aval e imposto do selo	2 902 327 314	2 844 293 877
Gastos de emissão	20 230 150	20 230 150
Instrumentos financeiros derivados	5 672 182	16 651 974
Fornecimentos e serviços externos	2 563 836	2 563 836
Provisões	9 374 809	10 334 809
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	694 852	694 852
Alienação terreno	(3 495 216)	(3 495 216)
	3 226 923 229	3 180 829 583

Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF

Os encargos financeiros suportados com as ILD que não foram passíveis de ser capitalizados até 31 de dezembro de 2008, encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados. Na transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de ILD seguindo o princípio descrito na Nota 4.2. Relativamente aos encargos financeiros incorridos entre 1995 e 2008, no montante de aproximadamente 1.017.000.000 euros, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. No que respeita aos encargos financeiros incorridos até 31 de dezembro de 1994, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros, correspondente ao saldo líquido entre as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009.

Fornecimentos e serviços externos

Na sequência de um processo que decorreu num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira ao Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com advogados relativos aos instrumentos financeiros derivados que se encontravam afetos à atividade de ILD, no montante global de 2.563.836 euros.

Alienação terreno

Esta sub-rubrica inclui o rendimento registado com a transferência para o Estado Português, através de dação em cumprimento, da parcela de terreno integrada no Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

5.6. SUBSÍDIOS

	31-dez-2023	31-dez-2022
FEDER	(229 464 397)	(229 464 397)
PIDDAC	(186 239 717)	(185 439 717)
Fundo Coesão	(487 412 442)	(448 286 520)
Fundo Ambiental	(60 132 843)	(18 790 463)
PRR	(536 782)	-
Subsídios diversos	(204 565 396)	(204 565 396)
	(1 168 351 577)	(1 086 546 493)

5.7. PROVISÕES

Esta rubrica inclui os movimentos (constituição/utilização/reversão) com provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.

5.8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Entidade de financiadora	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022				
	Límite	Corrente	Não corrente	Total	Límite	Corrente	Não corrente	Total	
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000	
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	
Emissão Metro 2027	BNPP	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	
			-	910 000 000		-	910 000 000	910 000 000	
Empréstimos bancários:									
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507 957 564	253 978 782	-	253 978 782	507 957 564	253 978 782	-	253 978 782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237 747 877	178 310 908	-	178 310 908	237 747 877	178 310 908	-	178 310 908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282 974 244	282 974 244	-	282 974 244	282 974 244	282 974 244	-	282 974 244
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17 158 204	17 158 204	-	17 158 204	17 158 204	14 298 503	2 859 701	17 158 204
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	262 008 399	218 340 332	43 668 066	262 008 399	262 008 399	174 672 266	87 336 133	262 008 399
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	108 328 053	72 218 702	36 109 351	108 328 053	108 328 053	54 164 026	54 164 026	108 328 053
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF (parte)	137 118 041	68 559 020	68 559 020	137 118 041	137 118 041	45 706 014	91 412 027	137 118 041
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF (parte)	71 615 776	23 871 925	47 743 850	71 615 776	71 615 776	11 935 963	59 679 813	71 615 776
Emp. LP 35,19 M EUR	DGTF (parte)	16 198 725	2 699 788	13 498 938	16 198 725	16 198 725	-	16 198 725	16 198 725
Suprimentos 9,02 M EUR	DGTF (parte)	3 346 911	-	3 346 911	3 346 911	-	-	-	-
			1 118 111 905	212 926 137	1 331 038 042		1 016 040 706	311 650 426	1 327 691 131
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300 000 000	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000
			300 000 000	-	300 000 000		-	300 000 000	300 000 000
Total de empréstimos obtidos			1 418 111 905	1 122 926 137	2 541 038 042		1 016 040 706	1 521 650 426	2 537 691 131

O empréstimo por obrigações “Metro 2025” foi contraído a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Frankfurt Stock Exchange.

O empréstimo por obrigações “Metro 2026” foi contraído a 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon e na Frankfurt Stock Exchange.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027” foi contraído a 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon e na Frankfurt Stock Exchange.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2020.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 154.513.049 euros, dos quais 137.118.041 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 100.855.699 euros, dos quais 71.615.776 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2023.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 35.197.630,96 euros, dos quais 16.198.725,21 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2024.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa contratou com a DGTF um suprimento no montante de 9.024.285 euros, dos quais 3.346.911,11 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2025.

Desde 30 de novembro de 2014, tem sido sucessivamente autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos contraídos com a DGTF acima enunciados, sem cobrança de juros, tendo a última moratória sido autorizada ao abrigo do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 102/2024-SET, de 20 de fevereiro, e do Despacho do Senhor Ministro das Finanças, de 23 de fevereiro de 2024, com diferimento para 31 de maio de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2025	99 211 499
2026	166 101 251
2027	438 046 576
2028 e seguintes	419 566 812
	1 122 926 137

Em 31 de dezembro de 2023, os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao *rating* da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, são os seguintes:

CONTRATO	Montante em Dívida a 31-12-2023 (€)	DATA VENCIMENTO	NEGATIVE PLEDGE (SIM/NÃO)	PARI PASSU (SIM/NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM/NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM/NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300 000 000,00	20 de julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 1 10.000.000,00 7,30% Guaranteed Notes due 2025 . Deutsche Bank AG / Dezembro 2010, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	110 000 000,00	23 de dezembro de 2025	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 . JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	4 de dezembro de 2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027. BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	7 de dezembro de 2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
TOTAL	1 210 000 000									

5.9. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito das obras de expansão e modernização/remodelação da rede.

5.10. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do período seguinte, bem como pela parte dos subsídios ao investimento recebidos ainda sem despesa executada.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

31 de dezembro de 2023									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	217 758 717	829 273 115	129 208	23 346 572	4 254 193	29 212 124	5 258 039	1 130 199 154
Aquisições	-	4 760	599 990	-	311 303	67 318	5 612 075	1 110 791	7 706 237
Alienações	-	-	-	-	(105)	-	-	-	(105)
Transferências	-	30 116	5 818 034	-	253	-	(5 847 002)	(2 854 387)	(2 852 986)
Abates	-	-	(1 799 542)	-	(13 466)	(508)	-	-	(1 813 516)
Saldo final	20 967 185	217 793 593	833 891 596	129 208	23 644 557	4 321 004	28 977 198	3 514 443	1 133 238 784
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(209 305 701)	(702 406 598)	(129 208)	(22 357 773)	(3 401 720)	-	-	(937 601 001)
Depreciações do período	-	(399 860)	(22 268 994)	-	(322 423)	(58 286)	-	-	(23 049 563)
Alienações	-	(1 147)	-	-	-	-	-	-	(1 147)
Transferências	-	-	-	-	(253)	-	-	-	(253)
Abates	-	-	1 508 152	-	13 434	508	-	-	1 522 094
Saldo final	-	(209 706 708)	(723 167 441)	(129 208)	(22 667 015)	(3 459 499)	-	-	(959 129 871)
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	20 967 185	8 086 885	110 724 155	-	977 542	861 505	28 977 198	3 514 443	174 108 914

31 de dezembro de 2022									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	217 257 240	827 838 387	129 208	23 066 304	4 204 349	11 704 718	22 085 600	1 127 252 992
Aquisições	-	17 047	669 207	-	339 878	51 910	20 485 313	(7 285)	21 556 070
Alienações	-	-	-	-	(1 091)	-	-	-	(1 091)
Transferências	-	484 430	2 493 476	-	-	-	(2 977 906)	(16 820 276)	(16 820 276)
Abates	-	-	(1 727 955)	-	(58 520)	(2 066)	-	-	(1 788 541)
Saldo final	20 967 185	217 758 717	829 273 115	129 208	23 346 572	4 254 193	29 212 124	5 258 039	1 130 199 154
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(208 924 104)	(680 361 905)	(129 208)	(22 081 367)	(3 341 546)	-	-	(914 838 131)
Depreciações do período	-	(381 597)	(23 398 586)	-	(335 991)	(62 240)	-	-	(24 178 414)
Alienações	-	-	-	-	1 091	-	-	-	1 091
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	1 353 893	-	58 494	2 066	-	-	1 414 453
Saldo final	-	(209 305 701)	(702 406 598)	(129 208)	(22 357 773)	(3 401 720)	-	-	(937 601 001)
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	20 967 185	8 453 017	126 866 517	-	988 798	852 473	29 212 124	5 258 039	192 598 153

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 5.612.075 euros, referem-se essencialmente à intervenção nas portas do Material Circulante de exploração (2.820.923 euros) e à implementação do sistema EMV nos canais de acesso do sistema de bilhética (1.531.841 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 5.847.002 euros, referem-se essencialmente ao reconhecimento do investimento realizado na implementação do sistema EMV nos canais de acesso do sistema de bilhética (2.045.185 euros), na atualização do sistema central de bilhética (1.096.846 euros) e nas UT em que foi concluída a intervenção nas portas do Material Circulante de exploração (1.483.871 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 2.854.387 euros, referem-se essencialmente à regularização de adiantamentos concedidos no âmbito da Modernização dos Sistemas de Sinalização nos PMO (1.533.051 euros) e da aquisição de 14 Unidades Triplas (1.321.336 euros).

Os abates ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica “Equipamento básico”, no montante de 1.799.542 euros, referem-se essencialmente ao desreconhecimento dos elementos substituídos na intervenção nas portas do Material Circulante de exploração (1.667.989 euros).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 45.743 euros e 84.535 euros, respetivamente.

7. LOCAÇÕES

7.1. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Equipamento de transporte	Total	Equipamento de transporte	Total
Ativos				
Saldo inicial	848 933	848 933	793 841	793 841
Aquisições / Adições	201 313	201 313	303 040	303 040
Alienações	(108 146)	(108 146)	(247 947)	(247 947)
Saldo final	942 100	942 100	848 933	848 933
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	(534 583)	(534 583)	(552 942)	(552 942)
Depreciações do período	(199 873)	(199 873)	(229 588)	(229 588)
Alienações	102 312	102 312	247 947	247 947
Saldo final	(632 145)	(632 145)	(534 583)	(534 583)
	309 956	309 956	314 350	314 350

7.2. PASSIVOS DA LOCAÇÃO

	31-dez-2023	31-dez-2022
Locações não corrente		
Viaturas	70.661	121.225
Locações corrente		
Viaturas	241.756	196.508
Total	312.417	317.733

Futuros pagamentos mínimos	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Pagamentos mínimos locações	Valor presente dos pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos locações	Valor presente dos pagamentos mínimos
Até 1 ano	245.435	241.756	202.065	196.508
Entre 1 e 5 anos	71.883	70.661	123.372	121.225
Total	317.318	312.417	325.437	317.733
Efeito financeiro do desconto	(4.900)	-	(7.704)	-
Valor presente dos pagamentos mínimos	312.417	312.417	317.733	317.733

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2023					31 de dezembro de 2022				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22 134 855	10 870 240	68 493	11 196 122	12 079 700	22 098 320	10 428 163	872 578	10 797 579	11 308 800
Praça Marechal Humberto Delgado	22 309 373	18 705 712	-	3 603 661	93 297 798	22 309 373	18 692 265	-	3 617 108	93 297 798
	44 444 229	29 575 953	68 493	14 799 783	105 377 498	44 407 693	29 120 428	872 578	14 414 687	104 606 598

Os imóveis arrendados a terceiros detidos pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente. Conforme já referido na nota 5.2, o valor de mercado indicado em 2023 e 2022 para o PMO I de Sete Rios, localizado na Praça Marechal Humberto Delgado, refere-se à avaliação efetuada com referência a 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	580 441	130 502	442 078	7 862	579 911	142 489	441 978	(4 555)
Praça Marechal Humberto Delgado	-	123 581	13 447	(137 028)	-	129 655	13 447	(143 102)
	580 441	254 082	455 525	(129 166)	579 911	272 144	455 425	(147 658)

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Programas de computador	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total	Programas de computador	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	19 451	4 224 966	-	4 244 417	19 451	3 097 339	-	3 116 790
Aquisições	-	880 206	-	880 206	-	1 127 627	-	1 127 627
Transferências	1 401	-	-	1 401	-	-	-	-
Abates	-	(65 550)	-	(65 550)	-	-	-	-
Saldo final	20 851	5 039 622	-	5 060 474	19 451	4 224 966	-	4 244 417
Amortizações acumuladas								
Saldo inicial	(19 451)	(1 920 993)	-	(1 940 444)	(19 451)	(1 375 870)	-	(1 395 321)
Amortizações do período	-	(832 493)	-	(832 493)	-	(545 123)	-	(545 123)
Transferências	(1 401)	-	-	(1 401)	-	-	-	-
Abates	-	50 985	-	50 985	-	-	-	-
Saldo final	(20 851)	(2 702 501)	-	(2 723 353)	(19 451)	(1 920 993)	-	(1 940 444)
	-	2 337 121	-	2 337 121	-	2 303 973	-	2 303 973

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na sub-rubrica "Propriedade industrial e outros direitos no montante de 880.206 euros, referem-se essencialmente à implementação de novas funcionalidades do sistema PLAGO (728.894 euros).

10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

	31 de dezembro de 2023					
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
Associadas						
Publimetro	2 904 229	2 882 636	21 594	(49 145)	40%	8 638
Empreendimentos conjuntos						
Ensitrans	140 964	154 367	(13 403)	(13 403)	50%	- (a)
						8 638
	31 de dezembro de 2022					
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
Associadas						
Publimetro	3 272 136	3 201 397	70 739	98 926	40%	28 296
Empreendimentos conjuntos						
Ensitrans	153 044	167 584	(14 540)	(14 540)	50%	-
						28 296

Nota:

(a) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo reconhecida na rubrica 'Provisões'.

11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31-dez-2023	31-dez-2022
Bank of America Leasing & Capital, LCC - Colateral		
Saldo inicial	33.664.694	31.535.674
Desembolso	(10.415.130)	-
Variação justo valor	1.005.971	177.628
Diferenças cambiais	(1.126.940)	1.951.392
Saldo final	23.128.595	33.664.694
Wilmington Trust - Colateral		
Saldo inicial	21.533.964	20.677.410
Variação justo valor	329.931	(422.941)
Diferenças cambiais	(748.330)	1.279.495
Saldo final	21.115.565	21.533.964
Investimentos noutras empresas		
Saldo inicial	-	-
Participação de capital CCF	1.000.000	1.000.000
Perdas por imparidade	(1.000.000)	(1.000.000)
Saldo final	-	-
Fundo Compensação Trabalho		
Saldo inicial	105.564	5.489
Aumentos	20.143	100.111
Variação justo valor	-	(36)
Saldo final	125.707	105.564
Clientes		
Saldo inicial	-	-
Aumentos	117.799	-
Variação justo valor	-	-
Saldo final	117.799	-
Total	44.487.665	55.304.221

Em resultado das descidas do *rating* atribuído à Empresa, foi necessária a constituição de dois colaterais em 2009 e 2013, o primeiro a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC e o segundo a favor da Wilmington Trust.

Na sequência da constituição da Associação Centro de Competências Ferroviário (CCF), e conforme previsto na RCM n.º 99/2021, de 27 de julho, o ML efetuou em 2022 um investimento de 1 M€ referente à sua participação financeira nesta associação. Após análise, e tendo em conta o objeto e a natureza jurídica da associação, entende-se que existem baixas probabilidades do ML recuperar o investimento em causa, pelo que se procedeu ao reconhecimento de uma perda por imparidade pela totalidade do montante investido.

12. INVENTÁRIOS

	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Materiais	8 890 679	-	8 890 679	9 110 269	-	9 110 269
Ferramentas	24 234	-	24 234	34 592	-	34 592
Produtos de limpeza	114 019	-	114 019	102 024	-	102 024
Material de escritório	54 057	-	54 057	65 750	-	65 750
Combustíveis	28 242	-	28 242	25 157	-	25 157
Títulos transporte	376 986	-	376 986	182 495	-	182 495
Outros materiais	861 364	-	861 364	254 216	-	254 216
Artigos promocionais/publicações	32 222	-	32 222	37 089	-	37 089
	10 381 802	-	10 381 802	9 811 593	-	9 811 593

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2023	2022
Saldo inicial	9 811 593	9 771 398
Compras	4 057 137	2 906 112
Regularizações	(625 003)	(165 946)
Saldo final	10 381 802	9 811 593
	2 861 925	2 699 970

13. CLIENTES

	31-dez-2023	31-dez-2022
Publimetro	501 360	1 153 695
Ar Telecom	463 383	463 383
Associação de Turismo de Lisboa	159 784	127 731
GIBB Portugal	29 450	169 760
Câmara Municipal de Lisboa	-	105 095
Outros	606 628	532 059
	1 760 605	2 551 722
Perdas por imparidade	(812 769)	(1 016 861)
	947 836	1 534 861
Perdas por imparidade clientes	31-dez-2023	31-dez-2022
Saldo inicial	(1 016 861)	(1 153 457)
Aumentos	(62 841)	(42 966)
Reversões	183 359	622
Utilizações	83 574	178 941
Saldo final	(812 769)	(1 016 861)

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	1 650 888	250	3 167 645	11 599
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	7 971	1 284 200	5 706	1 353 088
Imposto sobre o valor acrescentado	463 550	-	925 636	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1 696 597	-	1 640 461
Outros impostos	-	508 200	-	502 508
	2 122 409	3 489 248	4 098 987	3 507 656

15. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	31-dez-2023	31-dez-2022
Transtejo	22 529 809	22 529 809
Infraestruturas de Portugal	7 156 247	7 208 573
Acréscimo de rendimentos	4 260 234	2 521 500
Receitas de tráfego	2 229 115	2 375 543
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	961 038	790 120
Águas do Tejo Atlântico	634 584	634 584
Outros	3 142 273	1 500 367
	40 913 298	37 560 496
Perdas por imparidade	(1 722 198)	(1 571 307)
	39 191 100	35 989 188

Perdas por imparidade outros créditos a receber	31-dez-2023	31-dez-2022
Saldo inicial	(1 571 307)	(1 102 981)
Aumentos	(182 299)	(474 385)
Reversões	7 270	6 058
Utilizações	24 139	-
Saldo final	(1 722 198)	(1 571 307)

A rubrica “Outros créditos a receber” inclui os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do Setor Empresarial do Estado, encontrando-se o Conselho de Administração a promover diligências de forma a se proceder à regularização desta situação. De forma resumida:

- **Transtejo:** Na sequência do Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML foi incumbido de proceder ao estudo, conceção e construção do Interface do Terreiro do Paço. Os trabalhos foram efetuados mas não chegou a ser assinado qualquer protocolo com a Transtejo relativo às despesas incorridas e à metodologia de repartição adotada.
- **Infraestruturas de Portugal:** Na sequência do Despacho n.º 75-XII/92, de 17 de dezembro, e Ofício n.º 420 de 10/02/2000, do Secretário de Estado dos Transportes, o ML e a então REFER, E.P., celebraram em 29/09/2004, o Protocolo para a construção do Terminal Fluvial e do Interface do Cais do Sodré.
- **Águas do Tejo Atlântico:** Em setembro de 2009, com base no Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML e a então Simtejo assinaram um Protocolo enquadrando o ML como dono de obra da “construção da câmara de válvulas enterrada e da estação elevatória”.

16. CAIXA E EQUIVALENTES

	31-dez-2023	31-dez-2022
Caixa	22 494	24 643
Depósitos à ordem	21 727 302	110 141 579
Depósitos a prazo	166 544 643	55 019 933
Caixa e depósitos bancários	188 294 440	165 186 156

Em 29 de dezembro de 2023, na sequência do Despacho do Senhor Ministro das Finanças n.º 12553/2023, de 7 de dezembro, o IGCP, E.P.E. executou, nos termos do n.º 5 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho, uma operação de aplicação em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) das disponibilidades de tesouraria do ML e da Metrocom no montante de cerca de 163,6 milhões de euros e 2,9 milhões de euros, respetivamente, com maturidade a 2 de janeiro de 2024.

17. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2023 o capital da empresa-mãe, subscrito e realizado, ascendia a 3.906.805.655 euros, sendo detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram efetuados aumentos de capital na empresa-mãe no montante global de 57.511.019 euros.

A variação registada na rubrica 'Ajustamentos/outras variações no capital próprio' deve-se aos ganhos atuariais nas responsabilidades com benefícios pós-emprego (Nota 20).

18. PROVISÕES

31 de dezembro de 2023					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	2 134 116	605 867	(95 742)	-	2 644 241
Impostos	272 118	-	-	-	272 118
Contratos onerosos	-	-	-	-	-
Cobertura de prejuízos	7 270	6 702	-	(7 270)	6 702
Outras provisões	702 072	65 701	-	-	767 773
	3 115 576	678 269	(95 742)	(7 270)	3 690 833

31 de dezembro de 2022					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	670 000	1 464 116	-	-	2 134 116
Impostos	272 118	-	-	-	272 118
Contratos onerosos	-	-	-	-	-
Cobertura de prejuízos	17 265	7 270	(11 275)	(5 990)	7 270
Outras provisões	-	702 072	-	-	702 072
	959 382	2 173 458	(11 275)	(5 990)	3 115 576

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Entidade financiadora	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022				
	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total	
Empréstimos bancários:									
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	105 974 436	52 987 218	-	52 987 218	105 974 436	52 987 218	-	52 987 218
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	410 833 969	308 125 476	-	308 125 476	410 833 969	308 125 476	-	308 125 476
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	129 885 756	129 885 756	-	129 885 756	129 885 756	129 885 756	-	129 885 756
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	15 426 066	15 426 066	-	15 426 066	15 426 066	12 855 055	2 571 011	15 426 066
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	159 965 533	133 304 611	26 660 922	159 965 533	159 965 533	106 643 689	53 321 844	159 965 533
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	23 556 727	15 704 485	7 852 242	23 556 727	23 556 727	11 778 364	11 778 364	23 556 727
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF (parte)	17 395 008	8 697 504	8 697 504	17 395 008	17 395 008	5 798 336	11 596 672	17 395 008
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF (parte)	29 239 923	9 746 641	19 493 282	29 239 923	29 239 923	4 873 321	24 366 603	29 239 923
Emp. LP 35,19 M EUR	DGTF (parte)	18 998 906	3 166 484	15 832 421	18 998 906	-	-	18 998 906	18 998 906
Suprimentos 49,3 M EUR	DGTF	49 300 000	49 300 000	-	49 300 000	49 300 000	49 300 000	-	49 300 000
Suprimentos 18,33 M EUR	DGTF	18 331 823	18 331 823	-	18 331 823	18 331 823	18 331 823	-	18 331 823
Suprimentos 9,02 M EUR	DGTF (parte)	5 677 374	-	5 677 374	5 677 374	-	-	-	-
Total de empréstimos obtidos		744 676 065	84 213 746	828 889 811		700 579 038	122 633 400	823 212 437	

As informações adicionais relativas aos financiamentos contraídos com a DGTF encontram-se divulgadas na Nota 5.8.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos reembolsáveis a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2025	41 526 016
2026	15 811 323
2027 e seguintes	26 876 407
	84 213 746

20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na Nota 3.16, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2023, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendia a 920 e 1.309, respetivamente (954 e 1.336 em 31 de dezembro de 2022).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas com base no tempo de serviço e no salário pensionável (última remuneração mensal auferida pelo trabalhador).

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não seriam abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	31-dez-2023	31-dez-2022
Trabalhadores ativos	128 481 182	106 219 984
Reformados	138 320 173	135 210 380
	266 801 355	241 430 364

O aumento verificado no total das Responsabilidades deve-se essencialmente ao incremento dos salários e das pensões, superior ao previsto para o respetivo ano.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2023 foi efetuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

	31-dez-2023	31-dez-2022
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV88/90	TV88/90
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	3,00%	3,00%
Taxa de Crescimento Salarial	3,00%	3,00%
Taxa de desconto	3,00%	3,00%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões foi a seguinte:

	31-dez-2023	31-dez-2022
Responsabilidades totais no início do período	241 430 364	270 784 682
Custos dos serviços correntes	3 496 482	3 803 255
Custo dos juros	7 106 369	2 933 979
Benefícios pagos no exercício	(12 599 279)	(11 921 859)
Perdas (ganhos) atuariais do exercício	27 367 419	(24 169 693)
Reponsabilidades totais no fim do período	266 801 355	241 430 364

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2023, nos montantes de 3.496.482 euros e 7.106.369 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos com o pessoal”.

A evolução dos ganhos/perdas atuariais, reconhecidos na rubrica ‘Ajustamentos/outras variações no capital próprio’ nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31-dez-2023	31-dez-2022
Outras variações no capital próprio		
Saldo inicial	(21 245 545)	(45 415 238)
Ganho atuarial	-	24 169 693
Perda atuarial	(27 367 419)	-
Saldo final	(48 612 964)	(21 245 545)

Em 31 de dezembro de 2023, as perdas atuariais resultaram essencialmente do incremento dos salários e das pensões, superior ao previsto para o respetivo ano.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os swaps de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos e a dívida não corrente dos subsídios ao investimento:

	31-dez-2023	31-dez-2022
Subsídios ao investimento – FEDER-QCA	135 988	271 975
Subsídios ao investimento – Fundo Ambiental	26 056 826	28 376 012
	26 192 814	28 647 987

22. FORNECEDORES

	31-dez-2023	31-dez-2022
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	843.070	395.537
CJC Engenharia e Projectos, Lda.	690.500	690.500
Arcelormittal Espanha, S.A.	658.907	-
CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	332.546	-
TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT, S.A.	145.338	183.225
TK Elevadores Portugal, Unipessoal, Lda.	81.461	79.686
Eurest (Portugal) – Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.	30.829	28.101
Wells Fargo	28.199	14.508
M.E.S.I. – Manutenção e Serviços Industriais, Lda.	22.680	34.555
Arrow Iberia Electronica, S.L.U.	20.743	-
Transtejo – Transportes Tejo, S.A.	20.635	9.464
Socomec Ibérica S.A. – Sucursal	20.258	-
J.L. Cancio Martins – Projectos De Estruturas, Lda.	12.825	12.825
Schmitt – Elevadores, Lda.	2.510	30.797
FUTRIMETAL – Indústria e Comércio de Produtos Metálicos, S.A.	-	73.800
Samsic Portugal – Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda.	-	42.872
Efacec Energia – Máquinas e Equipamentos Eléctricos, S.A.	-	38.922
Epal – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	-	33.202
Tecnovia – Sociedade de Empreitadas S.A.	-	24.640
LIMPERSADO – Limpeza, Máquinas e Transportes, S.A.	-	14.600
GEOCONTROLE – Geotecnia e Estruturas de Fundação, S.A.	-	2.337
Outros	491.038	262.953
	3.401.539	1.972.522

23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

	31-dez-2023	31-dez-2022
Acréscimo gastos – Juros a liquidar	30 650 234	29 589 852
Acréscimo gastos – Remunerações a liquidar	13 129 861	11 391 458
Subsídios – Fundo Ambiental	17 953 864	8 260 348
Subsídios – Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)	2 371 696	5 512 000
Fornecedores de investimentos	1 665 031	5 430 312
Títulos de transporte	2 586 753	2 541 311
Rendimentos a reconhecer – Protocolos	2 592 552	2 849 239
Rendimentos a reconhecer – Indemnizações Compensatórias	1 903 548	1 903 548
Subsídios ao investimento – FEDER-QCA	-	1 112 335
Outros	6 494 962	4 156 098
	79 348 501	72 746 501

24. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	2023	2022
Vendas	21.203	36.083
Prestação de serviços		
Bilhetes	47.262.202	39.039.876
Passes	59.496.038	50.319.213
Cartões	3.344.558	3.129.687
Compensação tarifária AML	15.145.176	10.790.373
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	3.505.545	3.505.545
Exploração publicidade	1.546.754	1.469.887
Contratos de exploração	2.546.210	2.598.001
Outros	1.098.503	1.062.125
	133.966.189	111.950.789

25. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

	2023	2022
PRR – Metro Ligeiro de Superfície Loures-Odivelas	490 192	448 839
PRR – Prolongamento da Linha Vermelha Alcântara	9 331	1 015 734
Fundo Ambiental – Prolongamento Rato/Cais do Sodré	650	31 365
AML – Apoio à reposição da oferta de transportes públicos	-	9 050 009
Outros	35 273	93 993
	535 446	10 639 940

26. GANHOS / PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

	2023	2022
Associadas		
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	(19 658)	39 570
Empreendimentos conjuntos		
OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	-	(2 142)
Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	(158)	(1 879)
	(19 817)	35 549

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2023	2022
Eletricidade	(14 196 623)	(13 453 691)
Vigilância e segurança	(7 098 323)	(6 218 722)
Conservação e reparação	(5 912 139)	(5 180 220)
Limpeza, higiene e conforto	(4 941 320)	(4 137 451)
Trabalhos especializados	(1 533 449)	(2 495 633)
Outros	(4 471 449)	(3 906 912)
	(38 153 303)	(35 392 629)

28. GASTOS COM O PESSOAL

	2023	2022
	TOTAL	TOTAL
Remunerações dos órgãos sociais	(323.429)	(274.851)
Remunerações do pessoal	(68.177.479)	(61.973.482)
Benefícios pós-emprego	(10.597.615)	(6.736.393)
Encargos sobre remunerações	(15.525.547)	(14.267.418)
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	(1.682.020)	(1.289.554)
Seguro de saúde	(1.198.820)	(901.095)
Gastos de ação social	(1.435.642)	(1.242.659)
Outros	(592.816)	(311.561)
	(99.533.368)	(86.997.013)

O número médio de trabalhadores ao serviço do Grupo no exercício de 2023 foi de 1.577 (1.543 em 2022). O número de efetivos em 31 de dezembro de 2023 era de 1.581 (1.576 em 2022).

29. OUTROS RENDIMENTOS

	2023	2022
Subsídios ao investimento	1 112 335	1 112 335
Rendas de imóveis	580 724	580 170
Cedência de energia	271 337	268 332
Correções relativas a períodos anteriores	192 926	502 984
Diferenças de câmbio favoráveis	379	3 230 981
Juros	-	7 730
Outros	1 203 876	592 870
	3 361 577	6 295 402

A sub-rubrica 'Subsídios ao investimento' inclui a imputação dos subsídios FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1995 e 1997, os quais visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa nos protótipos dos Parques de Material e Oficinas (PMO) II e III e na série intercalar de 17 Unidades Triplas (UT), série complementar 95 de 20 UT e PMO III. Estes rendimentos são imputados numa base sistemática de forma a balancear com os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis que lhes estão associados.

30. OUTROS GASTOS

	2023	2022
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1 876 395)	-
Impostos	(723 720)	(520 113)
Perdas em investimentos não financeiros	(307 080)	(378 971)
Perdas em inventários	(103 332)	(202 919)
Quotizações	(100 445)	(93 639)
Correções relativas a períodos anteriores	(51 237)	(971 652)
Outros	(407 170)	(133 975)
	(3 569 379)	(2 301 269)

31. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

	2023	2022
Juros financiamentos obtidos	(1 060 382)	(1 143 992)
Juros de locações (Nota 7)	(4 900)	(7 704)
Juros swaps	-	(18 926 093)
Outros juros	-	(81 216)
	(1 065 282)	(20 159 006)

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

As empresas do Grupo, com sede em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), com base nos seus resultados individuais, à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), o Grupo encontra-se sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas do Grupo estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023.

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal. Esta regra aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso naquela data. Desta forma, os prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo são os seguintes:

	2023		2022	
	Montante	Limite	Montante	Limite
Gerados em 2014	5.277.942	-	5.277.942	2028
Gerados em 2015	695.274	-	695.274	2029
Gerados em 2017	39.359.676	-	39.552.131	2024
Gerados em 2018	21.701.153	-	21.701.153	2025
Gerados em 2019	13.308.812	-	13.308.812	2026
Gerados em 2020	41.815.801	-	41.815.801	2034
Gerados em 2021	16.408.154	-	16.408.154	2035
Gerados em 2022	18.895.541	-		
	157.462.352		138.759.266	

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2023 e 2022 é a seguinte:

	2023				2022			
	ML	Ferconsult	Metrocom	TOTAL	ML	Ferconsult	Metrocom	TOTAL
Resultado antes de impostos	(23.981.191)	129.010	148.368		(21.117.081)	212.305	153.376	
Diferenças permanentes	8.600.785	(140.668)	(4.698)		2.221.540	62.631	2.208	
Resultado tributável	(15.380.406)	(11.659)	143.670		(18.895.541)	274.936	155.584	
Prejuízos fiscais deduzidos	-	-	(4.762)		-	(192.455)	(34.270)	
Matéria coletável	-	-	138.908		-	82.481	121.315	
Taxa nominal de imposto	21%	21%	21%		21%	21%	21%	
Coleta	-	-	(29.171)		-	(17.321)	(25.476)	
Derrama municipal	-	-	(2.155)		-	(4.124)	(2.334)	
Tributações autónomas	(18.388)	-	-		(18.319)	-	-	
Imposto sobre o rendimento	(18.388)	-	(31.326)	(49.714)	(18.319)	(21.445)	(27.810)	(67.574)
Taxa efetiva de imposto	-	-	21,11%		-	10,10%	18,13%	

33. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

2023	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	-	2.159.927.854	-	-
Associadas				
Publimetro	501.360	-	1.698.589	-
Empreendimentos conjuntos				
Ensitrans	-	-	6.000	-
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	-	-	-	(353.439)
2022	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	-	2.150.903.569	-	-
Associadas				
Publimetro	1.153.695	-	1.626.892	-
Empreendimentos conjuntos				
Ensitrans	-	-	6.000	-
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	-	-	-	(291.210)

As transações registadas com o Conselho de Administração em 2023 e 2022 referem-se às respetivas remunerações, contribuições e benefícios não monetários, não tendo sido concedidos benefícios pós-emprego, de longo prazo, de cessação de emprego ou de remuneração em capital próprio.

34. GARANTIAS PRESTADAS

Entidade	Data Início	Beneficiário	31-dez-2023	31-dez-2022
			Montante	Montante
Banco BPI	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2ºJUÍZO	7.494	7.494
Banco BPI	11-05-2006	FINANÇAS 4ºBAIRRO FISCAL	95.482	95.482
Banco BPI	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA	7.661	7.661
Banco BPI	17-06-2014	PETROGAL	7.500	7.500
Banco BPI	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	438.047	438.047
Banco BBVA	19-02-1998	Petrogal	-	3.990
Banco BBVA	21-03-2007	Fazenda Pública	1.632	1.632
Banco BBVA	06-12-2010	Fazenda Pública	272.118	272.118
			829.934	833.925

35. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2023 existem pedidos de indemnizações reclamados ao Grupo, no montante de 6.145 euros, os quais se referem a processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede.

36. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelas sociedades de revisores oficiais de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais das empresas do Grupo, ascenderam a 35.083 euros.

37. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Em 27 de março de 2024, foi outorgado o Aditamento ao Contrato de Concessão, o qual foi submetido pelo Concedente a visto prévio do Tribunal de Contas. Em caso de decisão favorável, o ML irá apresentar nas suas demonstrações financeiras as necessárias alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como de outras eventuais consequências decorrentes do cumprimento de obrigações de serviço público fixadas no referido Aditamento, cujos efeitos não são possíveis de estimar à data de emissão deste relatório.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DECLARAÇÃO

Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G, do Código dos Valores Mobiliários, que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 29.º-G, do Código dos Valores Mobiliários, que, tanto quanto é do meu conhecimento, a informação prevista na alínea a) foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da entidade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Vítor Domingues dos Santos

Presidente do Conselho de Administração

Maria Helena Campos

Vogal do Conselho de Administração

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Vogal do Conselho de Administração

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

Vogal do Conselho de Administração

Lisboa, 26 de junho de 2024

Demonstrações Orçamentais

1 - Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Rubricas	Designação	Orçamento				Plano orçamental plurianual
		2021	2022	2023	Soma	2024
RECEITA CORRENTE		151.969.941	196.230.830	184.736.883	495.021.498	225.935.560
R1	Receita Fiscal	0	0	0	0	0
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde	0	0	0	0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0
R4	Rendimentos de propriedade	0	0	0	0	0
R5	Transferências Correntes	17.100.000	53.938.344	64.377.486	75.021.046	87.725.843
R51	Administrações Públicas	17.100.000	3.590.995	4.928.058	24.673.697	87.725.843
R511	Administração Central - Estado	17.100.000	3.590.995	4.928.058	24.650.697	5.239.537
R512	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	23.000	0
R515	Administração Local	0	33.580.349	7.578.734	33.580.349	82.486.306
	União Europeia	10.000.000	16.767.000	51.870.694	26.767.000	82.486.306
R6	Venda de bens e serviços	104.046.748	128.831.905	109.908.082	375.716.678	126.648.885
R7	Outras receitas correntes	20.823.193	13.460.581	10.451.315	34.283.774	11.560.832
		20.823.193	13.460.581	10.451.315	34.283.774	11.560.832
RECEITA DE CAPITAL		60.947.536	88.640.184	85.693.876	248.535.734	146.075.839
R8	Venda de bens de investimento	550.000	480.000	200.000	31.664.620	0
R9	Transferências de Capital	60.397.536	88.160.184	85.493.876	216.871.114	68.252.297
R91	Administrações Públicas	37.644.200	42.780.000	53.850.000	140.092.698	19.862.066
R911	Administração Central - Estado	37.644.200	42.780.000	53.850.000	140.092.698	19.862.066
R912	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0
R913	Segurança Social	0	0	0	0	0
R914	Administração Regional	0	0	0	0	0
R915	Administração Local	0	0	0	0	0
R92	Exterior - UE	22.753.336	45.380.184	31.643.876	76.778.416	48.390.231
R93	Outras	0	0	0	0	0
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	77.823.542
Receita efetiva [1]		212.917.477	284.871.014	270.430.759	743.557.232	372.011.399
Receita não efetiva [2]		367.625.166	239.589.785	141.411.884	1.062.119.864	449.195.539
R12	Receita com ativos financeiros	0	0	0	0	0
R13	Receita com passivos financeiros	367.625.166	239.589.785	141.411.884	1.062.119.864	449.195.539
Receita total [3] = [1] + [2]		580.542.643	524.460.799	411.842.643	1.805.677.096	821.206.938

Rubricas	Designação	Orçamento				Plano orçamental plurianual
		2021	2022	2023	Soma	2024
DESPESA CORRENTE		289.811.913	243.274.285	214.966.400	886.334.975	238.234.690
D1	Despesas com o pessoal	84.002.460	85.682.509	89.513.987	252.684.969	102.291.427
D11	Remunerações certas e permanentes	54.275.298	54.289.031	58.944.233	162.337.167	66.787.450
D12	Abonos variáveis ou eventuais	4.437.456	4.575.935	4.755.700	13.450.847	6.094.495
D13	Segurança social	25.289.706	26.817.543	25.814.054	76.896.955	29.409.482
D2	Aquisição de bens e serviços	57.776.516	59.373.302	72.943.397	177.145.220	67.699.836
D3	Juros e outros encargos	147.291.972	97.620.166	52.509.016	444.345.041	67.629.905
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0
D41	Administrações Públicas	0	0	0	0	0
D411	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0
D412	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0
D413	Segurança Social	0	0	0	0	0
D414	Administração Regional	0	0	0	0	0
D415	Administração Local	0	0	0	0	0
D42	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0
D43	Famílias	0	0	0	0	0
D44	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
D5	Subsídios	0	0	0	0	0
D6	Outras despesas correntes	740.965	598.308	0	12.159.745	613.522
DESPESA DE CAPITAL		150.866.772	200.223.998	196.876.243	482.001.050	282.972.248
D7	Investimento	150.866.772	200.223.998	196.876.243	482.001.050	282.972.248
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0
D81	Administrações Públicas	0	0	0	0	0
D811	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0
D812	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0
D813	Segurança Social	0	0	0	0	0
D814	Administração Regional	0	0	0	0	0
D815	Administração Local	0	0	0	0	0
D82	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0
D83	Famílias	0	0	0	0	0
D84	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
D9	Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Despesa efetiva [4]		440.678.685	443.498.283	411.842.643	1.368.336.025	521.206.938
Despesa não efetiva [5]		139.863.958	80.962.516	0	437.341.071	300.000.000
D10	Despesa com ativos financeiros	0	0	0	0	0
D11	Despesa com passivos financeiros	139.863.958	80.962.516	0	437.341.071	300.000.000
Despesa total [6] = [4] + [5]		580.542.643	524.460.799	411.842.643	1.805.677.096	821.206.938
Saldo total [3] - [6]		0	0	0	0	0
Saldo global [1] - [4]		-227.761.208	-158.627.269	-141.411.884	-624.778.793	-149.195.539
Despesa primária		293.386.713	345.878.117	359.333.627	923.990.984	453.577.033
Saldo corrente		-137.841.972	-47.043.455	-30.229.517	-391.313.477	-12.299.130
Saldo de capital		-89.919.236	-111.583.814	-111.182.367	-233.465.316	-136.896.409
Saldo primário		-80.469.236	-61.007.103	-88.902.868	-180.433.752	-81.565.634

2 – Plano Plurianual de Investimentos

Un.: Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de execução	Pagamentos							Total previsto [21] = [13] + ... + [20]		
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizados em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do período t-1 [14]	Períodos seguintes							
														2024 [1]	2025	2026	2027	2028		Outros	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]	
	1	Remodelação da Rede	D.7	E	17.558.621						n.a.			20.883.103						20.883.103	
	2	Expansão da Rede	D.2	E	850300	495.914			2020	2026	4		650							650	
	2	Expansão da Rede	D.7	E	38.666.113		31.643.876		2020	2026	4	90.725.428	78.367.220	97.390.414	101.195.537	64.661.544	0			432.340.143	
	3	Modernização e CBTC	D.7	E/O	15.183.887	5.801.559		6.815.572	2020	2027	3	40.036.009	1.843.024	30.552.425	35.712.783	11.532.926	21.521.292			141.198.459	
	4	Investimento ML	D.7	E	27.989.707						n.a.			51.660.000						51.660.000	
	5	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.02	E					2021	2026	2		10.381								
	5	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.7	E			44.212.688		2021	2026	2	1.248.693	471.406	71.357.822	133.169.381	202.770.235	0			409.017.537	
	6	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.2/D.6	E					2021	2026	1		490.191								
	6	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.7	E			7.658.006		2021	2026	1	568.492	13.470	11.128.484	173.426.419	218.286.213	0			403.423.078	
					Total	100.248.628	6.297.473	83.514.570	6.815.572			Total	132.578.622	81.196.342	282.972.248	443.504.120	497.250.917	21.521.292	0	0	1.458.522.969

Demonstrações de relato individual

1 - Demonstração de desempenho orçamental - Receita

Un.: Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO - 2023					TOTAL	2022
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	Saldo de gerência anterior						0	0
	Operações orçamentais [1]	79.603.537	1.910.512	3.146.042	7.388.368		92.048.459	123.105.832
	Restituição do saldo de operações orçamentais						0	0
	Operações de tesouraria [A]	21.004		70.202.815			70.223.819	
	RECEITA CORRENTE	141.133.152	3.963.263	2.299.808	0	0	147.396.223	152.146.010
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	0	0
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde	0	0	0	0	0	0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	0	0
R4	Rendimentos de propriedade	458	0	0	0	0	458	72.919
		458	0	0	0	0	458	
		458	0	0	0	0	458	
R5	Transferências correntes	65.331	3.963.263	2.299.808	0	0	6.328.402	25.760.589
R51	Administrações públicas	65.331	3.963.263	2.299.808	0	0	6.328.402	24.066.563
R511	Administração central - Estado	0	3.963.263	0	0	0	3.963.263	3.963.263
R512	Administração central - Outras entidades	0	0	2.299.808	0	0	2.299.808	0
R513	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
R514	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
R515	Administração Local	65.331	0	0	0	0	65.331	20.103.300
R52	Exterior - UE	0	0	0	0	0	0	1.694.026
R53	Outras	0	0	0	0	0	0	0
R6	Venda de bens e serviços	136.912.448	0	0	0	0	136.912.448	117.923.025
R7	Outras receitas correntes	4.154.915	0	0	0	0	4.154.915	8.389.477
	RECEITA DE CAPITAL	1.433	54.650.000	39.125.922	0	0	93.777.355	72.869.862
R8	Venda de bens de investimento	0	0	0	0	0	0	15.880
R9	Transferências de capital	0	54.650.000	39.125.922	0	0	93.775.922	72.597.018
R91	Administrações públicas	0	54.650.000	0	0	0	54.650.000	42.780.000
R911	Administração central - Estado	0	54.650.000	0	0	0	54.650.000	42.780.000
R912	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
R913	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
R914	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
R93	Outras	0	0	0	0	0	0	0
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	1.433	0	0	0	0	1.433	256.964
	Receita efetiva [2]	141.134.585	58.613.263	41.425.730	0	0	241.173.578	225.015.872
	Receita não efetiva [3]	10.415.130	57.511.019	0	9.024.285	0	76.950.434	216.588.376
R12	Receita com ativos financeiros	10.415.130	0	0	0	0	10.415.130	0
R13	Receita com passivos financeiros	0	57.511.019	0	9.024.285	0	66.535.304	216.588.376
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	231.153.252	118.034.794	44.571.772	16.412.653	0	410.172.471	564.710.080
	Operações de tesouraria [B]	0	0		0	0	0	0

1 - Demonstração de desempenho orçamental - Despesa

Un.: Euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO - 2023					2022	
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		TOTAL
DESPESA CORRENTE		142.589.515	53.484.178	0	3.639.865	0	199.713.558	215.266.515
D1	Despesas com pessoal	95.055.646	0	0	0	0	95.055.646	86.890.138
D11	Remunerações certas e permanentes	61.101.371	0	0	0	0	61.101.371	55.989.777
D12	Abonos variáveis ou eventuais	5.512.094	0	0	0	0	5.512.094	4.662.309
D13	Segurança social	28.442.181	0	0	0	0	28.442.181	26.238.052
D2	Aquisição de bens e serviços	46.726.225	2.206.673	0	2.441.942	0	51.374.840	51.105.037
D3	Juros e outros encargos	0	51.277.505	0	1.183.286	0	52.460.791	75.697.764
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0	0	0
D41	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0
D411	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0
D412	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
D413	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
D414	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
D415	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0
D42	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0
D43	Famílias	0	0	0	0	0	0	0
D44	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0
D5	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0
D6	Outras despesas correntes	807.644	0	0	14.637	0	822.281	1.573.576
DESPESA DE CAPITAL		129.494.415	8.944.027	41.462.348	9.266.613	0	189.167.403	106.229.776
D7	Investimento	49.890.878	7.033.515	38.316.306	484.876	0	95.725.575	105.229.776
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0
D81	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0
D811	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0
D812	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
D813	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
D814	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
D815	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0
D82	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0
D83	Famílias	0	0	0	0	0	0	0
D84	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0
D9	Outras despesas de capital	79.603.537	1.910.512	3.146.042	8.781.737	0	93.441.828	1.000.000
Despesa efetiva [5]		272.083.930	62.428.205	41.462.348	12.906.478	0	388.880.961	321.496.291
Despesa não efetiva [6]		0	0	0	0	0	0	80.962.515
D10	Despesa com ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
D11	Despesa com passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	80.962.515
Soma [7] = [5] + [6]		272.083.930	62.428.205	41.462.348	12.906.478	0	388.880.961	402.458.806
Operações de tesouraria [C]		21.004					21.004	88.675
Saldo para a gerência seguinte								
Operações orçamentais [8] = [4] - [7]		-40.930.678	55.606.589	3.109.424	3.506.175	0	21.291.510	162.251.274
Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]		0	0	70.202.815	0	0	70.202.815	0
Saldo global [2] - [5]		-130.949.345	-3.814.942	-36.618	-12.906.478	0	-147.707.383	-96.480.419
Despesa primária		272.083.930	11.150.700	41.462.348	11.723.192	0	336.420.170	245.798.527
Saldo de capital		-129.492.982	45.705.973	-2.336.426	-9.266.613	0	-95.390.048	-33.359.914
Saldo primário		-130.949.345	47.462.563	-36.618	-11.723.192	0	-95.246.592	-20.782.655
Receita total [1] + [2] + [3]		231.153.252	118.034.794	44.571.772	16.412.653	0	410.172.471	564.710.080
Despesa total [5] + [6]		272.083.930	62.428.205	41.462.348	12.906.478	0	388.880.961	402.458.806

2 - Demonstração de execução orçamental da receita

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas líquidas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental	
							Emitidos (6)	Pagos (7)	2022 (8)	2023 (9)	Total (10) = (5) - (7)		Períodos anteriores (12) = (8) / (2) x 100	Período corrente (13) = (9) / (2) x 100
RECEITA CORRENTE		201.092.516	0	147.396.223	0	147.396.223	1.314.359	1.314.359	0	147.396.223	147.396.223	0		
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subst. de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R4	Rendimentos da propriedade	458	0	458	0	458	0	0	0	458	458	0		
		458	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
		458	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R5	Transferências correntes	56.064.084	0	6.328.402	0	6.328.402	1.314.359	1.314.359	0	6.328.402	6.328.402	0		
R51	Administrações públicas	4.193.390	0	3.963.263	0	3.963.263	0	0	0	3.963.263	3.963.263	0		
R511	Administração central - Estado	4.128.058	0	3.963.263	0	3.963.263	0	0	0	3.963.263	3.963.263	0		
R512	Administração central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R513	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R514	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R515	Administração Local	65.332	0	65.331	0	65.331	0	0	0	65.331	65.331	0		
R52	Exterior - UE	51.870.694	0	2.299.808	0	2.299.808	1.314.359	1.314.359	0	2.299.808	985.449	0		
R53	Outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R6	Venda de bens e serviços	134.976.659	0	136.912.448	0	136.912.448	0	0	0	136.912.448	136.912.448	0		
R7	Outras receitas correntes	10.051.315	0	4.154.915	0	4.154.915	0	0	0	4.154.915	4.154.915	0		
RECEITA DE CAPITAL		246.164.372	0	170.727.789	0	170.727.789	0	0	0	170.727.789	170.727.789	0		
R8	Venda de bens de investimento	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R9	Transferências de capital	94.135.923	0	93.775.922	0	93.775.922	0	0	0	93.775.922	93.775.922	0		
R91	Administrações públicas	54.650.000	0	54.650.000	0	54.650.000	0	0	0	54.650.000	54.650.000	0		
R911	Administração central - Estado	54.650.000	0	54.650.000	0	54.650.000	0	0	0	54.650.000	54.650.000	0		
R912	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R913	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R914	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R915	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R92	Exterior - UE	39.485.923	0	39.125.922	0	39.125.922	0	0	0	39.125.922	39.125.922	0		
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	1.434	0	1.433	0	1.433	0	0	0	1.433	1.433	0		
R12	Ativos financeiros	10.415.131	0	10.415.130	0	10.415.130	0	0	0	10.415.130	10.415.130	0		
R13	Passivos financeiros	141.411.884	0	66.535.304	0	66.535.304	0	0	0	66.535.304	66.535.304	0		
	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	92.048.463	0	92.048.459	0	92.048.459	0	0	92.048.459	92.048.459	92.048.459	0		
		539.305.351	0	410.172.471	0	410.172.471	1.314.359	1.314.359	92.048.459	318.124.012	410.172.471	0		

3 - Demonstração de execução orçamental da despesa

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Despesa por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9) = (4) - (5)	Obrigações por pagar (10) = (5) - (8)	Grau de execução orçamental	
							Período anterior (6)	Período corrente (7)	Total (8) = (6) + (7)			Períodos anteriores (11) = (6) / (2) x 100	Período corrente (12) = (7) / (2) x 100
DESPESA CORRENTE		700.018	244.523.829	22.415.177	203.305.623	203.305.623	700.017	199.013.539	199.713.556	0	3.592.067	0,3	81,4
D1	Despesas com pessoal	146.958	95.090.726	0	95.055.646	95.055.646	146.958	94.908.689	95.055.646	0	0	0,2	99,8
D11	Remunerações certas e permanentes	146.958	61.101.456	0	61.101.371	61.101.371	146.958	60.954.414	61.101.371	0	0	0,2	99,8
D12	Abonos variáveis ou eventuais	0	5.547.084	0	5.512.094	5.512.094	0	5.512.094	5.512.094	0	0	0,0	99,4
D13	Segurança social	0	28.442.186	0	28.442.181	28.442.181	0	28.442.181	28.442.181	0	0	0,0	100,0
D2	Aquisição de bens e serviços	548.218	91.275.107	22.415.177	54.966.905	54.966.905	548.218	50.826.621	51.374.838	0	3.592.067	0,6	55,7
D3	Juros e outros encargos	2.960	57.300.350	0	52.460.791	52.460.791	2.960	52.457.831	52.460.791	0	0	0,0	91,5
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D41	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D411	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D412	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D413	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D414	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D415	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D42	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D43	Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D44	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D5	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D6	Outras despesas correntes	1.882	857.646	0	822.281	822.281	1.882	820.399	822.281	0	0	0,2	95,7
DESPESA DE CAPITAL		1.210.972	294.781.523	0	198.885.783	198.885.783	1.210.972	187.956.432	189.167.404	0	9.718.380	0,4	63,8
D7	Investimento	1.210.972	201.339.690	0	105.443.954	105.443.954	1.210.972	94.514.603	95.725.575	0	9.718.380	0,6	46,9
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D81	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D811	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D812	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D813	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D814	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D815	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D82	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D83	Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D84	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D9	Outras despesas de capital	0	93.441.833	0	93.441.829	93.441.829	0	93.441.829	93.441.829	0	0	0,0	100,0
D10	Ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D11	Passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
		1.910.990	539.305.352	22.415.177	402.191.406	402.191.406	1.910.989	386.969.971	388.880.960	0	13.310.444	0,4	71,8

4 – Demonstração da execução plurianual de investimentos

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			Un.: Euros		
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	Ano t 2023	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	2023	Total	execução financeira anual (%)	execução financeira global (%)	
					[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14] = [12] + [13]	[15]	[16]	[17] = [15] + [16]	[17]	[18]	
	1	Remodelação da Rede	D.6	E	0	807.644					0	0	0	24.267	807.644	831.911	4,60%		
	1	Remodelação da Rede	D.7	E	5.630.466	111.683					17.558.621		17.558.621	8.093.554	5.742.148	13.835.702	8,17%	32,70%	
	2	Expansão da Rede	D.2	E		650			2020	2026			0	36.310	650	36.960	0,00%		
	2	Expansão da Rede	D.7	E		40.050.914	38.316.306		2020	2026	71.656.203	263.247.495	334.903.698	37.889.153	78.367.220	116.256.373	111,46%	109,37%	
	3	Modernização e CBTC	D.7	E/O		1.843.024			2020	2027	27.801.018	99.319.426	127.120.444	571.550	1.843.024	2.414.574	6,63%	6,63%	
	4	Outros	D.7	E	1.403.049	7.885.257					27.989.707		27.989.707	5.897.598	9.288.306	15.185.904	33,18%	33,18%	
	5	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.2/D.6	E			10.381		2021	2026	44.212.688	407.297.437	451.510.125		10.381	10.381	0,02%	0,02%	
	5	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.7	E			471.406						0	1.248.692	471.406	1.720.098			
	6	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.2/D.6	E			490.192						0	568.492	490.192	1.058.684			
	6	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.7	E			13.470		2021	2026	7.658.006	402.841.116	410.499.122		13.470	13.470	0,18%	0,18%	
		Total			7.033.515	50.699.172	39.301.755	0			Total	196.876.243	1.172.705.475	1.369.581.718	54.329.616	97.034.441	151.364.057	49,29%	156,65%

Anexo às Demonstrações Orçamentais

1 - Alterações orçamentais da receita

Un. Euros

Rubricas [1]	Descrição [2]	Receita					Previsões corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
		Previsões iniciais [3]	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas		
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]	Créditos especiais [6]			
RECEITA CORRENTE		184.736.883	1.649.415	12.900.665	27.572.199	201.057.832		
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0		
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0		
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0		
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde	0	0	0	0	0		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0		
R4	Rendimentos da propriedade	0	459	0	0	459		
R5	Transferências correntes	12.506.792	0	8.313.402	0	4.193.390		
R51	Administrações públicas	12.506.792	0	8.313.402	0	4.193.390		
R511	Administração central - Estado	4.928.058	0	800.000	0	4.128.058		
R512	Administração central - Outras entidades	0	0	0	0	0		
R515	Administração Local	7.578.734	0	7.513.402	0	65.332		
R6	Venda de bens e serviços	109.908.082	865.278	3.403.585	27.572.199	134.941.974		
R7	Outras receitas correntes	10.451.315	783.678	1.183.678	0	10.051.315		
RECEITA DE CAPITAL		85.693.876	800.000	0	7.842.047	94.335.923		
R8	Venda de bens de investimento	200.000	0	0	0	200.000		
R9	Transferências de capital	85.493.876	800.000	0	0	86.293.876		
R91	Administrações públicas	53.850.000	800.000	0	0	54.650.000		
R911	Administração central - Estado	53.850.000	800.000	0	0	54.650.000		
R912	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0		
R913	Segurança Social	0	0	0	0	0		
R914	Administração Regional	0	0	0	0	0		
R915	Administração Local	0	0	0	0	0		
R92	Exterior - UE	31.643.876	0	0	7.842.047	39.485.923		
R93	Outras	0	0	0	0	0		
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0		
Receita efetiva [1]		270.430.759	2.449.415	12.900.665	35.414.246	295.393.755		
Receita não efetiva [2]		141.411.884	10.451.250	0	92.048.463	233.496.466		
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0	36.119	0	0	36.119		
R13	Passivos financeiros	141.411.884	0	0	0	141.411.884		
	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais				92.048.463	92.048.463		
Receita total [3] = [1] + [2]		411.842.643	12.900.665	12.900.665	127.462.709	539.305.352		

2 - Alterações orçamentais da despesa

Un. Euros

Rubricas [1]	Descrição [2]	Despesa					Observações [8]
		Dotações iniciais [3]	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]	Créditos especiais [6]		
		214.966.400	19.810.883	12.154.744	21.901.290	244.523.829	
D1	Despesas com o pessoal	89.513.987	5.240.910	2.941.555	3.277.384	95.090.726	
D11	Remunerações certas e permanentes	58.944.233	2.012.428	2.334.070	2.478.865	61.101.456	
D12	Abonos variáveis ou eventuais	4.755.700	791.384	0	0	5.547.084	
D13	Segurança social	25.814.054	2.437.098	607.485	798.519	28.442.186	
D2	Aquisição de bens e serviços	72.943.397	8.935.752	9.207.189	18.603.147	91.275.107	
D3	Juros e outros encargos	52.509.016	4.797.334	6.000	0	57.300.350	
D6	Outras despesas correntes	0	836.887	0	20.759	857.646	
		196.876.243	106.944.402	22.552.078	13.512.956	294.781.523	
D7	Investimento	196.876.243	106.944.402	22.552.078	13.512.956	294.781.523	
Despesa efetiva [4]		411.842.643	126.755.285	34.706.822	35.414.246	539.305.352	
Despesa não efetiva [5]		0	0	0	0	0	
D11	Despesa com passivos financeiros	0	0	0	0	0	
Despesa total [6] = [4] + [5]		411.842.643	126.755.285	34.706.822	35.414.246	539.305.352	
Saldo total [3] - [6]		0	-113.854.620	-21.806.157	92.048.463	0	
Saldo global [1] - [4]		-141.411.884	-124.305.870	-21.806.157	0	-243.911.597	
Despesa primária		359.333.627	121.957.951	34.700.822	35.414.246	482.005.002	
Saldo corrente		-30.229.517	-18.161.468	745.921	5.670.909	-43.465.997	
Saldo de capital		-111.182.367	-106.144.402	-22.552.078	-5.670.909	-200.445.600	
Saldo primário		-88.902.868	-119.508.536	-21.800.157	0	-186.611.247	

3 - Alterações ao plano plurianual de investimentos

Un.: Euros

Objetivo [1]	Número do projeto [2]	Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental	Datas		Pagamentos						Modificação (+/-) [13]=[7]-[6]	
				Início [4]	Fim [5]	2023		Períodos seguintes					
						Dotação anual [6]	Dotação corrigida [7]	2023 [8]	2024 [9]	2025 [10]	2026 [11]		Outros [12]
		1 Remodelação da Rede	D.6				807.646	807.644					807.646
		1 Remodelação da Rede	D.7			17.558.621	14.470.305	5.742.149	20.883.103				-3.088.316
		2 Expansão da Rede	D.2	2020	2024		650	650					650
		2 Expansão da Rede	D.7	2020	2024	71.656.203	80.611.238	78.367.220	97.390.414	101.195.537	64.661.544		8.955.035
		3 Modernização e CBTC	D.7	2020	2027	27.801.018	21.353.819	1.843.024	30.552.425	35.712.783	11.532.926	21.521.292	-6.447.199
		4 Outros	D.7			27.989.707	35.083.634	9.288.307	51.660.000				7.093.927
		5 Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.2	2021	2026	0	1.000.000	10.381					1.000.000
		5 Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.7	2021	2026	44.212.688	43.212.688	471.406	71.357.822	133.169.381	202.770.235		-1.000.000
		6 Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.2/D.6	2021	2026		1.050.000	490.191					1.050.000
		6 Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.7	2021	2026	7.658.006	6.608.006	13.470	11.128.484	173.426.419	218.286.213		-1.050.000
Total						196.876.243	204.197.986	97.034.441	282.972.248	443.504.120	497.250.917	21.521.292	7.321.743

4 - Operações de tesouraria

Un. Euros

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
RECEITA		70.202.815	1.335.363	0	71.538.178
R.17	Operações Extraorçamentais	70.202.815	1.335.363	0	71.538.178
R.17.02	Outras operações de tesouraria	70.202.815	1.335.363	0	71.538.178
R.17.02.00.00.00	Ots operações de tesouraria	70.202.815	1.335.363		71.538.178
DESPESA		0	0	21.004	-21.004
D.12	Operações Extraorçamentais	0	0	21.004	-21.004
D.12.02.00	Outras operações de tesouraria	0	0	21.004	-21.004
D.12.02.00.00.00	Ots operações de tesouraria	0	0	21.004	-21.004
Total		70.202.815	1.335.363	21.004	71.517.174

5 - Contratação administrativa

5.1 - Situação dos contratos

ND

5.2 - Adjudicações por tipo de procedimento

ND

6 – Transferências e subsídios

6.1 – Transferências e subsídios – despesa

Tipo de despesa	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade beneficiária (3)	Despesas orçamentadas (4)	Despesas autorizadas (5)	Despesas pagas (6)	Despesas autorizadas e não pagas (7) = (5) - (6)	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício (8)	Observações (9)
Transferências correntes									
Total transferências correntes	-	-	-	0	0	0	0	0	-
Transferências de capital									
Total transferências de capital	-	-	-	0	0	0	0	0	-
Subsídios									
Total subsídios	-	-	-	0	0	0	0	0	-

6.2 – Transferências e subsídios – receita

Tipo de receita	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade financiadora (3)	Receita prevista (4)	Receita recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Transferências correntes								
Indemnizações compensatórias	RCM n° 116/2023	Atribuição de indemnizações compensatórias no âmbito do passe 4_18/Sub_23 e Social +	SGMA - Secretária Geral do Ministério do Ambiente	4.128.058	3.963.263	164.795	0	
Expansão Linha Vermelha	RCM n°143/2022	Expansão S.Sebastião/Alcantara	PRR - Plano de Recuperação e Resiliência	481.787	481.787	0	0	
Construção Linha Violeta	RCM n° 155/2023	Expansão Odivelas/Loures	PRR - Plano de Recuperação e Resiliência	503.662	503.662	0	0	
Total transferências correntes	-	-	-	5.113.507	4.948.712	164.795	0	
Transferências de capital								
Expansão linha Circular	RCM n° 89/2023	Expansão Rato/Cais do Sodré	POSEUR - Agencia para o Desenvolvimento e Coesão, IP	31.643.876	39.125.922	-7.482.046	0	Aumento da % inicial de financiamento da despesa executada
Expansão linha Circular	RCM n° 89/2023	Expansão Rato/Cais do Sodré	FA - Fundo Ambiental	53.850.000	53.850.000	0	0	
Apoio Remodelação Rede	INFORMAÇÃO N° 41452/2023	Remodelação da Rede	SGMA - Secretária Geral do Ministério do Ambiente	800.000	800.000	0	0	
Total transferências de capital	-	-	-	86.293.876	93.775.922	-7.482.046	0	-
Subsídios								
Total subsídios	-	-	-	0	0	0	0	-

Parecer do Conselho Fiscal às Contas Individuais e Consolidadas



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO E CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DE 2023

1. ENQUADRAMENTO

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) é uma entidade pública empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial que se rege pelos respetivos Estatutos¹ e pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE)². O seu objeto principal consiste na prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português a 23 de março de 2015.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor, em especial do Código das Sociedades Comerciais (CSC)³ e dos Estatutos do ML, cabe ao Conselho Fiscal (CF) fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade do ML, bem como emitir parecer sobre o Relatório Consolidado de gestão⁴, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do ML (“Grupo ML”⁵) e a proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023⁶, atentas as respetivas Certificações Legais de Contas (CLC), emitidas pelo Revisor Oficial de Contas (ROC)⁷, os Relatórios de Auditoria emitidos pelo Auditor Externo⁸ e os correspondentes Relatórios Adicionais⁹.

¹ Aprovados através do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

² Este diploma estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial e foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação.

³ O n.º 2, do artigo 60.º, do RJSPE, estabelece que os órgãos de fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do disposto no citado Decreto-Lei.

⁴ Apresentado ao abrigo do disposto no n.º 6, do artigo 508.º-C, do CSC.

⁵ As contas consolidadas incluem, através do método de consolidação integral, as empresas Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML), Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. (Ferconsult), Metrocom, S.A. - Exploração de Espaços Comerciais, S.A., TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. e TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e em associadas (Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E. e Publmetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.), estão incluídas nas contas consolidadas, através do método de equivalência patrimonial.

⁶ Documentos que foram remetidos, para esse efeito, a este órgão na sequência da respetiva aprovação, em 26 de junho de 2024, pelo Conselho de Administração.

⁷ João Cipriano & Associados, SROC, Lda, representada pelo ROC Dr. João Amaro Santos Cipriano.

⁸ Kreston & Associados, SROC, LDA., representada pelo Dr. Pedro Morais dos Santos.

⁹ Nos termos do artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

O presente relatório e parecer têm em consideração o quadro normativo específico aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), bem como as orientações transmitidas pelo Estado, enquanto detentor do capital estatutário, sobre o processo de prestação de contas referente a 2023, através do ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) SAI_DGTF/2024/271, de 6 de fevereiro.

Também foi tido em consideração os despachos de 12 de maio de 2023 e de 15 de maio de 2023, respetivamente, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade Urbana, que aprovaram o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2023-2025 do ML, “...*circunscrito ao ano de 2023...*”¹⁰.

Neste âmbito, e para efeitos do presente relatório e parecer, importa salientar o seguinte:

- a) O ML é considerado, para efeitos do Orçamento do Estado, como entidade pública reclassificada, de regime geral, integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública;
- b) As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas a 2023, aprovadas pelo Conselho de Administração (CA), em 26 de junho de 2024, foram preparadas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro adotadas em Portugal, com a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC)¹¹ e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), respetivamente, e a informação não financeira foi elaborada de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI) Standards;
- c) À data da elaboração e aprovação pelo CA do relatório consolidado de gestão e contas relativos ao exercício de 2023, os documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ainda não tinham sido objeto de aprovação pelas Tutelas, tendo o ML procedido ao registo

¹⁰ No âmbito do processo de aprovação do PAO 2023-2025 do ML, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro emitiu o Despacho n.º 180/2023, de 12 de maio, através do qual concedeu autorizações nomeadamente para: a contratação de até 73 trabalhadores; o aumento dos gastos com o pessoal até ao valor total de 91,1M€; e o aumento do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (de até 264,2 mil euros).

¹¹ Aprovado através do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, na redação atual. O ML não tem obrigatoriedade de aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), uma vez que, de acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 3.º, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação atual, o subsistema de contabilidade financeira do SNC-AP não se aplica às entidades públicas reclassificadas (EPR), supervisionadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVMC), sem prejuízo do cumprimento das disposições relativas ao Plano de Contas Central de Contabilidade e Contas Públicas, atento o disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2023 (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro), e à contabilidade orçamental, prevista na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

contabilístico da aplicação dos resultados daquele exercício por considerar que as referidas demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados seriam aprovadas sem alterações significativas;

- d) Através de Despacho dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade Urbana, de 22 de junho de 2023, foram aprovados os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do ML, referentes ao exercício de 2021, com algumas recomendações¹², atentas as reservas e as ênfases expressas nas certificações legais das contas e nos relatórios dos auditores externos, assim como o parecer do CF.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O CF, nomeado em 25 de outubro de 2023¹³, acompanhou, no âmbito das suas competências, a atividade do ML no final do ano, bem como os subsequentes procedimentos de encerramento e revisão das contas.

Em 2023, é de destacar as seguintes atividades realizadas pelo CF:

- a) Análise da proposta de PAO para 2024, incluindo o plano plurianual de investimentos e respetivas fontes de financiamento para o período de 2024-2026, com a emissão do respetivo parecer;
- b) Consulta das atas das reuniões do CA;
- c) Consulta dos Relatórios mensais de Indicadores de Capital Humano;
- d) Realização de cinco reuniões.

¹² Recomendando-se ao CA que diligencie pela:

- Implementação de um Sistema que permita a obtenção e validação de forma automática das demonstrações orçamentais, em cumprimento do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, bem como da observação do cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental;
- Divulgação, de acordo com a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, no Anexo às demonstrações orçamentais do exercício de 2022 dos elementos informativos relativos à Contratação administrativa, em concreto a situação dos contratos e a Adjudicações por tipo de procedimento e à Transferência e subsídios de despesa e de receita.

¹³ O CF foi nomeado para o mandato 2023-2025, através de Despacho dos então Senhores Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade Urbana, respetivamente, de 11/10/2023 e de 25/10/2023. O anterior CF manteve-se em funções até à data da nomeação do atual CF.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

Em 2024 e, com especial enfoque nos procedimentos de encerramento e revisão das contas de 2023, são de realçar as seguintes atividades:

- a) Elaboração dos relatórios trimestrais do CF de acompanhamento da execução referentes aos 2.º e 3.º trimestre de 2023 (o relatório do primeiro trimestre foi elaborado pelo anterior CF);
- b) Acompanhamento da revisão legal e da auditoria externa das contas anuais individuais e consolidadas, através da realização de diversos contactos e reuniões, no âmbito dos quais foram obtidos todos os esclarecimentos considerados necessários;
- c) Apreciação dos relatórios adicionais emitidos pelo ROC e pelos Auditores Externos, datados de 27/06/2024 e 26/06/2024, respetivamente, cujos conteúdos merecem a concordância deste órgão de fiscalização;
- d) Verificação da independência do ROC e do Auditor Externo;
- e) Acompanhamento da atividade desenvolvida pelo Gabinete de Auditoria Interna, Risco e *Compliance*, através da realização de contactos e reunião;
- f) Consulta das atas das reuniões do CA;
- g) Análise do Relatório Consolidado de gestão, das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2023 e respetivos anexos, do Relatório do governo societário e das Demonstrações não financeiras.

Neste contexto, foram obtidos os esclarecimentos necessários às questões colocadas, junto da Direção de Capital Humano, da Direção Financeira, do ROC, dos Auditores Externos e do CA, relativamente a estes últimos em sede de reunião de aprovação dos documentos de prestação de contas do exercício de 2023, com a presença do CA, do ROC, dos Auditores Externos e do CF, em conformidade com o disposto no n.º 4 do art.º 14.º dos Estatutos do ML.

O CF contou com a total disponibilidade do CA, do ROC, dos Auditores Externos, da responsável pela Direção Financeira, bem como da generalidade dos colaboradores do ML que teve de contactar no âmbito do desempenho das suas competências, o que muito agradece.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

3. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO E SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Relatório Consolidado de gestão reflete adequadamente a atividade do ML e do Grupo ML do exercício de 2023, estando aquele coerente com as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme expresso nos relatórios de auditoria referentes ao mesmo exercício. Com este enquadramento, o CF destaca as matérias constantes dos pontos seguintes.

3.1. Indicadores de atividade (ML)

Em 2023, verificou-se o crescimento da **procura** do ML, face a 2022, traduzido pelo aumento do número de passageiros transportados com título pago (+17,9%) e dos passageiros totais transportados (+21,3%), com reflexo na receita de serviço público (+21,75%). Embora o ML, no ano de 2023, tenha superado a procura de 2022, ainda não atingiu a verificada em 2019 (pré-pandemia COVID-19), registando um decréscimo de 11,4% no número de passageiros com título pago e 9,8% nos passageiros totais.

No final de 2023, e em comparação com o ano transato, verificou-se um aumento generalizado da **oferta** (+1005 carruagens*Km; +3,6%), em resposta ao aumento da procura verificada, com maior destaque para a linha azul (+654 carruagens*Km; +7,3%).

3.2. Demonstrações financeiras (ML)

O ML encerrou o exercício de 2023 com um **resultado líquido** negativo de 24 milhões de euros (M€), representando um agravamento do resultado do exercício, face ao ano anterior, em 2,9M€.

O **Resultado Operacional** registado em 2023 fixou-se no valor negativo de 22,9M€, correspondendo a uma evolução desfavorável de 22,0M€, face a 2022, na sequência da diminuição dos rendimentos (-9,0M€) e do aumento dos gastos (+12,9M€).

Nos **rendimentos operacionais**, salienta-se o aumento do volume de negócios em cerca de 22,0M€, face a 2022, evidenciando uma recuperação para níveis próximos dos registados em 2019, sobretudo através do aumento da receita do serviço público em cerca de 21,8M€ (devido a uma maior procura e atualização de preços de alguns títulos ocasionais). Em sentido contrário, sublinha-se o decréscimo dos subsídios à exploração em 10,1M€ (em 2022 foi recebido por conta do PART COVID 9,1M€ e em 2023 esse subsídio não se efetivou) e o decréscimo no Justo Valor de instrumentos financeiros em 17,7M€.

Nos **gastos operacionais**, destaca-se o aumento dos gastos com pessoal em cerca de 12,5M€, face a 2022, na sequência de novas contratações, atualizações salariais e responsabilidades com Pensões



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

(conforme se refere, em detalhe, em capítulo específico mais à frente). Os fornecimentos e serviços externos aumentaram 0,7M€, apesar do decréscimo de 2,1M€ pelo término das rendas de leasing operacional do TREM II e do decréscimo de 1M€ em trabalhos especializados.

No exercício de 2023, os gastos financeiros ascenderam a cerca de 1,1M€. Estes decorreram de juros suportados com os financiamentos contraídos junto da DGTF, representando um decréscimo de 19,1M€, face ao verificado no ano anterior (em 2022 foram registados juros decorrentes de contratos swaps no valor de 18,9M€¹⁴).

A 31 de dezembro de 2023, a **situação patrimonial** observou uma melhoria, face a 2022, justificada essencialmente pelos aumentos do capital social (+57,5M€), dado que a empresa continua a gerar prejuízos. Neste âmbito, destaca-se a variação negativa de 30,8M€ registada na rubrica “Ajustamentos/outras variações no capital próprio”, justificada, essencialmente, pelo reconhecimento de 2,3M€ do subsídio atribuído pelo Fundo Ambiental para o projeto “*Modernização dos sistemas de sinalização – 1ª fase*” e de 27,4M€ de perdas atuariais nas responsabilidades com benefícios pós-emprego.

O aumento do total do **Ativo**, deveu-se, essencialmente, às adições ocorridas no ativo não corrente, com destaque para as relacionadas com o empreendimento da Linha Circular (+79,5M€).

Em 31 de dezembro de 2023, o **Passivo** remunerado do ML situou-se em 3.302,3 M€, representando uma redução de 0,3% (-9,0M€) face ao final de 2022, sendo de realçar que os empréstimos do Tesouro ascendem a 63,4% do total (63,3% em 31 de dezembro de 2022).

Na **ótica de fluxos financeiros** regista-se um aumento do saldo de caixa em 22,7 M€ face a 2022. Esta evolução é justificada pelo saldo positivo das atividades de financiamento (14,1M€), com o valor dos aumentos de capital e dos financiamentos obtidos (embora globalmente inferior ao de 2022), e pelo facto de a atividade de investimento gerar um cash-flow positivo de 0,4M€, essencialmente pelo aumento dos recebimentos de subsídios ao investimento (+23,5 M€ do que em 2022). Em sentido contrário, regista-se uma evolução desfavorável face a 2022 (-2,9M€) do saldo de caixa das atividades operacionais, sobretudo porque o aumento dos recebimentos de clientes (+17,8M€) não compensou o aumento dos pagamentos ao pessoal (8,3M€) e o não recebimento, em 2023, do “*apoio à reposição da oferta de transportes públicos*” (20,1M€ | 2022).

¹⁴ Em 2022 ocorreu o termo do *swap* subjacente ao leasing operacional do TREM II-2.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

3.3. Proposta de Aplicação de Resultados (ML)

A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo CA, no sentido de transferir o Resultado Líquido do exercício de 2023, para a conta de Resultados Transitados, merece a concordância do CF, uma vez que se encontra em consonância com o quadro legal aplicável.

3.4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas, reportadas a 31 de dezembro de 2023, refletem a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação (Grupo ML), o resultado líquido e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados.

Face ao peso muito significativo do ML no conjunto do Grupo ML, não se registam diferenças relevantes entre as contas individuais e consolidadas, evidenciando estas um ativo total de 5,9M€, um passivo total de 4 M€ e um capital próprio de 1,9 M€.

O **resultado líquido consolidado**, em 2023, ascendeu a -24M€, valor inferior ao obtido em 2022 (-21,1 M€). No final de 2023, regista-se um agravamento significativo do resultado operacional em -22M€ (-22,9M€, em 2023 e -0,9M€, em 2022).

3.5. Outras matérias

Após 31 de dezembro de 2023, mais concretamente em 27 de março de 2024, foi celebrado um **aditamento ao “Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte de Passageiros”**, datado de 23 de março de 2015, que prevê a prorrogação do prazo de duração do contrato de serviço público até 1 de julho de 2030 e a modificação do clausulado em matérias a carecer de tratamento ou atualização, designadamente o modelo de remuneração do concessionário e o regime financeiro das Infraestruturas Ferroviárias, definidas no anexo ao Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro. O referido aditamento está em processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, após obtenção de parecer favorável do regulador.

O CA admite como materialmente relevantes as alterações nas demonstrações financeiras (futuras) do ML e do Grupo ML, associadas ao reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como as decorrentes do cumprimento de obrigações de serviço público fixadas no referido



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

Aditamento¹⁵. Não obstante esse entendimento, e uma vez que se verifica a perda de metade do capital social do ML, o CF alerta para a necessidade de o Estado continuar a assegurar o financiamento do ML, bem como a necessidade de o CA adotar medidas que permitam melhorar o resultado operacional da empresa.

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

Nas CLC emitidas pelo ROC¹⁶, em 27 de junho de 2024, e nos Relatórios de Auditoria emitidos pelos auditores externos¹⁷, em 26 de junho de 2024, foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua generalidade, a concordância do CF e se consideram aqui como reproduzidos.

Ambas as CLC, relativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expressam opinião com 3 reservas.

As reservas são recorrentes, estando relacionadas com situações cuja resolução não depende exclusivamente da ML, designadamente:

- a) As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como outros efeitos decorrentes do contrato de concessão celebrado com o Estado Português, em 23 de março de 2015.
- b) Permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das ILD, não sendo possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada relativa à administração das atividades de investimento de ILD, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras de 2023;
- c) O balanço inclui no ativo corrente, em 31 de dezembro de 2023, o montante de 29,7 M€ relativo a obras efetuadas pela ML por conta de entidades do sector empresarial do Estado, relativamente

¹⁵ Sobre este assunto, o CA refere, a título de “*Acontecimentos Subsequentes*”, que caso o visto do Tribunal de Contas conclua sobre decisão favorável ao Aditamento ao Contrato de Concessão, irá apresentar nas suas demonstrações financeiras as necessárias alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como de outras eventuais consequências decorrentes do cumprimento dos termos e condições nele fixadas, cujos efeitos não são possíveis de estimar à data da emissão do relatório consolidado do ML, referente ao exercício de 2023.

¹⁶ Em cumprimento do disposto nos n.ºs 2 e 3, do artigo 451.º, do CSC.

¹⁷ Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 45.º, do RJSPE.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

às quais, até à presente data, as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora.

As CLC e os Relatórios de Auditoria são coincidentes quanto às matérias objeto de reserva.

Sobre as matérias a) e b), o CA entende que o “Aditamento” ao contrato de concessão, celebrado em 27 de março de 2024, clarificará os termos e condições que regem o relacionamento entre o Estado Português e o ML, bem como criará condições para que as políticas contabilísticas necessárias possam vir a ser estabelecidas.

Em relação à situação de prejuízos anuais consecutivos, tanto o ROC como os auditores externos, afirmam que não está colocada em causa a continuidade das operações por parte da empresa, destacando a mesma enquanto ênfase (ROC) ou outras matérias relevantes (auditores externos).

5. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS¹⁸ E ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA¹⁹

Com relevância para o presente ponto, reforça-se que o PAO 2023 do ML foi aprovado e que, neste âmbito, foram concedidas as autorizações indicadas no ponto 1 do presente parecer. Com este enquadramento e tendo em consideração os esclarecimentos prestados e a informação constante no ponto VII do Relatório Consolidado de gestão, destaca-se:

a) Objetivos de Gestão e Execução do Orçamento para 2023

Não foram fixados **objetivos de gestão** para 2023, conforme dispõe o art.º 38º do RJSPE, o que impossibilita a aferição do desempenho e dos resultados alcançados pelo CA, em cumprimento do previsto no Estatuto do Gestor Público e na Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro.

O Relatório Consolidado de gestão evidencia o grau de **execução do orçamento** de diversos indicadores, nomeadamente de eficiência operacional, investimento e endividamento, bem como do orçamento carregado no Sistema de Orçamento do Estado, justificando os principais desvios.

¹⁸ Designadamente as normas contidas na Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2023, e no Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, que estabeleceu as normas de execução do Orçamento para 2023.

¹⁹ Através do referido ofício circular sobre o processo de prestação de contas de 2023.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

Neste âmbito, destaca-se que o Resultado Operacional (corrigido)²⁰ executado em 2023 (-24,3 M€) traduz um desvio favorável de 15,9M€ face ao orçamentado (-40,2M€).

Realça-se, igualmente, que o **investimento** realizado (formação bruta de capital fixo), no valor global de 90,1M€ (84,2M€ em ILD e 5,8M€ em investimento do ML), representa uma taxa de execução de 42,8% face ao previsto (210,5M€), sendo que os projetos “*Prolongamento São Sebastião/Alcântara*” e “*Prolongamento Rato/Cais do Sodré*” registaram taxas de execução de -99,1% e de 108,9%, respetivamente.

Por seu turno, os projetos relacionados com o “*Metro Ligeiro de Superfície Loures/Odivelas*”, aquisição de uma “*Máquina esmeriladora*”, “*Modernização das linhas azul, amarela e verde (CBTC)*” e com o “*Plano Nacional de Acessibilidades*”, registaram taxas de execução inferiores ao previsto no PAO, na ordem de -9,1M€(-99,4%), -5,6M€(-100%), -5,1M€(-88%) e -4,8M€(-80,9%), respetivamente, justificando a empresa que tal se deveu às condições de mercado no pós-pandemia e às consequências adversas da guerra na Ucrânia em relação à escassez de matérias primas e ao aumento generalizado de preços, bem como a atrasos no lançamento de procedimentos e respetiva contratação.

Do investimento realizado no ano de 2023, cerca de 52,5%, 41,7%, 5,2% e 0,6% foi financiado respetivamente pelo Orçamento do Estado, Fundos Europeus, receitas próprias e Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Salienta-se a baixa execução dos investimentos, com recurso ao financiamento do PRR (0,5M€), face ao orçamentado (66,2M€).

b) Eficiência Operacional²¹

Em 2023, o peso dos gastos operacionais²² sobre o volume de negócios (99,9%) registou um desvio favorável de 0,9 p.p. face ao orçamentado e aprovado para 2023 (100,8%),

²⁰ O Resultado Operacional (contas individuais) corrigido corresponde ao Resultado Operacional Líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

²¹ Medida através do rácio GO/ Volume de negócios. Para o cálculo deste rácio poderão ser excluídas as receitas e as despesas justificadamente relacionadas com fatores excecionais (pandemia COVID-19, aumento do preço dos combustíveis, entre outros).

²² Os GO, para efeitos de aferição da eficiência operacional, correspondem aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, aos gastos com fornecimentos e serviços externos e aos gastos com pessoal, deduzidos os gastos com caráter excecional e/ou que desvirtuam a comparabilidade.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

essencialmente justificado pelo facto de o volume de negócios (VN) previsto para 2023 ascender a 131,3M€, que compara com 133,2M€²³ de VN executado.

Para o cálculo do referido rácio, sublinha-se que foram excluídos os gastos executados com carácter excecional e/ou que desvirtuam a comparabilidade do mesmo, concretamente os gastos decorrentes do incremento dos preços da energia (4,9M€) e da integração dos trabalhadores da Ferconsult, S.A.²⁴ (2,2M€).

Tendo em consideração os termos e autorizações concedidas no âmbito do processo de aprovação do PAO 2023, salienta-se que os gastos com deslocações, ajudas de custo, alojamento, frota automóvel, e com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, no valor global de 2,0M€, registou uma execução dentro do limite aprovado para o período (3,5M€).

c) Evolução dos recursos humanos e dos gastos com pessoal

A 31 de dezembro de 2023, o ML dispunha de um total de 1.575²⁵ trabalhadores, que corresponde a um aumento líquido de 6 trabalhadores face a igual período de 2022 (1.569²⁶). No final de 2023, o quadro de pessoal ficou muito aquém dos 1.709 trabalhadores autorizados para o mesmo período (-134 trabalhadores).

Não obstante o desvio de -7,8% no quadro de pessoal face ao orçamentado e autorizado para 2023²⁷, assinala-se que os gastos com pessoal atingiram o montante de 99,3M€, ou seja, +8,2M€ face ao orçamentado para o período (acréscimo de 9,0%), ultrapassando o limite autorizado (91,1M€) no âmbito da aprovação do PAO 2023.

Este desvio de 8,2M€ face ao aprovado no PAO encontra-se essencialmente justificado, segundo a empresa, pelos efeitos decorrentes do(s): i) Despachos dos membros do Governo responsáveis pela área das Finanças, de 15 de dezembro de 2022 e 12 de maio de 2023, no âmbito da concretização do *“Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, Salários e da*

²³ Em 2023, o VN integra a receita tarifária de 125,4M€ (bilhetes e passes, PART (AML), compensação Financeira 4_18, Sub23 e Social+, antigos combatentes, gratuidade Câmara Municipal de Lisboa e Jornada Mundial da Juventude - JMJ) e a receita não tarifária de 7,8M€ (venda e personalização de cartões, espaços comerciais, aluguer de espaços e subconcessões).

²⁴ A integração, com efeitos a dezembro de 2020, foi autorizada pelo Despacho n.º 602/2020-SET, de 8 de outubro.

²⁵ Não considerando os órgãos sociais (4 membros do Conselho de Administração e 3 membros do Conselho Fiscal).

²⁶ Não considerando os órgãos sociais (6).

²⁷ Com impacto de -0,7M€ nos gastos com pessoal face ao valor orçamentado.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

*Competitividade*²⁸ (+2,3M€)²⁹; ii) Despacho n.º 294/2023-SET, de 13 de julho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, relativo ao evento da JMJ, conforme adiante se detalha (+1,2M); iii) Responsabilidades com pensões (+2,8M€); e iv) Absentismo (+1,3M€).

d) Despacho n.º 294/2023-SET, de 13 de julho (Jornada Mundial da Juventude)

Através do despacho do senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 294/2023, de 13 de julho, foi autorizada a realização de despesa operacional adicional, de caráter excecional e não permanente, nomeadamente a relacionada com a massa salarial diretamente afeta ao evento e os gastos com fornecimentos e serviços externos, desde que, de entre outras condições, aquela despesa fosse coberta pelo acréscimo de receitas.

A despesa operacional adicional associada à JMJ ascendeu ao valor global de 1,5M€ (correspondendo 0,3M€ a Fornecimentos e Serviços Externos e 1,2M€ a Gastos com Pessoal) tendo sido coberta pela receita operacional gerada pelo evento (3M€). De acordo com informação prestada pela empresa, a referida despesa assumiu um caráter excecional e não permanente, esgotando-se com o seu término.

Face ao que antecede, o CF é de parecer que o ML deu cumprimento ao disposto no Despacho n.º 294/2023-SET, de 13 de julho.

e) Estatuto do Gestor Público (EGP)³⁰

Tanto quanto é do conhecimento do CF, o ML deu cumprimento ao disposto no EGP no que respeita à não permissão de reembolso de despesas de representação pessoal, à não permissão de utilização de meios de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ao limite dos gastos com comunicações e ao limite estabelecido para combustível e portagens (fixado em ¼ do valor das despesas de representação).

²⁸ Através dos referidos Despachos foram transmitidas as orientações para as empresas públicas atualizarem a sua massa salarial até ao limite de +6,1% face a 2022, os respetivos termos e condições.

²⁹ No âmbito das valorizações remuneratórias dos trabalhadores das empresas públicas, foram assinados, em 2023, acordos e concluídos processo de negociação coletiva com a atualização das tabelas salariais (e cláusulas a ela indexadas) em 3%. Desta atualização da tabela salarial e do respetivo impacto no trabalho suplementar e em outras componentes remuneratórias, resultou um aumento de 6,08% da massa salarial face a 2022.

³⁰ Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

f) Limites ao crescimento do endividamento

O endividamento cresceu 0,93% face a 31 de dezembro de 2022, por aplicação da fórmula de cálculo constante nas orientações transmitidas pela DGTF, o que constitui o incumprimento da redução de 0,25% orçamentada e aprovada no âmbito do PAO 2023. Relewa-se que o decréscimo orçamentado tinha como pressupostos (entre outros) a conversão da dívida respeitante a ILD (empréstimos DGTF) por incorporação em ativo do Estado (99,4M€) e a conversão de passivo corrente em capital (40,9M€), o que não veio a ocorrer.

g) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

Através de Despacho de 28/04/2022 da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., o ML foi dispensado do cumprimento do princípio da UTE, no biénio 2022/2023, exclusivamente para os valores: i) objeto de recolha por empresa de transporte de valores; ii) referentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados; iii) inerentes à custódia de títulos; iv) dos contratos de leasing e factoring, e v) para compra de moeda estrangeira.

No final do período, o ML registava uma taxa de 80% de centralização dos saldos junto do IGCP, estando os restantes 20% depositados na banca comercial dispensados da UTE (como acima referido).

h) Contratação Pública

No Relatório Consolidado de gestão, o ML, enquanto entidade adjudicante, explicita que aplicou o Código dos Contratos Públicos³¹, e que deu cumprimento a todos os normativos e regulamentos em matéria de contratação pública.

Neste âmbito, o CF destaca que os contratos celebrados no ano de 2023 e publicados, no [Portal Base dos Contratos Públicos](#)³², totalizaram 102 procedimentos contratuais, num preço contratual global de 445,5 M€. O tipo de procedimento, cujo preço contratual se revela mais expressivo é o concurso público (365,4 M€; 82% do total; 37 procedimentos), seguido da consulta prévia (70,8 M€; 15,9 % do total³³; 26 procedimentos) e, por fim, o ajuste direto

³¹ Aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

³² Pesquisa efetuada em 02/06/2024

³³ Este montante refere-se essencialmente à [Empreitada de conceção e construção dos acabamentos e sistemas no âmbito da concretização do plano de expansão - prolongamento das linhas Amarela e Verde - extensão Rato-Cais do Sodré -](#)



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

(8,9 M€; 2% do total; 34 procedimentos), dos quais 7,7 M€ (18 procedimentos) por critérios materiais (urgência e motivos técnicos/exclusividade).

Da análise dos dados publicados resulta ainda que:

- As “obras de construção de edifícios relacionados com o transporte ferroviário” (321,9 M€; 72% do total) é o tipo de contrato mais relevante, abrangendo a “Empreitada de Conceção e Construção do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara” do ML (procedimento por concurso público, objeto de visto prévio do Tribunal de Contas);
- 59 procedimentos por ajuste direto e consulta prévia (79,7 M€) foram objeto de publicação, no Portal Base, antes da data do pagamento e ou data de fecho do contrato. No mesmo período, foram publicados, na 2.ª Série do Diário da República, anúncios referentes a 56 concursos públicos, cujo preço base total ascendeu a 123,2 M€.

i) Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e Pagamentos em Atraso

De acordo com os dados divulgados pela empresa, reportados a 31 de dezembro de 2023, o prazo médio de pagamentos era de 19 dias (-2 dias face aos 21 dias de 2022) e os pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias) de 202,4 mil euros (aumento face aos 122,8 mil euros de 2022).

j) Programa de Cumprimento Normativo

Em observância do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, o ML dispõe de um Programa de Cumprimento Normativo e disponibiliza no seu [sítio](#) na internet toda a informação exigível, incluindo o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e os relatórios de avaliação intercalar e anual de 2023.

k) Divulgação de informação

Tanto quanto é do conhecimento do CF, o ML deu cumprimento às obrigações de divulgação de informação no respetivo [sítio](#) na internet e no sítio do SEE.

O Relatório Consolidado 2023 integra a informação exigida para as demonstrações não financeiras, prevista no n.º 2, do artigo 66.º-B, do CSC.

[Metropolitano de Lisboa \(Lote 4\)](#), com um preço contratual de 69,9 M€ e cujo contrato foi objeto de visto prévio do Tribunal de Contas.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

I) Recomendações do acionista/Demonstrações Orçamentais

O SNC-AP é apenas aplicável ao ML quanto ao cumprimento dos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental e à utilização do plano de contas multidimensional, para efeitos de integração da informação no Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas. Neste enquadramento, o ML apresentou as demonstrações orçamentais referentes ao exercício de 2023, em anexo ao Relatório Consolidado de gestão, cujo processo e divulgação ainda carece de melhorias.

Através do Despacho de 22 de junho de 2023, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade Urbana, que procedeu à aprovação dos documentos de prestação de contas de 2021 do ML (incluindo as demonstrações financeiras consolidadas), foi recomendado ao CA que procedesse ao desenvolvimento de determinadas funcionalidades técnicas necessárias para dar cumprimento aos requisitos legais em matéria de contabilidade orçamental e em matéria de divulgação de elementos relativos à contratação administrativa (ver ponto 1. do presente relatório). De acordo com informação prestada pelo ML, não estão reunidas as condições técnicas para a satisfação integral das referidas recomendações, mas estão a ser desenvolvidos esforços nesse sentido.

6. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO (RGS)

Em cumprimento do previsto no artigo 54.º, do RJSPE, o ML apresentou o RGS 2023, o qual obedece, na generalidade, à estrutura previamente definida pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM).

Tendo em conta a análise que o CF fez ao conteúdo do RGS 2023, incluindo os respetivos anexos e o parecer expresso pelo ROC nas CLC neste domínio, o CF é de parecer que o RGS 2023 do ML, aprovado em reunião do CA de 26 de junho de 2024, inclui informação sobre as matérias reguladas no Capítulo II do RJSPE e traduz, na generalidade, a observância das disposições legais aplicáveis e o cumprimento das orientações em vigor.

Nestes termos, e em cumprimento do n.º 5, do artigo 420.º, do CSC, somos de parecer que o RGS 2023 inclui os elementos que são exigíveis ao ML, nos termos previstos no artigo 29.º-H, do Código dos Valores Mobiliários, na sua redação atual, e das demais disposições legais que lhe são aplicáveis.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

7. PARECER

Atento o acima exposto e tendo em consideração as Certificações Legais das Contas e os Relatórios do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Relatório Consolidado de gestão e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do ML evidenciam, com clareza e rigor, a evolução da atividade da empresa durante o exercício e refletem, de forma verdadeira e apropriada, a sua situação económica e financeira, à data de 31 de dezembro de 2023, e que o Relatório do Governo Societário apresentado contém informação atual e completa sobre todas as matérias previstas no capítulo II do RJSPE e no artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Face ao exposto, e em cumprimento do disposto no n.º 6, do artigo 420.º, do CSC, o Conselho Fiscal é de parecer que seja/m:

- a) Aprovados o Relatório Consolidado e as Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas da ML, e respetivos anexos, respeitantes ao exercício de 2023, atentas as reservas e ênfase expressas nas correspondentes Certificações Legais das Contas, bem como o Relatório do Governo Societário referente àquele exercício;
- b) Aprovada a proposta apresentada pelo Conselho de Administração de aplicação dos Resultados Líquidos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no valor negativo de 23.999.579,38 € (vinte e três milhões, novecentos e noventa e nove mil, quinhentos e setenta e nove euros e trinta e oito cêntimos), no sentido da transferência integral deste valor para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 27 de junho de 2024.

O Conselho Fiscal

Presidente

Vogal efetiva

Vogal efetiva

(José Henrique Rodrigues
Polaco)

(Margarida Carla Campos
Freitas Taborda)

(Maria Teresa de Figueiredo
Ferreira Alves Carvalho)

Certificação Legal das Contas Individuais e Consolidadas



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (a Entidade ou ML)**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 5.903.194.890 euros e um total de capital próprio de 1.947.318.717 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 23.999.579 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da “atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML”, através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa cujo prazo de vigência finda em 1 de julho de 2024. Este contrato compreende os direitos e obrigações inerentes à referida prestação de serviço público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. Tal como mencionado na nota 37 do Anexo, foi entretanto celebrado em 27 de março de 2024, entre o Estado Português e o ML, um “Aditamento” ao contrato de concessão, que na presente data ainda carece de visto do Tribunal de Contas para se tornar eficaz. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outras eventuais consequências da celebração do contrato de concessão, não nos tendo sido possível obter informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023. A entrada em vigor do “Aditamento” celebrado em 27 de março de 2024, criará condições para que as políticas contabilísticas necessárias possam vir a ser estabelecidas.
2. Conforme divulgado nas notas 4.2 e 5 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o ML continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas de balanço denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2023, o ativo não corrente compreende o montante de 5.426.679.188 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.226.923.229 euros), (ii) a derivados mensurados ao justo valor em outros ativos financeiros (2.957.885 euros) e a (iii) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.196.798.074 euros e

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA
Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
E-mail: geral@acaudidores.pt – Internet: www.acaudidores.pt



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos, derivados mensurados ao justo valor, provisões e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 2.770.554.879 euros, do qual 1.136.616.704 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo ML relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço.

A entrada em vigor do “Aditamento” ao contrato de concessão celebrado em 27 de março de 2024, criará condições para que as políticas contabilísticas necessárias possam vir a ser estabelecidas.

3. Conforme divulgado na nota 15 do anexo, o balanço inclui em 31 de dezembro de 2023, na rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros”, o montante de 29.686.056 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas no passado pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à adequada mensuração daqueles ativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

As operações do ML têm vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento indispensável à prossecução da sua atividade assegurado pelo Estado Português através de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos, estes últimos, desde 30 de novembro de 2014, objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente seja substancialmente superior ao ativo corrente. Dado estarmos perante uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro. O facto de ainda não ter entrado em vigor o “Aditamento” ao contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 27 de março de 2024, não altera o nosso julgamento atual sobre a verificação do pressuposto da continuidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção “Bases para a opinião com reservas”, definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:



João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O ML contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições com as quais foram contratados.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante total dos instrumentos financeiros derivados refletidos no ativo ascende a 2.957.885 euros (incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração) e no passivo ascende a 8.630.067 euros (incluídos na rubrica de Investimento de infraestruturas de longa duração – Passivo não corrente). As notas 4.2, 4.11, 5, e 5.4 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Análise das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor;• Obtenção e análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP, e• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

A Entidade tem um plano de benefícios definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do ML relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço com pensões a reconhecer no período.

O ML apresenta, em 31 de dezembro de 2023, responsabilidades por benefícios pós-emprego no montante de 266.801.355 euros. As notas 4.15 e 20 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas relativamente a diversos pressupostos atuariais, nomeadamente, taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade, bem como a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Análise da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo;• Validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial;• Verificação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

3. Reconhecimento do rédito e compensações tarifárias

O rédito da Entidade resulta fundamentalmente da venda de títulos de transporte metropolitano de passageiros e das compensações tarifárias atribuídas pelo Estado, pelo cumprimento de determinadas obrigações de serviço público.

A legislação que regula o financiamento do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), bem como a atribuição de indemnizações compensatórias relativas ao passe '4_18@escola.tp', 'sub23@superior.tp' e 'Social +' foi alterada em 2022 por forma a manter o regime extraordinário de apoio aos operadores de transporte de passageiros pela realização dos serviços de transporte público essenciais definidos pelas autoridades de transportes, cuja situação económica foi afetada pelas medidas excecionais de proteção da saúde pública adotadas durante a vigência do estado de emergência respeitante à pandemia COVID-19. Este regime extraordinário, cuja vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2023, encontra-se estabelecido na redação atual do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, e prevê que o pagamento destas verbas está sujeito à avaliação da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), podendo daí resultar a devolução de montantes ou o acerto de contas em pagamento subsequentes.

O ML apresenta, em 2023, vendas e serviços prestados, no montante de 133.253.252 euros. As notas 4.16 e 24 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com estas matérias.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Quer pelo elevado número de movimentos financeiros, de registos no sistema de bilhética e da competente integração no sistema contabilístico, quer pela materialidade dos montantes envolvidos, entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante da nossa auditoria.</p> <p>Face à relevância dos montantes envolvidos, à complexidade dos cálculos e julgamentos inerentes, em função da sua tipologia e sua conformidade com as alterações regulamentares/legislativas, entendemos que as compensações/indemnizações tarifárias constituem uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Levantamento e análise dos procedimentos e controlos existentes no ciclo da receita e do sistema de bilhética;• Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados;• Verificação, para uma amostra de títulos de transporte, se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML coincidem com o sistema de informação da TML face à repartição efetuada por esta Entidade;• Obtenção de confirmações externas dos operadores de transporte com os quais existe repartição de rendimentos;• Realização da revisão analítica através da análise das evoluções mensais por tipologia de serviço;• Realização de procedimentos de validação do corte de operações;• Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos adotados na preparação das estimativas;• Recálculo das estimativas do PART tendo por base a informação disponibilizada pelos ofícios/Relatórios da TML/AML e a informação de vendas/receitas do ML; e• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

4. Reconhecimento e Mensuração das Provisões

O ML apresenta, em 31 de dezembro de 2023, provisões no montante de 9.335.001 euros (das quais 5.062.500 euros, incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração). As notas 4.2, 4.14, 5, 5.7 e 18 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a complexidade e nível de julgamento inerentes à diversidade dos riscos envolvidos, a imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho, e a materialidade das responsabilidades potenciais decorrentes da atividade da Entidade, assim como das atividades relacionadas com a construção, instalação, renovação, manutenção e gestão das ILD que lhe estão afetas, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none">• Obtenção e análise da listagem detalhada dos processos em contencioso preparada pelo gabinete jurídico;• Levantamento e análise dos movimentos contabilísticos mais relevantes ocorridos no período na rubrica de provisões;• Obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos e verificação da sua conformidade com os cálculos das provisões;• Obtenção e análise das demonstrações financeiras das participadas, nas quais o ML enquanto E.P.E. assumiu obrigações legais ou construtivas;• Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos, estimativas e julgamentos utilizados;• Leitura e análise das atas do Conselho de Administração; e• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilística e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório único de gestão, designado pela Entidade como Relatório Consolidado, do Relatório de Governo Societário e da Demonstração não Financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA
Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
E-mail: geral@acaudidores.pt – Internet: www.acaudidores.pt



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras de que a informação, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 410.172.471 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 388.880.960 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo a 31 de dezembro de 2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte: (i) O sistema contabilístico da Entidade não está organizado de acordo com o Plano de Contas Multidimensional, nem o subsistema de contabilidade orçamental se encontra organizado de acordo com a Classe "0" desagregada segundo as classificações económicas vigentes, conforme previsto na NCP 26, que permita obter e validar de forma automática e rigorosa as demonstrações orçamentais ou obter um balancete da classe "0", bem como observar o cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental, sendo o processo de preparação das referidas demonstrações efetuado de forma manual e tendo por base um conjunto de mapas de suporte ao controlo da execução orçamental; e (ii) não foram preparados e incluídos no Anexo às demonstrações orçamentais, tal como dispõe a NCP 26, elementos informativos relativos a "Contratação administrativa".

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 3 al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão, denominado pela Entidade como "Relatório Consolidado", foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. De salientar que a Entidade optou pela apresentação de um relatório de gestão único, abarcando as contas individuais e consolidadas, conforme permitido pelo n.º 6, do art.º 508º - C, do Código das Sociedades Comerciais.

Conforme referido no artigo 451º, n.º 7, do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no denominado "Relatório Consolidado".



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no denominado "Relatório Consolidado" e no Relatório de Governo Societário.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do ML para o mandato 2023-2025, através de Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 3 de outubro de 2023. Esta nomeação surgiu na sequência de procedimento concursal desencadeado pelo Conselho Fiscal da Entidade e sob sua proposta, nos termos legais e estatutários aplicáveis ao ML.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material nas demonstrações financeiras da Entidade devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos a que se refere o n.º 1 do art.º 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos ao ML quaisquer serviços distintos da auditoria.

LISBOA, em 27 de junho de 2024

"João Cipriano & Associado, SROC, Lda"

(Inscrita na OROC sob o n.º 119 e registada na CMVM com o n.º 20161438)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano

(ROC n.º 631; registo na CMVM n.º 20160277)



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (o Grupo ou Entidade)**, que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 5.903.668.850 euros e um total de capital próprio de 1.920.987.453 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 24.002.041 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da “atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML”, através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa cujo prazo de vigência finda em 1 de julho de 2024. Este contrato compreende os direitos e obrigações inerentes à referida prestação de serviço público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. Tal como mencionado na nota 37 do Anexo, foi, entretanto, celebrado em 27 de março de 2024, entre o Estado Português e o ML, um “Aditamento” ao contrato de concessão, que na presente data ainda carece de visto do Tribunal de Contas para se tornar eficaz. As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outras eventuais consequências da celebração do contrato de concessão, não nos tendo sido possível obter informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2023. A entrada em vigor do “Aditamento” celebrado em 27 de março de 2024, criará condições para que as políticas contabilísticas necessárias possam vir a ser estabelecidas.
2. Conforme divulgado nas notas 3.3 e 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA
Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
E-mail: geral@acauditores.pt – Internet: www.acauditores.pt



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o Grupo continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas da demonstração consolidada da posição financeira denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2023, o ativo não corrente compreende o montante de 5.426.679.188 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.226.923.229 euros), (ii) a derivados mensurados ao justo valor em outros ativos financeiros (2.957.885 euros) e a (iii) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.196.798.074 euros e correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos, derivados mensurados ao justo valor, provisões e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 2.770.554.879 euros, do qual 1.136.616.704 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo Grupo relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas em apreço.

A entrada em vigor do “Aditamento” ao contrato de concessão celebrado em 27 de março de 2024, criará condições para que as políticas contabilísticas necessárias possam vir a ser estabelecidas.

3. Conforme divulgado na nota 15 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a demonstração consolidada da posição financeira inclui em 31 de dezembro de 2023, na rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros”, o montante de 29.686.056 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas no passado pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à adequada mensuração daqueles ativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

As operações do Grupo têm vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento indispensável à prossecução da sua atividade assegurado pelo Estado Português através de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos, estes últimos, desde 30 de novembro de 2014, objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente seja substancialmente superior ao ativo corrente. Dado estarmos perante um Grupo cuja empresa-mãe é uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro. O facto de ainda não ter entrado em vigor o “Aditamento” ao contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 27 de março de 2024, não altera o nosso julgamento atual sobre a verificação do pressuposto da continuidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção “Bases para a opinião com reservas”, definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O Grupo contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições com as quais foram contratados.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante total dos instrumentos financeiros derivados refletidos no ativo ascende a 2.957.885 euros (incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração) e no passivo ascende a 8.630.067 euros (incluídos na rubrica de Investimento de infraestruturas de longa duração – Passivo não corrente). As notas 3.3, 3.12, 5, e 5.4 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Análise das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor;• Obtenção e análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP, e• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

A Entidade tem um plano de benefícios definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do ML relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço com pensões a reconhecer no período.

O Grupo apresenta, em 31 de dezembro de 2023, responsabilidades por benefícios pós-emprego no montante de 266.801.355 euros. As notas 3.16 e 20 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.



João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas relativamente a diversos pressupostos atuariais, nomeadamente, taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade, bem como a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none">• Análise da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo;• Validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial;• Verificação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

3. Reconhecimento do rédito e compensações tarifárias

O rédito da Entidade resulta fundamentalmente da venda de títulos de transporte metropolitano de passageiros e das compensações tarifárias atribuídas pelo Estado, pelo cumprimento de determinadas obrigações de serviço público.

A legislação que regula o financiamento do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), bem como a atribuição de indemnizações compensatórias relativas ao passe '4_18@escola.tp', 'sub23@superior.tp' e 'Social +' foi alterada em 2022 por forma a manter o regime extraordinário de apoio aos operadores de transporte de passageiros pela realização dos serviços de transporte público essenciais definidos pelas autoridades de transportes, cuja situação económica foi afetada pelas medidas excecionais de proteção da saúde pública adotadas durante a vigência do estado de emergência respeitante à pandemia COVID-19. Este regime extraordinário, cuja vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2023, encontra-se estabelecido na redação atual do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, e prevê que o pagamento destas verbas está sujeito à avaliação da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), podendo daí resultar a devolução de montantes ou o acerto de contas em pagamento subsequentes.

O Grupo apresenta, em 2023, vendas e serviços prestados, no montante de 133.966.189 euros. As notas 3.17 e 24 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as divulgações relacionadas com estas matérias.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Quer pelo elevado número de movimentos financeiros, de registos no sistema de bilhética e da competente integração no sistema contabilístico, quer pela materialidade dos montantes envolvidos, entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante da nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none">• Levantamento e análise dos procedimentos e controlos existentes no ciclo da receita e do sistema de bilhética;• Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados;• Verificação, para uma amostra de títulos de transporte, se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML coincidiam com o sistema de informação da TML face à repartição efetuada por esta Entidade;• Obtenção de confirmações externas dos operadores de transporte com os quais existe repartição de rendimentos;



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Riscos de distorção material mais significativos (continuação)	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos (continuação)
Face à relevância dos montantes envolvidos, à complexidade dos cálculos e julgamentos inerentes, em função da sua tipologia e sua conformidade com as alterações regulamentares/legislativas, entendemos que as compensações/indemnizações tarifárias constituem uma matéria relevante de auditoria.	<ul style="list-style-type: none">• Realização da revisão analítica através da análise das evoluções mensais por tipologia de serviço;• Realização de procedimentos de validação do corte de operações;• Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos adotados na preparação das estimativas;• Recálculo das estimativas do PART tendo por base a informação disponibilizada pelos officios/Relatórios da TML/AML e a informação de vendas/receitas do ML; e• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

4.Reconhecimento e Mensuração das Provisões

O Grupo apresenta, em 31 de dezembro de 2023, provisões no montante de 8.753.333 euros (das quais 5.062.500 euros, incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração). As notas 3.3., 3.15, 5, 5.7 e 18 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos (continuação)	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos (continuação)
Dada a complexidade e nível de julgamento inerentes à diversidade dos riscos envolvidos, a imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho, e a materialidade das responsabilidades potenciais decorrentes da atividade da Entidade, assim como das atividades relacionadas com a construção, instalação, renovação, manutenção e gestão das ILD que lhe estão afetas, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none">• Obtenção e análise da listagem detalhada dos processos em contencioso preparada pelo gabinete jurídico;• Levantamento e análise dos movimentos contabilísticos mais relevantes ocorridos no período na rubrica de provisões;• Obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos e verificação da sua conformidade com os cálculos das provisões;• Obtenção e análise das demonstrações financeiras das participadas, nas quais o ML enquanto E.P.E. assumiu obrigações legais ou construtivas;• Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos, estimativas e julgamentos utilizados;• Leitura e análise das atas do Conselho de Administração; e• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Contabilística e de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório único de gestão, designado pela Entidade como Relatório Consolidado, do Relatório de Governo Societário e da Demonstração não Financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão, denominado pelo Grupo como "Relatório Consolidado", com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 3 al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão, denominado pela Entidade como "Relatório Consolidado", foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. De salientar que a Entidade optou pela apresentação de um relatório de gestão único, abarcando as contas individuais e consolidadas, conforme permitido pelo n.º 6, do art.º 508º - C, do Código das Sociedades Comerciais.

Conforme referido no artigo 451º, nº 7, do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no denominado "Relatório Consolidado".

Sobre o Formato Eletrónico Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos estabelecidos no Regulamento Delegado (U E) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o GAT - Guia de Aplicação Técnica 20 da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- A obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido;
- A identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela Entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no denominado "Relatório Consolidado" e no Relatório de Governo Societário.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Entidade-mãe do Grupo), para o mandato 2023-2025, através de Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 3 de outubro de 2023. Esta nomeação surgiu na sequência de procedimento concursal desencadeado pelo Conselho Fiscal da Entidade e sob sua proposta, nos termos legais e estatutários aplicáveis ao ML.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. nesta mesma data.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

- Declaramos que não prestámos ao Grupo quaisquer serviços proibidos a que se refere o n.º 1 do art.º 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos ao grupo quaisquer serviços distintos da auditoria.

LISBOA, em 27 de junho de 2024

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”

(Inscrita na OROC sob o n.º 119 e registada na CMVM com o n.º 20161438)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano

(ROC n.º 631; registo na CMVM n.º 20160277)

Relatório do Auditor Externo (Contas Individuais e Consolidadas)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Metropolitano de Lisboa, E.P.E.**, (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 5.903.194.890 euros e um total de capital próprio de 1.947.318.717 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 23.999.579 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

- 1) O contrato de concessão celebrado com o Estado em março de 2015 atribuiu à Entidade a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público metropolitano de passageiros na área metropolitana de Lisboa, compreendendo todos os bens afetos à concessão e os direitos e obrigações destinados ao desenvolvimento dessa atividade. Contudo, a classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do referido contrato de concessão não foram refletidos nas demonstrações financeiras de 2015 a 2023. Não dispomos de informação que nos permita quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras.
- 2) Conforme divulgado nas notas 4.2 e 5 do anexo, o Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, estabeleceu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) da Entidade. O contrato de concessão celebrado em 2015 não procedeu à definição dos termos e condições que regem o relacionamento entre as partes, no que respeita à posse e utilização das ILD. Não obstante esta falta de definição, a Entidade tem vindo a adotar o procedimento de registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas do balanço denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no ativo e no passivo e cujo saldo a 31 de dezembro de 2023 ascende a 5.426.679.188 euros no ativo não corrente (que compreende créditos a receber do Estado, derivados mensurados ao justo valor,

ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento), e a 1.136.618.704 euros no passivo não corrente e a 1.633.936.175 euros no passivo corrente (respeitantes a financiamentos, provisões e outras contas a pagar relacionados com as ILD). De salientar ainda que os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Face à indefinição contratual que regule esta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço.

- 3) Como consta da nota 15 do anexo, a rubrica “Diferimentos” no ativo inclui cerca de 29.700.000 euros, líquido de perdas por imparidade, referente a obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, por falta de formalização de protocolos devidos. A informação disponível não permite concluir sobre a recuperabilidade destes montantes.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
<p>Foram contratados instrumentos financeiros derivados, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD, que estão classificados como de negociação. O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2023 no ativo ascende a 2.957.885€ e no passivo a 8.630.067€, de acordo com a valorização efetuada pelas instituições bancárias com os quais foram contratados.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.11 e 5.4 do anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das metodologias e estimativas considerados na determinação do justo valor; • Obtenção e análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

2. Reconhecimento das prestações de serviços

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
<p>A rubrica Vendas e prestações de serviços respeita, essencialmente, à venda de títulos de transporte, cujo montante depende de leis e regulamentos, de dotações orçamentais e de repartições de receita comunicadas por entidades externas, fatores não controlados pela Entidade. Acresce o elevado número de registos no sistema de bilhética, o que implica o risco de o rendimento ser incorretamente reconhecido, pelo que entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante de auditoria. O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2023 ascende a 133.248.691€.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.16 e 24 do anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>A relevância dos montantes envolvidos, a dimensão das transações e os julgamentos inerentes, em função da sua tipologia e sua conformidade com as alterações regulamentares/legislativas, justificam que</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento e avaliação dos procedimentos e controlos relevantes identificados no ciclo da receita e, em particular, no sistema de bilhética; • Teste à operacionalidade dos controlos relevantes relacionados com a integração da receita na contabilidade; • Apreciação da razoabilidade das especializações efetuadas e dos pressupostos considerados; • Validação do reconhecimento do rendimento com os respetivos recebimentos e ofícios da TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. (TML); • Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados;

<p>esta área seja considerada como matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação, para uma amostra de títulos de transporte, se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML coincidiam com o sistema de informação da TML e recálculo da repartição efetuada pela TML relativamente à venda desses títulos. • Obtenção de confirmações externas dos operadores de transporte com os quais existe repartição de rendimentos; • Realização da revisão analítica por tipologia de serviço; • Realização de procedimentos de validação do corte de operações; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.
--	--

3. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
<p>A entidade tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. A responsabilidade decorrente deste plano é determinada por avaliação atuarial efetuada em cada data de relato, de acordo com o método da unidade de crédito projetada.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.15 e 20 do anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>Dado que os pressupostos utilizados quanto à mensuração das responsabilidades envolvem um grau de incerteza e um nível de julgamento elevado por parte do órgão de gestão, consideramos que esta é uma área significativa de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; • Validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial; • Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

4. Mensuração das Provisões

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Dada a complexidade dos processos judiciais, o elevado número de processos, o nível de julgamento envolvido na determinação dos riscos, a imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho e a materialidade das responsabilidades que podem vir a resultar, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.14 e 18 do anexo às demonstrações financeiras</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obtenção e análise da relação dos processos em contencioso preparada pelo departamento jurídico; • Obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos e verificação da sua conformidade com o cálculo das provisões; • Análise crítica e discussão dos pressupostos considerados na quantificação das provisões; • Obtenção e análise das demonstrações financeiras das participadas, nas quais a Entidade assumiu obrigações legais ou construtivas; • Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos, estimativas e julgamentos utilizados; • Leitura e análise das atas do Conselho de Administração; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

Outras matérias

A Entidade tem vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento indispensável à prossecução da sua atividade assegurado pelo Estado Português através de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos, estes últimos, desde 30 de novembro de 2014, objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente seja substancialmente superior ao ativo corrente. Dado estarmos perante uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário e informação não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais na matéria do governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida 410.172.471 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 388.880.960 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte:

- i) A Entidade não adotou o Plano de Contas Multidimensional, não dispondo de contas da Classe “0” nos moldes previstos na NCP 26, o que não permite obter e validar as demonstrações orçamentais de forma automática e rigorosa ou obter um balancete da classe “0”. Adicionalmente, não é possível observar o cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental, sendo o processo de preparação das referidas demonstrações manual e suportado num conjunto de mapas de controlo da execução orçamental; e
- ii) O Anexo às demonstrações orçamentais não inclui informação exigida pela NCP 26, designadamente quanto à “Contratação administrativa”.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no denominado “Relatório consolidado”.

Sobre o relatório do governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o formato eletrónico único europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (EU) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos contratados como auditores externos da Entidade pela primeira vez em 27 de dezembro de 2023 para os exercícios de 2023 a 2025.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que não prestámos à Entidade e às entidades sob o seu controlo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Porto, 26 de junho de 2024



KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, Lda.

Representada por Pedro Morais dos Santos

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Metropolitano de Lisboa, E.P.E.**, (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 5.903.668.850 euros e um total de capital próprio de 1.920.987.453 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 24.002.041 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada do rendimento integral e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

- 1) O contrato de concessão celebrado com o Estado em março de 2015 atribuiu ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público metropolitano de passageiros na área metropolitana de Lisboa, compreendendo todos os bens afetos à concessão e os direitos e obrigações destinados ao desenvolvimento dessa atividade. Contudo, a classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do referido contrato de concessão não foram refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas de 2015 a 2023. Não dispomos de informação que nos permita quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras consolidadas.

- 2) Conforme divulgado nas notas 4.2 e 5 do anexo, o Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, estabeleceu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) da Entidade. O contrato de concessão celebrado em 2015 não procedeu à definição dos termos e condições que regem o relacionamento entre as partes, no que respeita à posse e utilização das ILD. Não obstante esta falta de definição, o Grupo tem vindo a adotar o procedimento de registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas do balanço denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no ativo e no passivo e cujo saldo a 31 de dezembro de 2023 ascende a 5.426.679.188 euros no ativo não corrente (que compreende créditos a receber do Estado, derivados mensurados ao justo valor, ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento), e a 1.136.618.704 euros no passivo não corrente e a 1.633.936.175 euros no passivo corrente (respeitantes a financiamentos, provisões e outras contas a pagar relacionados com as ILD). De salientar ainda que os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Face à indefinição contratual que regule esta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço.
- 3) Como consta da nota 15 do anexo, a rubrica “Diferimentos” no ativo inclui cerca de 29.700.000 euros, líquido de perdas por imparidade, referente a obras efetuadas pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, por falta de formalização de protocolos devidos. A informação disponível não permite concluir sobre a recuperabilidade destes montantes.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
<p>Foram contratados instrumentos financeiros derivados, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD, que estão classificados como de negociação. O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2023 no ativo ascende a 2.957.885€ e no passivo a 8.630.067€, de acordo com a valorização efetuada pelas instituições bancárias com os quais foram contratados.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.11 e 5.4 do anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das metodologias e estimativas considerados na determinação do justo valor; • Obtenção e análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

2. Reconhecimento das prestações de serviços

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
<p>A rubrica Vendas e prestações de serviços respeita, essencialmente, à venda de títulos de transporte, cujo montante depende de leis e regulamentos, de dotações orçamentais e de repartições de receita comunicadas por entidades externas, fatores não controlados pelo Grupo. Acresce o elevado número de registos no sistema de bilhética, o que implica o risco de o rendimento ser incorretamente reconhecido, pelo que entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante de auditoria. O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2023 ascende a 133.966.189€.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.16 e 24 do anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento e avaliação dos procedimentos e controlos relevantes identificados no ciclo da receita e, em particular, no sistema de bilhética; • Teste à operacionalidade dos controlos relevantes relacionados com a integração da receita na contabilidade; • Apreciação da razoabilidade das especializações efetuadas e dos pressupostos considerados; • Validação do reconhecimento do rendimento com os respetivos recebimentos e ofícios da TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. (TML);

<p>A relevância dos montantes envolvidos, a dimensão das transações e os julgamentos inerentes, em função da sua tipologia e sua conformidade com as alterações regulamentares/legislativas, justificam que esta área seja considerada como matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados; • Verificação, para uma amostra de títulos de transporte, se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML coincidiam com o sistema de informação da TML; • Obtenção de confirmações externas dos operadores de transporte com os quais existe repartição de rendimentos; • Realização da revisão analítica por tipologia de serviço; • Realização de procedimentos de validação do corte de operações; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.
---	---

3. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
<p>A entidade tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. A responsabilidade decorrente deste plano é determinada por avaliação atuarial efetuada em cada data de relato, de acordo com o método da unidade de crédito projetada.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.15 e 20 do anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>Dado que os pressupostos utilizados quanto à mensuração das responsabilidades envolvem um grau de incerteza e um nível de julgamento elevado por parte do órgão de gestão, consideramos que esta é uma área significativa de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; • Validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial; • Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

4. Mensuração das Provisões

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Dada a complexidade dos processos judiciais, o elevado número de processos, o nível de julgamento envolvido na determinação dos riscos, a imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho e a materialidade das responsabilidades que podem vir a resultar, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.14 e 18 do anexo às demonstrações financeiras</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obtenção e análise da relação dos processos em contencioso preparada pelo departamento jurídico; • Obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos e verificação da sua conformidade com o cálculo das provisões; • Análise crítica e discussão dos pressupostos considerados na quantificação das provisões; • Obtenção e análise das demonstrações financeiras das participadas, nas quais a Entidade assumiu obrigações legais ou construtivas; • Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos, estimativas e julgamentos utilizados; • Leitura e análise das atas do Conselho de Administração; • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

Outras matérias

O Grupo tem vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento indispensável à prossecução da sua atividade assegurado pelo Estado Português através de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos, estes últimos, desde 30 de novembro de 2014, objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente seja substancialmente superior ao ativo corrente. Dado estarmos perante um Grupo cuja empresa-mãe é uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações do Grupo, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário e informação não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais na matéria do governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no denominado “Relatório consolidado”.

Sobre o relatório do governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o formato eletrónico único europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (EU) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos contratados como auditores externos do Grupo pela primeira vez em 27 de dezembro de 2023 para os exercícios de 2023 a 2025.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do grupo nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

- Informamos que não prestámos ao Grupo e às entidades sob o seu controlo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Porto, 26 de junho de 2024



KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, Lda.

Representada por Pedro Morais dos Santos

Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

Análise de materialidade e limites do relatório

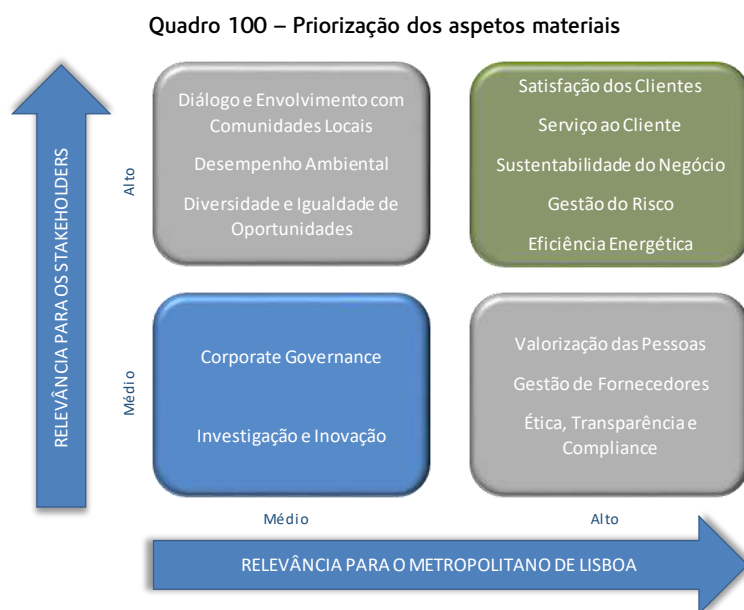
Conforme o IIRC – Estrutura Internacional para o Relatório Integrado (do inglês, International Integrated Reporting Council) podemos definir materialidade como sendo os assuntos ou os tópicos materiais que afetam (de forma significativa) a capacidade duma organização de gerar valor no curto, no médio e no longo prazo. Ainda de acordo com o IIRC, “um relatório integrado é um documento conciso sobre como a estratégia, a governance, o desempenho e as perspetivas de uma empresa, no contexto de ambiente externo, levam à criação de valor no curto, no médio e no longo prazo.”

Este Relatório Consolidado visa comunicar às partes interessadas o caminho que o ML está a seguir com vista à sua sustentabilidade e de que forma está a contribuir para a sustentabilidade do meio envolvente. Para tal foram identificadas as partes interessadas (apresentadas neste relatório, no capítulo “Partes Interessadas”).

Com o intuito de reconhecer e priorizar, desde o início, todas as questões relevantes que possam constituir riscos e oportunidades para o negócio, procedeu-se a uma seleção dos aspetos materiais para o exercício de 2022.

A seleção dos aspetos materiais entrou em linha de conta com o Global Reporting Initiative (GRI) e com os impactos económicos, ambientais e sociais que estes têm na organização, bem como, de que forma estes podem influenciar nas avaliações e nas decisões das partes interessadas.

Assim, para este passo levou-se em linha de conta as formas de auscultação às partes interessadas (já apresentadas neste relatório).

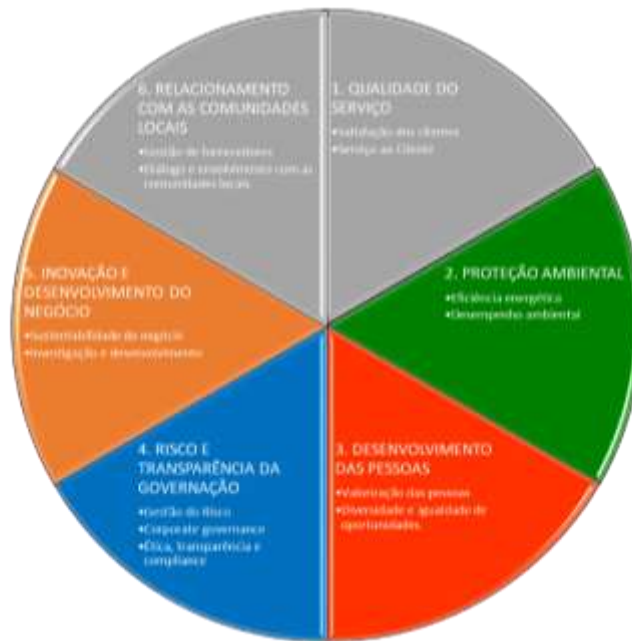


As principais fontes utilizadas para a seleção das questões materiais incluem:

- Os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI);
- Os indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa;
- A estratégia definida e os compromissos assumidos pela organização;
- Os factos ocorridos no ano de referência;
- Os requisitos da Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro e o cumprimento legal do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho;
- A análise do contexto externo onde a organização se insere.

Os temas materiais considerados podem ser atribuídos à abordagem de sustentabilidade METRO e às áreas estratégicas de atuação. É sobre estes temas materiais que o presente relatório relata com maior enfoque.

Quadro 101 – Alinhamento dos aspetos materiais com a estratégia



Indicadores GRI

1) Desempenho Económico

GRI 201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

	2021	2022	2023
Valor económico gerado (€)	111.951.732	128.001.652	137.046.139
Valor económico distribuído (€)	146.308.899	149.201.034	144.741.639
Valor económico acumulado (€)	-34.357.168	-21.199.382	-7.695.500

Valores reexpressos

GRI 201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de alterações climáticas

O Metropolitano de Lisboa tem uma estrutura resiliente face às alterações climáticas, nomeadamente ao risco de subida do nível da água do mar, dado garantir a inexistência de entradas abaixo da cota 4 metros.

A maior sensibilização da comunidade para as alterações climáticas e para a necessidade de descarbonização da economia pode levar a um aumento da procura do transporte público energeticamente eficiente, como o Metro bem como a medidas discriminatórias positivas.

GRI 201-3 Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de reforma

O valor estimado em 2023 para as responsabilidades do plano é de 266.801.355 euros.

Não aplicável quanto à existência de um fundo separado para pagar as responsabilidades do Plano de Pensões.

GRI 201-4 Apoio financeiro recebido do Governo

	2021	2022	2023
Dotações de capital (€)	253.904.909	181.390.745	57.511.019
Compensações Financeiras / Ministério do Ambiente e da Ação Climática / AML (€)	(i) 48.233.046	(iii) 14.295.918	(v) 15.696.318
Subsídio ao Investimento / PIDDAC / Fundo Ambiental / IMT (€)	(ii) 153.517.599	(iv) 10.639.940	(vi) 96.075.730
Empréstimos DGTF (€)	167.147.451	35.197.631	9.024.285

(i) Inclui recebimentos AML: 44.566.434 € (PART: 7.848.238 €, COVID: 36.718.196 €) e compart. tarifárias 3.666.613 €.

(ii) Inclui PIDDAC 800.000 €, Fundo Ambiental: 56.847.527 €, Fundo de Coesão: 38.683.399 € e PRR 70.816.795 €.

(iii) Inclui PART: 10,8 milhões de euros.

(iv) Inclui Fundo Ambiental: 57 mil euros, PRR: 1,5 milhões de euros e PART 'variável': 9,1 milhões de euros.

(v) Comparticip. 4-18, Sub_23 e Social+ 3,5 milhões de euros, Antigos Combatentes 1,7 milhões de euros, Gratuidade CML 5,6 milhões de euros, PART 4,9 milhões de euros

(vi) Sub. Invest. do Estado 800 mil euros, F.Ambiental 53,9 milhões de euros, POSEUR 39,1 milhões de euros, PRR 2,3 milhões de euros

GRI 202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, discriminado por género

	2021	2022	2023
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	154,1	150,3	147,7

	Ano 2022		Ano 2023	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	150,30	150,30	147,70	147,70
Proporção do salário mais baixo no ML comparado com o salário mínimo nacional	145,33	146,60	145,33	144,18

GRI 202-2 Proporção de membros de direção contratados na comunidade local

	2021	2022	2023
% de gestão de topo ocupados por pessoas da comunidade local	91,7%	92,3%	92,3%

GRI 203-1 Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços

Extensão do desenvolvimento de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração suportados no valor de 90.058.589 euros.

Identificação dos impactos nas comunidades locais:

- O investimento na rede de transportes públicos coletivos é fundamental para garantir o acesso aos direitos constitucionais ao trabalho, à educação e à saúde, da população que dela depende;
- A melhoria da rede de transportes públicos promove a dispersão do emprego, beneficiando zonas mais afastadas do centro das cidades e contribuindo, assim, para a dinamização da economia e para a melhoria da qualidade de vida da população;
- A melhoria da oferta da rede de metro beneficia também a capacidade efetiva de todos os outros modos de transporte – ferroviária pesada e ligeira, transporte fluvial, tráfego viário e modos suaves. O “efeito de rede” é comum a todos os modos de transporte, mas o metro tem grande vantagem de contribuir para a diminuição da poluição atmosférica local e para o descongestionamento da rede viária.

Os investimentos e serviços atrás descritos são compromissos comerciais.

GRI 204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais

	2021	2022	2023
Gastos com fornecedores locais (%)	96,9	97,3	97,1%

GRI 205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção

	2021	2022	2023
Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	100%	100%	100%
	21	23	(*) 22
Nº de casos de corrupção identificados	0	0	(**) 1

(*) A partir de 01.12.2020 as unidades de negócio passaram a ser 20 (anteriormente eram 17).

(**) Infração conexa com a corrupção, reportada ao MENAC, tendo sido aplicada a pena de despedimento com justa causa e elaborada a correspondente queixa-crime.

GRI 205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

	2021		2022		2023	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	24	88,9%	(*) 26	89,7%	29	100,0%
Colaboradores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	1515	100,0%	1538	100,0%	1571	100,0%
Parceiros de negócio aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	1003	100,0%	(**) 1201	100,0%	913	100,0%
Membros do órgão de <i>governance</i> que receberam formação no combate à corrupção	1	3,7%	1	3,4%	28	96,6%
Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção	5	0,3%	9	0,6%	786	50,0%

GRI 205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

	2021	2022	2023
Incidentes de corrupção	0	0	(*) 1

(*) Infração conexa com a corrupção, reportada ao MENAC, tendo sido aplicada a pena de despedimento com justa causa e elaborada a correspondente queixa-crime.

GRI 206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de confiança e monopólio

Não foram tomadas quaisquer ações legais nestas matérias.

GRI 207-1 Abordagem tributária

O Metropolitano de Lisboa é uma Entidade Pública Empresarial (EPE) que se rege por estatutos próprios e desenvolve a sua atividade de acordo com as leis e regulamentos que lhe são aplicáveis.

Desde 2011 que o ML foi incluído na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas como entidade pública reclassificada (EPR), equiparada a Serviços e Fundos Autónomos (SFA), decorrendo para a empresa impactos relevantes em matéria de enquadramento orçamental, reporte de informação e observância de legislação aplicável, designadamente sujeição à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, Lei do Enquadramento Orçamental e obrigatoriedade de preparação de Propostas Orçamentais a submeter à Direção Geral do Orçamento (DGO) para inscrição direta no Orçamento de Estado (OE).

A Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) da Assembleia da Republica é desde 2010 uma unidade parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, que presta apoio na elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental e financeira pública.

GRI 207-2 Governança, controlo e gestão de risco fiscal

O ML monitoriza e faz a gestão das matérias fiscais por forma a garantir a melhor tomada de decisão e a minimizar os potenciais riscos fiscais. O Conselho Fiscal é o órgão responsável por garantir a conformidade neste domínio, fiscalizando o processo de preparação e divulgação de informação financeira. O Conselho Fiscal elabora pareceres aos relatórios trimestrais de execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) e um relatório anual, dando o seu parecer ao relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração.

2) Desempenho ambiental

GRI 301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume

	2021	2022	2023
Lâmpadas (un.)	12.934	19.922	10.451
Papel (kg)	12.612,00	24.881,00	43.875,00
Betão (m3)	6.181,87	16.666,00	69.968,00
Aço (t)	716,00	676,00	5.703,00
Toners (un.)	23,00	213,00	97,00
Abraçadeiras (un.)	41.690,00	47.058,00	43.079,00
Cabo (m)	9.213	13.276	15.686

GRI 301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados
Dados não disponíveis.**GRI 301-3 Produtos e embalagens recuperados**
Não aplicável.**GRI 302-1 Consumo de energia dentro da organização****GRI 302-2 Consumo de energia fora da organização**

	2021	2022	2023
Gasóleo (MWh)	678	742	780
Gasolina (MWh)	4,66	1,98	7,42
Gás natural (MWh)	3.371	3.022	2.186
Eletricidade (MWh)	87.712	95.994	100.369
Total (MWh)	91.766	99.760	103.342

GRI 302-3 Intensidade energética

	2021	2022	2023
Eficiência energética (Pass.km/kWh)	4,60	7,42	8,73

GRI 302-4 Redução do consumo de energia**GRI 302-5 Redução nos requisitos de energia relacionados com produtos e serviços**

Durante o ano de 2023 deu-se continuidade ao projeto de mudança de tecnologia de iluminação das estações e restantes instalações por solução energeticamente mais eficiente baseada em tecnologia LED.

De igual forma concluiu-se a implementação do novo regime de funcionamento dos ventiladores permitindo ajustar as velocidades dos mesmos com as necessidades de renovação do ar após instalação das sondas de monitorização de qualidade do ar das estações.

Ainda em 2023 conseguiu-se uma redução de 28%, face ao ano transato, nos consumos de gás natural em resultado das medidas de alteração da regulação da temperatura dos equipamentos de climatização das zonas oficiais e escritórios, bem como, da eliminação de águas quentes nas instalações sanitárias do edifício administrativo do PMO III.

GRI 303-1 Renovação de água por fonte**GRI 303-2 Fontes de água significativas afetadas pela retirada de água**

A totalidade da água consumida pelo ML é de fornecimento público e provém da barragem de Castelo de Bode sendo que o consumo do ML não afeta, de forma relevante, a água armazenada nessa albufeira.

GRI 303-3 Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada

0 (zero).

GRI 304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou adjacentes de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas**GRI 304-2 Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas****GRI 304-3 Habitats protegidos ou restaurados****GRI 304-4 Número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação de habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção**

De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a cidade de Lisboa e os concelhos limítrofes (Amadora e Odivelas) estão fora das Áreas Protegidas e Classificadas do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas Lisboa e Vale do Tejo do ICNF.

GRI 305-1 Emissões diretas de gases de efeitos estufa (GEE) (âmbito 1)**GRI 305-2 Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes de aquisição de energia (âmbito 2)****GRI 305-3 Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (âmbito 3)****GRI 305-4 Intensidade das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)****GRI 305-5 Redução das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)**

	2021	2022	2023
Emissões diretas de gases de efeitos estufa (t CO ₂ e)	853	801	645
Emissões indiretas de gases de efeitos estufa (t CO ₂ e)	17.025	5.975	0
Outras emissões indiretas GEE (t CO ₂ e)	4,76	20,63	24,49
Intensidade de GEE (g CO ₂ e/Pkm)	42,2	8,4	0,0
Total de emissões evitadas (t CO ₂ e)	-3.703	38.772	20.671

GRI 305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono

0 (zero).

GRI 305-7 Emissões de óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões atmosféricas significativas

	2021	2022	2023
Emissões SO ₂ - gás acidificante (t)	229	251	262
Emissões NO ₂ - gás precursor do ozono (t)	106	116	121

GRI 306-1 Descarga de água, discriminada por qualidade e destino

Fonte	Qualidade	Destino	Tratamento efetuado	Estimativa Anual 2023 (m ³)	
PMO II (Lisboa)	Águas residuais de caráter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa	<p>As águas residuais descarregadas nos coletores destes municípios são encaminhadas para as seguintes estações de tratamento de águas residuais:</p> <p>ETAR de Alcantara ETAR de Chelas ETAR de Beirolas ETAR de Bucelas ETAR de Frielas ETAR de São João da Talha</p>	5.558	
PMO III (Lisboa)	Águas residuais de caráter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa		18.907	
Estações ML integradas no município de Lisboa	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa		<p>ETAR de Alcantara – tratamento primário avançado, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta de 3,3 m³/s em tempo seco (com desinfecção final do efluente) e 6,6 m³/s em tempo de chuva (com tratamento físico-químico).</p> <p>ETAR de Chelas – tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfecção final do efluente, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de 52.500 m³/dia.</p> <p>ETAR de Beirolas – tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfecção do efluente, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para 54.500 m³/dia.</p> <p>ETAR de Bucelas – tratamento secundário por vala de oxidação, filtração em areia e desinfecção por UV, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta igual a 36,3 l/s e caudal médio diário de 1.575 m³/dia.</p> <p>ETAR de Frielas – tratamento secundário, por lamas ativadas, incluindo tratamento de afinação por biofiltração e desinfecção por UV, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para 70.000 m³/dia.</p> <p>ETAR de São João da Talha – tratamento secundário, por lamas ativadas, dispendo de uma capacidade de tratamento instalada para cerca de 16.000 m³/dia.</p>	32.541
Estações ML integradas no município de Loures	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Loures			
Estações ML integradas no município de Odivelas	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Odivelas			
Estações ML integradas no município da Amadora	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais da Amadora			
<p>Síntese:</p> <p>Os locais do ML com produção de águas residuais industriais ou potencialmente industriais são:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Parques de Materiais e Oficinas II e III – onde são produzidas águas residuais de caráter industrial (e que dentro do ML passam por sistemas de tratamento como separador de hidrocarbonetos); · Estações do ML – onde são produzidas águas que podem ter caráter potencialmente industrial, consoante as atividades desenvolvidas nas mesmas, como por exemplo, atividades no âmbito da restauração. <p>As águas residuais do ML são monitorizadas periodicamente, segundo um plano definido de acordo com as suas características.</p> <p>Estima-se, com base nos consumos de 2021 do ML, que o total de águas residuais descarregadas nos PMO foi de 26.347 m³ e que no total de todas as estações de metro foram descarregados cerca de 37.954 m³.</p>				<p>Estimativa do total de água residual descarregada nos PMO II e PMO III (caráter industrial)</p> <p>24.465</p>	
				<p>Estimativa do total de água residual descarregada nas estações do ML (potencial caráter industrial)</p> <p>32.541</p>	

Estima-se que cerca de 80% da água consumida é descarregada como água residual.

	2021	2022	2023
Total de água residual, com potencial caráter industrial, descarregada pelo ML (m ³)	60.580	60.522	57.006

GRI 306-2 Quantidade total de Resíduos, discriminados por tipo e método de disposição

	2021	2022	2023
Peso total de resíduos perigosos	1,2%	10,4%	1,8%
Peso total de resíduos não perigosos	98,8%	89,6%	98,2%
Peso total de resíduos para eliminação	32,4%	68,3%	70,0%
Peso total de resíduos para recuperação	67,6%	31,7%	30,0%

	2021	2022	2023
Resíduos perigosos (t)	19	116	22
Resíduos não perigosos (t)	1.613	995	1.176
Resíduos para eliminação (t)	528	759	839
Resíduos para recuperação (t)	1.104	353	359

GRI 306-3 Número total e volume de derramamentos significativos

Em 2023 não se verificou nenhum derrame significativo.

GRI 306-4 Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigoso e percentagem de resíduos transportados internacionalmente

Todos os resíduos são integralmente geridos em território português.

GRI 306-5 Identificação, tamanho, *status* de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização

Não aplicável na medida em que todo o escoamento de água é encaminhado através de coletores municipais para as ETAR.

GRI 307-1 Incumprimento das leis e regulamentos ambientais

O Metropolitano de Lisboa tem uma metodologia definida que visa a garantia do cumprimento integral das leis e regulamentos ambientais. Esta metodologia assenta na existência de uma base de dados em permanente atualização com os requisitos legais aplicáveis ao ML, na identificação da necessidade de alterações em procedimentos ou equipamentos da Empresa face a alterações legislativas e na realização de uma auditoria anual de conformidade legal realizada por prestador de serviços especializado na matéria.

Em 2023, não foi identificada qualquer não conformidade legal em sede de inspeção pelas autoridades competentes, pelo que não houve lugar a sanções.

GRI 308-1 Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

Nos processos aquisitivos do ML, sempre que aplicável, são definidos requisitos de caráter ambiental. O cumprimento desses requisitos é obrigatório pelo que os fornecedores que não os cumpram são de imediato excluídos do processo.

	2021	2022	2023
Procedimentos utilizando critérios ambientais (%)	10,8	12,4	19,2

GRI 308-2 Impactos ambientais negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

O ML desenvolveu uma metodologia de identificação e avaliação de aspetos e impactes ambientais que engloba, não só as atividades do ML, mas também todas as referentes à cadeia de fornecedores onde o ML tem possibilidade de influenciar. Da aplicação dessa metodologia resulta a inexistência de impactos ambientais significativos na cadeia de valor com exceção das emissões atmosféricas resultantes da produção de energia elétrica.

Para a minimização desse impacto o ML tem vindo a implementar medidas de eficiência energética nomeadamente ao nível dos sistemas de iluminação e do sistema de ventilação.

3) Desempenho social

GRI 401-1 Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, género e região

	2021	2022	2023	
Efetivos (mulheres)	388	413	419	
Efetivos (homens)	1.133	1.162	1.162	
Número total de efetivos	1.521	1.575	1.581	
Admissões	16	75	(*)	50
Saídas	20	21	(**)	45
Taxa de rotatividade	2,4%	6,1%	6,0%	

(*) Em 2023 Inclui um reingresso

(**) Em 2023 inclui 3 saídas temporárias

IDADE	Ano 2022		Ano 2023	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
< 30 anos	6,8%	6,3%	8,4%	6,9%
Entre 30 e 50 anos	47,2%	37,6%	43,4%	35,1%
> 50 anos	46,0%	56,1%	48,2%	58,0%

GRI 401-2 Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de tempo parcial, discriminados por unidades operacionais importantes da organização

Não há diferenciação na atribuição de benefícios entre trabalhadores a tempo inteiro e a tempo parcial.

GRI 401-3 Taxa de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminada por género

	MULHERES			HOMENS		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Empregados com direito a licença parental	388	413	416	1.133	1.162	1.159
Empregados que tiraram licença parental no período	4	4	3	18	14	12
Empregados que retornaram ao trabalho após o término da licença parental	3	3	3	15	14	12
Empregados que retornaram ao trabalho e continuaram empregados 12 meses após o regresso motivado por licença parental	3	3	3	15	14	12
Taxa de retorno ao trabalho	75,0%	75,0%	100,0%	83,3%	100,0%	100,0%
Taxa de retenção de empregados que tiraram licença parental	100%	100%	100%	100%	100%	100%

GRI 402-1 Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociações coletiva

O prazo para notificação é o estipulado no Código do Trabalho.

GRI 403-1 Percentagem de empregados representados em Comitês formais de gestão – Comitês de Segurança e Saúde dos trabalhadores, que ajudem a monitorizar e aconselhar sobre Programas de Saúde e Segurança

	2021	2022	2023
Totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde (%)	100,0%	100,0%	100,0%

GRI 403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionadas ao trabalho, discriminados por região e género

	2021	2022	2023	2022		2023	
				MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Índice de incidência	45,60	39,01	52,20	22,73	44,66	24,39	62,02
Índice de frequência	33,69	29,27	34,06	14,77	28,63	16,19	40,23
Índice de gravidade	1,64	1,80	1,98	0,54	1,88	0,85	2,38
Acidentes de trabalho	75	77	96	13	64	13	83
Dias perdidos	3.364	3.686	4.778	329	3.357	523	4.255
Número de óbitos	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de absentismo (%)	7,48	8,92	7,93	8,69	9,00	7,82	8,00

GRI 403-3 Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação

Não existem trabalhadores nestas condições.

GRI 403-4 Tópicos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos

Manutenção de um serviço responsável pelo cumprimento das condições de segurança e saúde no trabalho, conforme o Acordo de Empresa (AE).

Cumprimento do Regulamento de segurança e saúde no trabalho (Anexo II do Acordo de Empresa).

GRI 404-1 Horas médias de formação por ano e por empregado

	2021	2022	2023
Dirigentes	41,61	41,84	56,05
Quadros superiores	33,80	38,46	50,35
Quadros médios	6,57	14,89	10,58
Quadros intermédios	18,90	11,16	17,70
Profissionais qualificados / altamente qualificados	11,77	35,17	29,88
Profissionais não qualificados / semiquilificados	8,66	13,75	2,25
Média	16,47	31,52	30,60

	Ano 2022		Ano 2023	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Dirigentes	59,79	35,50	34,10	62,51
Quadros superiores	38,21	38,67	57,62	44,31
Quadros médios	13,13	16,26	10,58	10,57
Quadros intermédios	54,00	9,30	27,08	17,02
Profissionais qualificados / altamente qualificados	46,50	31,47	33,64	28,73
Profissionais não qualificados / semiquilificados	0,00	13,75	0,00	2,25
Média	41,88	28,13	36,69	28,31

GRI 404-2 Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a reforma

	2021	2022	2023
Executive MBA (Diretores)	0	0	0
Licenciatura	10	9	16
Mestrado	0	2	4
Doutoramento	0	0	0

Como assistência (quando aplicável), a Empresa concede o Estatuto de Trabalhador-estudante que consta do Código do Trabalho e da legislação que regulamenta e altera aquele código.

GRI 404-3 Percentagem de empregados que recebem regulamente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por género e categoria funcional

Em 2023 todos os empregados (100%), mulheres e homens, receberam análise de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

GRI 405-1 Composição dos grupos responsáveis pela *governance* e discriminação de empregados por categoria, de acordo com género, faixa etária, associação a grupos minoritários e outros indicadores de diversidade

ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA	2021		2022		2023	
	H	M	H	M	H	M
Conselho de Administração	2	1	2	1	2	2
Assessoria do CA	0	0	0	0	0	0
Comissão de Fiscalização	1	2	1	2	1	2
Diretores	15	6	17	6	17	5
Total	18	9	20	9	20	9

DIRETORES	2021		2022		2023	
	H	M	H	M	H	M
Inferior a 30 anos	0	0	0	0	0	0
Entre 30 e 50 anos	3	3	3	3	2	1
Superior a 50 anos	12	3	14	3	15	4
Total	15	6	17	6	17	5

GRI 405-2 Rácio de salário-base e as remunerações de mulheres face aos homens

	2021	2022	2023
Quadros superiores	108,9%	110,9%	112,6%
Quadros médios	105,1%	103,5%	106,8%
Quadros intermédios	98,3%	100,6%	108,7%
Profissionais altamente qualificados	86,9%	89,8%	96,2%
Profissionais qualificados	98,2%	97,1%	97,9%

GRI 406-1 Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas

	2021	2022	2023
Número de casos de discriminação	0	0	0
Número de queixas e reclamações relacionadas com os direitos humanos	0	0	0

GRI 407-1 Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva, possa estar a ser violada ou exista risco, e as medidas tomadas para apoiar esse direito

GRI 408-1 Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil

GRI 409-1 Operações e fornecedores com risco significativo para a ocorrência de trabalho

Não houve registo de incidentes em qualquer operação ou fornecedor. A este nível, o ML assume os compromissos do respeito e proteção dos direitos humanos, da erradicação de todas as formas de exploração (trabalho forçado e trabalho infantil) e da erradicação de todas as práticas discriminatórias. Estes e outros princípios de legalidade e ética empresarial fazem parte do Código de Ética e de Conduta do ML¹¹.

¹¹ <https://www.metrolisboa.pt/institucional/informar/relatorios-e-documentos/>

GRI 410-1 Pessoal de segurança que recebeu formação em políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos

	2021	2022	2023
Pessoal de segurança que recebeu formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos aos direitos humanos que sejam relevantes às operações.	0,0%	0,0%	85,0%

GRI 411-1 Incidentes de violações envolvendo direitos de povos indígenas

Em 2023 não houve registo de incidentes.

GRI 412-1 Operações sujeitas a revisões de direitos humanos ou avaliações de impacto

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 412-2 Número total de horas de formação de trabalhadores em políticas ou procedimentos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo a percentagem de trabalhadores formados

	2021	2022	2023
Total de horas de formação em políticas ou procedimentos de direitos humanos	0,0	181,5	1017,0
Colaboradores formados, durante o período coberto pelo relatório, em políticas de direitos humanos	0,00%	2,41%	50,98%

GRI 412-3 Número total e percentagem de acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento**GRI 413-2** Operações com impactos negativos reais e potenciais significativos nas comunidades locais

As obras de expansão da rede obrigam à instalação de estaleiros e a atividades ruidosas e potencialmente geradoras de poeiras e outros incómodos para os habitantes próximos. O Metropolitano de Lisboa implementa um conjunto de ações com vista a minimizar estes impactes negativos e assegura o cumprimento de todos os limites impostos pela legislação em vigor.

GRI 414-1 Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios de práticas de trabalho

NC (Não calculado).

GRI 414-2 Principais impactos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

Não foram identificados impactos de maior relevância para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores.

GRI 415-1 Contribuições políticas

O Metropolitano de Lisboa, enquanto entidade pública empresarial, está impossibilitado de aceitar toda e qualquer contribuição desta natureza.

GRI 416-1 Avaliação dos impactos de saúde e segurança das categorias de produtos e serviços

O Metropolitano de Lisboa na conceção do serviço prestado tem sempre como prioridade a garantia de segurança dos seus clientes. Essa avaliação é feita, também, em sede de estudo de impacto ambiental onde a Direção Geral de Saúde participa na Comissão de Avaliação e é objeto de supervisão permanente pela Direção de Segurança e Vigilância.

GRI 416-2 Incidentes de incumprimento quanto aos impactos de produtos e serviços em saúde e segurança

Não se encontram registados quaisquer incidentes decorrentes de incumprimentos nesta matéria.

GRI 417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços

Cumprimos todos os normativos legais existentes para o efeito, sendo sujeitos a frequentes auditorias que atestam o cumprimento dos requisitos definidos.

Os requisitos que dizem respeito à informação ao cliente, reclamações, assim como aos estudos ISC e CM (que são estruturados de acordo com os mesmos critérios de qualidade), estão definidos nas NP 4475:2020 e EN 13816.

	2021	2022	2023
Percentagem de principais categorias de produtos e serviços avaliados	87,5%	87,5%	87,5%
Índice de Satisfação do Cliente	7,78	7,42	7,18
Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	0	0	0

GRI 417-2 Incidentes de não conformidade em relação à informação e rotulagem de produtos e serviços

Não aplicável.

GRI 417-3 Incidentes de não conformidade em relação a comunicações de marketing

0 (zero).

GRI 418-1 Reclamações substantivas relativas a violações da privacidade do cliente e perdas de dados do cliente

A Empresa, desde o dia 25 de maio de 2018, tem um Encarregado de Proteção de Dados (DPO) por forma a garantir a conformidade do ML com a entrada em vigor do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016).

Em 2023, não foram registadas quaisquer reclamações relacionadas com a violação de privacidade e perda de dados de clientes.

GRI 419-1 Incumprimento das leis e regulamentos na área socioeconómica

0 (zero).

4) Tabela de Indicadores GRI

Quadro 102 – Tabela Resumo GRI (I)

INDICADOR	GRI Standards	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 102 Conteúdos Gerais 2016				
Perfil Organizacional				
Nome da organização	102-1	Metropolitano de Lisboa, E.P.E. Pág.º 10		
Atividades, Marcas, Produtos e Serviços	102-2	Pág.º 11		
Localização da Sede da Organização	102-3	Avenida Fontes Pereira de Melo, 28, 1069-065 Lisboa,		
Local das Operações	102-4	Pág.: www.metrolisboa.pt		
Natureza da propriedade e forma jurídica	102-5	Pág.º 11		
Mercados atendidos	102-6	Pág.º 11		
Porte da organização	102-7	Pág.º 57		
Informações sobre empregados e outros trabalhadores	102-8	Pág.º 57		
Cadeia de fornecedores	102-9	Pág.º 13		
Mudanças significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores	102-10			
Princípio ou abordagem da precaução	102-11			
Iniciativas externas	102-12	Pág.º 62		
Participação em associações	102-13	Pág.º 71		
Estratégia				
Declaração do mais alto executivo	102-14	Pág.º 6		
Principais impactos, riscos e oportunidades	102-15	Pág.º 20		
Ética e integridade				
Valores, princípios, normas e códigos de comportamento	102-16	Código de Ética e de Conduta do ML		
Mecanismos para orientações e preocupações referentes a ética	102-17	Relatório de execução do PPRCIC		
Governance				
Estrutura de Governance	102-18	Pág.º 22 RGS 2022		
Delegação de autoridade	102-19	As delegações de competências do CA concretizam-se por Deliberações aprovadas em reunião de CA		
Responsabilidade de cargos e funções de nível executivo por tópicos económicos, ambientais e sociais	102-20	Pág.º 24		
Consulta a <i>stakeholders</i> sobre tópicos económicos, ambientais e sociais	102-21	Pág.º 13		
Composição do mais alto órgão de <i>governance</i> e dos seus comités	102-22	RGS 2022		
Presidente do mais alto órgão de <i>governance</i>	102-23	RGS 2022		
Seleção e nomeação para o mais alto órgão de <i>governance</i>	102-24	RGS 2022		
Conflitos de interesse	102-25	RGS 2022		
Papel desempenhado pelo mais alto órgão de <i>governance</i> na definição de propósito, valores e estratégias	102-26	RGS 2022		
Conhecimento coletivo do mais alto órgão de <i>governance</i>	102-27	Pág.º 22		
Avaliação do desempenho do mais alto órgão de <i>governance</i>	102-28	RGS 2022		
Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais	102-29	Pág. 245		
Eficácia dos processos de gestão de risco	102-30	RGS 2022 ; Relatório de execução do PPRCIC		
Análise dos tópicos económicos, ambientais e sociais	102-31	Reuniões de CA; RGS 2022		

Quadro 103 – Tabela Resumo GRI (II)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Governance (continuação)				
Papel desempenhado pelo mais alto órgão de <i>governance</i> no relato de sustentabilidade	102-32	Pág. ^a 22		
Comunicação de preocupações cruciais	102-33	Pág. ^a 22		
Natureza e número total de preocupações cruciais	102-34	Pág. ^a 22		
Políticas de remuneração	102-35	Pág. ^a 22		
Processo para determinação da remuneração	102-36	Pág. ^a 22		
Envolvimento dos <i>stakeholders</i> na remuneração	102-37			
Proporção da remuneração total anual	102-38	Pág. ^a 22		
Proporção do aumento percentual na remuneração total anual	102-39	Pág. ^a 22		
Envolvimento dos <i>stakeholders</i>				
Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	102-40	Pág. ^a 13		
Acordos de negociação coletiva	102-41	Pág. ^a 246		
Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	102-42	Pág. ^a 13		
Abordagem para o envolvimento de <i>stakeholders</i>	102-43	Pág. ^a 13		
Principais preocupações e tópicos levantados	102-44			
Prática de relato				
Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	102-45	Pág. ^a 10		
Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	102-46	Pág. ^a 236		
Lista de tópicos materiais	102-47	Pág. ^a 237		
Reformulações das informações	102-48			
Alterações no Relato	102-49			
Período coberto pelo relatório	102-50	Pág. ^a 5		
Data do relatório mais recente	102-51	Relatório e Contas 2022		
Ciclo de emissão de relatórios	102-52	Anual		
Contacto para perguntas sobre o relatório	102-53	www.metrolisboa.pt relacoes.publicas@metrolisboa.pt		
Declarações de relato em conformidade com as Normas GRI	102-54	Pág. ^a 5		
Sumário de conteúdo da GRI	102-55	Pág. ^a 251		
Verificação externa	102-56	Pág. ^a 192		
GRI 201: Desempenho económico 2016				
Valor económico direto gerado e distribuído	201-1	Pág. ^a 237		5; 9
Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de alterações climáticas	201-2	Pág. ^a 237		13
Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de reforma	201-3	Pág. ^a 237		
Apoio financeiro recebido do Governo	201-4	Pág. ^a 238		
GRI 202: Presença no mercado 2016				
Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género	202-1	Pág. ^a 238		
Proporção de membros da direção contratados na comunidade local	202-2	Pág. ^a 238		
GRI 203: Impactos Económicos Indiretos 2016				
Investimentos em infraestrutura e serviços fornecidos	203-1	Pág. ^a 238		5; 9
GRI 204: Práticas de compra 2016				
Proporção de gastos com fornecedores locais	204-1	Pág. ^a 238		

Quadro 104 – Tabela Resumo GRI (III)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 205: Combate à corrupção 2016				
Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	205-1	Pág.º 239		16
Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	205-2	Pág.º 239		
Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	205-3	Pág.º 239		16
GRI 206: Concorrência desleal 2016				
Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	206-1	Pág.º 239		
GRI 207: Tributos 2019				
Abordagem tributária	207-1	Pág.º 239		
Governança, controlo e gestão de risco fiscal	207-2	Pág.º 240		
GRI 301: Materiais 2016				
Materiais utilizados, por peso ou volume	301-1	Pág.º 240		
Materiais reciclados utilizados (input)	301-2	Pág.º 240		
Produtos recuperados e os respetivos materiais das embalagens	301-3	Pág.º 240		
GRI 302: Energia 2016				
Energia consumida na organização	302-1	Pág.º 240		13
Energia consumida fora da organização	302-2	Pág.º 240		13
Intensidade energética	302-3	Pág.º 240		13
Redução do consumo de energia	302-4	Pág.º 241		13
Redução das necessidades energéticas dos produtos e serviços	302-5	Pág.º 241		13
GRI 303: Água 2018				
Captação de água por fonte	303-1	Pág.º 241		
Recursos de água afetados significativamente pela captação de água	303-2	Pág.º 241		
Reutilização e reciclagem de água	303-3	Pág.º 241		
GRI 304: Biodiversidade 2016				
Locais das operações (alugados ou propriedade da empresa) que desempenham atividades dentro ou em zonas adjacentes a áreas protegidas ou áreas com elevado valor de biodiversidade fora de áreas protegidas	304-1	Pág.º 241		
Impactos significativos dos produtos e serviços na biodiversidade	304-2	Pág.º 241		
Habitats protegidos ou recuperados	304-3	Pág.º 241		
Espécies pertencentes à lista vermelha da IUCN, ou da lista de conservação nacional no local das operações.	304-4	Pág.º 241		
GRI 305: Emissões 2016				
Emissões GEE diretas (âmbito 1)	305-1	Pág.º 242		13
Emissões GEE indiretas (âmbito 2)	305-2	Pág.º 242		13
Outras emissões GEE (âmbito 3)	305-3	Pág.º 242		13
Intensidade de emissões GEE	305-4	Pág.º 242		13
Redução das emissões GEE	305-5	Pág.º 242		13
Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono	305-6	Pág.º 242		13
Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas	305-7	Pág.º 242		13
GRI 306: Efluentes e Resíduos 2016				
Descargas de água, discriminadas por qualidade e destino	306-1	Pág.º 243		13
Quantidade total de resíduos por tipo e por método de tratamento	306-2	Pág.º 244		13
Número total e volume de derramamentos significativos	306-3	Pág.º 244		13
Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos e percentagem de resíduos transportados internacionalmente	306-4	Pág.º 244		
Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização	306-5	Pág.º 244		

Quadro 105 – Tabela Resumo GRI (IV)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 307: Conformidade ambiental 2016				
Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	307-1	Pág.ª 244		
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016				
Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	308-1	Pág.ª 244		
Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	308-2	Pág.ª 245		
GRI 401: Emprego 2016				
Novas contratações e rotatividade de empregados	401-1	Pág.ª 245		5
Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são fornecidos a empregados temporários ou de período parcial	401-2	Pág.ª 245		
Licença de maternidade/paternidade	401-3	Pág.ª 246		5
GRI 402: Relações de trabalho 2016				
Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	402-1	Pág.ª 246		
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018				
Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	403-1	Pág.ª 246		
Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	403-2	Pág.ª 246		
Serviços de saúde do trabalho	403-3	Pág.ª 246		
Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	403-4	Pág.ª 246		
Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	403-5	Pág.ª 57		
Promoção da saúde do trabalhador	403-6	Pág.ª 57		
Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança	403-7	Pág.ª 57		
Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	403-8	Pág.ª 57		
Acidentes de trabalho	403-9	Pág.ª 57		
Doenças profissionais	403-10	Pág.ª 57		
GRI 404: Capacitação e Educação 2016				
Médias de horas de capacitação por ano, por empregado	404-1	Pág.ª 247		5
Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	404-2	Pág.ª 247		
Porcentagem de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	404-3	Pág.ª 247		5
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades 2016				
Diversidade em órgãos de <i>governance</i> e empregados	405-1	Pág.ª 248		5
Proporção entre o salário base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	405-2	Pág.ª 248		5
GRI 406: Não Discriminação 2016				
Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	406-1	Pág.ª 248		5
GRI 407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva 2016				
Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	407-1	Pág.ª 248		
GRI 408: Trabalho Infantil 2016				
Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	408-1	Pág.ª 248		
GRI 409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo 2016				
Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	409-1	Pág.ª 248		
GRI 410: Práticas de Segurança 2016				
Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	410-1	Pág.ª 249		

Quadro 106 – Tabela Resumo GRI (V)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 411: Direitos de Povos Indígenas 2016				
Casos de violação de direitos de povos indígenas	411-1	Pág. ^a 249		
GRI 412: Avaliação de Direitos Humanos 2016				
Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou avaliações de impacto nos direitos humanos	412-1	Pág. ^a 249		
Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos	412-2	Pág. ^a 249		
Acordos e contratos de investimentos significativos em que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos	412-3	Pág. ^a 249		
GRI 413: Comunidades Locais 2016				
Operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados para a comunidade local	413-1	Pág. ^a 249		
Operações com impactos negativos (reais e potenciais) nas comunidades locais	413-2	Pág. ^a 249		
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016				
Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	414-1	Pág. ^a 249		5
Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e medidas tomadas	414-2	Pág. ^a 249		5
GRI 415: Políticas Públicas 2016				
Contribuições políticas	415-1	Pág. ^a 249		
GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor 2016				
Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	416-1	Pág. ^a 250		
Casos de não conformidade em relação aos impactos de saúde e segurança causados por produtos e serviços	416-2	Pág. ^a 250		
GRI 417: Marketing e Rotulagem 216				
Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	417-1	Pág. ^a 250		
Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços	417-2	Pág. ^a 250		
Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	417-3	Pág. ^a 250		
GRI 418: Privacidade do Cliente 2016				
Reclamações comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	418-1	Pág. ^a 250		
GRI 419: Conformidade Socioeconómica 419				
Não conformidade com leis e regulamentos da área socioeconómica	419-1	Pág. ^a 250		

Aprovação do Plano de Atividade e Orçamento – 2023

**DESPACHO**

 FINANÇAS E AMBIENTE E AÇÃO
CLIMÁTICA

Considerando que:

1. O n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), na sua redação atual, estabelece que as propostas de Plano de Atividades e Orçamento não produzem quaisquer efeitos até à respetiva aprovação pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e do setor de atividade;
2. O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML), submeteu no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) o plano de atividades e o respetivo orçamento para o ano de 2023, sobre o qual o Órgão de Fiscalização emitiu parecer favorável;
3. Nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 39.º do RJSPE, a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial elaborou o relatório de análise n.º 304/2022, de 12 de dezembro, no qual se conclui que o Plano de Atividades e Orçamento do ML, para 2023, se encontra em condições de merecer aprovação com as condicionantes melhor identificadas na respetiva conclusão;
4. O relatório de análise referido no número anterior foi aprovado por Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, no qual foram concedidas as autorizações legalmente necessárias;

Assim, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do RJSPE, é aprovado o Plano de Atividades e Orçamento da ML, circunscrito ao ano de 2023.

O Secretário de Estado do Tesouro,

O Secretário de Estado da Mobilidade Urbana,

**Pedro
Sousa
Rodrigues**
Assinado de
forma digital por
Pedro Sousa
Rodrigues
Dados:
2023.05.12
22:35:59 +01'00'

(Pedro Sousa Rodrigues)

**Jorge
Delgado**
Assinado de
forma digital por
Jorge Delgado
Dados: 2023.05.15
17:16:44 +01'00'

(Jorge Delgado)

Índice de Quadros

Quadro 1 – Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa	9
Quadro 2 – Alinhamento dos <i>stakeholders</i> com as formas de auscultação	14
Quadro 3 – Variação do PIB face ao período homólogo	15
Quadro 4 – Total de Dormidas	15
Quadro 5 – Taxa de desemprego	16
Quadro 6 – Proporção da população empregada em teletrabalho	16
Quadro 7 – Análise de riscos à corrupção	21
Quadro 8 – Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	22
Quadro 9 – Tabela de correspondência com a divulgação da informação não financeira	23
Quadro 10 – Tabela de correspondência com setor público empresarial-	24
Quadro 11 – Identificação, formação académica e pelouros dos membros do CA do grupo de empresas ML	24
Quadro 12 – Identificação dos Membros do CF do Metropolitano de Lisboa (até 25/10/2023)	25
Quadro 13 – Identificação dos Membros do CF do Metropolitano de Lisboa (após 25/10/2023)	25
Quadro 14 – Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa (até 3/10/2023)	25
Quadro 15 – Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa (após 3/10/2023)	25
Quadro 16 – Evolução da oferta	35
Quadro 17 – Taxa de realização da oferta	36
Quadro 18 – Evolução da Procura	37
Quadro 19 – Produção de cartões Lisboa Viva	38
Quadro 20 – Metrocom – Indicadores de Atividade	38
Quadro 21 – EBITDA e Resultado Operacional da Metrocom	39
Quadro 22 – Faturação Metrocom	39
Quadro 23 – Ferconsult – Indicadores de Atividade	40
Quadro 24 – EBITDA e Resultado Operacional da Ferconsult	40
Quadro 25 – TREM Situação patrimonial em 31 de dezembro	41
Quadro 26 – TREM II Situação patrimonial em 31 de dezembro	41
Quadro 27 – Receitas de títulos de transporte	43
Quadro 28 – Receitas complementares	44
Quadro 29 – Resultados – Contas individuais	45
Quadro 30 – Resultados – Contas consolidadas e individuais do Grupo de Empresas Metro – 2023	45
Quadro 31 – Resultados – Contas consolidadas	45
Quadro 32 – Rendimentos Operacionais – Contas individuais	46
Quadro 33 – Rendimentos operacionais – Contas consolidadas	46
Quadro 34 – Gastos Operacionais – Contas Individuais	47
Quadro 35 – Gastos operacionais (COVID-19) – Contas Individuais	47
Quadro 36 – Gastos Operacionais adicionais decorrentes da JMJ	47
Quadro 37 – Gastos operacionais – Contas consolidadas	48
Quadro 38 – EBITDA corrigido – Contas individuais	48
Quadro 39 – EBITDA corrigido – Contas consolidadas	48
Quadro 40 – Gastos com pessoal – Contas individuais	49
Quadro 41 – Gastos com pessoal adicionais decorrentes da JMJ	49
Quadro 42 – Resultados financeiros – Contas individuais	49
Quadro 43 – Demonstração de fluxos de caixa – Contas individuais	50
Quadro 44 – Atividades de financiamento – Contas individuais	51
Quadro 45 – Ativo total – Contas individuais	51
Quadro 46 – Ativo – Variações/Desvios	52
Quadro 47 – Capital Próprio e Passivo – Contas individuais	52
Quadro 48 – Capital Próprio e Passivo – Variações/desvios	52
Quadro 49 – <i>Rating</i> do ML	53
Quadro 50 – Passivo Remunerado ML – Contas individuais	53
Quadro 51 – Passivo Remunerado (2022–2023) – Contas consolidadas	53
Quadro 52 – Despesa de Investimento 2023	54
Quadro 53 – Variação do Investimento 2023–2022	54
Quadro 54 – Investimentos Financeiros	57
Quadro 55 – Efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa	59

Quadro 56 – Dados do efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, por género.....	59
Quadro 57 – N.º total de recursos humanos.....	59
Quadro 58 – Acidentalidade do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa.....	61
Quadro 59 – Acidentalidade por género	61
Quadro 60 – Taxa de absentismo.....	61
Quadro 61 – Títulos criados para o evento JMJ.....	65
Quadro 62 – Atividade de fiscalização.....	66
Quadro 63 – Outros indicadores de atividade	66
Quadro 64 – Objetivos de gestão.....	74
Quadro 65 – Execução do Plano de Atividades e Orçamento.....	74
Quadro 66 – Investimento.....	75
Quadro 67 – Grau de execução do orçamento financeiro	75
Quadro 68 – Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados	76
Quadro 69 – Variação do endividamento.....	76
Quadro 70 – Prazo médio de pagamentos	76
Quadro 71 – Dívidas vencidas.....	76
Quadro 72 – Remuneração mensal fixada – Estatuto do Gestor Público	78
Quadro 73 – Identificação dos membros do Conselho de Administração	79
Quadro 74 – Acumulação de funções	79
Quadro 75 – Remuneração anual auferida.....	79
Quadro 76 – Benefícios sociais	79
Quadro 77 – Encargos com viaturas.....	79
Quadro 78 – Gastos anuais associados a deslocações em serviço.....	79
Quadro 79 – Identificação dos membros do Conselho Fiscal e estatuto remuneratório	80
Quadro 80 – Remuneração anual auferida.....	80
Quadro 81 – Identificação dos membros do Conselho Fiscal e estatuto remuneratório	80
Quadro 82 – Remuneração anual auferida.....	80
Quadro 83 – Identificação do Revisor Oficial de Contas.....	80
Quadro 84 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas.....	80
Quadro 85 – Identificação do Revisor Oficial de Contas.....	81
Quadro 86 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas.....	81
Quadro 87 – Identificação do Auditor Externo	81
Quadro 88 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo.....	81
Quadro 89 – Gastos com comunicações.....	81
Quadro 90 – Gastos anuais associados a viaturas.....	82
Quadro 91 – Obrigações RGPC.....	83
Quadro 92 – Eficiência operacional	85
Quadro 93 – Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais	85
Quadro 94 – Recursos humanos	85
Quadro 95 – Taxa de atualização da massa salarial.....	86
Quadro 96 – Disponibilidades no IGCP	86
Quadro 97 – Disponibilidades na Banca Comercial	86
Quadro 98 – Informação divulgada no <i>site</i> do SEE	87
Quadro 99 – Quadro resumo – Cumprimento das orientações legais	88
Quadro 100 – Priorização dos aspetos materiais.....	236
Quadro 101 – Alinhamento dos aspetos materiais com a estratégia	237
Quadro 102 – Tabela Resumo GRI (I).....	251
Quadro 103 – Tabela Resumo GRI (II).....	252
Quadro 104 – Tabela Resumo GRI (III).....	253
Quadro 105 – Tabela Resumo GRI (IV).....	254
Quadro 106 – Tabela Resumo GRI (V).....	255

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas)	33
Gráfico 2 – Fiabilidade da infraestrutura principal (média de 12 meses; valores em horas)	34
Gráfico 3 – Ocupação na hora de ponta da manhã	34
Gráfico 4 – Taxa de cobertura das necessidades	35
Gráfico 5 – Evolução de fiabilidade média.....	35
Gráfico 6 – Receitas de títulos de transporte	43
Gráfico 7 – Detalhe receitas de títulos de transporte	43
Gráfico 8 – Horas de formação/efetivo.....	57
Gráfico 9 – Efetivo por género e por faixa etária.....	60
Gráfico 10 – Rácio do salário base do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, entre Mulheres e Homens.....	60
Gráfico 11 – Eficiência energética	73

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 – Organograma de participações sociais	10
Ilustração 2 – Os <i>stakeholders</i> do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa.....	14
Ilustração 3 – Análise SWOT	20
Ilustração 4 – Riscos TOP da organização	21
Ilustração 5 – Organograma do Metropolitano de Lisboa.....	26
Ilustração 6 – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável assumidos pelo METRO.....	26
Ilustração 7 – Modelo de criação de valor do Grupo de Empresas Metro.....	28